

O NEGRO
NO
RIO DE JANEIRO

201

L. A. COSTA PINTO
(Universidade do Brasil)

O NEGRO
NO
RIO DE JANEIRO

RELAÇÕES DE RAÇAS NUMA
SOCIEDADE EM MUDANÇA

★

COMPANHIA EDITORA NACIONAL
SÃO PAULO

-757-

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

BIBLIOTECA

Nº

DATA

26.604

10.11.80

À MEMÓRIA

DE

NINA RODRIGUES E ARTHUR RAMOS,

é dedicado êste trabalho.

— Fica um pouco de trapo em cada espinho
É uma gota de sangue em cada trapo.

(VIGENTE DE CARVALHO, *Fugindo
ao Cativoiro*)



Todos estamos obligados a esforzarnos,
por conseguir que en la sociedad presente
no haya mártires, pues que no puede ha-
berlos sin que existan al mismo tiempo sus
verdugos.

(FRANCISCO AYALA, *História de la
Libertad*).

PREFÁCIO

O presente trabalho é o relatório final da pesquisa sobre relações de raças no Rio de Janeiro (D. F.), parte autônoma do programa que sobre este problema decidiu realizar no Brasil a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Ciência, Educação e Cultura (UNESCO), reunida na cidade de Florença, em maio de 1950.

O objetivo do estudo, segundo o texto da resolução aprovada pelo plenário, era conhecer, através da análise de uma situação nacional, os diversos fatores — econômicos, psicológicos, políticos, culturais — que influem no sentido da harmonia ou desarmonia nas relações de raça. Para o Brasil, escolhido para campo da pesquisa, isto representou uma excelente oportunidade de conhecer-se melhor a si mesmo, ao mesmo tempo que uma rara ocasião de mostrar ao mundo o valor universal do estudo sério e científico da experiência humana que aqui está em pleno desenvolvimento.

Norteados pelos objetivos expressos na resolução de Florença e implícitos na alta significação que ela tem com respeito à contribuição que a experiência brasileira pode trazer ao estudo científico das relações humanas — é que realizamos a parte da pesquisa que ficou sob nossa responsabilidade e que teve como campo a comunidade metropolitana do Rio de Janeiro. Os resultados do trabalho feito apresentam-se aqui da seguinte forma:

Na Parte Primeira — Introdução — composta de um só capítulo, de feição metodológica, começamos a apre-

sentação dos resultados com uma informação sobre a história, os métodos de trabalho, o esquema conceitual básico e os objetivos do estudo no Rio de Janeiro... Na Parte Segunda — A Situação Racial — estudamos os aspectos demográficos e ecológicos das relações de raças, bem como fazemos a análise do problema fundamental das relações entre raça e classe na comunidade em questão. Segue-se, ainda na Parte Segunda, uma apresentação e interpretação dos dados sobre a situação educacional das massas de cor e sobre as atitudes e estereótipos raciais que foram identificados nos inquéritos parciais procedidos. Na Parte Terceira — Movimentos Sociais — que é a final, estudam-se os problemas da vida associativa e liderança, tentando-se, em seguida, interpretar o estado atual das tensões raciais no Rio de Janeiro, com o que o trabalho se conclue.

Esta apresentação, que foi imposta pelo desdobramento natural dos trabalhos da pesquisa, termina-se, assim, pela indicação de perspectivas que devem vir a ser exploradas por outros estudos de aprofundamento, que desenvolvem o esforço aqui apenas iniciado — e que consiste, em última análise, na preocupação de fazer com seriedade, espírito científico, e técnica moderna o estudo sociológico das relações de raças no Rio de Janeiro.

Tivemos, em todo o desenvolvimeinto da exposição, a preocupação de evitar que o nosso trabalho se resumisse a um méro catálogo de dados e informações sobre a ocorrência do preconceito racial entre nós. Cremos que o escôpo adotado confere à iniciativa do UNESCO no Brasil a envergadura e a substância científica que, a nosso juízo, merece ter. Tivemos também, por outro lado, a preocupação de, sem subalternizar a apresentação de um problema tão relevante, fazê-la de modo que não se restringisse apenas ao círculo restrito dos especialistas e pudesse, sem dificuldade, ser lida e compreendida por todos quantos

se interessarem pelos assuntos aqui abordados, especialistas ou não.

* * *

Depois de pronto o plano de acordo com o qual se desdobrariam os trabalhos da pesquisa, convidamos o Dr. Edison Carneiro para se associar a nós na realização da tarefa. Aceito por ele, em princípio, o convite para essa cooperação, seus múltiplos afazeres não lhe permitiram, entretanto, efetivá-la do modo que havíamos desejado. Ainda assim, em bases contratuais, coube-lhe preparar notas, informalmente redigidas, sobre parte da matéria contida nos Capítulos VII e VIII dêste volume, referentes aos movimentos e associações negras no Rio de Janeiro. No que tange, entretanto, à redação e às interpretações que se encontram nos referidos capítulos — a responsabilidade cabe, exclusivamente, a quem assina estas linhas, que utilizou aquelas notas como bibliografia, citando-as ao pé da página sempre que foi aproveitada no texto uma contribuição original do Dr. Edison Carneiro.

Registramos aqui, ao Dr. Edison Carneiro, os nossos agradecimentos pela colaboração prestada e pelo ensejo que nos proporcionou algumas vezes de trocar idéias com ele sobre partes do manuscrito — lamentando sinceramente não ter sido possível dividir com ele, como havíamos desejado, a execução e a responsabilidade intelectual desta pesquisa. Igual e especial agradecimento estende-se também aos estimados colegas e amigos, Professor Victor Nunes Leal e Dr. Darci Ribeiro, por se terem prestado a ouvir a leitura de largos trechos do manuscrito e pelas observações e comentários críticos com que nos ajudaram a diminuir os seus defeitos. Obviamente, não lhes cabe nenhuma responsabilidade, direta ou indireta, pelos que ainda restaram e que caberá a outros indicar e corrigir.

A preparação datilográfica do manuscrito coube a D. Lourdes Costa Pinto, à Senhorita Zenaide Andrade e ao Srn. Heber Peti — aos quais registramos também os nossos agradecimentos.

A Maria Clara e Murilo Bevilaqua e a Léo Rodrigues de Almeida agradecemos a inestimável colaboração prestada na revisão das provas.

Aos ilustres amigos Dr. Paulo Barredo Carneiro e Dr. Alfred Métraux, o primeiro delegado permanente do Brasil junto à UNESCO e o segundo chefe do setor de estudos sobre raças do Departamento de Ciências Sociais da mesma instituição, devemos um caloroso e especial agradecimento, não só pela distinção que nos conferiram indicando-nos para assumir o encargo desta pesquisa, mas, também, pela constante disposição que sempre revelaram de facilitar, no que deles dependia, a resolução dos diversos problemas administrativos e burocráticos que inevitavelmente surgem no caminho de uma pesquisa patrocinada por um organismo internacional e sediado longe do campo de trabalho. À sua boa vontade e espírito de colaboração muito deve a marcha deste estudo.

Finalmente, é com prazer que estendemos os nossos agradecimentos a todos quantos, embora seus nomes estejam aqui omitidos, pois encheriam páginas — direta ou indiretamente colaboraram no nosso esforço e tornaram material e moralmente possível a tarefa de estudar as relações entre pretos e brancos na Capital do Brasil.

Rio de Janeiro, 1.º de Maio

Dia do Trabalho, Mês da Abolição, de 1952.

L. A. COSTA PINTO.

*Faculdade Nacional de Filosofia e
Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da
Universidade do Brasil,*

ÍNDICE DA MATÉRIA



PREFÁCIO	9
----------------	---

PARTE PRIMEIRA

INTRODUÇÃO

Capítulo I — <i>Introdução</i>	19
Histórico da pesquisa — Bases metodológicas — Os estudos “áfro-brasileiros” e o tipo de abordagem do problema aqui proposto.	

PARTE SEGUNDA

A SITUAÇÃO RACIAL

Capítulo II — <i>Demografia</i>	45
Composição étnica da população do Rio de Janeiro — Evolução da representação dos grupos de cor — Sexo e idade — Índices diferenciais de natalidade e mortalidade — Significação sociológica dos dados analisados.	

Capítulo III — <i>Estratificação social</i>	65
A importância fundamental do problema — Casta e classe — Conceito de classe e de estratificação social aqui empregados — A participação dos grupos étnicos nos diversos ramos de atividade econômica — A posição dos grupos de cor na “pirâmide social” no Rio de Janeiro — Significação sociológica dos dados apresentados.	

Capítulo IV — <i>Ecologia</i>	112
Repartição dos grupos étnicos na área urbana do Rio de Janeiro — Formas e índices de segregação espacial dos	

grupos de cor — Influência da composição étnica dos empregados domésticos sobre o padrão ecológico — O problema das favelas do ponto de vista das relações de raças — Significação sociológica dos dados apresentados.

Capítulo V — *Situação Cultural* 146

Diferença de nível cultural e de oportunidades educacionais entre os grupos étnicos no Rio de Janeiro — Alfabetização, graus de instrução e conclusões de cursos — Correlações entre a estratificação social, a situação educacional e as taxas de delinquência — A participação dos grupos de cor na formação da população penitenciária — Significação sociológica dos dados apresentados.

Capítulo VI — *Atitudes, estereótipos e relações de raças* 170

Conceito de atitude e de estereótipo — Sua formação e função no mecanismo das relações de raças — Nossos inquéritos e a análise de seus resultados — O problema da mestiçagem e a diversa incidência de estereótipos sobre negros e mulatos — Significação sociológica dos dados apresentados.

PARTE TERCEIRA

MOVIMENTOS SOCIAIS

Capítulo VII — *Associações tradicionais* 229

Importância do estudo do movimento associativo — Classificação das associações e sua caracterização — *Macumba* — Escolas de samba — Irmandade — Associações “negras” e associações “populares”; confusão frequente de conceitos — Sua significação sociológica.

Capítulo VIII — *Associações de novo tipo*. 259

Movimentos associativos da elite negra — Antigas e novas elites; sua caracterização e o problema da definição de seu papel — As mudanças de estrutura social e o aparecimento das novas associações — Organização, programas e atividades — Formulações ideológicas — Significação sociológica do problema estudado.

Capítulo IX — *Tensões raciais numa sociedade em mudança.* 308

Importância do problema das tensões sociais — Fatores antecedentes — Modos de se manifestar — “Bodes Expiatórios” — O criptoracismo brasileiro — Influências do tempo e do mundo — Racionalizações da tensão racial — Orientações e perspectivas.

Bibliografia e documentação 347

PARTE PRIMEIRA



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

*Histórico de pesquisa — Bases metodológicas —
Os estudos “afro-brasileiros” e o tipo de abordagem
do problema aqui proposto*

Seria de todo inconveniente — seria mesmo quase impossível, sem correr o risco de sérias incompreensões — entregar êste trabalho à divulgação sem preceder a apresentação das análises que êle contém de uma notícia geral sobre os precedentes desta pesquisa, sobre seus objetivos e finalidades, os conceitos básicos e a metodologia em que ela assenta. O leitor lépido e ingênuo que quizer lêr êste livro detrás para frente, indo logo à última página à procura de uma explicação facil para os problemas extremamente difíceis e complexos que aqui são tratados — terá, por certo, enorme desilusão, e voltará então, como aconselhamos, a lêr cuidadosamente esta introdução ao tema desenvolvido, tomando conhecimento prévio dos nossos propósitos e dos nossos pontos de partida, assumindo assim, diante dos problemas que aqui são tratados, o mesmo estado de espírito de quem o escreveu, o que parece condição indispensavel à perfeita compreensão dos *objetivos* da análise, da *análise* mesma e de suas *conclusões*.

Foi há alguns anos atraz, precisamente em setembro de 1949 — que pela primeira vez nos ocorreu a idéia que hoje alcança sua etapa final.

Quando o nosso mestre e Amigo, Professor Arthur Ramos, partiu para chefiar o Departamento de Ciências

Sociais da UNESCO, reuniu os seus colegas do Departamento de Ciências Sociais da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil — para com êles discutir idéias e planos, concernentes à sua futura atuação naquele posto, onde, durante sua curta passagem, iria, mais uma vez, ser útil ao mundo e honrar a ciência brasileira com os frutos de sua extraordinária energia intelectual. Naquela reunião, durante a troca de idéias que se estabeleceu, sugerimos a conveniência da UNESCO pensar seriamente em tornar a América Latina e, especialmente, o Brasil, um laboratório de pesquisas sobre as relações humanas, pela natureza original das estruturas sociais existentes nesta parte do mundo, repletas de situações e de problemas de interesse científico universal, que se ofereciam ao estudo em condições que talvez hoje não encontrem semelhança em nenhuma parte da terra.

Essas estruturas se caracterizam, segundo pensamos e naquela ocasião dissemos, pela coexistência, na fase de transição já longa e penosa que atravessam, de problemas comuns às sociedades capitalistas desenvolvidas, lado a lado com problemas típicos de estruturas agrárias atrasadas, que lembram situações pelas quais outros países já passaram há um ou mais séculos atrás. Em consequência disso, o aspecto, às vezes dramático, que esses países oferecem à observação do sociólogo é o de organismos que, não somente na superfície mas na própria base e no próprio plano estrutural de seu arcabouço, participam simultaneamente de duas épocas, de dois estilos históricos, quase diríamos, de dois mundos. De fato — e disso o Brasil é expressivo exemplo — o que principalmente caracteriza sua estrutura de sociedade não é somente a sobrevivência do passado, com que se topa a cada passo, nem somente o avanço para o futuro, cujos sinais objetivos se impõem à observação de qualquer um. É antes, e acima de tudo, a coexistência desses dois mun-

dos marginalizando a sua estrutura de alto a baixo, neutralizando-se reciprocamente, nem um nem outro possuído da devida força histórica para dominar sozinho o panorama e imprimir rumo definido e sentido claro à civilização brasileira que assim permanece, marginalizada e bi-fronte, vivendo um presente que é composto de um passado morto e da perspectiva infecunda, senão impossível; que as chamadas "elites" lhe querem formalmente impor como futuro. Este presente, por isto mesmo, analisado com realismo, só pode ser visto como essa procura confusa, quando não convulsa, de outras saídas e soluções, de novos estilos de vida e de novos rumos históricos. . .

Naquela reunião, de que temos a mais viva lembrança, pois foi o nosso último encontro com Arthur Ramos antes do rápido abraço no aeroporto, não desenvolvemos a análise desse problema nem de suas últimas implicações, o que muito menos podemos fazer aqui — mas insistimos, pois era o que interessava no momento, sobre a natureza original dos nossos problemas, nossos, dos chamados países sub-desenvolvidos — defendendo a opinião de que o impacto da civilização industrial e urbana sobre esses países é algo sociologicamente novo e diferente do surgimento daquela civilização nas áreas do mundo em que ela nasceu, que se não pode limitar a repetir aqui as mesmas situações nem, especialmente, engendrar as soluções que gerou nas estruturas sociais em que historicamente surgiu, afirmando explicitamente — pois nesses assuntos é preciso ser explícito — que, neste plano, o "caso" inglês, o "exemplo" americano ou o "modelo" francês são, para nós, na maior parte das vezes, paradigmas do que evitar e não do que fazer, já que, visto o problema deste ângulo, a efervescência do Oriente prenuncia muito mais nossas alternativas históricas do que a plenitude cansada do Ocidente, no qual estamos geograficamente incluídos.

Julgamos ter conseguido, naquela ocasião, ao menos chamar a atenção para o fato, no que se refere ao Brasil, de que tudo isso, nos seus múltiplos e variadíssimos aspectos, podia e devia ser objeto de análise científica, matéria de estudo, e que o fato dêesses problemas serem hoje campo de acirrada pugna econômica, política e ideológica não devia impedir, muito pelo contrário, que para os cientistas sociais êles se apresentem, precisamente por isto mesmo, como campo de pesquisas.

Durante a preparação do plano de trabalhos do Departamento, que foi a grande tarefa a que se dedicou Arthur Ramos em Paris, êle nos escreveu algumas vezes — duas cartas suas nos chegaram quase juntas, para aumentar o sentimento de opressão subjéitiva causada por sua perda irreparável, depois da notícia de seu falecimento — e assegurou-nos que nossa conversa não fôra esquecida.

Suas preferências culturais e profissionais, entretanto, haviam imprimido à idéia um endereço certo e específico e êle a concretizou no plano de uma grande pesquisa sôbre relações de raça “num país da América Latina”, a ser designado pela Conferência Geral, com o objetivo de conhecer os fatores que contribuem para dar ao quadro étnico de uma sociedade nacional a feição própria que apresenta.

Em relação ao campo muito mais vasto atraz referido — o setor particular em que hoje laboramos é apenas um começo, mas um excelente começo, pois o material empírico existe em abundância, a experiência de outros países é bastante conhecida e os característicos originaes de nossa experiência, embora seja assunto sôbre o qual muito se fale, era um setor de pesquisas onde restava ainda muito — talvez o principal — a fazer.

Quando, em dezembro de 1949, depois do falecimento de Arthur Ramos, reuniu-se em Paris, por êle convocado,

o "Comitê de Peritos sobre Relações de Raças", que tivemos a honra de integrar, uma das tarefas que devia cumprir era indicar novos campos de pesquisas, que deviam ser tentados a fim de lançar mais luz sobre a questão racial. Na relação dos temas e problemas sugeridos para futuras pesquisas, conseguimos incluir explicitamente o estudo da situação racial brasileira. Com isto queríamos distinguir o aspecto brasileiro do problema, da situação da América Latina em geral — com a qual êle estava confundido na redação originalmente proposta pelo professor Morris Ginsberg, nosso companheiro de Comitê — julgando, inclusive, que assim se acumulariam argumentos para a escolha do Brasil, pela Conferência de Florença (maio de 1950), para campo da pesquisa que a ela seria apresentada, no plano do Departamento de Ciências Sociais, para decisão final.

Durante os trabalhos da Conferência, por carta, procuramos convencer o Professor Robert Angell, substituto interino de Arthur Ramos na chefia do Departamento, e o Dr. Paulo Berredo Carneiro, das vantagens que o Brasil oferecia para êste estudo e não foi difícil, finalmente, graças à atuação brilhante e eficiente daquêle nosso delegado e representante permanente junto à UNESCO, conseguir que o plenário internacional decidisse a realização no Brasil daquela sonhada pesquisa. Em novembro de 1950 veio ao Brasil, como representante do Departamento de Ciências Sociais da UNESCO, o Professor Alfred Métraux, para concretizar os planos do trabalho, que deveria ter início no comêço do ano seguinte.

Originalmente a intenção fôra concentrar todos os esforços e recursos numa só área, que seria a Bahia. Naquela ocasião estava alí operando a equipe estabelecida por Anísio Teixeira, então Secretário de Educação e Saúde do Estado da Bahia, para realizar pesquisas sociais no interior do Estado, de cuja direção tínhamos a honra

de participar, a seu convite. Pretendeu-se utilizar o mecanismo já montado e os trabalhos já em andamento para ralizar, através dêles, a pesquisa sôbre relações de raças planejada pela UNESCO.

Fizemos o que esteve ao nosso alcance para evitar essa limitação do campo e dos objetivos do estudo, insistindo sôbre a necessidade de manter a coerência com as idéias mestras e as perspectivas que inspiraram essa iniciativa desde o seu berço e que ficariam por certo frustradas se nos rêstringíssemos ao estudo do problema numa área em que as relações de raças se desenrolam, sem alterações notáveis, dentro do quadro tradicional, sem estarem sofrendo ainda, em cheio, as consequências das mudanças de estrutura em processo na sociedade brasileira e que constituem exatamente o que há de novo e essencial na situação, tal como se desenvolve noutras áreas do País.

Foi fundamentalmente justa e fecunda, portanto, a resolução do Professor Métraux de não concentrar o estudo na Bahia; do ponto de vista metodológico ela foi de decisiva importância, pois ensejou a possibilidade de ser feito, pela primeira vez nêste País, o estudo sociológico do negro nas áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo. Em verdade, a pesquisa da UNESCO sôbre relações de raças no Brasil não podia, sob pena de perder a envergadura científica e a seriedade intelectual que deve ter, continuar apresentando ao mundo, em monografias folclóricas e ensaios de literatura histórica, o quadro tradicional das relações de raças, hoje em acelerado processo de superação, como o que há de mais novo e fundamental na situação racial brasileira. Já era tempo de dizer um "*basta*" e de corrigir êsse "*bias*", que uma concepção falsa de orgulho nacional, de um lado, e a inércia mental, de outro, cultivaram por tanto tempo e exportaram para todo o mundo.

De fato, a tradição dos estudos sobre relações de raças no Brasil — especialmente sobre seu mais desenvolvido e importante capítulo, que se refere ao negro — esteve até hoje ligada à coleta de material etnográfico, antropológico e histórico sobre o processo de *integração do africano ao Brasil*, especialmente sobre o que há de bizarro, de exótico, anedótico e diferente nêsse processo; pouco ou quase nada existe de sério sobre o estudo sociológico do processo de *integração do negro brasileiro à sociedade brasileira*, problema que continua quase virgem no fundo do nosso laboratório social e que vive hoje, nas comunidades urbanas e industrializadas do Sul do País, etapas decisivas de seu desenvolvimento.

Em face dêsses precedentes, e da atitude pessoal e metodologicamente clara e definida que dentro dêles havíamos sempre mantido, quando fomos honrados com o convite do Professor Métraux para dirigir a parte da pesquisa que se realizaria na Capital do Brasil — sentimo-nos perfeitamente à vontade para abordar a análise das relações entre negros e brancos no Rio de Janeiro do ponto de vista que julgávamos devia o problema ser cientificamente abordado.

No primeiro esboço do plano destas pesquisas — que entregamos ao Professor Métraux em dezembro de 1950, em Salvador — os objetivos do nosso trabalho no Rio de Janeiro já estavam perfeitamente explícitos e não sofreram alterações de conteúdo em consequência do trabalho de campo que, de resto, só serviu para nos convencer da validade das premissas metodológicas ali estabelecidas.

Partimos da verificação de que os estudos sobre o negro no Brasil quase que se limitaram, até hoje, a encarar o negro como um *espetáculo* — para usar a feliz expressão do escritor Sérgio Buarque de Holanda — no

qual o centro do interesse estava localizado na assimilação do *africano* ao Novo Mundo, ou, mais particularmente, nos produtos desses processos sobre diversos setores da vida brasileira: religião, língua, culinária, vestuário, muitos produtos desse processo sobre diversos setores da O negro brasileiro, ou melhor, o *brasileiro negro* e o processo de sua integração nos quadros da sociedade brasileira — da condição de escravo à de proletário e da condição de proletário à de negro de classe média, jamais despertou o interesse sério dos estudiosos do negro no Brasil, porque um arraigado estereótipo os convencera de que nada havia a estudar em relação ao negro *igual a nós*, ao negro não-africano, não-analfabeto, não-escravo, não-trabalhador rural, não separado do branco pela distância imensa que separa o vértice da base de uma pirâmide social rigidamente estratificada. O que o negro tinha de *diferente de nós* era o que se oferecia ao estudo: suas matrizes africanas, o drama de sua vinda para o Novo Mundo, sua condição de escravo, o estoque de influência que ele trouxe para cá e despejou fartamente na argamassa com que a história cimentou o chão e as vigas mestras da civilização brasileira.

Não se pode separar as orientações dessa fase e esse tipo de estudos sobre o negro no Brasil da atitude mental que ela reflete e que, por sua vez, é produto direto do quadro tradicional das relações de raças no Brasil. As distâncias que socialmente separavam os grupos étnicos no espaço formado pelas relações que entre si mantinham — e foi nessa posição que intervieram na formação da sociedade brasileira — agiram, diretamente, no sentido de configurar não só o quadro geral dos contactos e relações raciais mas também, inclusive, condicionaram um modo característico de colocar e estudar a questão racial no Brasil.

Essas fôrmas de pensamento — nas quais a marca etnocentrista é evidente — resultaram fundamentalmente do fato dos dois principais grupos étnicos que contribuíram para a formação da população brasileira terem ocupado, nêsse processo histórico, posições afastadas por distâncias sociais imensas: negros e brancos entraram em contacto no Novo Mundo dentro de um contexto no qual o preto começou a existir historicamente como propriedade privada do branco. Essas distâncias sociais, por sua vez, multiplicavam-se pelas diferenças culturais e físicas que acentuavam e objetivavam essa demarcação. *

Isso permitiu ao grupo que teve a posição dirigente, olhar para o outro como um exótico, que se “civilizava” na medida em que assimilava os seus padrões dominantes e toda a curiosidade intelectual em torno do que o negro tinha de diferente do branco, que foi por onde começaram no Brasil os estudos sôbre o assunto, reflete aquela atitude mental que resulta destas distâncias básicas: econômicas, sociais, culturais e físicas. Noutros termos, isto significa, em última análise, que a maior parte dos estudos sôbre o *negro no Brasil* refletem o modo como o branco — social ou sociològicamente branco, não necessariamente branco do ponto de vista étnico — da posição social dirigente que sempre ocupou, encara um grupo estranho.

Em relação a êsse grupo encarado como estranho e sôbre o lastro permanente da exploração da sua fôrça de trabalho, houve, primeiramente, o mêdo, o mêdo natural que tem o opressor de que o oprimido se rebele contra êle. Depois veio a piedade, piedade que se esparramou sôbre o problema sem produzir, entretanto, maiores efeitos, até que o interesse em tornar livre o trabalho do escravo coroou o interêsse humanitário pela miséria do negro e conseguiu a sua libertação legal. Seguiu-se, então, a fase da curiosidade intelectual e as primeiras tentativas

de análise séria do problema. Nina Rodrigues, trabalhador infatigável e honesto, mas submisso, como não podia deixar de ser, a todos os erros e limitações da medicina legal, da psiquiatria e da antropologia seccionista de seu tempo — marca o começo desta fase e, com sua obra, preenche quase sózinho esse começo.

Em consequência da influência menor das obras de Manuel Querino e do parêntesis aberto nesses estudos pela morte de Nina Rodrigues, chegamos até a década de 30 — quando, só então, muitas de suas obras foram divulgadas — praticamente na estaca zero destes estudos, da qual nos afastamos pelas veredas da etnografia, da antropologia, da história e do folclore.

Para encarar o negro como *espetáculo*, a etnografia e a antropologia, como métodos de abordagem, tinham virtudes excepcionais. Foram disciplinas que se forjaram no estudo dos “povos primitivos”, que se desenvolveram, formaram seus instrumentos conceituais e treinaram seus métodos e técnicas de pesquisas paralelamente à ascensão e fastígio da “era vitoriana”, era da “europeização do mundo”, como dizia Arthur Ramos (1), em que a expansão do comércio e da conquista pôs em contacto, em todos os quadrantes da terra, e em posições extremadamente desiguais, o branco europeu e civilizado, de um lado, e os “nativos”, do outro.

Tais disciplinas integraram no seu esquema de conceitos e técnicas de trabalho, as premissas intelectuais que resultaram desse quadro e representam, por assim dizer, o produto culturalmente mais refinado deste contacto entre estruturas diversas, refletindo diretamente a atitude mental do branco socialmente superior ao encarar o não-branco socialmente colocado em posição inferior.

1) Cfr., especialmente sua última contribuição científica, o artigo *A Questão Racial e o Mundo Democrático*, no “Boletim Internacional de Ciências Sociais da UNESCO, Vol. I, n.º 3-4, (1949), pág. 9 e sgs.

A abundante e variada — e também desigual — produção que resultou do interesse etnográfico sôbre o negro no Brasil acrescentou aos estudos de Nina Rodrigues um enorme cadastro de “sobrevivências africanas”, que foram procuradas com afã em todos os setores da vida social dêste País por uma geração de estudiosos. Desta fase emanaram alguns estudos fundamentais e aos mais importantes dentrê êles está inovidavelmente ligado o nome do Professor Arthur Ramos e de seu grupo de colaboradores, que através dessa prospecção realizaram aqui, servindo-se das mesmas técnicas, dos característicos particulares do “caso brasileiro” e com recursos muito mais limitados — estudos do tipo e de envergadura semelhante às pesquisas custosas levadas a efeito por museus, universidades e institutos europeus e norteamericanos no coração da África, nas Antilhas, nas ilhas do Pacífico ou no próprio Brasil. A quase totalidade dos estudos de cientistas estrangeiros sôbre a situação racial brasileira refletem, também, essa limitação do “*approach*” etnográfico, multiplicada pela contingência da diferença de nacionalidade. Na verdade, porém, as diferenças são de grau e resultam de distâncias nacionais e culturais maiores, somadas às distâncias sociais, que, no caso dos estudiosos brasileiros, são as mais importantes.

Os estudos de etnografia, antropologia e história social do negro, impregnados dessa atitude mental, tiveram grande voga em certa época precisamente porque esta era a atitude mental predominante na sociedade onde, e para qual, êles eram feitos. E foi por esta via que o assunto entrou para o ról dos temas mais explorados pela música, pelo folclore, pela literatura de ficção e de ensáio, pelas artes plásticas, pela poesia no Brasil: o negro, como *tema*, entrou a galope no carnet da inteligência nacional. Foi a fase “áfro-brasileira”, mais *áfro* do que *brasileira*,

cujos écos, um pouco *démodé*, se prolongam até os nossos dias.

Exatamente naquele período de nossa história em que os estudos “áfro-brasileiros” viveram sua fase áurea — as mudanças de estrutura econômica e social que se operavam no Brasil começavam a produzir os seus efeitos sobre o quadro das relações sociais entre os grupos étnicos que no Brasil coexistem e convivem.

Dentre essas mudanças estruturais, duas parece terem sido fundamentais: o processo de *industrialização* e o processo de *urbanização*.

O negro foi introduzido no Brasil para o trabalho na agricultura, e, no meio rural, viveu este País as principais etapas de sua história até os começos deste século. O surgimento e a expansão de uma economia industrial moderna e o desenvolvimento e a lenta preeminência de uma civilização urbana no Brasil são fenômenos que significaram o início de uma série de contradições estruturais e profundas no interior de uma sociedade que começava a mudar as suas bases sem mudar, no mesmo ritmo, as formas sociais que sobre esta base repousavam. Nesta série de “*cultural lags*” sucessivos e acumulados incluem-se as contradições, hoje visíveis, entre a *ideologia racial tradicional* e a *nova situação racial*, entre as quais uma distância crescente se cava, na medida em que a primeira resiste em se transformar e a segunda rapidamente se transforma.

O desenvolvimento de uma economia de tipo industrial proletarizou e urbanizou grandes massas de côr, não somente na *condição* e no *habitat*, mas, principalmente, e como consequência, na *mentalidade* e no *estilo de comportamento*, configurando o quadro que hoje temos nas áreas metropolitanas, mas a ideologia e os hábitos mentais permaneceram os mesmos, sem alterações correspondentes.

E na medida em que essas contradições se ampliavam os estudos sobre o negro laboravam, cada vez mais, com uma abstração.

O negro africano, escravo, trabalhador agrícola ou *lumpen*, místico e musical, ignorante, servil e malandro, cômico e exótico, preso ao branco por laços de dependência imediata e pessoal, dele remotamente afastado por distâncias sociais, físicas e econômicas e parecendo tão “misterioso” em consequência das distâncias culturais que os separavam — era a entidade consciente ou inconscientemente considerada na fase “áfro-brasileira” desses estudos. A escravidão fôra legalmente abolida, o negro iniciara o processo de sua integração nos novos quadros da sociedade brasileira, que com a abolição, a república, a urbanização, a industrialização e o desenvolvimento capitalista passara a viver uma nova etapa de sua evolução histórica — mas a despeito de tudo era ainda o africano, não o brasileiro de cor, que continuava a ser estudado, mais que isso, que foi moda em certa época até supervalorizar como motivo estético e para-científico, havendo mesmo indisfarçável irritação quando se constatavam os efeitos desses novos processos que perturbavam a pureza original, de laboratório, do objeto da observação, que se desejava o mais que possível “respeitado em sua integridade cultural”, para assim se prestar melhor àquele tipo de estudo.

Independentemente da vontade dos líderes do surto “áfro-brasileiro”, cuja filosofia de vida, além de altamente respeitável, chegou a ser até honestamente “avançada” — a verdade é que, nas suas preocupações, uma abstração tomou o lugar dos fatos, impedindo-os de ver a distância que crescia entre o africano abstrato que estudavam e o novo negro, negro-homem, real e concreto, que estava ali — nascendo, vivendo, morrendo na frente deles, de baixo de seus olhos.

Uma reviravolta completa neste tipo de abordagem do problema foi preconizada naquela nota prévia e no plano de trabalho, onde propusemos que se fizesse o estudo do negro arrancando de bases inteiramente diferentes:

Trata-se, em primeiro lugar, de fazer um *estudo sociológico* do negro — e não etnográfico ou histórico — o que significa dizer que se evitou, na medida do possível, o refúgio cômodo da monografia puramente descritiva ou do ensaio cheio de insinuações e vazio de análises. Este trabalho, por isto mesmo, é um *relatório de pesquisas*, com esse espírito foi escrito e como tal, certo ou errado, é que deve ser lido e apreciado.

Ao dizermos que seu escôpo é sociológico estamos afirmando, noutras palavras, que procuramos analisar o problema dentro do *quadro total* em que as relações de raças concretamente se estabelecem na área estudada. As implicações deste “*approach*” são fundamentais, pois com isto procuramos evitar cometer o mais sério erro que vicia um grande número de estudos sobre relações de raças feitos na América, e especialmente nos Estados Unidos, e que consiste em considerar que, no interior das sociedades nacionais que diferentes grupos étnicos conjuntamente formam, somente as diferenças étnicas os separam, tudo mais sendo considerado *como se fosse igual*. Em nossa opinião, estudar as relações de raças de um ponto de vista sociológico significa dar ao traço étnico o valor que realmente tem, sem hipertrofiá-lo, nem diminuí-lo, o que só é possível fazer quando se tem noção clara das circunstâncias objetivas, não-étnicas, que estão envolvidas na configuração total considerada e que, muitas vezes, podem assumir e assumem expressão étnica, embora substancialmente estejam ligadas a fatores de ordem completamente diversa.

Tráta-se, ainda, de estudar as relações de raças *elas mesmas* e não os seus produtos, ou alguns de seus produtos, como até então se tem preferencialmente feito entre nós. Acontece, assim, que, muitas vêzes, os produtos das relações de raças — tudo isso que se estuda no capítulo da aculturação, da assimilação, da acomodação, etc., etc. — desempenham, dentro da configuração total, muito mais a função de mascarar a natureza real das relações concretas de que historicamente resultaram. Inadvertido disto é que, não raro, o bom senso de muitos desconcerta-se vendo apresentado como “acomodação” o que é fruto evidente de uma situação de conflito. Para não ir muito longe, poderia servir de exemplo o conhecido estereótipo de que “no Brasil não existe preconceito racial”, que muitas vêzes vem à tona como depoimento dos mais flagrantes que indicam a existência dele.

É sempre dentro de estruturas sociais historicamente concretas que grupos étnicos diversos entram em relações e sem se compreender ao vivo a correlação interdependente e dinâmica que existe entre as relações de raças e o contexto dentro do qual se estabelecem, pode-se ir, quando se vai, até ao registro dos fatos — jamais à sua análise e interpretação científica. Os problemas sociais não aparecem como estrelas isoladas: são sempre encontrados como parte-de constelações e só como tais podem ser estudados e compreendidos.

Se estas foram algumas de nossas preocupações básicas na metodologia desta pesquisa — cumpre-nos agora referir também alguma coisa com a qual não nos preocupamos.

A primeira delas foi a discussão frontal a respeito da superada questão de saber se o negro é ou não igual ao branco — do ponto de vista de suas potencialidades genéticas, de suas qualidades biológicas, da capacidade

que tem de ser socialmente igual a qualquer outro grupo étnico desde que isso seja sociologicamente possível. Esta questão ficou de lado porque a consideramos já sobejamente resolvida pela história e exaustivamente esclarecida pela ciência. As muitas pessoas que ainda têm dúvidas sobre o assunto, que ainda não se curaram da fobia racista e que ficarão desiludias de vêr que o problema não é aqui tratado — se acaso estão interessadas em saber o que a ciência moderna tem de estabelecido sobre o assunto devem, antes de continuar a leitura d'êste livro, ler um ABC de antropologia e lá se instruírem sobre a matéria.

Se a ciência avança tornando as conclusões de estudos anteriores pontos de partida para novos estudos — assim foi que procedemos, pois não seria possível deixar as bases de nossas sondagens descerem ao nível onde se situa a opinião dos que ainda pretendem que seja levada a sério a noção de que o negro é um ser inferior. O que se afirma na já famosa *Declaração sobre a Raça* exprime o que a ciência tem estabelecido sobre o assunto e isto está implícito no esquema conceitual d'êste trabalho.

Enterrando em cheio a mão na vida de nosso País, de nossa cidade e do nosso tempo é possível que, inadvertidamente, alguma vez os ombros tenham ido, no impulso, de encontro à sensibilidade de respeitáveis figuras, vivas ou mortas, que, por sua relação com o assunto, não podiam deixar de ser referidas e analisadas. Essa posição involuntária e um tanto incômoda de *cobaias* resulta, por sua vez, da importância que elas têm na fatia da realidade social que pretendíamos estudar. De qualquer sorte, se apesar da nossa preocupação de respeitar a opinião e a dignidade de cada uma, acaso restou motivo de ressentimento, apressamo-nos a apresentar as nossas antecipadas desculpas e a garantia mais formal de que a intenção de

ferir quem quer que seja não nos passou, em nenhum momento, pela mente.

Outra preocupação que não tivemos foi a de *encerrar* o assunto aqui tratado. Certo ou errado, o desenrolar da pesquisa nos convenceu de que palmilhávamos um caminho quase virgem e não podia querer derrubar toda a floresta quem se dava por muito feliz em ter aberto uma pequena clareira. Estamos convencidos, mais do que ninguém, que os esforços ora feitos já terão alcançado muito se conseguirem apenas contribuir para colocar os estudos sociológicos sobre as relações de raças no Brasil num plano autenticamente científico. Não tivemos a ingenuidade de supor que o assunto ficaria *esgotado*; quanto mais enxergamos dentro dele mais claro nos parece que ele é inesgotável. Analisá-lo e compreendê-lo, em toda sua extensão e gravidade, não é tarefa para um cientista; é programa para gerações de cientistas e muito nos felicitaremos se os futuros leitores dêste trabalho entenderem isso com a mesma clareza com que a cada dia os fatos nos impuseram essa verificação.

Se procuramos transmitir aos que nos lêem essa impressão e esse estado de espírito é porque estamos convencidos de que um dos efeitos mais sérios e uma das consequências mais características do desembaraço com que alguns observadores, nacionais ou estrangeiros, uns afirmam, outros confirmam, martelando aos nossos ouvidos que "no Brasil não existe problema racial", consiste na nossa despreparação de espírito para prever as fases mais agudas da tensão racial em processo, provendo conscientemente os meios de seu tratamento esclarecido. Na maioria dos casos, oprimidos pela pobreza científica dos conceitos com que laboram, o que pretendem dizer é que o problema do preconceito ou da discriminação racial entre nós não é igual às feições extremas que assume ou assumiu nos Estados Unidos, na Alemanha nazista ou na África

do Sul. E por não poderem ou não saberem estudar a questão fora dêsse esquema dicotomizado, julgam se livrar das dificuldades pelo fato de desconhecê-las.

Por outro lado, a importância e a significação do problema que constitui o objeto de nossa pesquisa não saltam aos olhos de todos ao seu simples enunciado. Há mesmo os que se dizem fartos do assunto e acham que se devia falar menos sobre êle. Do mesmo modo, se pretendessemos estudar, por exemplo, o problema do emprego de pessoas portadoras de defeito físico — provavelmente, a maior parte das pessoas que não têm defeito físico, estariam inclinadas a achar que há muitos outros assuntos mais importantes carecendo de estudo. E mesmo o especialista a quem se desse êsse tema para pesquisa talvez achasse, de começo, que não existe muito material sôbre o problema, ou que sua importância é muito pequena e não justifica o esforço. Começasse êle a trabalhar, a meditar sôbre as proporções do problema para a sociedade e para os indivíduos diretamente interessados, voltasse sua atenção sistematicamente para o assunto — e logo perceberia a envergadura real de seu objeto de estudo, os inúmeros outros aspectos com que êle está ligado, e o *material*, que de início parecia tão restrito, iria aparecendo em ondas volumosas.

Atitude semelhante constatamos em muitas pessoas durante a preparação dêste trabalho, que não se advertiam da significação que tem a questão racial para o Brasil e para o mundo e que por não terem jamais assistido ao linchamento de um negro por uma turba enfurecida não julgavam que, no Brasil, onde o negro no passado servia tão bem para trabalhar e para apanhar, pudesse êle constituir matéria para um estudo sério, que não o olhasse apenas do ângulo do pitoresco.

Impõe-se, por consequência, que o leitor assuma diante dêste livro um estado de espírito semelhante àquele com

que êle foi escrito — senão do ponto de vista científico, ao menos do ponto de vista humano.

Cumpre-nos, agora, dizer algumas palavras sôbre o procedimento da pesquisa.

Do que ficou dito e do que adiante será verificado, pode-se concluir quanto foi eventual e aleatório o material que se encontra na bibliografia “áfro-brasileira” e que aqui pudemos utilizar para os objetivos do presente estudo. Passando-a em revista, ela nos foi útil principalmente para situar a nossa pesquisa em face dos objetivos perseguidos por aquêles estudos anteriores, o que muito nos ajudou no esforço de deslocar o eixo da análise do estudo das “sobrevivências” que resultam das relações de raças para a consideração dessas próprias relações, que era o que fundamentalmente nos interessava. Essa bibliografia, que é crescida, dispensamo-nos de citá-la.

A bibliografia estrangeira que vem citada nas notas de roda-pé ou ao fim do volume — serviu-nos eventualmente para algumas comparações com a situação de outros países ou, principalmente, pelo seu valor metodológico. A mesma observação se aplica aos estudos citados sôbre as relações de raças noutros pontos do Brasil.

Foi-nos de grande utilidade a leitura das teses apresentadas ao 1.º Congresso Brasileiro do Negro, que vêm indicadas na bibliografia, especialmente aquelas escritas por negros que, mesmo quando apresentadas por intelectuais e como *análises* de problemas, utilizamos sempre, em face do escopo dêste estudo, como depoimentos — o que de resto é não sômente legítimo mas também recomendável do ponto de vista da sociologia do conhecimento. Aproveitamos do mesmo modo artigos, discursos, conferências, ensaios, crônicas publicadas na imprensa negra ou não-negra do Rio de Janeiro, assim como notas, editoriais, comentários, clichês, legendas, *slogans* e até a pu-

blicidade comercial impressa nos jornais, negros, procurando sempre descobrir as conotações existentes entre tudo o que flue da vida social do negro em todos os setores e o quadro estrutural dentro do qual êle está integrado na comunidade metropolitana.

Desta forma colhemos um abundante material, que tivemos de submeter a um crivo rigoroso, feito à luz dos objetivos e do escôpo da pesquisa, afim de não reduzir êste trabalho a um mero catálogo das informações recolhidas. Embora utilizadas, e nelas se baseie quanto aqui vai escrito, reduzimos sua apresentação ao justo necessário para documentar as hipóteses centrais do trabalho.

Este crivo também foi aplicado às notas escritas especialmente para esta pesquisa pelo Dr. Edison Carneiro, e já referidas no *Prefácio*. Bôa parte dessas notas referia-se a informações sôbre aspectos da vida e da organização das *macumbas* carioças e das *escolas de samba*, assuntos em que êle, como etnólogo, é notório especialista; outra parte consistiu no relato de informações colhidas por êle em entrevistas, especialmente realizadas para êste fim, com diversos líderes negros, sôbre dados biográficos e pertinentes às suas atividades à frente do movimento negro no Rio de Janeiro.

Estas notas, embora originalmente preparadas para esta pesquisa, foram utilizadas por nós como fontes de documentação e não foram integradas *ipsis literis* ao texto, o que significa dizer que o Dr. Edison Carneiro está isento de qualquer responsabilidade pela interpretação que demos às suas informações.

A estas entrevistas, juntaram-se as notas e observações resultantes das visitas e entrevistas que pessoalmente fizemos, com negros de diversas condições sociais, níveis de instrução, categorias profissionais, geração e sexo. A maior parte delas foi de entrevistas informais, isto é, o

entrevistado era conduzido a dar seu depoimento e a expor suas opiniões sem ter conhecimento de que elas estavam sendo captadas como material de análise de uma situação social dada; noutras, especialmente naquelas que fizemos com negros de instrução mais elevada, ou líderes e dirigentes do movimento negro, os nossos objetivos eram inicialmente expostos e toda a apreciação do material recolhido foi feita levando em conta êsse detalhe (2).

Escusado é dizer que as esferas predominantemente brancas incluíram-se também no campo das observações; não só o comportamento de indivíduos mas também o funcionamento de instituições — clubes, escolas, obras de assistência social, repartições, noticiário da imprensa, famílias das relações do Autor, etc., etc. — observadas do ponto de vista dos objetivos da pesquisa, e, também, através de sondagens diretas, feitas por meio de testes para análise de atitudes e estereótipos raciais, cujos resultados são apresentados e discutidos no Capítulo VI dêste livro.

Os dados estatísticos elaborados nos Capítulos II, III, IV e V são dados oficiais, divulgados em publicações diversas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, que vêm citadas no texto e na bibliografia. Algumas elaborações, feitas especialmente para esta pesquisa, devemos-las à gentileza e cooperação dos Drs. Manuel Di-

(2) Foi para nós de extraordinário valor científico e humano a participação, como observador, nos trabalhos do 1.º Congresso do Negro Brasileiro, reunido no Rio de Janeiro em agosto-setembro de 1950. O conclave nada teve de comum com os anteriores congressos "afro-brasileiros" e representou, na verdade, o papel de uma grande "mesa redonda" em que uma elite negra expoz e discutiu seus problemas, alguns problemas do negro-massa e do povo brasileiro em geral. Tendo assistido a quase todas as suas reuniões e tendo, por escolha da assembléa, presidido as duas primeiras, e mais agitadas, sessões ordinárias — devemos a essa experiência a possibilidade de vêr ao vivo o desenrolar de uma fase decisiva do processo social cuja análise é o objeto central desta pesquisa. Experiências como aquelas e fonte de documentação tão rica e tão direta, substituem, para o estudioso, coleções inteiras de documentação secundária, pois ali encontramos o *que é*; na bibliografia corrente sobre a situação racial brasileira encontramos, na maioria dos casos, o *que se desejaria que fossem* as relações de raças neste País.

gues Jr. e Tulio Hostílio Montenegro, aos quais, bem como ao Professor Giorgio Mortara e ao Dr. Ernani Thomóteo de Barros, pelos dados estatísticos que nos forneceram, exprimimos aqui os nossos calorosos agradecimentos.

Estes agradecimentos se estendem a todos quantos, brancos e pretos, nos trouxeram, verbalmente ou por escrito, espontaneamente ou a nosso pedido, os seus depoimentos, as informações de que dispunham, as notícias e os "casos" que sabiam, recortes de jornais, fotografias, sugestões para leituras, indicações bibliográficas, experiências pessoais sôbre mil situações concretas e vividas — em suma, uma montanha de documentação que nos encheu páginas e páginas de cadernos de notas. Os mesmos agradecimentos não podem ser negados, também, àqueles que, brancos e pretos, por nós solicitados, negaram-se a colaborar no estudo científico das relações de raças no Rio de Janeiro: estas abordagens fracassadas contribuíram para não poucas páginas dêste livro. A todos êles, cujos nomes são aqui omitidos, registramos nossa profunda gratidão.

Escusado é dizer, finalmente, que ao lado das técnicas formais de coleta de dados e da documentação escrita utilizada e sempre citada nas páginas que se seguem — uma fonte permanente e infinitamente variada, de onde fluiu bôa parte do material aqui apresentado e interpretado, consistiu na participação consciente, interessada e cientificamente alertada do cientista na situação social que lhe coube estudar. Chame-se isto de *insight*, *Verstehen*, *observação participante* ou de qualquer outro nome, o fato é que, para quem, por vocação e por profissão, votou sua vida ao estudo científico das relações humanas — participar deliberadamente de determinadas esferas destas relações, assumir dentro delas diferentes papeis, e observar, e "tomar consciência do processo histórico que

se desenrola em torno de si" é, para o cientista social, uma fonte permanente e insubstituível de elementos que êle procura, pois sociologia é, em última análise, o estudo científico da vida quotidiana. Mergulhado nela, cumpre ao sociólogo observá-la, fazer sua análise e a sua crítica, duvidar metódicamente do que a outros parece óbvio, trabalhar com hipóteses que incidam nas fronteiras entre o conhecido e o por conhecer — e fazer o que o gênio de Goethe poz na boca de seu personagem:

*"... .. Enterra em cheio
a mão na vida humana; toda gente
a vive, sim, mas poucos a conhecem."*

PARTE SEGUNDA



A SITUAÇÃO RACIAL

1. *Demografia*
2. *Estratificação social*
3. *Ecologia*
4. *Situação cultural*
5. *Atitudes e Estereótipos*

DEMOGRAFIA

*Composição étnica da população do Rio de Janeiro
— Evolução da representação dos grupos de côr —
Sexo e idade — Índices diferenciais de natalidade e
mortalidade — Significação sociológica dos dados ana-
lisados.*

Do ponto de vista da composição étnica, a tendência dominante na população brasileira, nestes últimos 70 anos, tem sido, de modo geral, no sentido do crescimento da parte branca da população, que tem aumentado sua quota sobre a população total, em virtude do crescimento menos acelerado da quota dos não brancos (1).

Pelo quadro abaixo vê-se que entre 1872 e 1940 os brancos, que representavam, na primeira data, 38,11 % da população, passaram a 63,52 %, enquanto que os de côr diminuíram de 61,89 % para 35,88 %.

(1) Nestas elaborações o nosso interesse está concentrado sobre os contingentes de brancos, pretos e pardos. Só eventualmente nos referiremos aos amarelos ou a quaisquer outras discriminações. Ver-se-á que muitas vezes, preferimos falar dos "grupos de côr", somando, os pretos aos pardos, por motivos que, no correr dessas páginas, serão repetidamente justificados. Por outro lado, na maioria das tabelas que se vão seguir, aos pardos, que incluem os diversos tipos de mestiçagem encontrados no Brasil, estão somados aqueles que, nas declarações cessitárias, figuram sob a rubrica, "de côr não declarada. A justificação desse procedimento encontra-se nos próprios critérios referidos nas fontes censitárias consultadas, Cfr., especialmente, "Estudos sobre a Composição da População do Brasil segundo a Côr", "Estatística Demográfica," n.º 11, I. B. G. E. (1950)

QUADRO I

Brasileiros, segundo a côr, em diversos censos ()*

CÔR	DADOS ABSOLUTOS			PERCENTAGENS		
	1872	1890	1940	1872	1890	1940
Branca	3.853.440	6.302.198	26.206.576	38,11	43,97	63,53
Parda	4.262.308	5.934.291	8.759.646	42,15	41,40	21,23
Preta	1.996.313	2.097.426	6.043.542	19,74	14,63	14,65
Amarela	—	—	243.180	—	—	0,59

(*) Os dados sobre a composição segundo a côr da população brasileira, em 1950, não haviam sido publicados quando este estudo foi completado.

Esta tendência à diminuição dos grupos de côr na massa demográfica do Brasil resulta de diversos fatores, todos atuando no mesmo sentido. Entre eles podem ser ressaltados, pela influência ponderável e permanente que têm tido, os seguintes: a) a contribuição trazida pelos imigrantes, que vêm aumentar, quase que exclusivamente, a parte branca da população; b) as taxas de mortalidade relativamente maiores dos pardos e pretos; c) a *passagem* dos pardos e dos pretos à condição de brancos, em consequência da constante e profunda mestiçagem que se vem historicamente operando no Brasil entre os grupos étnicos que aqui coexistem (2).

(2) O Prof. Giorgio Mortara, adotando hipóteses e estimativas baseadas em dados dos censos de 1872 e 1940, calculou em 4 milhões a *quota de transferência* de pardos e seus descendentes para o grupo branco no período que decorreu entre aquelas duas datas. Cfr. op. cit., pag. 38. Aceitando-se essa estimativa, conclue-se ter sido aproximadamente de 59.000 por ano o índice de *passing* entre esses dois grupos naquele período. Nos Estados Unidos, segundo os cálculos de E. W. Eckard, no decênio 1930-1940, 26.000 pessoas computadas como "colored" passaram, por miscigenação e "branqueamento", a figurar como brancos, o que significa uma quota anual de transferência de 2.600, flagrantemente menos do que a estimada para o Brasil. Cfr. E. W. Eckard, *How Many Negroes "Pass"*, The Am. Jour. of Sociol., vol. LIII, n.º 6 May 1947, pag. 498 e ss; John H. Burma. *The Measurement of Negro*

Contra aqueles fatores, mas sem conseguir alterar suas consequências, milita a maior natalidade da população de côr — mas isto não tem sido razão bastante para modificar o sentido da tendência secular, que resulta, inclusive, de um maior incremento natural em consequência dos índices de mortalidade também mais elevados dos grupos não-brancos.

A prevalência da população branca sôbre o total da população brasileira, embora claramente definida, não tem sido uniforme em todas as regiões do território nacional. Para os Estados do Sul do País é que se têm dirigido as maiores ondas de imigração exterior e isso contribui, como fator extremamente importante, para o maior crescimento relativo da quota de brancos na região meridional do Brasil (3).

Por outro lado, noutras regiões do País, há Unidades federadas em que o crescimento da quota de brancos foi muito diminuta (na Bahia ela passou de 24 para 29% no período considerado), e outros ainda, como o Rio Grande do Norte, em que o contingente de população branca diminui ligeiramente, passando de 43,79% para 43,48% da população total, no mesmo período.

A quota dos pretos diminuiu nos Estados de Sta. Catarina, Rio Grande do Sul, Paraná, S. Paulo, Espírito

"Pass", id. *ibid.*, n.º 1, July 1946, pag. 18 e ss.; W. M. Kephart, *Is The American Negro Becoming Lighter?*, *Amr. Soc. Rv.* 13, n.º 4, August 1948, pg. 437 e ss. Este último artigo é um comentário crítico à opinião de Ralph Linton, segundo a qual o problema racial americano desapareceria no futuro em consequência do "branqueamento" progressivo da população de côr. Da análise de Kephart o argumento de Linton resulta insustentável pois, segundo demonstrou Eckard, se sômente o *passing* fosse solução para o problema racial americano, ter-se-ia de esperar 6.000 anos por essa solução...

(3) A influência das migrações externas no aumento da quota dos brancos é circunstância que, aliás, decorre de um postulado explícito na projetada legislação que regulará o assunto, pois ela tem como um dos seus objetivos defender a nossa "ascendência européia". (!) Escusado é dizer que a nossa ascendência histórica é muito menos exclusivamente européia do que o texto do projeto parece supor.

Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso, Pará, Bahia e no Distrito Federal; aumentou nas demais Unidades. A marcha do fenômeno, quanto aos pardos, consistiu na diminuição registrada em todas as Unidades, com exceção da Bahia. A completa indeterminação dos critérios censitários no que se refere à discriminação entre êsses dois grupos, aconselha, por consequência, encará-los em conjunto para a maior parte das elaborações estatísticas; advirta-se, entretanto, que é igualmente arbitrária a discriminação entre pardos e brancos pois todas essas classificações, na maioria dos casos, só refletem a opinião do recenseado sobre o grupo étnico no qual êle julga, ou deseja, estar incluído.

Que isto tenha relevante valor sociológico — ninguém pode duvidar, especialmente quando somos pessimistas à respeito da possibilidade de serem encontrados outros critérios biológicos absolutamente objetivos que permitam uma exata classificação dos grupos étnicos. Não seria possível, entretanto, nem mesmo desejável, aprofundar aqui este aspecto do estudo da situação racial brasileira.

Vejamos agora, projetada sobre êsse fundo, largamente esboçado, a composição étnica do Distrito Federal, objeto específico de nossa análise.

Dos dados atrás apresentados verifica-se que, na Capital da República, prevaleceu também a tendência geral notada no País no sentido do aumento progressivo do contingente de brancos no conjunto da população. É o que se destaca no quadro abaixo transcrito:

QUADRO II

Evolução da composição étnica do Distrito Federal
1872-1950

DADOS PERCENTUAIS

<u>CÔR</u>	<u>1872</u>	<u>1890</u>	<u>1940</u>	<u>1950</u>
Branca	55,21	62,71	71,10	69,86
Preta	24,13	12,34	11,31	12,30
Parda	20,66	24,94	17,31	17,50
(Preta e Parda)	(44,79)	(37,20)	(28,62)	(29,80)
Amarela	—	—	0,09	0,04
Não declarada	—	—	0,19	0,30
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Enquanto que a proporção dos brancos passou, entre 1872 e 1950, de 55,21% para 69,86%, a dos pretos, no mesmo período, diminuiu de 24,13% para 12,30% e a dos pardos de 20,66% para 17,50% (4).

Apesar de seguir a tendência dominante até 1940 e apresentar um aumento progressivo da quota de brancos — a população do Distrito Federal revela no período considerado uma evolução que segue linhas peculiares.

(4) Se considerarmos o período que decorre entre 1872 e 1940 a tendência ao branqueamento é uniforme em curva ascendente. Já no último censo de 1950 observa-se uma diminuição relativa da quota dos brancos compensada por um aumento proporcional da representação dos de côr, especialmente dos pretos. Embora os brancos se apresentem como parcela maior em 1940 e em 1950, neste último decênio sua superioridade relativa diminuiu em relação aos de côr, pois os brancos, que representavam, em 1940, 71,10% da população carioca, representam, em 1950, 69,80%, enquanto que os de côr aumentaram a respectiva quota, no mesmo período, de 28,62% para 29,80%. A diminuição de 1,30% na quota dos brancos é quasi coincidente com o aumento de 1,29% verificado na quota dos de côr mais os de côr não declarada. Não se divulgou ainda o resultado definitivo das apurações sobre a composição étnica da população geral do Brasil em 1950, o que nos impede de verificar se a mesma tendência ocorre no âmbito nacional. É provável que isto aconteça pela queda da mortalidade que foi observada e que beneficia principalmente as classes sociais em que os de côr se concentram, já

Embora superior à media nacional, a quota dos brancos aqui encontrada é menor do que a de todos os Estados da Região Sul; por outro lado, o contingente de côr, sendo inferior à média nacional, excede, entretanto, à encontrada nos mesmos Estados. Trata-se, portanto, de uma situação particular ao Rio de Janeiro, que decorre da circunstância de aqui estar um centro industrial importante e a maior concentração urbana do País. Dêsses dois fatores, de ordem econômica e sociológica, é que principalmente resultam os traços particulares da situação demográfica e da composição étnica da comunidade metropolitana, campo definido de nossa pesquisa. Acresce, ainda, a circunstância de ser o Rio de Janeiro a séde pletórica de órgãos, repartições e serviços oficiais e privados, que aqui se concentram e multiplicam, acentuando os aspectos específicos de sua fisionomia demográfica e sociológica, o que tudo se reflete, de modo direto, sôbre a situação das categorias étnicas que aqui vivem e sôbre o tipo de relações que entre si mantêm.

As análises preliminares que se vão seguir visam demonstrar êsse fato, que se retrata visivêlmente na composição demográfica da cidade; servem, por outro lado, para colocar, em bases objetivas, os termos da questão, que teremos adiante de analisar, em seus principais aspectos.

No quadro seguinte temos a população do Distrito Federal discriminada por grupos de côr e por sexo.

que a mortalidade parece ter diminuído principalmente em função de medidas de saúde pública e higiene social. Parece lícito supor, entretanto, que o aumento da representação proporcional dos pretos na população do Distrito Federal é uma consequência direta — permanecendo iguais os demais fatores das migrações internas que se dirigiam à capital da República vindo do interior, em cujas correntes os elementos de côr estão fartamente representados. Entre 1940 e 1950 os pretos aumentaram de 46,61%, os brancos de 32,41% e os pardos de 36,18%.

QUADRO III

População do Distrito Federal, segundo a côr, por sexos.
(1950)

CÔR	HOMENS	%	MULHERES	%
Branços,	1.829.146	71,30	831.688	68,48
Pretos	130.309	11,20	162.215	13,35
Pardos	190.210	17,13	216.725	17,85
Amarelos	700	0,07	332	0,02
Não declarada	3.425	0,30	3.701	0,30
TOTAL	1.162.790	100,00	1.214.661	100,00

O que primeiro se observa ao analisar êsses dados é que, como geralmente acontece nas grandes aglomerações urbanas, as mulheres constituem maioria sobre o total. Esta predominância, entretanto, não é comum a todos os grupos: entre os amarelos, os homens constituem contingente maior. (5)

A superioridade feminina nos grupos de população não branca no Rio de Janeiro — excetuados os amarelos — parece resultar de dois fatores de primordial importância: a) a maior mortalidade masculina entre os de côr e b) a alta representação de mulheres de côr, nas correntes de migrações internas, que convergem de vários pontos do território nacional para a metrópole.

(5) Esta circunstância está a indicar que naqueles grupos étnicos formados principalmente por influência das migrações exteriores, nas quais os homens adultos tendem a predominar, a composição por sexos deixa refletir o fato nitidamente. Em 1940, entre os brancos residentes no Distrito Federal, os homens ainda constituíam maioria, havendo 953 mulheres para cada grupo de 1.000 homens; já em 1950 o número de mulheres brancas era maior do que o de homens da mesma côr. Em 1950, embora o número de homens brancos já seja menor do que o de mulheres da mesma côr, esta diferença é muito mais acentuada nos grupos preto e pardo, em consequência, provavelmente, da representação elevada das mulheres de côr nas correntes de migração interna que se dirigem para o Distrito Federal.

Vejamos, em primeiro lugar, o papel que têm as migrações internas na composição étnica da população do Distrito Federal.

É sabido que, nas migrações, em regra, quanto maior a distância, maior a prevalência masculina nas correntes demográficas que se deslocam; reciprocamente, nos deslocamentos a curta distância, costumam predominar as mulheres, especialmente naqueles de caráter rural-urbano. Nesse segundo tipo se incluem as migrações que das zonas rurais dos Estados vizinhos ou próximos demandam a cidade do Rio de Janeiro. (6)

Núcleo urbano e industrial em expansão, o Distrito Federal tem atraído fortes correntes de migrações interior e estas, quando discriminadas pelos sexos, revelam, caracteristicamente, o seguinte: nas migrações que partem das zonas rurais mais próximas as mulheres constituem maioria, naquelas que têm origem em regiões mais distantes é nítida a predominância masculina. Tomando por base os habitantes nascidos noutras Unidades da Federação e residentes no Distrito Federal em 1950, neles encontramos o saldo residual das trocas de populações processadas anteriormente àquela data; discriminando-se por sexo, vê-se confirmado o padrão a que acabamos de nos referir.

Os Estados mais próximos, como Minas, Estado do Rio, Espírito Santo, especialmente os dois primeiros, que apresentam altas quotas de população rural que se deslocam para o Distrito Federal, contribuem predominantemente com população feminina, enquanto que os homens em geral constituem a maioria dentre os que provêm de regiões mais afastadas da Capital do País.

(6) Sobre o assunto Cfr. — L. A. Costa Pinto e J. Magrassi, *Migrações Internas no Brasil*, Rio, (1952), edição do Instituto de Economia da Fundação Mauá.

Não existem informações quantitativas que nos permitam uma visão do carater etnicamente seletivo dessas migrações interiores; a apuração censitária desprezou êste aspecto. É certo que determinado número dos que, nas respectivas comunidades de origem, não teriam dúvidas em se declararem de côr, aquí talvez preferissem clarear seus matizes; mas, apesar do carater de aproximação que têm todas essas indicações, seria de grande valor a discriminação pela côr dos nascidos num ponto do território nacional e residentes noutro, pois êste seria o único meio direto de se obter informações sobre o carater seletivo ou não, segregador ou dispersivo, que acaso tenham as migrações internas sobre os diferentes grupos étnicos.

Estamos fortemente inclinados a tomar como bem fundada a hipótese de que, nessas migrações que do interior se dirigem para a área metropolitana do Distrito Federal, é relativamente elevada a quota de habitantes de côr. Disto existêm indicações circunstanciais muito seguras, como se verá em mais de uma passagem dêste trabalho; o serviço doméstico, no qual as mulheres de côr constituem a maioria; a indústria textil que representa um numeroso ramo de ocupação feminina no Distrito Federal e na qual as operárias de côr comparecem com índices elevados; e, por fim, as oportunidades abertas ao trabalho feminino pelos serviços, pelos escritórios e pelas repartições públicas — são fatores inerentes ao núcleo urbano que influem de modo decisivo no atrair população de côr, notadamente feminina. Por outro lado, o carater mais impessoal das relações sociais na vida urbana é fator que contribui, ao lado dos demais, para que muitas pessoas de côr procurem numa comunidade maior meios de ascender na escala social.

Dessas e outras circunstâncias resulta que o Distrito Federal apresenta uma composição étnica que discrepa, pela maior presença de elementos de côr, do padrão do-

minante no Sul do País. Aquí não só a imigração contribuiu relativamente menos do que, por exemplo, em Santa Catarina ou no Paraná, para aumentar a quota dos brancos, mas também essa influência foi contrabalançada pelos contingentes de côr que entram por via das migrações internas. A êsses fatores alia-se, ainda, um característico geral das populações urbanas que é a fraca natalidade, mais fraca ainda entre os brancos do que entre os de côr, diferença parcialmente compensada pela maior mortalidade dêstes.

Assim como a composição por sexos e em consequência dos fatores econômicos, sociológicos e demográficos que têm historicamente influido para o crescimento do Distrito Federal — também a composição por idades dos diversos grupos étnicos apresenta uma distribuição muito característica. Em todos eles destaca-se o grupo de 20-39 anos, população adulta e ativa que afluê à comunidade metropolitana em busca de oportunidade de emprego. Nas idades senis, diminue a proporção dos pretos no conjunto da população em consequência da maior mortalidade neste grupo, especialmente a mortalidade masculina. Apesar dos “erros de envelhecimento” tão frequentes nos velhos, e ainda mais frequente nos de côr, a fraca representação destas idades mais avançadas, além de ser um característico comum às populações urbanas, parece resultar evidentemente da maior mortalidade dos homens de côr, fato que está diretamente ligado ao status econômico e social inferior que ocupam na estrutura social. Esta situação, por outro lado, fica invertida se considerarmos (como está na tabela seguinte) a proporção dos habitantes em idade senil em cada grupo étnico. Neste caso, como os “erros de envelhecimento” são mais frequentes entre os pretos, êstes comparecem com maior representação.

Analisada mais de perto a pirâmide das idades da população carioca discriminada pela cor, parece confirmar-se, mais uma vez, a hipótese de que é bastante significativa a influência das migrações internas para aumentar a representação das mulheres de cor em idade ativa no conjunto da população. De fato, em todos os 3 principais grupos étnicos os homens de 20-29 anos estão em maior número do que os de 10-19 anos. Entre as mulheres essa predominância só se encontrava em 1940 entre os pretos, o que tudo indicava ser consequência do êxodo de moças desta cor, naquelas idades de 20-29 anos, das zonas rurais adjacentes, especialmente do Estado do Rio e de Minas Gerais, em busca de ocupação nas indústrias e no serviço doméstico no Rio de Janeiro; já em 1950, também entre as mulheres brancas, o grupo de 20-29 excedeu o de 10-19 anos de idade.

Idades	Branco		Preto		Pardo	
	H.	M.	H.	M.	H.	M.
0 - 4	87.511	85.049	16.802	16.555	26.015	25.831
5 - 9	69.957	69.088	12.818	13.097	20.199	20.429
10 - 14	68.429	70.981	12.292	15.282	19.896	21.491
15 - 19	78.395	79.947	14.398	20.341	22.161	25.510
20 - 24	90.260	87.868	15.899	21.265	24.810	26.191
25 - 29	81.672	79.356	13.851	16.606	21.256	21.282
30 - 39	132.319	131.872	20.464	23.828	30.479	31.698
40 - 49	105.931	98.226	12.729	16.154	18.734	20.723
50 - 59	66.447	65.090	6.652	10.038	9.745	12.340
60 - 69	34.434	39.742	2.862	5.207	4.149	6.936
70 - 79	10.107	16.768	779	2.015	984	2.567
80 e mais	1.864	5.042	308	1.140	255	1.060
Idade ignorada	1.800	2.059	455	687	527	667
TOTAL	829.146	831.688	130.309	162.215	199.210	216.725

Os índices diferenciais de natalidade e mortalidade têm também, naturalmente, sua parte de responsabilidade na diversa composição por idades dos grupos étnicos no Rio de Janeiro. Assim é que a menor proporção de brancos em idades infantís e juvenís — 0 a 19 — parece evidentemente resultar da mais fraca taxa de natalidade neste grupo, o que por sua vêz acontece não em função de característicos antropológicos mas exclusivamente porque, nas classes sociais onde as práticas restritivas de natalidade estão mais difundidas, os brancos constituem esmagadora maioria.

A menor mortalidade dos brancos e a maior mortalidades dos pretos resulta em que, embora nasça um menor número de crianças brancas, elas têm maior probabilidade de sobreviver; enquanto que embora nasça um maior número de crianças pretas, elas têm maior probabilidade de morrer. Em consequência dessa correlação inversa — descontando-se a maior frequência de "erros de envelhecimento" entre os pretos — ocorre que, na medida em que avançam as idades, tende a aumentar a quota dos brancos, que passa de 68,69% no grupo de 0-19 anos para 79,27% no de 60-79 anos em 1940; em 1950 manteve-se a mesma tendência ao aumento da proporção dos brancos com o subir da idade.

O estado e a dinâmica dos diferentes grupos étnicos que compõem a população do Distrito Federal, bem como seus fatores e conotações sociológicas — transparecem com nitidez da análise das tendências da fecundidade nesses grupos. As situações demográficas, quando observadas desse ângulo, aparecem como um *processus*, imediatamente ligado à estrutura social que o condiciona e, ao mesmo tempo, prefigurando a ação reversível que os fenômenos demográficos, na sua evolução, vêm a ter sobre a organização da sociedade que originalmente os engendrou. É pois um excelente instrumento de pesquisas sobre os as-

pectos sociológicos das relações inter-étnicas o que encontramos na análise das taxas diferenciais de reprodução dessas populações.

A despeito das deficiências das estatísticas vitais e dos dados do registro civil, característica conhecida em todos os países de estrutura social e nível educacional semelhante ao nosso (7) — pode-se afirmar com segurança que a população do Brasil se singulariza por sua alta natalidade: o nosso País, ao lado da China, da Índia e da União Soviética, representa, por assim dizer, um dos grandes focos nacionais de reprodução demográfica no mundo moderno. (8)

Todos os grupos étnicos que formam a população brasileira participam com intensidade aproximadamente igual, ou seja, proporcionalmente à sua representação absoluta na população — para o crescimento demográfico do País; em todos eles é bastante elevado o contingente de mulheres que contribuem para a reprodução, e também alta é a prolicidade dessas mulheres, o que tudo decorre, como foi provado, em função de fatores sociológicos e não étnicos. (9)

(7) Cfr. Granville Edge, *Vital Statistics and Public Health Work in the Tropics*, Londres, 1947.

(8) Cfr. J. Lambert et L. A. Costa Pinto, *Problèmes Démographiques contemporains*. (1944)

(9) Cfr. *Estudos sobre a fecundidade e a prolicidade da mulher no Brasil no conjunto da população e nos diversos grupos de cor*. I. B. G. E., 1949.

QUADRO V

Fecundidade e prolificidade nos diversos grupos étnicos no Brasil
(1940)

COR	PERCENTAGEM	
	Sôbre o total das mulheres de 15 anos e mais idade	Sôbre o total dos filhos naci- dos vivos
Branças	63,00	63,48
Pardas	21,15	21,38
Pretas	15,34	14,68
Amarelas	0,51	0,46
TOTAL	100,00	100,00

Sobre esse fundo da situação demográfica do País em conjunto os índices de fecundidade e prolificidade na população quase totalmente urbana do Rio de Janeiro se destacam com características bastantes peculiares, que discrepam bastante da situação nacional, cujo movimento e tendências refletem a predominância da parcela de população rural no Brasil. No Quadro V se incluem os dados essenciais para uma visão geral do comportamento dos principais grupos étnicos no que se refere à fecundidade.

Como ficou dito, em comparação às médias nacionais, a fecundidade no Rio de Janeiro é menor, em consequência de seu tipo, por excelência urbano, de comunidade. O que nos importa aqui, entretanto, é a análise comparada entre os diversos grupos étnicos. E dêsse ponto de vista o que se observa é que, embora sem diferenças notáveis, as mulheres pretas e pardas, estas mais do que aquelas, têm uma taxa cumulativa de fecundidade acima da média, enquanto que as brancas se colocam um pouco abaixo da média. Isto significa, noutros termos, que, de acordo com os dados censitários, o número médio de

QUADRO VI (°)

Fecundidade e Prolificidade no Distrito Federal, segundo a côr

*Filhos tidos, nascidos vivos, por 100 mulheres de 15 anos e mais:

Em geral	Branças	Pardas	Pretas (a)
224,3	223,1	229,0	224,8

Proporção das que tiveram filhos nascidos vivos sôbre 100 mulheres de 15 anos e mais de idade:

Em geral	Branças	Pardas	Pretas (b)
55,5	56,7	54,3	50,9

Filhos tidos, nascidos vivos, por 100 mulheres de 15 anos e mais de idade que tiveram filhos nascidos vivos:

Em geral	Branças	Pardas	Pretas (c)
403,8	393,3	421,5	441,8

(*) Cfr. *Estudos sobre a fecundidade*, etc. — cit.

filhos tidos por 100 mulheres de 15 anos e mais de idade (índice *a*) é de 223,1 entre as mulheres brancas, 224,8 entre as pretas e 229,0 entre as pardas, que assim se collocam em ordem crescente de fecundidade. A menor fecundidade das mulheres brancas e relativamente maior das pretas e pardas resulta ainda evidente quando analisamos a variação da quota de mulheres prolíficas nos diversos grupos de côr (índice *b*). Ela indica que, em cada grupo de 100 mulheres de 15 anos e mais de idade, a proporção das que tiveram filhos vivos é de 55,5 em conjunto, subindo para 56,7 entre as mulheres brancas e descendo para 54,3 entre as pardas e para 50,9 entre as pretas. Comparando-se êsses dados com os anteriores, verifica-se que, a uma proporção maior de mulheres brancas prolíficas, corresponde um número menor de filhos tidos, enquanto que entre as pretas e pardas a u'a menor

proporção de mulheres prolíficas corresponde um número maior de filhos.

Essa correlação inversa entre a proporção de mulheres prolíficas e o número de filhos tidos por essas mulheres traduz a diferença de fecundidade entre as mulheres dos diversos grupos étnicos e resulta do fato do grupo branco se confundir com as camadas de status superior, onde a restrição voluntária dos nascimentos é mais difundida, enquanto que o grupo preto se situa preferencialmente naquela camada social que é, no mais completo sentido da expressão, a dos *proletarii*. Esses fatos, cuja prova e significação adiante será mais longamente demonstrada, tenderiam a ser decisivos na composição étnica da população do Distrito Federal, aumentando expressivamente a representação dos grupos de côr (na hipótese dela depender apenas do incremento natural) — se as taxas de mortalidade infantil não sacrificassem mais os grupos de côr.

As taxas diferenciais de fecundidade dos grupos étnicos podem ainda ser apreciadas de outro modo, considerando o índice *c* do quadro anterior. Neste caso consideram-se não mais as mulheres em geral mas aquelas que tiveram filhos.

Parece não haver dúvida que a menor prolificidade das mulheres brancas em comparação com as de côr resulta da identificação desse grupo com as camadas sociais superiores, onde ocorre com mais frequência a restrição voluntária da natalidade. O caráter urbano da população do Rio de Janeiro afeta a natalidade de toda sua população, em todos os grupos étnicos, quando comparada com a dos demais Estados onde a população rural predomina. Na população do Distrito Federal, porém, a queda da natalidade — como de resto se tem observado em todas as populações — começa pelas camadas superiormente colocadas na "pirâmide social"; como, aqui, essas camadas

são predominantemente brancas, daí resulta, independentemente de fatores antropológicos, que as mulheres brancas refletem em primeiro lugar e mais intensamente a diminuição da natalidade. Isto significa, noutros termos, que são igualmente sociológicas a) tanto as razões que explicam, no Brasil, a menor fecundidade das mulheres do Distrito Federal comparadas com as dos outros Estados, b) quanto, no Distrito Federal, a menor fecundidade das mulheres brancas comparadas com as mulheres pardas e pretas. Trata-se, em última análise, de taxas diferenciais de fecundidade e de prolificidade características, no primeiro caso, de populações rurais e urbanas e, no segundo caso, de classes sociais superiores ou inferiores — com inteira independência do fator étnico. (*)

As variações observadas através das gerações indicam, por sua vez, que as diferenças encontradas na fecundidade dos diversos grupos de cor são mais acentuadas nas gerações mais novas, pois nas idades de 50 anos e mais as diferenças entre as brancas e pardas, por exemplo, variam de 439 para as primeiras a 414 para as segundas, enquanto que nas idades de 35 a 39 anos a variação é de 268 entre as brancas para 342 entre as pardas. A variação da fecundidade entre as mulheres dos diversos grupos étnicos no Distrito Federal parece ser, portanto, fenômeno relativamente recente. (10)

Tendo em mente essas informações gerais sobre a fecundidade dos diversos grupos étnicos no Distrito Federal, podemos agora encarar o problema da natalidade, que àquele está estreitamente relacionado.

Em relação ao quadro nacional é baixa a taxa de natalidade no Rio de Janeiro, embora possa ser considerada

(*) Cfr. J. Lambert et L. A. Costa Pinto, Op. cit., pgs. 90-120

(10) Para maior indicação de informações sobre o assunto, além da citada publicação do I. B. G. E., vide, na série "Análises de Resultados do Censo Demográfico", n.º de número 137, sobre o Distrito Federal,

alta em relação ao quadro internacional: 24, 21 por 1.000. no período 1939-41 (*)

Considerando *per se* os diversos grupos de côr notamos nítidas divergências nas respectivas taxas de natalidade, como se constata no quadro abaixo transcrito:

QUADRO VII

Taxas de natalidade e de fecundidade, segundos os grupos de côr
Distrito Federal,

(1940)

CÔR	Natalidade por 1.000 habitantes	Fecundidade por 1.000 mulheres de 15 a 49 anos
Branca	22,74	83,23
Parda	28,91	98,37
Preta	26,12	78,45
(parda e preta)	(27,82)	(89,95)
Amarela	27,53	108,29
TOTAL	24,21	85,36

Notemos, primeiramente, que, em face da "absoluta inverossimilhança" dos dados registrados, foi preciso retificá-los à luz dos resultados censitários, e são os dados retificados que aqui se apresentam; por outro lado, é interessante notar que essa retificação inverte a tendência do fenômeno, indicando, por essa forma, que a fuga ao registro civil é maior entre a população de côr do que a branca, prova indireta do nível educacional nitidamente inferior em que os de côr permanecem. E' portanto o baixo nível econômico e social das massas de côr do Dis-

(*) A determinação da taxa de natalidade da população brasileira não pode ser diretamente feita em face da deficiência do registro civil. A lacuna foi parcialmente suprida pelo Prof. Giorgio Mortara, Consultor Técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, realizando elaborações e enunciando estimativas baseadas nos dados dos recenseamentos nacionais. Dos resultados assim alcançados é que nos servimos na presente análise.

trito Federal — ou das classes a que pertencem em sua maior parte — o que dá a impressão, se nos limitamos a considerar os deficientes dados do registro civil, de que a natalidade dos pretos e pardos no Rio de Janeiro é menor do que as dos brancos, quando em verdade é precisamente o contrário o que acontece. Vê-se na tabela que nasce um maior número de crianças brancas do que de côr; vê-se também, entretanto, que em relação ao número de mulheres em idade fecunda de cada grupo étnico — a taxa de fecundidade por 1.000 mulheres é expressivamente maior para as de côr do que para as brancas.

Esta mêsse de nascimentos de crianças de côr é infelizmente ceifada em alta escala pela mortalidade infantil — e aqui, mais uma vez, a população de côr paga o doloroso tributo da posição inferior que ocupa no sistema de estratificação social da comunidade metropolitana.

As taxas diferenciais de mortalidade infantil, expressas no quadro seguinte, revelam de modo lamentavelmente significativo que morrem antes do primeiro aniversário 123 sobre 1.000 crianças brancas e que esse índice quase se duplica para as crianças de côr, atingido 227 por 1.000 nascidos.

QUADRO VIII

Probabilidade de morte no primeiro ano de vida, segundo os grupos de côr

(triênio 1939-41)

COR	PROBABILIDADE DE MORTE POR 1.000
Branca	123,38
Parda	240,73
Preta	204,41
(parda e preta)	(227,60)
TOTAL	159,24

Chega, portanto, a 20-25% a quota de crianças pretas e pardas que falecem antes de completarem o primeiro ano de vida, em consequência das baixas condições econômicas e culturais em que vive esse setor da população na Capital do País. Esses grupos de cor representavam, em 1950, mais de meio milhão de habitantes do Distrito Federal, a maior parte deles integrando as camadas mais pobres da população, cujas condições de vida estão nesses dados diretamente refletidas.

CLASSE E RAÇA NO RIO DE JANEIRO



III

ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL

A importância fundamental do problema — Casta e Classe — Conceito de classe social e de estratificação — A participação dos grupos étnicos nos diversos grupos e ramos de atividade econômica — A posição dos grupos de cor na “pirâmide social” no Rio de Janeiro — Significação sociológica dos dados apresentados.

O problema da estratificação social, sua história e seu estado presente, está no coração da situação racial brasileira e deve estar, por consequência, no primeiro plano de qualquer análise científica a que se pretenda submetê-la, muito especialmente quando o interesse se concentra numa organização social caracterizada pela competição crescente que dentro dela se desenvolve, como resultado do tipo de comunidade urbana e industrial que tem assumido o Rio de Janeiro nas últimas décadas.

De fato, a situação social dos grupos étnicos que coexistem no Distrito Federal, bem como as relações que entre si mantêm, são fatos que não podem ser compreendidos fora do quadro da estratificação social em que se encontram, pois aqui, mais visivelmente do que em qualquer parte, circunstâncias históricas particulares fizeram com que estratificação de raça e estratificação de classe não sejam duas realidades independentes — mas apenas dois ângulos pelos quais pode ser observada a configuração única e total das relações de classe e raça no Brasil.

Esta afirmação, que é central na metodologia dêste estudo, carece de ser documentadamente provada antes que dela passemos a retirar tôdas as consequências e implicações que ela comporta. A esta tarefa destina-se êste capítulo, que reunirá os dados essenciais, cuja interpretação sociológica quase se confunde com o próprio escôpo desta pesquisa.

Parece-nos realmente muito difícil discernir, no plano científico, o que há de fundamental e o que há de acessório e secundário a respeito de relações inter-raciais “desde que nos limitamos a fazer observações sobre o comportamento recíproco dos indivíduos de grupos étnicos diferentes que entram em contato, aceitando como fato estabelecido que somente traços antropológicos os distinguem e separam, tudo mais sendo perfeitamente igual; a nosso juízo é justamente por essas diferenças ligadas à estrutura social que a pesquisa deve começar”. (11)

Essa posição metodológica, claramente definida, bem como o modo de abordar os problemas concretos de pesquisa, que dela decorrem, caracterizam-se pela rigorosa vigilância que procura manter contra tôda influência deformadora de ideologias de raça, classe ou império no tratamento sociológico dos problemas de convivência e relações entre grupos étnicos — preconceito que, infelizmente, é muito mais frequente na bibliografia especializada do que geralmente se supõe.

A disposição de abordar o problema por esta forma nos leva, sem a menor dúvida, à necessidade de trabalhar com hipóteses audaciosas, avêssas, por definição, ao conformismo com as meias-verdades solenes de que estão repletos o pensamento tradicional e as opiniões acadêmicas sobre tais assuntos. Nada disso importa, porém, se essas

(11) Cfr. nossa intervenção na reunião do “Comitê de Peritos sobre relações de Raças”, da UNESCO (Paris, dezembro de 1949), publicada na revista “Sociologia”, VI. XII, n.º 1, pag. 1 e sgs.

hipóteses são fecundas como roteiro de pesquisa e se nos ajudam a procurar a compreender os fatos, que são sempre o teste real e supremo de qualquer conhecimento.

Referências ao sistema de estratificação social relacionado ao problema dos contatos raciais podem ser encontradas nas obras de quase todos os pesquisadores, nacionais ou estrangeiros, que estudaram relações de raças no Brasil. Ainda não foi feita, entretanto, a análise séria e frontal, com critério rigorosamente científico, pela qual a importância do assunto no contexto do problema clama há muito tempo. Parece mesmo que o ponto máximo de avanço atingido nessa questão consistiu em se concluir que, nos Estados Unidos, negros e brancos estratificam-se num *sistema de castas*, enquanto que, no Brasil, eles estão estratificados num *sistema de classes*.

Quer nos parecer que esta méra descrição dos aspectos mais aparentes de uma e outra situação está longe de ser suficiente para encerrar o problema; mais que isso, temos a impressão que é precisamente aí que o problema fundamental tem começo.

De fato, além de insuficiente, êsse modo de entender o problema é claudicante do ponto de vista conceitual, pois *casta* e *classe* não são dois fenômenos de espécie diferente: representam, antes, dois momentos, reversíveis, de um mesmo fenômeno; não são, como formas de estratificação social, dois mundos, dois polos opostos — são duas fases de um mesmo processo. Os sistemas de casta, quando historicamente superados pelos fatores de mudança social que operam em suas bases, tendem a se transformar em sistemas de classe. A atual desagregação das barreiras de casta nas zonas urbanas da parte septentrional dos Estados Unidos exemplifica uma fase dêsse processo. Por outro lado, os sistemas de classe, quando a maior mobilidade social que ele permite ameaça a simetria do próprio sistema tendem a se enrijecer, a se petrifi-

car, assumindo, ou reconstituindo, formas de estratificação do tipo de casta, como meio de resistência à sua própria transformação histórica. A esse desfecho foi conduzido o problema na África do Sul, em consequência do agravamento das tensões existentes entre os grupos étnicos que ali convivem e não faltam também no Brasil os que resmungam em voz baixa que essa devia ser a "solução" a ser adotada para o nosso problema racial.

E' fundamental, por consequência, que a focalização do assunto exceda o méro jogo de palavras com que muita vez se procura suprir a falta de conceitos. Só então será possível atingir toda a complexidade da questão e evitar que a ronda dos preconceitos e valorações que cercam o assunto se misturem com as hipótese e indagações científicas, roubando a estas a pureza e objetividade que devem ter.

A importância da diversa posição social dos grupos étnicos no tipo e nas perspectivas das relações de raças é tamanha e de tantos modos se manifesta que não é possível, nem vantajoso, pretender encerrar num só capítulo todas as análises que o problema comporta. Em verdade, nele iremos desembocar seguindo coerentemente qualquer caminho. Por isso reunimos aqui o material existente e disponível sobre a estratificação social dos grupos étnicos no Rio de Janeiro, material que nos permite objetivamente determinar posições básicas na organização econômica e social considerada — deixando para apreciar a plena significação sociológica desses fatos na medida em que se desdobrar a análise de cada ângulo particular sobre o qual a estratificação diretamente influe.

Cumpre-nos ainda, antes de iniciar esta análise, tornar claros os conceitos de *classe* e de *estratificação* social com que vamos laborar, a fim de facilitar a inteligência do texto e das interpretações que, adiante, sobre elas irão repousar. Para isso não retomaremos aqui a discussão do

conceito científico de classe social, sobre o qual já nos demoramos noutros lugares. (12)

Basta-nos indicar, para o objetivo presente, que entendemos a classe como um conjunto de *relações sociais*, que definem uma *posição objetiva* na sociedade; que aquelas relações e essas posições *não são fixas e imutáveis*, pois se transformam com a transformação histórica da *organização social da produção*.

Partindo dessas premissas, conceituamos as classes sociais como grandes grupos ou camadas de indivíduos que ocupam a mesma posição na organização social da produção; e usamos a palavra *estratificação* para designar o sistema total de posições sociais que resulta da existência, da pluralidade e das diferenças entre as classes no interior de uma sociedade.

Partindo dessas proposições introdutórias passemos agora à análise dos dados.

(12) Cfr. L. A. Costa Pinto, *Sobre as Classes Sociais*, in "Sociologia", Vol. VIII, n.º 4 (1945), pg. 242 e ss.; *A Estrutura da Sociedade Rural Brasileira*, in "Sociologia", Vol. X, N.º 2-3 (1948), pg. 156 e ss.; *Pesquisa sobre o Padrão de Vida do Comerciante no Distrito Federal* (1949), pág. 20-21.

QUADRO IX

Distribuição de população de 10 anos e mais, segundo ramos de atividade principal, com discriminação do sexo e da cor, no Distrito Federal (1940)

Atividade principal	Branços	Pretos	Pardos (*)	Amarelos	Total
HOMENS					
Agricultura, pecuária, etc. ..	10 128	2 988	5 011	71	18 190
Indústrias extrativas	2 829	746	891	3	4 469
Indústrias de transformação	91 129	20 191	24 086	71	135 477
Comércio de mercadorias	89 139	4 000	7 842	100	101 081
Comércio de valores, etc. ...	9 746	181	524	9	10 460
Transportes e comunicações ..	43 876	6 395	10 886	40	61 197
Administração pública, justiça e ensino público	33 164	3 405	7 229	40	43 838
Defesa nacional e segurança pública	30 117	3 860	11 372	51	45 400
Profissões liberais, ensino particular, culto etc.	12 837	343	996	11	14 187
Serviços e atividades sociais ..	59 632	6 455	10 946	165	77 198
Atividades domésticas e escolares	80 249	8 728	15 531	82	104 590
Outras atividades e condições inativas	55 716	11 110	15 500	83	72 414
TOTAL	518 562	68 402	110 804	731	698 499
MULHERES					
Agricultura, pecuária, etc. ..	421	100	156	3	680
Indústrias extrativas	61	28	23	1	113
Indústrias de transformação	13 774	2 246	4 990	10	21 020
Comércio de mercadorias ..	7 420	283	732	4	8 389
Comércio de valores etc. ...	1 318	11	39	2	1 370
Transportes e comunicações ..	2 813	45	236	—	3 094
Administração pública, justiça e ensino público	10 872	178	697	3	11 750
Defesa nacional e segurança pública	298	23	87	—	408
Profissões liberais, ensino particular, culto etc.	5 125	135	426	—	5 686
Serviços e atividades sociais	25 222	5 532	8 082	23	38 859
Atividades domésticas e escolares	366 077	71 890	93 636	438	534 041
Outras atividades e condições inativas	57 598	10 283	14 647	39	82 567
TOTAL	490 999	90 704	125 751	523	707 977

Aqui, mais uma vez, é preciso ter em mente, como dado preliminar, que as condições econômicas e sociais tipicamente metropolitanas da Capital do Brasil criam para sua população problemas específicos e formas também específicas de solucioná-los, cujo ajustamento resulta num quadro particular que se distingue bastante dos característicos sociológicos dominantes no quadro nacional. Em consequência do caráter nitidamente urbano da quasi totalidade da população do Distrito Federal, e do fato de aqui estar um dos maiores centros industriais do País, a distribuição da população pelos diversos ramos de atividade econômica é um aspecto onde se refletem os traços peculiares em que a situação do Distrito Federal se distingue da situação do Brasil como um todo.

Logo se faz notar, por exemplo, no que se refere aos quadros de ocupação da população ativa, que as atividades agrícolas, às quais no Brasil está ligada mais de metade da população masculina de 10 anos e mais, ocupa no Distrito Federal 3,56% dos homens que têm atividade extra-doméstica. Nas indústrias extrativas a tendência é semelhante, enquanto que a proporção dos dedicados às indústrias de transformação e à variedade de serviços engendrados pelas condições urbanas do Rio de Janeiro é muito maior aqui do que no conjunto do País.

A estratificação social da comunidade metropolitana obviamente reflete essas diferenças de tipo econômico e, do mesmo modo, a essas diferenças também correspondem formas diversas de participação dos grupos étnicos no sistema de estratificação social. A esse respeito a situação em 1940 — que é a data mais recente a que se referem os dados existentes — está retratada nos números do Quadro IX, com referência aos dois sexos, em índices proporcionais, que traduzem a repartição dos grupos étnicos pelos principais ramos de atividade econômica.

Esses dados referentes à ocupação total, por ramos de atividade, são apenas preliminares e só indicam as grandes linhas da distribuição dos grupos étnicos pelos diversos ramos de ocupação; mas, ainda assim, a sua análise deixa-nos entrever aspectos muito expressivos da posição econômica e social da população de côr no Distrito Federal. Observe-se, por exemplo, que nas atividades agrícolas e extrativas, ramos de atividade de representação relativamente fraca no Distrito Federal, os pretos e pardos aparecem em número nitidamente superior ao dos brancos.

Os dados relativos às indústrias de transformação, que representam no Distrito Federal a atividade extra-doméstica com maior proporção de ocupados, merecem atenção especial. A proporção dos brancos ocupados neste grupo de atividades — 17,57% — é inferior à dos pardos — 21,74% — e ainda menor do que a dos pretos — 29,52%. No sexo feminino a quota das brancas ocupadas neste ramo — 2,81% — é inferior à das pretas — 13,97% — embora superior à das pardas — 2,47%. Desde que os limites entre pretos e pardos são arbitrários e não homogêneos, o fato que ressalta é a forte representação dos grupos de côr, de ambos os sexos, na massa do proletariado industrial do Rio de Janeiro. Adiante, essa impressão será confirmada quando discriminarmos os ocupados neste ramo pelo característico de côr combinado com a situação de empregado e empregador. Ficará nitidamente evidente, então, que foi principalmente essa a posição historicamente conquistada pela grande maioria da população de côr no quadro da comunidade metropolitana após a abolição do trabalho escravo no Brasil.

Nas atividades de comércio, em qualquer de suas modalidades, a superioridade da quota de ocupação dos brancos é visível em ambos os sexos. Fraca também tem sido a infiltração da população de côr nesse setor de

atividades — aliás, no plano nacional o mesmo se verifica — e mais fraca ainda no comércio de valores e crédito, no qual, no Rio de Janeiro, não atingem 1% todos os ocupados de côr de ambos os sexos. As atividades de transporte e comunicações aparecem na Capital da República com outro importante ramo de atividade e nelas, por sua natureza, a maioria esmagadora dos ocupados está na condição de empregado. Aqui, como nas indústrias de transformação, entre os homens, as quotas dos pretos e pardos excedem a dos brancos. Já entre as mulheres ocupadas neste rumo — telefonistas, aero-moças, interpretes, empregadas de escritório, etc. — a quota das brancas é superior à das pretas e pardas somadas. Os pardos constituem a maior quota dos ocupados na defesa nacional e segurança pública no Distrito Federal; neste ramo a quota dos pretos é a menor dentre os três grupos considerados, o que há de se dever, em parte, à quase total exclusão dos pretos do oficialato nas forças armadas do País.

Em face do recrutamento obrigatório, a composição étnica dos quadros moveis das forças armadas há de sempre representar u'a amostra aproximada da composição étnica das idades recrutaveis para o serviço militar; por outro lado, considerando os quadros permanentes, nos quais o oficialato deve representar alta porcentagem, provavelmente os brancos representarão forte maioria — não só por ser mais difícil aos matizes mais escuros atingir os postos superiores mas também por que, em qualquer parte do Brasil, a condição de oficial das forças armadas é bastante para "branquear" qualquer um.

Atentemos agora para dois outros ramos de ocupação cuja posição social é muito significativa: a) administração pública, justiça e ensino público e b) profissões liberais, ensino particular e culto. Neles temos, no Brasil, o grosso da classe média urbana e a quase totalidade do grupo dos chamados "intelectuais" que, por sua condição, está

na maior parte integrado nesta classe, representando não raro aquela parte mais ativa e de mais forte "consciência de classe". A composição étnica deste grupo torna-se assim assaz significativa, especialmente nas condições urbanas peculiares ao Rio de Janeiro: basta dizer que, no conjunto do Brasil, aqueles dois ramos de atividade ocupam 1,48% da parte ativa da população, enquanto que no Distrito Federal essa quota se eleva para 5,36%.

No primeiro daqueles ramos — serviço público civil — a quota maior é, entre os homens, a dos pardos, seguindo-se os brancos e, depois, os pretos. Curioso é notar que a quota de homens pretos ocupados no serviço público civil *é menor do que a dos amarelos*, brasileiros descendentes de chineses e japoneses residentes no Rio de Janeiro. (13)

No que se refere às mulheres a superioridade neste ramo de ocupação está com as brancas, depois vêm as amarelas e, com quotas menores, as pardas e as pretas, nesta ordem.

A ligeira vantagem dos homens pardos sobre os brancos nas ocupações do serviço público civil — 6,52% para 6,40% — só teria sua verdadeira significação realmente demonstrada se tivéssemos uma discriminação dessas ocupações por categoria de função, sendo de todo provável que os de côr se concentrem, em maior número, nas funções subalternas do serviço público, que, dentro de sua hierarquia, constituem a maior parte das funções existentes. Aqui provavelmente ocorre o mesmo que entre os ocupados na defesa nacional: a maioria de pardos que ali foi encontrada não significa que essa composição étnica se estenda a todos os graus de hierarquia e o fato de haver u'a maioria de pardos no total não implica — muito

(13) Em 1940 os amarelos representavam 0,09% da população do Distrito Federal e os pretos 11,31%.

ao contrário — que essa proporção se mantenha desde o nível das praças até aos altos comandos.

A presença de elementos de côr nos quadros do serviço público tem, aliás, a sua explicação particular no próprio mecanismo das relações raciais e na posição do Estado em face dos problemas por elas criados. Mesmo no Estados Unidos, onde as discriminações contra os elementos de côr tem raízes tão profundas na organização social, o governo, tendo a obrigação constitucional de não fazer discriminação entre cidadãos de diferentes grupos étnicos, sempre se viu em contradição com seus agentes — ou seja, em contradição prática consigo mesmo — na aplicação desses princípios. Durante a última guerra mundial a situação tornou-se mais aguda pois o combate ao racismo alemão foi um dos *slogans* generosos em nome dos quais ela foi feita e houve a necessidade de intervenções mais enérgicas do poder público no sentido de permitir a admissão de homens e mulheres de côr como funcionários nas repartições de Washington. Dai resultou uma representação maior desses grupos no funcionalismo público da capital do País, a minorar a aparência odiosa das discriminações feitas à sombra do próprio Capi-tólio. (14)

A presença de um elevado número de pessoas de côr no serviço público no Rio de Janeiro nada exprime, portanto, diretamente, sobre a colocação delas na hierarquia das funções. Nem nega, tão pouco, o fato evidente, e muitas vezes comprovado, da existência de barreiras raciais em carreiras do serviço público, como a magistratura, a diplomacia e o oficialato das forças armadas, especialmente, por tradição, da marinha.

(14) Cfr. F. Frazier, *The Negro in the United States* (1949), pag. 613.

Pouco significa, portanto, discutir se há ou não, em tésé, barreiras de côr no serviço público, pois na verdade o aspecto mais grave do problema não consiste na pura e simples exclusão ou admissão de elementos de côr nessas carreiras; em verdade o problema mais sutil consiste na seleção preferencial — por critérios que em regra não são confessados — de elementos que não são de côr para gosar da oportunidade de ascender a carreiras, funções ou postos hierárquicos aos quais está ligada a idéia de que é inconveniente sejam ocupados por pessoas de côr — porque “lugar de negro é na cosinha porque seria “botar o carro na frente dos bois”, porque “o que diria de nós o estrangeiro se fôssemos lá fóra representados por um *tição*?”, etc.

E' neste plano que se faz o peneiramento desfavorável ao elemento de côr e, por isto mesmo, é claro que para que ela funcione com eficiência — nas condições peculiares ao Brasil — é essencial que ela *não esteja escrita nas leis*, o que, por outro lado, está longe de impedir o funcionamento dos critérios discriminativos, que sempre encontram alegações não-étnicas para se justificarem. (15)

(15) Em anúncios de jornais, no recrutamento para certos empregos em empresas particulares — a exigência de “bôa aparência” (obviamente ao critério do empregador) ou, noutros casos, quando a candidatura ao emprego deve ser feita por carta — o pedido antecipado de uma fotografia do candidato, funcionam como meios diretos e eficientes de fazer a seleção. Para outras funções como, por exemplo, a de *girl* de companhia de revista, nem sequer esses recursos são utilizados: no *Diário de Notícias*, matutino dos de maior circulação no Rio de Janeiro, na edição de 8 de dezembro de 1951, foi publicado, em destaque, um anúncio convidando candidatas a se apresentarem para serem selecionadas a fim de integrarem o corpo de *girls* de grande espetáculo musicado. Neste anúncio lê-se a seguinte exigência: “*candidatas de côr bronça*”. Roda pelos tribunais o caso de um pardo, candidato à carreira de consul, aprovado nas provas intelectuais e reprovado no exame “psicotécnico”. Nem o candidato nem o Itamaraty, em toda a pendência, falam, uma vez sequer, no problema da côr: sobre isso há um acordo tácito, “diplomático”. Na marinha, os jovens que terminam o curso da Escola Naval devem obter do Conselho do Almirantado a chamada “nota de oficialato”. Esta nota é eliminatória e basta que o guarda-marinha tenha um voto

No segundo dos grupos considerados como representativos de largo setor da classe média urbana — profissões liberais, ensino particular, culto, etc. — em ambos os sexos, a quota do grupo branco é bastante maior do que a dos demais. Aqui também, entre os homens, depois dos brancos, vêm os amarelos com a maior quota de ocupados neste grupo, proporcionalmente ao número de habitantes de 10 anos e mais de idade, de cada grupo étnico, presentes no Distrito Federal. Mais uma vez, o fato dos amarelos se representarem em proporção maior nesses ramos de ocupação do que os pretos e mulatos, serve para ressaltar a baixa representação desses últimos nessas ocupações: 1,24% entre os pardos e 0,65% entre os preto.

Antes de analisarmos a composição étnica dos ocupados que se reúnem sob a rubrica censitária de “serviços e atividades sociais”, é preciso saber, para uma justa interpretação dos dados numéricos, os serviços aos quais aquela designação se refere. Sob esse título estão reunidos os ocupados na seguintes atividades: hospedagem e alimentação (hoteis, pensões, restaurantes, etc.); higiene pessoal (cabeleleiros, barbeiros, manicuras, etc.) conservação e reparação de objetos de uso pessoal (sapateiros, alfaiates, tintureiros, modistas, etc.); transportes manuais e de propulsão humana (carregadores, etc.); espetáculos, diversões e desportos; assistência médico-sanitária (enfermeiros, serventes, etc.). Com estes exemplos têm-se uma indicação do tipo heterogêneo de atividades a que a denominação se refere.

contra para não poder prosseguir na carreira. Escusado é dizer que o julgamento e as suas razões são mantidas sob o mais rigoroso sigilo, só se podendo conhecer o resultado final. Certa feita dois jovens não a obtiveram e recorreram aos tribunais, o que tornou pública a questão. Por coincidência ambos eram mulatos. Segundo fomos informados esse dispositivo regimental da “nota de oficialato” foi modificado depois disto. Mais recentemente fato semelhante ocorreu no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva, conforme nota divulgada pelo vespertino *A Notícia*.

Nêste ramo, depois dos amarelos, que têm aqui as atividades que ocupam maior número de homens dêste grupo — estão os brancos, depois os pardos e, por último, os pretos. Entre as mulheres a ordem de colocação é diversa: em primeiro lugar estão as pardas, depois as pretas e, finalmente, as brancas.

Parece ter ficado bem claro, em resultado das análises feitas, o quadro da distribuição dos grupos étnicos no Rio de Janeiro pelos diversos ramos de atividade. Esta visão geral sem dúvida fornece-nos material para algumas indicações e hipóteses sôbre o problema da estratificação social dos grupos étnicos, mas está longe de esgotar a questão.

De fato, quem fala em estratificação social refere-se, necessariamente, a *estratos superpostos* na hierarquia interna da “*pirâmide social*” considerada. Esta análise, no plano *vertical*, dos diversos grupos e camadas que acupam a mesma posição na organização social da produção — é o que nos cabe fazer agora e através dela é que poderemos ter uma visão mais completa da estrutura de classes e, também, para os diferentes grupos étnicos, dos resultados objetivos da mobilidade social operada na sociedade em questão desde o desaparecimento da barreira legal, com a abolição do estatuto escravagista.

Parece-nos que para constatar os resultados objetivos da mobilidade social já ocorrida, um meio essencial de pesquisa é a análise do sistema de estratificação social num momento dado, onde iremos encontrar, não sômente as necessárias informações objetivas sobre o *estado* do problema num dado instante, mas, também, os elementos empíricos para compreender o processo e a *dinâmica* da mobilidade, de que êsses resultados são o mais autêntico produto. Só depois disto é possível, então, partindo dessa análise, fundar em bases sólidas a construção de hipóteses fecundas e operativas capazes de nos orientar no esforço

de discernir as perspectivas e o sentido da evolução do fenômeno para o futuro.

Quando sabemos que em 1872 havia no Distrito Federal 122.250 pessoas de côr (16); que entre êsses pretos mais de metade — e entre os pardos mais de um terço — era de escravos; e observamos, 70 anos depois, a quota percentual dêsses grupos de côr nas classes e posições sociais diversas existentes dentro da estrutura da sociedade — parece não haver dúvida que temos aí um ponto de referência objetivo e seguro para compreender a intensidade e a significação da mobilidade social *de facto* ocorrida nesta sociedade, em relação a êstes grupos — independentemente de qualquer juízo de valor.

E' sobre este fundo real, formado pela situação objetiva da população de côr na sociedade, que se pode, por exemplo — embora desafinando do côro de exclamações um tanto alvares — compreender a significação sociológica das sempre apontadas "honrosas exceções" de homens de côr que venceram a barreira e ascenderam a posições sociais superiores, distinguindo-se nas artes, nas letras, nas ciências e na política. Na verdade, êsses homens-símbolos — os José do Patrocínio, os Luiz Gama, os Juliano Moreira, os Cruz e Souza — que é que de fato simbolizam? Geralmente se entende que eles, com seu rastro de cometas, demonstram a *capacidade* que tem o negro de, por sua atuação na vida nacional, merecer uma vida melhor do que aquela que realmente vive; que o negro não é um ser inferior, como há os que pensam; que ele não nasceu apenas para trabalhar e para apanhar — como uma ilustre dama mandou dizer ao Autor destas linhas quando soube que ele *estava perdendo o seu tempo* dedicando-se ao estudo do negro no Rio de Janeiro...

(16) 66.344 pretos e 55.906 pardos.*

Não duvidamos que as “honrosas exceções” sirvam para demonstrar, pela milionésima vez, essas verdades elementares. Cremos, entretanto, que tudo isso se demonstra muito melhor, não pela minoria, pela elite, ou pelas exceções, que são os negros — fração mínima da população de côr — que ascenderam na escala social, mas pela presença e atuação na história da sociedade no Brasil da própria *massa* de côr, sobre cujos ombros, argamassada com seu suor e seu sangue, vai erguendo, há quatro séculos, a civilização brasileira. Neste sentido, as “honrosas exceções”, como minoria ínfima que constituem — simbolizam muito mais e melhor a envergadura e proporções das barreiras, materiais umas, subjetivas outras, que tiveram e têm de vencer os homens de côr neste País para furarem as linhas e, por um caminho de pedras, alcançarem o padrão social dos grupos dirigentes. Não é por méra coincidência que tais “honrosas exceções”, sobreviventes bem sucedidos da grande luta pela ascensão social, pingam quase que à razão de uma por geração.

Ver-se-á, adiante, que essas exceções não só confirmam o fato objetivo e incontestado da concentração da população de côr nas posições inferiores da sociedade — mas também que a supervalorização delas, feita pelo branco, como prova da inexistência de barreiras raciais, significa, em certo sentido, mais uma forma dessas barreiras ideologicamente se manifestarem e, quando feita pelo próprio negro, mais uma maneira de fuga atrás de símbolos, com que ele procura muitas vezes escapar do seu cotidiano de pária.

Evidentemente o estudo da mobilidade social da população de côr feita através da análise de estatísticas que refletem, num momento dado e atual, os resultados efetivos de um processo anterior — não significa qualquer desprezo pelas chamadas análises “compreensivas” de fe-

nômenos desta natureza; mesmo porque, no correr deste trabalho, muitas análises dêste tipo teremos de fazer. Significa apenas que, utilizando os dados censitários, objetivos e quantificáveis, que existem sobre o problema, não precisamos recorrer a essas *tentativas de interpretação*, geralmente muito mais temperamentais do que científicas, com que até hoje se procurou suprir a falta dessa documentação. Isto tem, por outro lado, uma vantagem metodológica evidente, que é a seguinte: laborando com um material acessível a outros, limitamos, até certo ponto, a margem de erro tão frequente em tais estudos e que consiste em confundir a análise de uma estrutura social com a justificação sub-reptícia de seus desajustamentos, já que o ponto de partida empírico da interpretação proposta está à disposição de todos: os que se aproveitam e os que são vítimas do desajustamento, os que querem apenas estudar a situação e os que, mais que isso, pretendem, também, transformá-la.

Ninguém pode duvidar que nisto consiste uma das excelências desse procedimento, que é precisamente evitar que na coleta de dados sobre a mobilidade as nossas técnicas deixem de ser instrumento de verificação de situações reais para se transformarem em mecanismos de racionalização e justificação, mais do que de análise, das barreiras existentes à mobilidade social dos grupos de cor. (17)

Os dados disponíveis, e adiante transcritos, permitem determinar, dentro de cada grupo étnico, quantos ocupam

(17) Esses problemas de metodologia são longamente discutidos em nosso trabalho *Sociologia e Mudança Social* ("Sociologia", VI, IX, n.º 4, pág. 287 e ss.). Sobre estudos de relações de raças em particular vd. F. Frazier, *Sociological Theory and Race Relations*, Am. Soc. Rv., vl. 12 n.º 3, June 1947; do mesmo autor *Race Contacts and the Social Structure*, id, ibid, vol. 14, n.º 1, February 1948; de Leonard Bloom, *Concerning Ethnic Research*, id, ibid., vol. 13, n.º 2, April 1948 e Gunnar Myrdal, *An American Dilemma*, appendix. *passim*.

em cada ramo de atividade econômica, diferentes posições na organização social da produção: empregados, empregadores, trabalhadores por conta própria, etc. Com isto torna-se possível *verificar* — e não *supor* ou *imaginar* — para cada grande ramo de atividade econômica encontrado no Distrito Federal, o grau e a intensidade da ascensão social dos indivíduos de cor que neles estão ocupados, através dos canais de capilaridade social.

A importância dessa informação é absolutamente fundamental, pois ela responde objetivamente uma questão essencial para nosso estudo: qual o volume da quota de descendentes de *escravos* em 1872 (data do último censo antes da abolição) e *libertos* em 1888, que tinha conseguido passar, em 1940, à condição de membros das camadas superiormente colocadas no sistema de estratificação social?

As tabelas que aqui inserimos permite dar a esta pergunta respostas específicas a) para cada grupo de cor, b) para cada ramo de atividade, c) para cada sexo e d) para cada uma das posições sociais fundamentais.

Noutros termos, isto significa a possibilidade de *verificar* e *afirmar* — e não *supor* ou *imaginar* — entre os empregados, empregadores, etc., de cada ramo de atividade econômica — indústria, comércio, agricultura, etc. quantos são brancos, quantos são pretos, quantos são pardos; e, reciprocamente, entre os brancos, pretos e pardos do Rio de Janeiro — quantos ocupam a posição de empregado, de empregador, etc.

A relevância sociológica dessa informações explica-se por si mesmo e dispensa maiores explanações. Apenas desejamos assinalar que a falta desses elementos informativos, ou a falta de desejo de interpretá-los cientificamente, têm sido, em nossa opinião, o principal fator responsável pela larga circulação que tiveram, em certa época, no

Brasil e no exterior, falsas e apressadas opiniões sobre o estado verdadeiro da situação racial neste País.

Antes de analisar mais de perto êsses dados, porem, é pertinente advertir que, ao lado dos característicos capitalistas de nossa estrutura econômica, particularmente acentuados nas condições de uma comunidade metropolitana, existem, na história e na organização da economia brasileira, fatores persistentes que a tornam caracteristicamente mais centralizada do que outras economias nacionais ao passarem pelo estágio de desenvolvimento em que hoje nos encontramos, fenômeno só aparentemente paradoxal, que tem desorientado alguns analistas de nossa economia e de nossa sociedade, e que consiste no fato da economia brasileira *estar apenas* começando a se expandir e *já estar* fortemente concentrada. O que daí resulta no plano da estratificação social é que a nossa "pirâmide" social como um todo — independentemente de fatores étnicos — apresenta um contorno muito pouco piramidal, caracterisando-se como um vértice minúsculo, separado por um segmento médio muito debil, de uma vasta e volumosa base.

• No que aqui nos interessa em particular, essas circunstâncias indicam que a composição étnica, por exemplo, do grupo dos empregadores significará a participação das diferentes etnias na pequeníssima camada que detem e manipula o controle efetivo dos meios de produção, cujo prestígio social, poder econômico e influência política é tão grande quanto diminuta a sua representação numérica no conjunto da população.

Tendo em mente essas premissas, passemos agora à análise das situações concretas.

QUADRO X

Distribuição dos homens de 10 anos e mais ocupados em alguns ramos de atividades extra-domésticas, segundo a posição na ocupação, com discriminação da cor, no Distrito Federal

(1940)

<i>Atividade principal e posição na ocupação</i>	<i>Branços</i>	<i>Pretos</i>	<i>Pardos*</i>	<i>Amaelos</i>
<i>Agricultura, pecuária, etc. . .</i>	<u>10 128</u>	<u>2 928</u>	<u>5 011</u>	<u>71</u>
Empregado	4 410	2 150	1 951	15
Empregador	691	26	99	3
Autônomo	4 426	725	2 650	53
Membro da família	440	43	263	—
Posição ignorada	161	44	48	—
<i>Indústrias extrativas</i>	<u>2 829</u>	<u>746</u>	<u>891</u>	<u>3</u>
Empregado	1 434	591	356	2
Empregador	82	—	4	—
Autônomo	1 280	149	519	—
Membro da família	7	—	6	—
Posição ignorada	26	6	6	—
<i>Indústrias de transformação</i>	<u>91 129</u>	<u>20 191</u>	<u>24 086</u>	<u>71</u>
Empregado	80 566	19 167	22 606	65
Empregador	3 901	232	95	1
Autônomo	6 251	712	1 259	5
Membro da família	90	5	3	—
Posição ignorada	321	75	123	—

	89 139	4 000	7 842	1 100
<i>Comércio de mercadorias ...</i>				
Empregado	56 221	3 139	6 213	59
Empregador	9 501	36	148	8
Autônomo	22 697	803	1 424	33
Membro da família	299	3	12	—
Posição ignorada	421	19	45	—
<i>Comércio de valores, etc. ...</i>	9746	181	524	9
Empregado	8 077	169	458	9
Empregador	324	—	11	—
Autônomo	1 309	11	52	—
Membro da família	3	—	—	—
Posição ignorada	33	1	3	—
<i>Transportes e comunicações</i>	43 876	6.395	10 886	40
Empregado	37 905	6 002	10 200	39
Empregador	391	7	17	—
Autônomo	5 394	358	618	1
Membro da família	18	—	—	—
Posição ignorada	168	28	51	—
<i>Serviços e atividades sociais</i>	59 632	6 455	10 946	165
Empregado	41 100	4 771	8 153	122
Empregador	3 896	37	117	16
Autônomo	14 027	1 602	2 556	27
Membro da família	164	—	20	—
Posição ignorada	445	45	100	—
<i>Profissões liberais, ens. part. culto, etc.</i>	12 837	343	996	11
Empregado	5 536	282	671	7
Empregador	305	8	11	—
Autônomo	6 459	48	293	3
Membro da família	19	—	2	—
Posição ignorada	518	5	19	1

(*) Inclusive os habitantes de cor não declarada.

QUADRO XI

Distribuição das mulheres de 10 anos e mais ocupadas em alguns ramos de atividades extra-domésticas, segundo a posição na ocupação, com discriminação da cor, no Distrito Federal.

(1940)

<i>Atividade principal e posição na ocupação</i>	<i>Branças</i>	<i>Pretas</i>	<i>Fardas*</i>	<i>Amarelas</i>
<i>Agricultura, pecuária, etc. ..</i>	421	100	156	3
Empregado	149	46	60	—
Empregador	32	1	3	—
Autônomo	142	36	65	2
Membro da família	46	13	17	1
Posição ignorada	52	4	11	—
<i>Indústrias extrativas</i>	61	23	23	1
Empregado	40	21	18	1
Empregador	1	—	—	—
Autônomo	9	4	5	—
Membro da família	—	—	—	—
Posição ignorada	11	3	—	—
<i>Indústrias de transformação</i>	13 774	2 246	4 990	10
Empregado	13 174	2 180	4 798	10
Empregador	81	3	13	—
Autônomo	449	53	156	—
Membro da família	26	—	1	—
Posição ignorada	44	—	—	—

<i>Comércio de mercadorias</i> ...	7 420	233	732	4
Empregado	6 215	181	639	.
Empregador	268	—	8	—
Autônomo	775	45	78	1
Membro da família ...	164	2	4	—
Posição ignorada	58	5	3	1
<i>Comércio de valores, etc.</i> ...	1 318	11	39	2
Empregado	1 259	9	33	2
Empregador	2	—	—	—
Autônomo	51	2	5	—
Membro da família ...	—	—	—	—
Posição ignorada	6	—	1	—
<i>Transportes e comunicações</i>	2 813	45	236	—
Empregado	2 754	37	224	—
Empregador	6	—	—	—
Autônomo	34	3	9	—
Membro da família ...	—	—	—	—
Posição ignorada	19	5	3	—
<i>Serviços e atividades sociais</i>	25 222	5 531	8 082	23
Empregado	10 438	2 358	3 574	10
Empregador	283	10	31	—
Membro da família ...	130	9	33	—
Autônomo	12 478	3 005	4 083	12
Posição ignorada	1 893	140	361	1
<i>Profissões liberais, ens. part. culto, etc.</i>	5 125	135	426	—
Empregado	2 941	102	279	—
Empregador	50	—	3	—
Autônomo	1 049	29	82	—
Membro da família ...	9	—	1	—
Posição ignorada	1 076	4	61	—

(*) Inclusive os habitantes de cor não declarada.

QUADRO XII

Discriminação proporcional segundo a posição na ocupação, em cada ramo de atividade, dos homens de 10 anos e mais de cada grupo de cor, no Distrito Federal (1940)

PROPORÇÃO POR 10 000

<i>Atividade principal e posição na ocupação</i>	<i>Branços</i>	<i>Pretos</i>	<i>Pardos*</i>	<i>Amarelos</i>
<i>Agricultura, pecuária, etc. ..</i>	10 000	10 000	10 000	10 000
Empregado	4 354	7 196	3 893	2 113
Empregador	682	87	198	422
Autônomo	4 370	2 426	5 288	7 465
Membro da família	435	144	525	—
Posição ignorada	159	147	96	—
<i>Indústrias extrativas</i>	10 000	10 000	10 000	10 000
Empregado	5 069	7 922	3 996	10 000
Empregador	290	—	45	—
Autônomo	4 524	1 997	5 825	—
Membro da família	25	—	67	—
Posição ignorada	92	81	67	—
<i>Indústrias de transformação</i>	10 000	10 000	10 000	10 000
Empregado	8 841	9 493	9 386	9 155
Empregador	428	115	39	141
Autônomo	686	353	523	704
Membro da família .. .	10	—	1	—

<i>Comércio de mercadorias, ...</i>				
Empregado	10 000	10 000	10 000	10 000
Empregador	6 307	7 847	7 923	5 900
Autônomo	1 066	90	189	800
Membro da família	2 546	2 007	1 816	3 300
Posição ignorada	34	8	15	—
	47	48	57	—
<i>Comércio de valores, etc. ...</i>	10 000	10 000	10 000	10 000
Empregado	8 288	9 337	8 741	10 000
Empregador	332	—	210	—
Autônomo	1 343	608	992	—
Membro da família	3	—	—	—
Posição ignorada	34	55	57	—
<i>Transportes e comunicações</i>	10 000	10 000	10 000	10 000
Empregado	8 639	9 385	9 370	9 750
Empregador	89	11	15	—
Autônomo	1 230	560	568	250
Membro da família	4	—	—	—
Posição ignorada	38	44	47	—
<i>Serviços e atividades sociais</i>	10 000	10 000	10 000	10 000
Empregado	6 892	7 391	7 449	7 394
Empregador	653	57	107	970
Autônomo	2 352	2 482	2 335	1 636
Membro da família	28	—	18	—
Membro da família	75	70	91	—
<i>Profissões liberais, ens. part. culto, etc.</i>	10 000	10 000	10 000	10 000
Empregado	4 312	8 222	6 737	6 364
Empregador	238	233	110	—
Autônomo	5 032	1 399	2 942	2 727
Membro da família	15	—	20	—
Posição ignorada	403	146	191	909

(*) Inclusive os habitantes de cor não declarada.

QUADRO XIII

Discriminação proporcional segundo a posição na ocupação, em cada ramo de atividade, dos homens de 10 anos e mais de cada grupo de côr, no Distrito Federal

(1940)

PROPORÇÕES POR 10000

<i>Atividade principal e posição na ocupação</i>	<i>Branças</i>	<i>Pretas</i>	<i>Pardas*</i>	<i>Amarelas</i>
<i>Agricultura, pecuária, etc. . .</i>	<u>10 000</u>	<u>10 000</u>	<u>10 000</u>	<u>10 000</u>
Empregado	3 539	4 600	3 846	—
Empregador	760	100	192	—
Autônomo	3 373	3 600	4 167	6 667
Membro da família	1 093	1 300	1 090	3 333
Posição ignorada	1 235	400	705	—
<i>Indústrias extrativas</i>	<u>10 000</u>	<u>10 000</u>	<u>10 000</u>	<u>10 000</u>
Empregado	6 557	7 500	7 826	10 000
Empregador	164	—	—	—
Autônomo	1 476	1 429	2 174	—
Membro da família	—	—	—	—
Posição ignorada	1 803	1 071	—	—
<i>Indústrias de transformação</i>	<u>10 000</u>	<u>10 000</u>	<u>10 000</u>	<u>10 000</u>
Empregado	9 564	9 706	9 615	10 000
Empregador	59	13	26	—
Autônomo	326	236	313	—
Membro da família	19	—	2	—
Posição ignorada	32	45	44	—

	10 000	10 000	10 000	10 000
<i>Comércio de mercadorias</i> ...				
Empregado	8 376	7 768	8 729	5 000
Empregador	361	—	109	—
Autônomo	1 045	1 931	1 066	2 500
Membro da família	140	86	55	—
Posição ignorada	78	215	41	2 500
<i>Comércio de valores, etc.</i> ...	10 000	10 000	10 000	10 000
Empregado	9 552	8 182	—	10 000
Empregador	15	—	8 462	—
Autônomo	387	1 818	1 282	—
Membro da família	—	—	—	—
Posição ignorada	46	—	256	—
<i>Transportes e comunicações</i>	10 000	10 000	10 000	—
Empregado	9790	8 222	9 492	—
Empregador	21	—	—	—
Autônomo	121	667	381	—
Membro da família	—	—	—	—
Posição ignorada	68	1 111	127	—
<i>Serviços e atividades sociais</i>	10 000	10 000	10 000	10 000
Empregado	4 138	4 281	4 422	4 348
Empregador	112	18	38	—
Autônomo	4 947	5 432	5 052	5 217
Membro da família	52	16	41	—
Posição ignorada	751	253	447	435
<i>Profissões liberais, ens. part. culto, etc.</i>	10 000	10 000	10 000	—
Empregado	5 738	7 556	6 549	—
Empregador	98	—	70	—
Autônomo	2 047	2 148	1 925	—
Membro da família	18	—	24	—
Posição ignorada	2 099	296	1 432	—

(*) Inclusive os habitantes de cor não declarada.

QUADRO XIV

Discriminação segundo a cor de 10.000 homens de 10 anos e mais, em cada ramo de atividade e classe de posição na ocupação, no Distrito Federal

(1940)

<i>Atividade principal e posição na ocupação</i>	<i>Branços</i>	<i>Pretos</i>	<i>Pardos*</i>	<i>Amarelos</i>
<u><i>Agricultura, pecuária, etc. ..</i></u>	5 565	1 642	2 754	39
Empregado	5 172	2 522	2 288	18
Empregador	8 437	317	1 209	37
Autônomo	5 635	923	3 374	68
Membro da família	5 898	576	3 526	—
Posição ignorada	6 364	1 739	1 897	—
<u><i>Indústrias extrativas</i></u>	6 330	1 669	1 994	7
Empregado	6 015	2 479	1 493	13
Empregador	9 535	—	465	—
Autônomo	6 571	765	2 664	—
Membro da família	5 385	—	4 615	—
Posição ignorada	6 842	1 579	1 579	—
<u><i>Indústrias de transformação</i></u>	6 727	1 490	1 778	5
Empregado	6 582	1 566	1 847	5
Empregador	9 224	549	225	2
Autônomo	7 598	866	1 530	6
Membro da família	9 184	510	306	—
Posição ignorada	6 185	1 445	2 370	—

	8 818	376	771	
<i>Comércio de mercadorias ...</i>				
Empregado	8 566	478	947	9
Empregador	9 802	37	153	8
Autônomo	9 094	322	571	13
Membro da família	9 522	26	382	—
Posição ignorada	8 680	392	928	—
<i>Comércio de valores, etc. ...</i>	9 317	173	501	9
Empregado	9 270	194	526	10
Empregador	9 672	—	328	—
Autônomo	9 541	80	379	—
Membro da família	10 000	—	—	—
Posição ignorada	8 919	270	811	—
<i>Transportes e comunicações</i>	7 170	1 045	1 779	6
Empregado	7 001	1 108	1 884	7
Empregador	9 422	168	410	—
Autônomo	8 466	562	970	2
Membro da família	10 000	—	—	—
Posição ignorada	6 801	1 134	2 065	—
<i>Serviços e atividades sociais</i>	7 725	836	1 418	21
Empregado	7 591	881	1 506	22
Empregador	9 582	91	288	39
Autônomo	7 702	880	1 403	15
Membro da família	8 913	—	1 087	—
Posição ignorada	7 542	763	1 695	—
<i>Profissões liberais, ens. part. culto, etc.</i>	9 048	242	702	8
Empregado	8 522	434	1 033	11
Empregador	9 414	247	339	—
Autônomo	9 494	71	431	4
Membro da família	9 048	—	952	—
Posição ignorada	9 540	92	350	18

(*) Inclusive os habitantes de côr não declarada.

QUADRO XV

Discriminação segundo a cor de 10.000 mulheres de 10 anos e mais, em cada ramo de atividade e classe de posição na ocupação, no Distrito Federal

(1940)

<i>Atividade principal e posição na ocupação</i>	<i>Branças</i>	<i>Pretas</i>	<i>Pardas^a</i>	<i>Amarelas</i>
<i>Agricultura, pecuária, etc.</i>	6 191	1 471	2 294	44
Empregado	5 843	1 804	2 353	—
Empregador	8 889	278	833	—
Autônomo	5 796	1 469	2 653	82
Membro da família	5 974	1 688	2 268	130
Posição ignorada	7 761	597	1 642	—
<i>Indústrias extrativas</i>	5 398	2 478	2 035	89
Empregado	5 000	2 625	2 250	125
Empregador	10 000	—	—	—
Autônomo	5 000	2 222	2 778	—
Membro da família	—	—	—	—
Posição ignorada	7 857	2 143	—	—
<i>Indústrias de transformação</i>	6 553	1 068	2 374	5
Empregado	6 534	1 081	2 380	5
Empregador	8 351	309	1 340	—
Autônomo	6 824	805	2 371	—
Membro da família	9 630	—	370	—
Posição ignorada ..	5 789	1 316	2 895	—

<i>Comércio de mercadorias</i>	8 845	278	872	3
Empregado	8 832	257	908	3
Empregador	9 710	—	290	—
Autônomo	8 621	500	868	11
Membro da família	9 454	182	364	—
Posição ignorada	8 657	746	448	149
<i>Comércio de valores, etc.</i>	9 620	80	285	15
Empregado	9 663	69	253	15
Empregador	10 000	—	—	—
Autônomo	8 793	345	862	—
Membro da família	—	—	—	—
Posição ignorada	8 571	—	1 429	—
<i>Transportes e comunicações</i>	9 092	145	763	—
Empregado	9 134	123	743	—
Empregador	10 000	—	—	—
Autônomo	7 391	652	1 957	—
Membro da família	—	—	—	—
Posição ignorada	7 037	1 852	1 111	—
<i>Serviços e atividades sociais</i>	6 491	1 423	2 080	—
Empregado	6 369	1 445	2 180	6
Empregador	8 734	309	957	—
Autônomo	6 373	1 535	2 086	6
Membro da família	7 558	—	1 919	523
Posição ignorada	7 904	585	1 507	4
<i>Profissões liberais, ens. part. culto, etc.</i>	9 013	238	749	—
Empregado	8 853	307	840	—
Empregador	9 431	—	566	—
Autônomo	9 043	—	707	—
Membro da família	9 000	250	1 000	—
Posição ignorada	9 430	35	535	—

(*) Inclui os habitantes de cor não declarada.

Um fato que logo prende a atenção é que entre os empregadores, em todos os ramos de atividade, a quota de brancos é predominante. Nêste sentido a identificação da condição social de “senhor” ou de “patrão” com a condição étnica de “branco” parece não ter sofrido alterações notáveis comunidade urbana e industrial do Rio de Janeiro na última década da primeira metade do século XX: embora em todos os ramos de atividade os empregadores sejam minoria, em todos eles, nesta posição, a quota de brancos é avantajadamente maior do que a dos demais grupos de côr.

Na indústria extrativa (no Distrito Federal as principais atividades deste ramo são a pesca e a exploração de pedrarias) — não há pretos como empregadores; no comércio de mercadorias, em cada 100 pretos ocupados neste ramos, existe menos de 1 na posição de empregador; no comércio de valores e crédito também não há pretos como empregadores; nas industriais de transformação são empregadores 1,15% dos pretos e 0,39% dos pardos nelas ocupados; na agricultura, em cada 100 pretos nela ocupados, 0,87% são empregadores; entre os pardos essa quota é de 1,98.

Si considerarmos a posição, de empregado a situação é completamente outra, no que se refere à participação dos diversos grupos de côr. Aqui, como o Prof. Bullock verificou para os Estados Unidos, a própria composição do mercado de trabalho — aqui, aliás, mais do que lá — não permite a discriminação absoluta; ela, entretanto, se vai manifestar quando se trata de ascender na hierarquia das funções ou quando se trata de selecionar empregados para determinar funções, mesmo de início de carreira, às quais se liga a idéia de uma maior conveniência de que o empregado seja de côr branca. Em que pese a acentua-

tuada diferença de gráu — e padrão, no dois Países, é quase idêntico. (18)

Em cada 100 pretos na agricultura da zona rural do Distrito Federal — 71,96 são empregados assalariados; em cada 100 pretos ocupados nas indústrias de transformação, 94,93 são empregados; entre os pardos essa quota é de 93,86; 93,85% dos pretos e 93,70% dos pardos ocupados nas atividades de transportes e comunicações são empregados. Entre os pretos, em nenhum ramo de atividade econômica, a quota de empregados é inferior a 70%, entre os pardos somente em dois setores de atividade a quota de empregados é inferior àquele limite. Por outro lado, em nenhum ramo de atividade, dentro os pretos ocupados no ramo considerado, a quota de empregadores atinge 3%. O percentual máximo de empregadores entre os pardos é de 2,10.

Como se vê, são sempre elevadas, em todos os grupos étnicos, as quotas de empregados; entre os pardos e pretos, porem, essas quotas são em regra mais altas do que entre os brancos. Comparando-se, dentro de cada grupo étnico, as posições de classe, constata-se a mínima representação dos de côr entre os empregadores e a forte concentração deles na posição de empregados.

Talvez que a mesma situação, observada de outro ângulo, permita melhor compreensão do padrão dominante de estratificação social dos grupos étnicos no Distrito Federal. Até agora, temos visto a questão colocada nos seguintes termos: em 100 pretos (ou pardos, ou brancos), ocupados em determinado ramo de atividade — quantos por cento têm esta ou aquela posição na ocupação. Ve-

(18) H. A. Bullock, *Racial Attitudes and the Employment of Negroes*, The Am. Jour. of Soc., Vol. LVI, n.º 5, March 1951, pg. 448 e ss. Cfr. também, Oracy Nogueira, *Atitude desfavorável de alguns anunciantes de S. Paulo, em relação dos empregados de côr*. "Sociologia", vol. IV, n.º 4, pág. 328 e ss. e E. W. Palmtr, *Discrimination in Urban Employment*, the J. A. S., vol. LII, n.º 4, January 1947, pág. 357 e ss.

jamos agora a mesma situação encarada de outro modo: em cada ramo de atividade, dentre os empregadores, (ou empregados, etc.) — quantos são pretos, ou pardos, ou brancos. São dois modos de formular a mesma pergunta, sendo que no primeiro caso a percentagem é calculada sobre o total de indivíduos da mesma cor, e no segundo sobre o total de indivíduos na mesma posição na ocupação.

Assim por exemplo, formulando a questão da segunda forma, verificamos que em 100 empregadores nas atividades agrícolas no Distrito Federal — 84,37 são brancos — enquanto que 12,09 são pardos e 3,17 pretos; este ramo é o ramo de atividade em que os brancos, entre os empregadores, têm a menor quota, pois em todos os demais a quota de brancos excede de 90%. Sobre 100 empregadores, os de cor branca representam — 95,35 nas indústrias extrativas, 92,24 nas indústrias de transformação, 98,02 no comércio de mercadorias, 96,72 no comércio de valores e crédito, 94,22 nos transportes e comunicações, 95,82 nos serviços e atividades sociais e 94,14 nas profissões liberais.

Já entre os empregados a situação é bastante outra: aqui está concentrada a massa da população de cor. Em 100 empregados na agricultura 48,10 são de cor; nas indústrias extrativas 49,72 são de cor; 34,13 nas indústrias de transformação, 29,82 nos transportes e comunicações, 23,87 nos serviços e atividades sociais, 14,67 nas profissões liberais, 14,25 no comércio de mercadorias e 7,20 no comércio de valores.

Como se vê, embora a representação dos elementos de cor seja sempre maior entre os empregados do que entre os empregadores — mesmo na condição de empregado varia o contingente de cor com a variação do status do ramo de atividade: entre os industriários 49,72% dos empregados são de cor, enquanto que entre os bancários

essa quota é de 7,20%. Só uma pesquisa mais minuciosa e demorada poderia estudar mais particularmente o fenómeno por meio de inquéritos dedicados a cada ramo de atividade.

Em face desses dados parece não haver dúvida que *de escravo a proletário* foi a maior distância percorrida pela grande massa dos homens e mulheres de côr no Distrito Federal nos últimos 70 anos de mobilidade social.

Dizemos deliberadamente *de escravo a proletário* — e não “de escravo a cidadão”. No caso presente, a diferença é fundamental. De fato, uma das mágicas mais sutis da ideologia liberal engendrada no século XVIII foi reivindicar a igualdade de todos os *cidadãos* perante a *lei*, fórmula que sempre lhe permitiu, na prática sem precisar modificar a fraseologia libertária, deixar à chamada “livre concorrência” o encargo de decidir a questão fundamental da desigualdade dos *homens* reais — não dos cidadãos — perante as *situações sociais* concretas — não perante a lei. Esta distinção entre o cidadão — homens abstratamente iguais — e o homem real, proletário ou burguês, concreta e profundamente diferentes — foi uma fórmula ideal para conter em suas dobras mistificações ideológicas de toda sorte e de há muito já foi escarpada por um escritor francês com esta frase de extrema ironia: “A lei, na magestade de seu igualitarismo, proíbe igualmente pobres e ricos de roubarem pão e dormirem nos bancos dos jardins...”

É para evitar tais nebulosidades na enunciação de um diagnóstico científico que preferimos ser claros e explícitos no dizer que *de escravo a proletário* consistiu o máximo alcance da mobilidade social das massas de côr no Rio de Janeiro.

Os 846 empregadores de côr aqui encontrados em 1940, contrastados com os 86.854 trabalhadores assalariados, representam uma indicação objetiva desta situação

e das perspectivas da população de mais de meio milhão, de homens e mulheres de cor que vivem na Capital do Brasil.

Sobre essa situação muito ainda terá de ser dito no decorrer deste trabalho; mas já agora, e cada vez mais, na medida em que vamos elaborando maior soma de materiais — tornam-se também mais claros o perfil, os limites, os problemas e as perspectivas do campo de estudos, o que nos permitirá, daqui para diante, lançar hipóteses mais seguras e fecundas que nos levem a vêr também com mais clareza o estado atual e os fatores de mudança que operam no quadro das relações raciais da comunidade em estudo.

Depois de passarmos em revista a posição dos diferentes grupos étnicos nos quadros ocupacionais, parece-nos importante analisar os índices de ocupação feminina no Distrito Federal — e isto se justifica por mais de uma razão. Em primeiro lugar por se tratar de uma comunidade metropolitana, que, como é sabido, é o lugar *par excellence* onde a mão de obra feminina encontra oportunidade de trabalho fora do âmbito doméstico. Além disto, tratando-se de um centro industrial em crescimento, o Distrito Federal vem reproduzindo nesses últimos 30 anos muitas situações e problemas já vividos por outras regiões do mundo ao inaugurarem os seus primeiros passos no caminho da Revolução Industrial; ora, a história social destas áreas em processo de industrialização está a indicar, com evidência, como a solicitação crescente da força de trabalho da mulher para atividades extradomésticas tem repercussões profundas em setores fundamentais da estrutura social, inclusive sobre as relações inter-étnicas. Por fim, a ocupação feminina diferenciando-se entre os diversos grupos étnicos como se diferencia no Distrito Federal, essa variação pode significar correlações com outros aspectos da situação em estudo que,

por meio desta análise, podem resultar indiretamente esclarecidos.

O primeiro fato que se pode observar é que a quota proporcional de mulheres ocupadas em atividades extradomésticas é, em regra, maior no Distrito Federal do que no conjunto do Brasil, com a natural exceção do ramo de atividades agro-pecuária e extrativas. Esses maiores índices de ocupação, por outro lado, mantêm-se para todos os grupos étnicos. As indústrias de transformação, o comércio, os serviços e atividades sociais, a administração pública são os ramos nos quais os índices de ocupação feminina no Distrito Federal mais ultrapassam as médias nacionais. No Quadro XVI temos os dados estatísticos onde esta situação se retrata, referida a 1940.

QUADRO XVI

Ocupação feminina, no Distrito Federal e no Brasil, segundo a cor e o ramo de atividade.
(1940)

Ramo de atividade	Porcentagem das mulheres de 10 e mais anos, de cada grupo de cor, no ramo de atividade especificado							
	Branças		Pardas*		Pretas		Amarelas	
	Distrito Federal	Brasil	Federal Distrito	Brasil	Distrito Federal	Brasil	Distrito Federal	Brasil
Agricultura, pecuária, etc. . .	0,09	7,82	0,12	9,90	0,11	10,33	0,57	18,14
Indústrias extrativas	0,01	0,17	0,02	0,53	0,03	0,60	0,19	0,03
Indústrias de transformação	2,81	1,99	3,97	2,10	2,47	2,01	1,91	0,34
Comércio de mercadorias	1,51	0,43	0,58	0,21	0,26	0,20	0,77	0,46
Comércio de valores etc.	0,27	0,04	0,03	0,00	0,01	0,00	0,38	0,02
Transportes e comunicações .	0,57	0,13	0,19	0,04	0,05	0,02	—	0,01
Administração pública, justiça e ensino público	2,22	0,82	0,55	0,20	0,20	0,07	0,57	0,02
Defesa nacional e segurança pública	0,06	0,01	0,07	0,01	0,02	0,01	—	0,00
Profissões liberais ensino particular, culto, etc	1,04	0,38	0,34	0,11	0,15	0,08	—	0,10
Serviços e atividades sociais	5,14	2,87	6,43	3,24	6,10	3,25	4,40	1,52
Atividades domésticas e escolares	74,55	74,81	76,05	71,27	79,26	70,86	83,75	72,12
Outras atividades e condições inativas	11,73	10,53	11,65	12,89	11,34	12,57	7,46	7,24
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(*) Inclusive os habitantes de cor não declarada.

O padrão da distribuição das mulheres de côr pelos diversos ramos de atividade acompanha, de modo geral, as grandes linhas atrás analisadas para o sexo masculino. Observe-se que, nas indústrias de transformação, a quota proporcional de mulheres de côr ocupadas neste ramo na posição de empregado é superior à dos homens. Isto parece indicar que naquele ramo de ocupação extradoméstico em que a população de côr encontra sua grande oportunidade de emprego no Rio de Janeiro — a condição de empregado é mais frequente entre as mulheres do que entre os homens.

Dir-se-ia, por consequência, que contra a ascensão social das mulheres de côr na hierarquia social — além das barreiras, comuns aos dois sexos, de classe, de instrução e de côr — existe uma outra, específica de sexo, incidindo sobre a mulher de qualquer condição étnica e, especialmente, sobre a de côr.

No Brasil, a mulher de côr tem sido idealizada como instrumento de prazer sexual do homem, isto é, do homem branco. Esta situação ideal de “rainha”, de “mulher quente”, de objeto preferido para o prazer (implicitamente obsceno e extra-conjugal) tem sido propagada e difundida de todas as formas — no samba, na canção, na trova, na anedota, na novela, no romance, no teatro. Isto, na prática, tem significado apenas o elogio do concubinato, pois outra não tem sido, historicamente, nas condições objetivas do patriarcalismo doméstico brasileiro, a via principal de acesso de mulher de côr, especialmente da *mulata*, a esferas sociais diversas dos baixos níveis em que vive a maior parte da população negra e mestiça. Quando a mulher de côr começa a ascender por outras formas na escala social — além de outros óbices comuns à côr independente de sexo, e ao sexo independente de côr — encontra, nessa arraigada atitude das camadas

como fator de resistência à sua ascensão e como força de perpetuação de seu status subalterno.

Quando descemos das situações de conjunto para a análise particular de determinados tipos de ocupação é que vamos realmente encontrar situações mais sociologicamente expressivas das condições de ocupação feminina no Distrito Federal no que se refere à diversa participação dos grupos étnicos. Observemos, por exemplo, o emprego doméstico, cuja significação para o nosso estudo resulta não apenas de importância estatística e do número elevado das que se dedicam a essa atividade mas também pela importância que isso tem no condicionar, desde a infância, atitudes e estereótipos na criança brasileira à respeito da posição "natural" da mulher de cor na sociedade (19).

O recenseamento de 1940 encontrou no Distrito Federal 74.315 empregados domésticos, 86,07% dos quais

(19) As organizações negras do Rio de Janeiro têm tomado nítida consciência da importância do problema das empregadas domésticas no levantamento da importância do problema das empregadas domésticas no levantamento imprensa que interpreta as aspirações dos grupos pigmentados tem refletido nitidamente essa preocupação, por meio de editoriais, reportagens e artigos assinados. Um dos pontos do programa de realização do *Conselho Nacional de Mulheres Negras* instalado no Rio de Janeiro em 1950, era, segundo uma manchete do jornal *Quilombo*, "a criação de uma Associação Profissional das Empregadas Domésticas". No Congresso do Negro, reunido também no Rio de Janeiro, em setembro do mesmo ano, um dos assuntos do temário era o problema das domésticas, e sobre ele foram apresentadas teses e estabelecidas acaloradas discussões. De resto, da mesma maneira que essa identificação da mulher negra com a empregada doméstica, feita em sentido depreciativo, é frequente nos estereótipos do branco sobre o negro — hoje torna-se igualmente frequente, entre os porta-vozes dos sentimentos do grupo negro, a valorização do papel da "mãe preta" na nossa formação social com prova da injustiça do tratamento que o branco dá à empregada preta. Em 1951, muito caracteristicamente, e pela primeira vez se não estamos enganados, as comemorações do "dia da mãe preta" que antigamente eram promovidas por associações de intelectuais brancos e que serviam de ensejo para transbordamentos sentimentais sobre a fidelidade e doçura daquele símbolo — foram promovidas, em sessão pública, pela União Cultural dos Homens de Cor, no salão de um sindicato no Rio de Janeiro. É curioso assinalar, por outro lado, que no Congresso do Negro acima citado, na sessão em que se debatia o problema das empregadas domésticas, um dos congressistas presentes interpelou a mesa sobre a pertinência de se discutir aquele assunto, já que há empregadas de todas as cores e aquele congresso era só de negro. Esse ponto de vista, entretanto, ficou em minoria e a discussão prosseguiu.

do sexo feminino. Comparando-se com o total da população masculina os empregados domésticos deste sexo representam pequena fração, 1,48%; já as mulheres empregadas domésticas representam 9,03% da população feminina do Rio de Janeiro, quota muito expressiva como fração da população total do mesmo sexo. Basta dizer que as empregadas domésticas representam 100,82% das mulheres que têm uma atividade extra-doméstica remunerada, para ficar evidente, sem sombra de dúvida, a importância desse grupo na população ativa feminina no Rio de Janeiro. De acordo com os padrões tradicionais da economia e da sociedade brasileira, qualquer atividade extra-doméstica remunerada a que uma mulher se dedicasse era bastante para afastá-la do tipo ideal da mulher da classe dirigente; por outro lado, noutras classes sociais, o serviço doméstico era a grande oportunidade de ocupação feminina, até preferida pela classe inferior, que via numa "casa de família" um ambiente melhor para suas filhas do que numa "oficina". Hoje este padrão, nas áreas industrializadas do Sul do País, está sofrendo completa transformação — mas sua persistência ainda é visível nos costumes e valores sociais relacionados ao problema.

A discriminação dos empregados domésticos por sexo e etnia, que se registra no quadro seguinte, revela curiosa distribuição.

QUADRO XVII

Discriminação dos empregados domésticos, segundo o sexo e a cor, no Distrito Federal.

(em 1940)

HOMENS			
CÔR	N.º absoluto	% do total	% por 100 habitantes de cada grupo de cor
Branços	6.058	58,53	1,17
Pardos	1.936	18,70	1,75
Pretos	2.334	22,55	3,41
Amarelos	23	0,22	3,15
TOTAL ..	10.351	100,00	1,48
MULHERES			
Branças	18.001	28,14	3,67
Pardas	17.331	27,10	13,78
Pretas	28.546	44,63	31,47
Amarelas	86	0,13	16,44
TOTAL ..	63.964	100,00	9,03

A primeira circunstância a notar é que, entre os homens empregados domésticos, os brancos representam a maioria, absorvendo 58,53% dos ocupados neste tipo de serviço, embora em relação ao número de habitantes de cada grupo étnico os domésticos pretos e pardos apresentem maior proporção. Isto significa, noutras palavras, que embora o número absoluto de empregados domésticos brancos seja maior do que a de qualquer outro grupo étnico — já em relação ao número total de habitantes de cada grupo os domésticos pretos e pardos no Rio de Janeiro, 3,41 são empregados domésticos, enquanto que para cada 100 brancos somente 1,17 têm essa ocupação.

Entre as mulheres o maior número de empregadas domésticas encontra-se entre as pretas: em cada 100 mulheres pretas presentes no Rio de Janeiro em 1940, 31,47 eram empregadas domésticas; essa proporção era de 16,44 entre as pardas e de 3,67 entre as brancas; em conjunto as pretas e pardas representavam 44,63 %, quase metade das empregadas domésticas no Distrito Federal. Isso demonstra que, no Rio de Janeiro, para a mulher de côr o emprêgo doméstico tem sido, e ainda é, a grande oportunidade de ocupação remunerada.

As tendências expressas por êsses dados parecem indicar, mais uma vez, na direção do que já foi apontado: é na medida em que à *ocupação* se liga uma idéia de superioridade de status que os elementos de côr escasseiam, mesmo que no *ramo de atividade* apareçam elementos de todas as côres. Assim é que no ramo de serviço doméstico parece existir uma certa hierarquia de posições que, por sua vez, se correlaciona com linhas de sexo e de côr. Por exemplo, funções de mordomo, copeiro, chofer de carros particulares, jardineiro, ou certas funções no serviço doméstico de hotéis de maior preço, exigem certas habilidades, mesmo aprendizagem, e nelas não só os homens são preferidos como também, não raro, homens brancos e, muitas vêzes, estrangeiros gosam de preferência; outras funções menos qualificadas — lavadeiras, arrumadeiras, creadas de servir, etc. —, especialmente em casas particulares, são principalmente preenchidas por mulheres, especialmente de côr.

Ver-se-á, adiante, que as correlações entre o serviço doméstico em hotéis, pensões, etc. e o feito em casas particulares, de um lado, e a condição de sexo e de côr, de outro, — fica indiretamente evidenciada quando analisamos a distribuição ecológica dos empregados domésticos no Rio de Janeiro. No serviço doméstico em habitações coletivas parece ser mais frequente a utilização

de mão de obra masculina para determinadas funções; por outro lado é de todo provável que para tal serviço seja mais forte o critério discriminativo de côr, a julgar pelo número crescente de casos recentemente ocorridos de estabelecimentos dêsse tipo que se negam a receber hóspedes pretos e que, em consequência da mesma atitude, prefeririam também empregados brancos, especialmente estrangeiros, inclusive sob a alegação de que esta é a preferência dos hóspedes. A preferência pelo estrangeiro para certos serviços fica indiretamente demonstrada pelo fato de 24,39% dos homens ocupados em serviços domésticos no Rio de Janeiro (representando um total de 137.055) serem estrangeiros ou naturalizados (20).

Como já foi anteriormente observado, a situação das atividades domésticas assalariadas, que é uma das grandes oportunidades de ganho de vida da mulher de côr no Rio e Janeiro — parece também indicar a acumulação de fatores ligados à condição de sexo sôbre aquêles de classe, de côr e de instrução no determinar para a mulher de côr uma situação particularmente inferior dentro de sistema de estratificação social que aqui prevalece.

Outro grupo de atividade econômica que merece análise relacionada à condição de sexo, por traduzir não apenas status econômico mas também social e cultural — é que se refere ao funcionalismo público e às profissões liberais. O assunto já foi anteriormente abordado e agora, sem voltar às mesmas considerações, queremos apenas abordar a questão do ponto de vista da discriminação por sexo.

A quota percentual de mulheres pretas e pardas ocupadas no serviço público civil no Distrito Federal não

(20) Não há muito tempo os sindicatos de enfermeiros e ascensoristas, em comunicados à imprensa, denunciaram a discriminação que seus membros de côr vinham sofrendo por parte de hospitais e hotéis do Rio de Janeiro.

chega a 1 (um), sendo menor a parcela das pretas do que a das pardas: em cada grupo de 10.000 mulheres pretas presentes no Rio de Janeiro — 20 são funcionárias públicas; 55 é a proporção entre as pardas. Como se viu, entre os homens, essas quotas são mais elevadas em todos os grupos.

Nas profissões liberais os índices de ocupação feminina são para os grupos de côr, ainda menores do que no serviço público: em 100 mulheres pretas existem, 1,5 de profissão liberal, magistério particular e culto; esta quota, entre as pardas, é de 3,4. Excusado é reiteirar, por outro lado, que esses índices são nitidamente superiores aos encontrados no conjunto da população do Brasil.

* * *

Analisada a estratificação dos grupos étnicos em cada um dos principais ramos de atividade econômica — é possível passar agora a tentar uma visão do conjunto, que é expressão e síntese do que ocorre em cada um daqueles setores de produção.

Os dados disponíveis e aqui elaborados permitem essa visão do estado estrutural do problema, com um mínimo de palpite e larga margem de objetividade.

A população economicamente ativa no Distrito Federal — população de 10 anos e mais, que exerce, naqueles ramos enumerados, atividade remunerada — totalizava na data do último censo cujos dados completos foram divulgados e são conhecidos, 342.067 pessoas de ambos os sexos. Discriminados pela condição étnica vê-se que dêsse total — 74,35% era de brancos e 25,65% era de pessoas de côr. No total, independentemente da côr, 5,82% eram empregadores e 94,18% eram empregados.

Aqueles 25,65% de côr distribuíam-se do seguinte modo, nas duas principais categorias de posição na ocu-

pação: 99,04% eram empregados e 0,96% eram empregadores; entre os brancos a quota de empregadores subia para 7,50% e a de empregados diminuía para 92,50%. Noutras palavras, os de côr, embora sejam minoria no conjunto da população e da população ativa, têm, dentro do grupo étnico, maior quota relativa na condição de empregado: as pessoas de côr que na população total representam aproximadamente 27% e na população ativa aproximadamente 25% — estão na condição de empregados na proporção de 99,04%. Inversamente, dentre os brancos, que representam aproximadamente 73% da população total e aproximadamente 74% da população ativa — os empregados representam 92,50%; ou seja, embora os brancos representem sôbre o conjunto uma quota três vêzes maior do que os de côr — têm, na condição de empregados, uma quota proporcionalmente menor do que estes. Por outro lado, entre os brancos, a quota proporcional de empregadores é de 7,50%, enquanto que a dos de côr é de 0,96%.

Os dados sôbre o conjunto, que exprimem as grandes linhas da estratificação de classe e de raça no Rio de Janeiro, apresentam-se no quadro abaixo e de acordo com êles foi esboçada a “pirâmide social” que visa objetivar gráficamente a sua significação.

QUADRO XVIII

Classe e Raça no Rio de Janeiro (D. F.)
(1940)

Posição	Côr		TOTAL
	Branços	Pardos e Pretos	
Empregadores	19.091	848	19.939
Empregados	235.249	86.879	322.128
TOTAL	254.340	87.727	342.067

Resumindo os traços principais da situação da população de côr no sistema de estratificação social no Distrito Federal — pode-se, à luz desses dados, afirmar que o fato mais notável da mobilidade social até hoje operada e que representa, ao mesmo tempo, o maior afastamento em relação ao padrão tradicional de emprêgo quase exclusivo nas plantações tropicais, nas indústrias extrativas e no serviço doméstico — é representado pela proletarização em massa dos homens e mulheres de côr, paralela à sua integração nas condições da vida urbana. Embora permaneçam teòricamente abertas a êles as portas de outras camadas sociais e os meios de atingí-las, o progresso objetivo, concretamente conseguido, pela população de côr com o desenvolvimento da economia industrial e das instituições liberais, após 1888 e 1891, foi a urbanização acompanhada de intensa proletarização — e a identificação de sua condição e de suas aspirações com a condição e as aspirações das classes trabalhadoras, que constituem a esmagadora maioria da população urbana deste País.

Bem sabemos que isto é um capítulo, um capítulo apenas, da história social do negro brasileiro. Mas estamos convencidos, também, que a análise detida dêsse *momento*, que é o escôpo fundamental desta pesquisa, colóca-se hoje como condição essencial para a compreensão objetiva, científica e não apenas sentimental, das outras etapas que estão por vir.

IV

ECOLOGIA

Repartição dos grupos étnicos na área urbana do Rio de Janeiro — Formas e índices de segregação especial dos grupos de cor — Influência da composição étnica dos empregados domésticos sobre o padrão ecológico — O problema das favelas do ponto de vista das relações de raças — Significação sociológica dos dados apresentados.

Um dos aspectos mais odiosos da discriminação racial é a segregação residencial, que obriga — pela força do costume, da lei, ou de ambos — a população de determinado grupo étnico, inferiorizado pelo grupo dominante, a limitar o seu direito de morar ao âmbito de determinados bairros ou ruas, vendando-lhes o acesso a outros lugares nos quais o grupo privilegiado monopoliza o direito de se instalar. Obviamente, do ponto de vista sociológico, não é preciso que esta segregação esteja escrita na lei — como é em certas partes dos EE. UU., ou como foi na Alemanha nazista — para que o fenômeno tenha lugar; não raro, a força coercitiva do costume, imposto por sanções, que por serem difusas não são menos eficientes, logram o mesmo resultado e demarcam, com igual nitidez, o padrão ecológico das diferenciações raciais. Por outro lado, quando a incapacidade econômica da parcela maior de um grupo étnico o mantém restrito àquelas

áreas deterioradas do mapa geográfico e social de uma comunidade — resultam, objetivamente, índice de elevada segregação *de facto*, daquela que talvez seja a forma mais coercitiva, mais intransponível e mais radical de segregação, pois que permanece apesar da constante alegação de sua inexistência, pela incapacidade material do grupo inferiorizado de usar da proclamada prerrogativa formal de poder residir onde quizer e ter pleno acesso aos recursos da comunidade.

Núm caso e noutro os efeitos são os mesmos para a população que permanece nas áreas deterioradas. Nestas áreas, a superlotação dos domicílios, a concentração de população predominantemente pobre, os índices de desajustamento social de toda espécie tendem a se multiplicar e, não por mera coincidência, a êles, em regra, é reservada menor parcela das verbas municipais para melhoria dos serviços públicos, escolas, transportes, higiene, habitações, etc.

A segregação *tout court*, tipo *gheto*, tem permitido, por outro lado, a concentração, em sub-áreas urbanas relativamente bem delimitadas, de fenômenos diretamente correlacionados a ela, facilitando, assim, o trabalho de pesquisa do padrão ecológico das relações raciais, tarefa que se torna muito mais sutil e difícil nas comunidades em que predomina um tipo menos formal de segregação, mais diretamente dependente da incapacidade econômica característica dêste ou daquêle grupo em comparação com outros dentro da mesma sociedade.

Correlações extremamente interessantes foram observadas, nêstes estudos, entre a segregação, de um lado — e, de outro, a criminalidade, a competição econômica, o comportamento político, os índices demográficos, etc. Não raro, é verdade, tais pesquisas se limitaram a destacar a coexistência dos dois fenômenos, lado a lado, na mesma área — impressionados pela evidência da segregação racial

que encontravam no primeira plano, sem descer à indagação mais profunda das conotações existentes entre a própria segregação e outros aspectos da estratificação social em causa, contentando-se com a colocação binária do problema, que está longe de se prestar ao estudo de todas as formas possíveis de segregação espacial de grupos sociais, étnicos ou não.

Haverá segregação residencial étnica na capital do Brasil? Este o problema sobre o qual o presente capítulo procurará reunir material pertinente, buscando para ele a melhor interpretação.

Ao nosso estudo não bastaria, evidentemente, o não peremptório que a maior parte das pessoas estaria disposta a oferecer como resposta àquela pergunta. Aos ouvidos do leigo a palavra segregação soa com significado extremo e estereotipado e logo acode à mente a idéia de *ghetto*, de *Haarlem*, ou de *Bairro Chinês* que a literatura e o cinema descreveram e exibiram para o grande público.

No seu significado técnico, entretanto, não é preciso que a realidade coincida com êsses tipos extremos e ideais de segregação para que mereça ser estudada; por outro lado, tão pouco êsses casos jamais significaram segregação absoluta — o que, segundo se tem podido observar, é mais fácil ter lugar no isolamento voluntário do que no imposto.

Para o sociólogo, a expressão segregação indica aquelas formas de relativo isolamento de um grupo dentro de uma estrutura maior, nas quais a distância física que o separa dos outros grupos reflete uma distância também existente no espaço social (21). O grau e as formas específicas destas distâncias se correlacionarem e se revelarem — é coisa a ser investigada e medida em cada

(21) Com complementações que julgamos pertinente introduzir este é o conceito exposto na *Encyclopaedia Of Social Sciences*, vol. XIII.

caso particular, sem que a pesquisa se deixe impressionar, como é frequente, pelo grau e pelas formas com que o fenômeno ocorre noutras situações concretas, mais ou menos extremas, mais ou menos dramáticas.

É fácil conceber, dentro dêste esquema conceitual, que vários tipos de segregação podem ocorrer, além dêste que aqui nos interessa — a segregação residencial. O professor L. Wirth distingue outras variedades do fenômeno: a segregação *imposta*, como a dos negros americanos no Sul dos Estados Unidos (22), ou a *voluntária*, como foi originalmente a dos *ghettos* judeus na Europa. Ele se refere, ainda, à segregação *passiva*, produto da competição e da seleção de tipos sociais que se atraem pela analogia e à segregação *ativa*, produto de situações de conflito, entre grupos que se chocam e que é forçada a um por outro que tenha a capacidade material necessária para tanto.

A segregação, consequência dos antagonismos que existem numa sociedade repleta de diferenciações e oposições internas, reage sobre a própria estrutura que a engendrou, condicionando, historicamente, tipos sociais definidos, que se manifestam de diversos modos — na forma da habitação, no vestuário, na gíria, na mentalidade, nos costumes — em tudo, finalmente, em que se podem diferenciar dois tipos sociais. Como se vê, é possível distinguir na expressão um sentido *transitivo*: a segregação como *processo* segregador; e um sentido *substantivo* a segregação como *estado* segregado — dado e fato objetivo, que resulta daquele processo.

Afastemos do espírito o estereótipo do *ghetto* ou do *Haarlem*, que são formas concretas, particulares e extremas

(22) Os que acaso se surpreendem de estarmos discutindo o problema com referência ao negro brasileiro devem se recordar que somente a partir de 1910 começaram a aparecer nos Estados Unidos, leis impondo ao negro norte-americano a segregação residencial.

do fenômeno, e ver-se-á que tem pleno cabimento investigar se aqui, na nossa cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro, existe algum padrão de segregação residencial na repartição dos diferentes grupos étnicos pelas regiões, zonas, circunscrições e áreas sociais da comunidade.

Elemento essencial para uma análise desse tipo, ao lado dos que se referem à repartição geográfica da população de côr, é a determinação de zonas ecológicas no perímetro da cidade. Pesquisa desse tipo ainda não feita no Rio de Janeiro, nem nos caberia fazê-la no âmbito desta, para não nos desviarmos excessivamente dos nossos objetivos fundamentais. Contentámo-nos, por isto, com as divisões administrativas da área urbana, em zonas e circunscrições distritais, traçadas mais ou menos arbitrariamente, sem nenhum critério ecológico e obediente apenas às necessidades da administração municipal e à tradição. Esse zoneamento serviu de base à apresentação dos resultados censitários e foram apenas ligeiramente modificados na divulgação dos dados, com o objetivo de alcançar uma divisão mais próxima do estado atual da cidade como aglomeração demográfica (23).

A insuficiência dessas divisões para um estudo aprofundado de ecologia dos grupos étnicos é flagrante; mas, ainda assim, ela nos permite discernir tendências que, por confirmarem visivelmente hipóteses que outros dados já autorizam, servem, ao menos, de documentação de apoio.

Do ponto de vista geográfico, o Município do Distrito Federal pode ser dividido em duas grandes regiões fáceis de identificar: a) Região Oriental, à beira da

(23) No Anuário Estatístico do Distrito Federal relativo ao ano de 1938 encontra-se minuciosa delimitação dos Distritos urbanos da cidade. As modificações introduzidas neste zoneamento, para efeito da apresentação dos resultados do censo de 1940, constam da Análise n.º 124 da série "Análise dos Resultados do Censo Demográfico". Cfr. também, o volume *Censo das Favelas* (1949) do Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura do Distrito Federal.

baía da Guanabara, núcleo histórico da expansão da cidade e centro da região metropolitana, e b) a vasta Região Ocidental que se prolonga pelo litoral atlântico e interior, onde se localizam as zonas suburbanas remotas e a zona rural do município, confinante com o limitrofe Estado do Rio. Na primeira Região encontra-se, ocupando pequena fração do território dela, o *centro* da cidade (*city*), ponto de convergência e concentração das linhas de transportes urbano, suburbano e inter-urbano, os negócios (comércio e bancos), as repartições oficiais, os teatros e cinemas. Aqui, no centro, a densidade demográfica é máxima durante o dia e mínima durante a noite, quando a população reflue para os locais de residência. Em torno desse centro e dele separadas por áreas intersticiais bem características, irradiam-se, em três direções, setores residenciais sociologicamente bem definidos que, independentemente da situação objetiva de cada um de seus habitantes, apresentam estilos de vida relativamente específicos, que justificam a noção corrente, embora não de todo correta, que os caracteriza como nicho preferencial das classes alta, média e pobre.

O primeiro setor dirige-se no sentido Noroeste e Nordeste, correspondendo às circunscrições de Inhauma, Irajá, Penha, Madureira, Piedade, Anchieta, Pavuna, etc.; nela reside uma população predominantemente suburbana e pobre, de classe média inferior e, especialmente, proletária. Esta zona transborda o Distrito Federal, invade o Estado do Rio (Caxias, Nova Iguassú, etc.), áreas satélites do núcleo metropolitano do Rio de Janeiro. A mobilidade de sua população se caracteriza pela rotinização diária entre os locais de trabalho e residência, separados por distâncias consideráveis e pelo uso quase exclusivo de transportes coletivos.

O segundo setor volta-se para a direção Sudeste e Sudoeste (Copacabana, Glória, Lagôa, Gávea, Tijuca,

Santa Tereza), e nele se estendem bairros residenciais de classe média superior a abastada, ou tradicionalmente ocupadas por estas classes, como a Tijuca, ou mais recentemente criadas na orla do mar, como Copacabana. Não raro, a distância dessas zonas em relação ao centro é equivalente ao que separa as zonas do setor Nordeste-Noroeste acima referidas, mas o tipo humano, social e econômico que habita os bairros do Setor Sudeste-Sudoeste é acentuadamente diverso e a preferência que as classes mais abastadas dão a esses pontos é o que representa, do nosso ponto de vista, o traço principal de sua fisionomia como zona urbana, como área social.

Entre esses dois setores, na direção Oeste, encontra-se a terceira das grandes divisões citadas, representada pelos bairros de Engenho Velho, Andaraí, Engenho Novo, Meyer, etc. (que geralmente a população denomina de "zona Norte"), caracterizada por uma heterogeneidade maior de sua população: no Centro-Oeste zonas industriais se misturam com zonas residências proletárias; no Oeste, além de uma parte da zona industrial, encontra-se uma fração de classe média abastada e ainda núcleos de população já nitidamente suburbana. O novo (Grajaú) e o tradicional (Meyer, S. Cristovão) mesclam-se aqui, permitindo a coexistência de núcleos definidos de classe média estável com características áreas de transição.

Por toda essa Região Oriental, espalhando-se pelas subdivisões que sumariamente delimitamos, a topografia particular da cidade permitiu a formação dos aglomerados residenciais que são as "favelas", de modo tal que quase não há uma altitude na Região Oriental do Rio de Janeiro onde a comunidade não tenha colocado a parte mais baixa e mais pobre de sua população, nesses núcleos de miséria alcançada onde o desajustamento econômico e social atinge estados muito avançados.

Oposta a êste vasto e condensado conjunto — estende-se a Região Ocidental, mais vasta ainda, e formada pelas circunscrições de Campo Grande, Guaratiba, Jacarepaguá, Realengo e Santa Cruz. Aqui habita a população rural.

Além destas duas regiões continentais pode-se ainda identificar um terceira, composta pelas ilhas que se encontram no interior da Guanabara (Governador, etc.) (24).

Esta brevíssima descrição das grandes divisões do Distrito Federal deve ser acompanhada nos mapas anexos: no mapa 1 damos os limites destas grandes divisões e tem-se uma noção da distribuição das favelas pelo território da cidade.

Sobre o fundo desse esquema, que dentro de suas limitações pretende compensar a falta de um zoneamento ecológico rigorosamente feito, analisemos agora como ocorre a repartição dos característicos étnicos da população.

Do Capítulo anterior, e das análises ali procedidas, parece-nos ter resultado evidente a tendência histórica da concentração dos grupos de cor no Distrito Federal nas camadas proletárias da população, parecendo ter sido esta a mais nítida direção e o maior alcance da mobilidade social realizada pelas grandes massas destas populações, depois da abolição do regime de trabalho escravo que sobre elas pesava. Desta verificação é que retiramos a hipótese fundamental do presente capítulo, procurando vêr, na análise ecológica, se a hipótese permanece ou deve ser modificada à luz desse novo critério de apreciação. Noutros termos, o que nos interessa é verificar, tomando a situação residencial como índice da situação social — qual o padrão de acordo com o qual vivem as quotas

(24) Niterói e outros pontos fluminenses da margem da baía são satélites do Distrito Federal mas não foram levados em conta aqui, como certamente deveriam ser, se nosso objetivo fundamental fosse o estudo ecológico e não como realmente é, o aspecto ecológico das relações étnicas.

de 71 % de brancos, 11 % de pretos e 17 % de pardos que compunha, a população do Rio de Janeiro em 1940 (25).

A distribuição dos diversos grupos de cor pelas zonas urbanas encontra-se no quadro abaixo. Nele se vê, para cada grupo de 100 habitantes de cada zona urbana, quantos pertencem a cada um dos três grupos étnicos considerados. No Quadro n.º XIX temos o grupamento desta distribuição por setores.

(25) O grupo amarelo (0,09%) foi aqui desprezado por sua insignificância numérica; os de cor não declarada, (0,19%) de acordo com o ponto de vista que prevaleceu na divulgação dos resultados censitários, foram, em regra, somados aos pardos, por se ter presumido que, em muitos casos, a omissão da declaração expressa da cor tenha correspondido ao desejo de não declarar a mestiçagem. Convém notar mais uma vez, que os dados se reportam à situação de 1940 por não terem sido divulgado ainda os resultados equivalentes do censo de 1950.

QUADRO XIX

Proporções por 100 habitantes da distribuição dos grupos étnicos por circunscrições urbanas do Rio de Janeiro (Região Oriental) (1940)

<i>Circunscrições</i>	<i>Branços</i>	<i>Pretos</i>	<i>Pardos</i>
Anchieta	53,42	14,28	32,17
Pavuna	58,86	13,41	27,65
Madureira	59,53	15,34	25,10
Piedade	70,29	9,26	20,29
Gávea	65,29	19,14	15,48
Tijuca	71,51	15,16	13,27
Irajá	69,69	11,60	18,67
Penha	72,31	7,91	19,73
Inhaúma	77,32	6,98	15,55
Engenho Novo	71,14	16,72	12,12
Méier	73,82	15,35	10,33
Andaraí	80,47	9,67	9,82
Rio Comprido	71,34	13,30	15,32
Lagôa	73,81	10,58	15,55
Glória	78,42	9,74	11,74
Copacabana	78,81	12,31	8,76
Santa Teresa	79,10	8,00	12,81
São Cristóvão	75,36	7,77	16,82
Engenho Velho	82,13	6,72	11,07
Gambôa	69,43	11,37	19,14
Espírito Santo	78,89	6,39	14,66
Santa Rita	84,18	4,27	11,46
Ajudá	84,23	8,65	7,04
Santo Antônio	84,65	4,29	10,81
Candelária	85,04	3,42	11,37
Santana	85,93	3,99	9,96
São Domingos	87,69	3,52	8,74
Sacramento	87,92	3,08	8,95
São José	88,43	6,87	4,63

QUADRO XIX

Proporções por 100 habitantes da distribuição dos grupos étnicos por setores urbanos do Rio de Janeiro (Região Oriental)
(1940)

<i>Setores</i>	<i>Branços</i>	<i>Preiços</i>	<i>Pardos</i>
Noroeste	61,79	13,05	25,03
Sudoeste	68,73	17,00	14,39
Nordeste	72,96	8,80	18,16
Oeste	75,77	13,56	10,84
Sul este	76,44	10,86	12,62
Centro-Oeste	77,70	7,41	14,82
Centro-Este	80,66	6,44	12,79

Considerando-se, em primeiro lugar, as duas grandes regiões do Distrito Federal, observamos que os brancos, por serem avantajada maioria no conjunto da população, predominam em ambas; o que importa, aos objetivos do estudo, por consequência, não é o *predomínio absoluto* dêste ou daquele grupo em cada zona, mas a *variação relativa da minoria* nas diversas regiões e, principalmente, nas diferentes subdivisões de cada uma. A êsse respeito constata-se que, em princípio, quanto maior a urbanização, maior a quota de brancos: na Região Oriental, inteiramente urbanizada, os brancos representam 72,91 % da população, enquanto que na Região Ocidental, com extensas partes rurais, essa quota desce para 60,02 %. Por outro lado, o padrão rural-urbano aqui não se aplica sem restrições, pois na Região Ocidental os núcleos de população suburbana são também elevados e possivelmente isto influi na distribuição espacial dos grupos étnicos.

Como dissemos, esta primeira divisão é excessivamente geral para permitir o destaque de tendências seguras. Cumpre subdividir cada uma delas se quisermos dis-

cernir as grandes linhas da estrutura ecológica. Para isso tomemos por base a Região Oriental, que continha, em 1940, 85% da população do Distrito Federal e na qual as áreas sociais melhor se diferenciam. Aqui parece confirmar-se, sem sombra de dúvida, a hipótese formulada: quanto mais proletária a área, maior a quota de população de côr.

No Nordeste e Noroeste, em cada 100 habitantes, 48,12 são de côr; essa proporção é de 23,48 no Suleste-Sudoeste e de 46,63% no Oeste-Centro-Oeste.

Este padrão parece corresponder aproximadamente às grandes linhas da estratificação social, e deve ser entendido como um reflexo a) da composição étnica das diversas classes sociais e b) da distribuição dessas classes pelas zonas urbanas.

Se nos detivermos a considerar aspectos particulares do problema veremos a prova disso se destacar dos dados. Assim, por exemplo, observamos que a circunscrição isolada que apresenta maior quota proporcional de pretos — 19,14% — é a Gávea, que está exatamente no setor Sul, aquele que, em conjunto, apresenta menor quota de habitantes desta côr. Este fato, além de indicar que as divisões muito amplas devem ser evitadas, resulta, antes de mais nada, de ser a Gávea um bairro com forte núcleo industrial e grande concentração de população proletária, residente nas favelas que ali se encontram, o que demonstra, ao lado de inúmeros outros casos concretos, que o padrão ecológico é, principalmente, um produto da estratificação social (26).

(26) Sempre julgamos, aliás, que a Ecologia Humana se reduz a puros exercícios de geometria sociológica se não leva na devida conta em seu esquema metodológico e nas suas técnicas de pesquisa, a variável fundamental, que é a estrutura social. Este ponto de vista procuramos desenvolver e documentar amplamente em curso de extensão universitária sobre o assunto dado na Faculdade de Filosofia do Instituto Lafayette, em 1947.

Considerando a vasta Região Ocidental do município, predominantemente suburbana e rural, e as cinco subdivisões que a compõem — observamos que as quotas de população branca, embora prevaleçam, são em geral menores do que as encontradas na Região Oriental. Nesta parte do Distrito Federal a composição étnica é a seguinte:

QUADRO XIX-a

*Composição étnica da Região Ocidental do
Distrito Federal*

(1940)

<i>Circunscrições</i>	<i>Branco</i> s	<i>Pretos e Pardos</i>
Santa Cruz	51,01	48,18
Guaratiba	52,26	47,74
Campo Grande	58,32	41,61
Jacarepaguá	61,67	38,23
Realengo	62,75	37,12

Nas ilhas as quotas dos brancos é de 66,03 %, a dos pretos 8,51 % e a dos pardos 25,39 %.

O fato de na região Ocidental haver uma maioria masculina, deverá ser fator de diminuição da quota dos pretos; este fator, por sua vez, está visivelmente compensado pelo contingente de homens pretos ocupados como empregados ou rendeiros na agricultura local. Por outro lado, como já dissemos, deve ser também alto o contingente dos que, embora tenham suas atividades noutra zona, ali residam, população que, a julgar pela média mais baixa do valor locativo das habitações, provavelmente se inclui nas camadas sociais menos afortunadas.

Ao que ficou exposto devemos ainda acrescentar a análise de dois fatores de decisiva influência sobre a

repartição ecológica dos grupos étnicos no Rio de Janeiro e que, se de um lado impedem que a segregação transpareça no primeiro plano da análise, só demonstra, por outro lado, o quanto ela está relacionada com o sistema de estratificação social existente na comunidade urbana. Queremos nos referir à composição por côr do grupo dos empregados domésticos e dos habitantes das favelas do Rio de Janeiro.

Analisemos, primeiramente, a questão dos empregados domésticos. Já vimos, anteriormente, que a maioria dos ocupados no serviço doméstico remunerado no Distrito Federal é de côr preta e parda; mínima é a quota dos brancos, menor ainda para as mulheres do que para os homens dêste grupo étnico. É sabido, por outro lado, que se não distribue igualmente por todas as camadas sociais a possibilidade de ter empregados domésticos, o que realmente só começa a se difundir e generalizar da classe média superior para cima, possibilidade que aliás cada vez mais se restringe em consequência da solicitação dessa mão de obra pelo mercado de trabalho industrial que se expande na cidade.

Essas duas circunstâncias — a) concentração do poder de manter empregados domésticos em famílias de certas camadas sociais, e b) concentração, entre os empregados domésticos, de pessoas de certo grupo étnico — evidentemente influem em sentido contraditório sôbre a distribuição dos grupos de côr no mapa urbano: 1) a condição étnica e social dos empregados domésticos tende a fazê-los aparecer nas zonas proletárias da cidade, enquanto que 2) o fato do local de residência do empregado doméstico geralmente se confundir com o local de residência do patrão, que é seu local de trabalho, tende a levá-los para as zonas mais abastadas, aumentando assim, nestas zonas, as representações dos grupos de côr. Com os dados em mão é possível demonstrar, mais uma vez, o entrelaçamento

dêsses três fatores, aos quais constantemente temos de nos referir: estratificação social, situação ecológica, condição étnica.

Observe-se, por exemplo, que a grande concentração dos empregados domésticos encontra-se nas circunscrições residenciais preferidas pelas classes mais abonadas: Copacabana, S. Tereza, Glória, Lagôa, Tijuca., etc., que compõem o setor Suleste-Sudoeste da cidade. Embora essas zonas, em conjunto, tenham 32,19 % da população da cidade, ali se encontram 69,05 % dos empregados domésticos; as demais zonas reunidas têm pouco mais de 30 % dos empregados domésticos. É o que se observa no quadro da página seguinte.

Empregados domésticos, segundo o sexo e a côr, nas diversas zonas do Distrito Federal. ()*
(1940)

(DADOS PROPORCIONAIS A 100 EMPREGADOS EM CADA ZONA)

ZONAS	HOMENS					MULHERES					HOMENS E MULHERES
	Branços	Pretos	Amarelos	Pardos	Total	Branças	Pretas	Amarelas	Pardas	Total	
1. ^a	13,27	5,33	0,12	4,15	22,87	31,39	32,33	0,24	13,15	77,13	100,00
2. ^a	16,28	5,09	0,05	5,05	26,47	25,68	28,80	—	19,05	73,53	100,00
3. ^a	12,61	3,40	0,06	3,52	19,61	29,14	29,38	0,08	21,79	80,39	100,00
4. ^a	8,37	2,69	0,05	2,39	13,50	27,45	35,26	0,13	23,66	86,50	100,00
5. ^a	5,03	3,00	0,02	1,95	10,00	20,81	45,33	0,13	23,73	90,00	100,00
6. ^a	6,80	3,85	—	1,74	12,39	20,07	46,63	0,10	20,81	87,61	100,00
7. ^a	8,33	3,64	—	3,50	15,47	20,47	37,83	0,11	26,12	84,53	100,00
8. ^a	18,11	4,01	—	6,21	28,33	20,65	28,99	0,04	21,99	71,67	100,00
TOTAL	8,15	3,14	0,01	2,61	13,93	24,22	38,41	0,12	23,32	86,07	100,00

(*) A distribuição das circunscrições pelas zonas urbanas é a seguinte

ZONAS	CIRCUNSCRIÇÕES QUE COMPREENDE
1. ^a	Candelária, S. José, Ajuda
2. ^a	S. Domingos, Sacramento, Ilhas, S. Rita, Gambôa
3. ^a	S. António, Sta. Ana, Espírito Santo
4. ^a	S. Tereza, Glória, Lagoa, Copacabana, Gávea
5. ^a	Engenho Velho, Rio Comprido, Tijuca, Andaraí
6. ^a	Engenho Novo, Meyer, S. Cristóvão
7. ^a	Piedade, Penha, Irajá, Pavuna, Madureira, Jacarepaguá, Inhauma
8. ^a	Campo Grande, Guaratiba, Sta. Cruz, Realengo

No centro da cidade é curioso observar que os empregados domésticos brancos constituem a quota maior. Isto parece resultar do fato de, no centro da cidade, o serviço doméstico ser principalmente exercido em hotéis, pensões, ou, nos edifícios, pelos cabineiros — e não em casas de famílias, como ocorre, em sua maior parte, nos bairros residenciais; entre os empregados domésticos do centro da cidade, por sua vez, predominam os homens; como a maioria dos empregados domésticos do sexo masculino é de côr branca — resulta, finalmente, a superioridade dos desta côr na zona do centro (27).

Excluído o centro, nas outras zonas de maior concentração de empregados domésticos, entre eles, os de côr sôo sempre maioria e as mulheres predominam sobre os homens.

Parece evidente que é ponderavel a influênciã dêsse fato sobre a composição étnica da população de algumas zonas urbanas do Rio de Janeiro. Tomando-se para exemplo Copacabana, S. Tereza e Glória observa-se que, entre os homens, a proporção dos brancos era de 83,96% enquanto que entre as mulheres esta proporção descia para 74,43%, diferença evidentemente relacionada ao contingente de mulheres de côr, empregadas domésticas naquelas zonas. Por outro lado, nas zonas proletárias, onde as quotas de empregadas domésticas caem muito, diminue também, visivelmente, a diferença entre a composição étnica dos dois sexos. Vejamos, agora, o outro fator, atraz referido, dessa re-distribuição dos grupos de côr — ou das classes sociais em que êsses grupos predominante-

(27) Já assinalamos que é provavel que nestes estabelecimentos de habitação coletiva a preferência pelo empregado branco deve corresponder à atitude discriminativa equivalente no que se refere aos hóspedes, fato que ultimamente se tem observado em alguns hotéis de luxo no Rio de Janeiro.

mente se concentram, — pelo mapa ecológico do Distrito Federal (28).

Queremos-nos referir às favelas.

Toda vez que somos obrigados, no decorrer de outras pesquisas, em busca de outros objetivos, a falar no problema das favelas, temos que nos concentrar sobre os pontos específicos de que pretendemos tratar afim de, resistindo a uma forte atração, não enveredarmos pelos inúmeros e complexos problemas em que ele se decompõe e que caracterizam êsse mundo de desajustamentos sociais, estranho e vasto laboratório sociológico, quase virgem de estudos sérios, cercado por uma muralha de sentimentalismo, legenda, pitoresco e demagogia.

Diversos fatores têm história e sociologicamente contribuído para a formação das favelas do Rio de Janeiro — mas nem a análise dêsses fatores, nem o estado atual do problema *per se*, constituem, aqui, nosso objeto fundamental de estudo. Interessa-nos, apenas, demonstrar: 1) que nas favelas vive elevada quota da classe operária do Distrito Federal e que não é apenas a *mala vita* que ali é obrigada a viver; 2) que, como nessa classe se encontra a maior parte da população de côr que vive no Distrito Federal, daí resulta uma alta representação dêstes grupos de côr na população das favelas; 3) que a presença de núcleos favelados em todas as zonas da Região Oriental do Rio de Janeiro (vide mapa 1) influe como fator ponderavel na dispersão dêstes grupos por tôda a Região, mascarando assim, até certo ponto, a segregação dêstes grupos na estrutura da comunidade; e que 4), sendo de côr 70,95 % da população das favelas — 98.506 habitantes, sobre um total de 138.837 favelados — essa cir-

(28) A influência dos empregados domésticos na re-distribuição ecológica dos grupos de côr nas cidades norte-americanas, é observada por F. Frazier, Op. cit., pg. 237.

cunstância parece demonstrar, mais uma vez, e sobre outra forma, que as grandes massas de população de côr no Distrito Federal só nas camadas mais baixas da estratificação social encontraram o modo e o lugar de nela se integrarem, o mesmo acontecendo com os provavelmente elevados contingentes de população de côr que, como imigrantes nacionais, entram na cidade, vindos de outros pontos do País.

Dentre cada 100 habitantes do Rio de Janeiro — aproximadamente 29 são de côr; de cada 100 habitantes — aproximadamente 7 vivem nas favelas; de cada 100 habitantes das favelas — aproximadamente 71 são de côr. Isto significa, noutros termos, que a representação dos grupos de côr na população das favelas é muitas vezes maior, quase igual ao triplo, da proporção deles na população total da comunidade. Vejamos, do ponto de vista sociológico, qual a significação desses fatos.

Em primeiro lugar observemos a influência que têm as favelas, a essa luz, na re-distribuição dos grupos de côr pelas diversas zonas urbanas. Isto pode ser deduzido pela repartição delas na área urbana representada no mapa.

Como ali se vê, em quase todos os distritos urbanos do Rio de Janeiro, e especialmente na Região Oriental, encontram-se favelas; a maior porcentagem delas está no Norte (29); segue-se o Sul e, dentro dele, a Gávea é a zona que apresenta maior concentração. Também já vimos que esta é a circunscrição que apresenta maior quota de população de côr no Rio de Janeiro: mais de 19% de sua população em 1940 era de côr. Em terceiro lugar vem o Centro, em cujas favelas deve estar concentrada a maior parte da população de côr do centro da

(29) O surgimento de novos núcleos favelados e o desaparecimento de outros é fenômeno frequente na dinâmica da transformação urbana do Rio de Janeiro. Convém, frisar, por consequência, que essa distribuição se refere às condições de 1949, data do último censo das favelas.

cidade. A proximidade da zona portuária e de outros locais de trabalho, onde a população de côr encontra oportunidade de ocupação, há de ser responsável pela utilização da topografia do centro da cidade para a formação desses núcleos de habitação proletária, classe na qual a população de côr está fortemente concentrada no Distrito Federal.

A respeito do centro urbano e das zonas intersticiais que lhe são adjacentes, é curioso notar que, em conjunto, os brancos nela predominam fortemente: em cada 100 habitantes desta zona — que constitue o Centro-Este da divisão aqui adotada — 80 são brancos; em determinadas sub-divisões desta zona, porém, onde há núcleos de população proletária favelada, como na zona da Gambôa, a composição étnica se modifica com o expressivo aumento da quota dos de côr.

Parece evidente, portanto, que as favelas, porque apresentam quotas elevadas de população de côr (em conjunto, em cada 100 favelados, 71 são de côr) e porque estão disseminadas por quase toda a cidade — tendem a re-distribuir aquela população por todas as circunstâncias urbanas, evitando assim: a) que a concentração dos pretos e pardos nas camadas social e economicamente mais baixas da população; b) que a concentração dessas classes nos pontos sociologicamente mais deteriorados da comunidade — configurem, no padrão ecológico da cidade, a segregação espacial dos grupos étnicos (30).

Se adotássemos, porém, o esquema conceitual sobre o qual alguns ecologistas propõem índices de determinação da segregação residencial de grupos étnicos no interior de uma comunidade, aplicando-o às favelas, como se elas

(30) Excluímos desta análise a população dos porões, "cortiços", "cabecas de porco" e demais formas de habitação coletiva que enchem a cidade e onde residem quotas de população pobre e de côr.

formassem conjuntamente o que em Ecologia Humana se chama uma "área natural" — veríamos que o problema ganharia aspectos diferentes.

De acôrdo, por exemplo, com o índice de segregação proposto pelos Professores Julius Jahn, Calvin Schmid e Clarence Schrag, da Universidade de Washington (31), — índice que eles aplicaram ao estudo do fenômeno em 44 cidades norte-americanas — não existe segregação quando a população da minoria de côr distribue-se ao acaso por todas as áreas urbanas; neste caso, a população de côr distribue-se pelas diversas áreas em proporção igual àquela em que se encontra em relação ao total da população da cidade; existirá completa segregação, no extremo oposto do "gradient", quando nas áreas em que residirem os membros de um grupo racial não se encontrar residindo nenhum membro do outro grupo. Entre esses dois casos extremos e ideais distribuem-se as situações concretas, ora se aproximando de um tipo de completa segregação, ora tendendo para o outro de repartição inteiramente ao acaso.

No Rio de Janeiro, a proporção de população de côr sôbre a população total é de 27% de acôrdo com o que acima ficou dito, poderíamos afirmar que a segregação não existe em todas as sub-divisões ecológicas da cidade em que a proporção de população de côr for aproximadamente 27%, isto é, equivalente à proporção sobre a população total. Se consideramos, porém, as favelas em conjunto como formando uma área natural, ecológicamente definida, observamos que a proporção de população de côr nesta situação ecológica — 71% — é suficientemente elevada para indicar, à luz daquele critério, forte segregação da população de côr numa área que apresenta, de muitos outros pontos de vista — condições de habitação,

(31) "The Measurement of Ecological Segregation". Am. Soc. Rv., vol. 12, June 1947, pág. 293-303.

de educação, de comportamento, de desorganização, etc. — aqueles conhecidos característicos das áreas segregadas. De acordo com o conceito inicialmente exposto, não é possível negar que a distância no espaço físico está a refletir nitidamente a distância no espaço social, com a diferença de que, aqui no Rio de Janeiro, esta distância se mede no plano vertical: quer no espaço social, entre classes, já que aqui a distância fundamental é entre a base e o vértice de uma pirâmide de classes, quer no espaço físico, onde, inversamente, a distância é medida do vale para o monte, para o alto dos morros, para as favelas, onde está a população mais pobre do Rio de Janeiro e onde, em cada 10 habitantes 7 são de côr.

757. Sòmente a população total das favelas foi classificada de acordo com a côr; o mesmo não foi feito para a população de cada favela separadamente. Desta forma não nos resta, a possibilidade de indicar exatamente, para a população de côr de cada bairro, qual a proporção dos favelados, qual a proporção dos não favelados, o que representaria, sem dúvida, valiosa informação para os objetivos do presente estudo. Só indireta e aproximadamente isso pode ser avaliado, se considerarmos que, em cada favela, a população de côr guarda, em relação à população total, a mesma proporção que no conjunto — 70,95%. Nessa hipótese, de uma proporcionalidade igual (32), que aqui usamos para substituir a informação direta — se distribuímos as favelas existentes pelas diferentes zonas de divisão aqui adotada observamos um fato curioso: no setor Nordeste-Noroeste, em cuja população se encontra a maior quota de população de côr, (48,12%) é onde é menor o número de favelados — 9,982; enquanto

(32) A hipótese é provável em relação às favelas mais recentemente formadas, embora para as mais antigas seja também provável que a proporção de brancos seja um pouco maior do que no conjunto da população favelada.

que no setor Suleste-Sudeste, onde a quota dos de côr desce a menos de metade (23,48%) — nestes a população favelada sobe para 39,596.

Esta correlação inversa parece sugerir, (aceitando-se a hipótese formulada) que as favelas apresentam-se como núcleos segregados de população pobre e de côr exatamente nos bairros onde os brancos constituem a maioria e encontram menores razões econômicas e sociais para se formarem naqueles bairros onde maior é o número de habitantes de côr e menor a distância social e étnica entre favelados e não favelados. Se concordarmos em que grande parte da população da favela vive em função e ao serviço dos mais afortunados que residem nas áreas não faveladas adjacentes e se verificarmos que, em regra, o favelado que tem atividade econômica definida tem sua atividade na mesma zona em que reside — a hipótese parecerá anda provável. (33)

(33) Sobre as distâncias entre o local de residência e o local de trabalho dos favelados, vide o volume *Censo das Favelas*, pág. 30-31, tabela 9. Sobre as conotações sociológicas do deslocamento da população urbana entre os locais de residência e de trabalho Cfr. K. Liepmann, *The Journey to Work — Its Significance for Industrial and Community Life* (1945) e R. Dickson, *City, Region and Regionalism*, pag. 123 e ss. (1947).

As ocupações, o nível de salários ganhos, ao lado de outros índices possíveis de determinar com os dados em mão — completam a demonstração do entrelaçamento daqueles três fatores inicialmente referidos: estratificação social, situação ecológica, condição étnica.

QUADRO XXI

Habitantes das favelas do Rio de Janeiro, segundo o ramo de atividade e o sexo.

(1949)

<i>Atividade</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Total</i>
Agricultura	101	35	136
Indústrias em geral	11.395	2.894	14.289
Construção civil	10.573	—	10.573
Comércio	4.602	608	5.210
Transportes e comunicações ..	4.043	21	4.074
Administração, segurança pública e defeza nacional	2.834	105	2.939
Empregos domésticos	2.375	9.531	11.906
Inativos e outras	33.030	56.680	89.710
TOTAL	68.953	69.884	138.837

O Quadro XXI distribue os habitantes das favelas por grupos de ocupação. Nela se vê que o maior contingente é o dos inativos, o das ocupações não especificadas e o dos que não declaram a ocupação. Ocorre, porém, que mais de metade dos incluídos nesta rubrica é de crianças de 0-13 anos de idade, que totalizam 46.869, impropriamente incluídos numa discriminação de atividades. Em verdade, os trabalhadores nas indústrias — especialmente de construção civil — nos transportes e no comércio, constituem a grande massa da população ativa das favelas, ao lado dos empregados domésticos; e embora não tenhamos uma discriminação por posição na ocupação — parece desnecessário afirmar que a quase totalidade deles é de em-

pregados, trabalhadores não qualificados ou semi-qualificados, como se pode deduzir da tabela de salários que inserimos no Quadro XXII.

QUADRO XXII

Salários ganhos pelos habitantes das favelas do Rio de Janeiro, por sexo e classes de grandeza. ()*

(1949)

<i>Salários (Crs\$)</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>
até 200	1.239	3.900
201 — 400	2.812	5.264
401 — 600	4.973	2.214
601 — 800	7.327	947
801 — 1.000	9.740	471
1.001 — 1.500	8.996	166
Mais de 1.500	2.243	50

(*) Estão excluídos os rendimentos dos inativos.

Ali se vê que, excluídos os inativos, a classe modal de salários é de 801-1.000 cruzeiros, sendo que, no conjunto, a maioria dos trabalhadores residentes nas favelas têm salários abaixo de 800 cruzeiros mensais. Não espanta, por consequência, que das 34.567 moradias recenseadas, 26.313 não tenham fossa ou esgoto; que 84,41% delas não tenham água; e que, quanto ao valor, 64,06% permaneça na classe até 8.000 cruzeiros; que 61,61% não dispoña de luz elétrica; que 47,17% tenham piso de terra batida; e que 61,91% dos habitantes recenseados seja de alfabetos.

Mais de metade dos moradores das favelas do Distrito Federal é de nascidos noutras Unidades da Federação, o que vem indiretamente reforçar a hipótese de que nessas correntes de migração interior que demanda a Capital

do País bastantes expressivas são as quotas dos grupos de côr. Atinge a 61,86% da população das favelas a proporção dos oriundos de outros pontos do território nacional. Lamentavelmente não foi apurada no censo a naturalidade dos brasileiros correlacionando com a côr e o local de presença para que se pudesse ter uma visão mais direta do carater seletivo de côr das migrações internas no Brasil, fenômeno que é hoje um dos característicos dominantes da situação demográfica do País.

Depois de passar em revista êsses dois fatores (34) — composição étnica do grupo dos empregados domésticos e da população favelada que nos parecem muito importantes no estudo ecológico dos grupos étnicos na Capital do País, podemos tentar a aplicação do índice de Jahn, Calvin Schmid e Schrag às circunscrições urbanas. (35)

(34) Excusado é dizer que outros índices já foram propostos para determinar o grau de segregação. Servimo-nos dêste por que ele nos parece ter sobre outros a vantagem de independer do volume total de população de côr na comunidade, lidando, apenas, com o comparecimento percentual dessa população em cada zona urbana.

(35) Já estavam prontas estas análises quando tivemos acesso, a uma seleção de resultados do censo demográfico de 1950 referentes à população das favelas do Rio de Janeiro e que dizem respeito, por consequência, à situação tal como se encontrava dois anos depois de apurados os dados até agora apresentados. Não há, como não era provável que houvesse, nenhuma extraordinária discrepância entre as informações do censo demográfico e as do censo das favelas. Em 1950 o número de pessoas recenseadas atingiu a 168.654, das quais 113.318 de côr e 55.436 brancas. Os de côr, como se vê, representavam, na população favelada, mais do dôbro dos brancos, entre estes há superioridade de homens, enquanto que entre os de côr a parcela maior é a das mulheres. Quanto à ocupação — as indústrias de transformação, entre os homens e a prestação de serviços, entre as mulheres, representam os dois maiores ramos. Os nascidos no Distrito Federal representam a maior parte, no conjunto e em cada sexo separadamente. Observando-se, porém, a composição de idades, nota-se que os nascidos no Distrito Federal estão concentrados nas baixas idades e tendem a diminuir nas idades crescentes, nas quais os nascidos noutras Unidades da Federação tendem a aumentar, indicando, que são os filhos destes, nascidos já no Rio de Janeiro, que asseguram aos cariocas maioria na população favelada. Minas Gerais, Espírito Santo e Estado do Rio são os Estados que mais fornecem residentes para as favelas do Distrito Federal, preeminência ainda mais acentuada entre as mulheres que, vindas das zonas rurais destes Estados, encaminham-se para a Capital do País em correntes contínuas de migração interior.

Aplicado à Região Oriental do Rio de Janeiro, o índice citado revela tendências bastante significativas. Para destacá-las, façamos um grupamento em classes de maior ou menor afastamento, para mais ou para menos, em relação ao índice de 27%, que indica no Rio de Janeiro o estado de não-segregação. No Quadro XXIII temos a dispersão em torno daquele ponto.

QUADRO XXIII (*)

Índice de Segregação Ecológica da População de Côr do Rio de Janeiro, por zonas urbanas.

(1940)

GRUPO A: mais de 40%

Pavuna	46,42
Anchieta	41,06
Madureira	40,44

GRUPO B: mais de 30% — menos de 40%

Gávea	34,62
Piedade	30,55
Gambôa	30,51
Irajá	30,27

GRUPO C: mais de 27% — menos de 30%

Engenho Novo	28,84
Rio Comprido	28,62
Tijuca	28,43

GRUPO D: menos de 27% — mais de 20%

Meyer	26,18
Lagôa	25,13
S. Cristovão	24,59
Inhuama	22,52
Copacabana	21,07
Espírito Santo	21,05
S. Tereza	20,81

GRUPO E: menos de 20%

Penha	19,14
Andaraí	19,49
Engenho Velho	17,79
Santa Rita	15,73
Ajuda	15,69
Santo Antônio	15,10
Candelária	14,79
Santa Ana	12,95
S. Domingos	12,26
Sacramento	12,03
São José	10,50

(*) Sendo 27% a porcentagem da população de côr sobre a população total da cidade — os afastamentos, para mais ou para menos em tórno dêsse índice indicam o grau de segregação por zonas urbanas.

Começamos a analisar os dados a partir daquelas zonas que apresentam maior afastamento *para menos* em relação à média.

A maior parte das zonas incluídas no grupo E (menos de 20 habitantes de côr em cada 100) são as que compõem o *centro* da cidade. Das zonas que na divisão municipal constituem o *centro*, só a Gambôa não se inclui neste grupo. Aqui, o número de residências é pequeno e muitas delas são apartamentos de alto valor locativo, não sendo de supreender, portanto, que a quota de residentes de côr seja baixa.

O grupo D é formado pelas zonas que têm mais de 20% de população de côr sem atingir 27%; elas representam, por assim dizer, o limite inferior de variação em torno da média. Neste grupo estão alguns bairros nos quais já julgamos ter demonstrado que o elevado número de empregados domésticos certamente contribue para aumentar a representação dos elementos de côr. Zonas como Santa Tereza, Glória, Copacabana, não fosse a influência do serviço doméstico, possivelmente estariam incluídos no grupo E e não neste. Ao lado delas estão zonas tipicamente suburbanas, como o Meyer.

Desta classe em diante estão os diversos graus de segregação, razão pela qual, para observá-los melhor, dividimos a distribuição em maior número de grupamentos. O grupo C inclui as mais baixas variações acima da média; e como a ausência de segregação é indicada não pela perfeita coincidência com a média mas por uma pequena variação expressa por valores próximos a ela, julgamos que até o limite de 30% no caso presente, a discrepância não é expressiva. Já no grupo B essa expressividade não pode ser contestada, pois aqui não somente encontramos zonas, como a Gambôa, que se destacou do conjunto do Centro-Este, caracterizado pelo baixo índice de população de côr, e que aqui se inclui certamente por

causa das favelas que ali se encontram — mas também encontramos a Gávea, que, já ficou dito, é núcleo de acentuada concentração de população de côr, que já se afasta de 7% em relação à média.

Chegamos, finalmente, no último grupo, as zonas em que o afastamento da média chega ao dobro do observado na classe anterior: são as zonas do Noroeste da cidade — Madureira, Pavuna, Anchieta. Nesta última zona a quota de população de côr ultrapassa de 19% a média que deveria ser encontrada no caso de não-segregação, indicativo de uma distribuição inteiramente ao acaso.

* * *

Tudo o que atrás ficou exposto foi a análise do material existente sobre a ecologia dos grupos étnicos no Rio de Janeiro. Reunindo os seus resultados, temos agora uma síntese interpretativa do problema.

Parece evidente que não é possível compreender o modo como as relações inter-étnicas influíram sobre a repartição dos grupos no perímetro da comunidade, sem manejar, simultaneamente, com os três conceitos básicos de qualquer estudo — e não somente deste — sobre o problema da segregação racial. Esses três conceitos básicos são: a) posição social, b) situação ecológica, c) condição étnica. O modo particular, histórica e sociologicamente variável, desses fatores simultaneamente atuarem, é o que explica não somente o nosso mas também qualquer padrão ecológico de relações de raças. Se acaso isto não ressalta de modo evidente das pesquisas de ecologia procedidas noutras comunidades — estamos convencidos que a culpa é da metodologia empregada e não da realidade observada, pois entre as situações concretas, e diversas, encontradas em diferentes comunidades — a diferença é essencialmente de *grau*, não de *espécie*.

Da análise do padrão ecológico resultou evidente a concentração dos elementos de côr da população do Rio

de Janeiro nas camadas mais pobres da sociedade e, por consequência, a concentração desses grupos étnicos nas zonas de moradia em que aquelas classes predominam. Isto vale dizer, noutros termos, que é nas zonas mais deterioradas do mapa urbano que os grupos de côr encontram o nicho onde se instalam e vivem, paralelamente ao nível das posições sociais mais subalternas, que foram os mais altos que lograram atingir na escala social.

Até aqui — e ressalvadas as diferenças de grau — o que ocorre no Rio de Janeiro é exatamente o que ocorre em todas as sociedades nas quais coexistem grupos étnicos diversos e que, ao lado das diferentes étnicas, se separam por diferentes sociais acentuadas. Sobre este fundo, então, operam os fatores peculiares, que são próprios e específicos da comunidade em questão, fatores os mais diversos, que vão desde o *tipo* ou o *momento sociológico* que hoje apresentam, ou atravessam, as relações entre grupos étnicos no Distrito Federal — até aos *característicos geográfia e topográficos* da região em que o núcleo urbano surgiu, cresceu e se expandiu.

Dentre esses fatores peculiares destacamos, por sua importância, para especial análise, dois deles: a) o problema da composição étnica dos empregados domésticos e b) o problema da composição étnica da população das favelas.

Esses fatores agem, de modo decisivo, para redistribuir os grupos de côr entre as circunscrições administrativas e as áreas sociais em que a cidade se subdivide.

A alta concentração de elementos de côr, principalmente mulheres, no grupo profissional dos empregados domésticos e o fato de, em regra, para esse grupo, o local de trabalho se confundir com o local de residência, bem como a circunstância de serem principalmente famílias de certa classe social e, portanto, principalmente brancas —

as que podem ter uma, duas ou mais empregadas domésticas — faz com que nas zonas predominantemente brancas e predominantemente afortunadas apareça uma população de côr, cuja presença nessas zonas, só se explica em função da sua ocupação e posição social. Estatisticamente, êsse fato perturba a simetria do padrão a que as pesquisas norte-americanas, feitas em tórno de situações sociais particulares, acostumaram os consumidores da abundante bibliografia ecológica que nos Estados Unidos produzem e exportam. Sociologicamente, entretanto, temos aqui apenas uma variante concreta — tão variante e tão concreta quanto a situação em qualquer comunidade de um fenômeno social único e universal, que ocorre toda vez que grupos étnicos diversos, em posições sociais diferentes, entram em relações permanentes no bojo de uma estrutura maior, que conjuntamente formam.

O outro fator, talvez mais diretamente influente, que contribue para dar uma configuração particular ao padrão ecológico da repartição dos grupos étnicos na cidade do Rio de Janeiro — resulta da alta concentração de elementos de côr na população das favelas. O fato de existirem favelas em quase todas as circunscrições urbanas e a concentração nelas de grandes massas de côr — obviamente age no sentido de redistribuir êsses grupos mais pobres e mais pigmentados por todo o perímetro da comunidade.

Acontece, porem, que por falta de outros elementos e de pesquisas anteriores — as circunscrições delimitadas neste estudo o foram por um critério exclusivamente administrativo e visam a atender as necessidades do governo municipal e não à compreensão científica da estrutura ecológica da cidade. À luz de um critério sociológico, as favelas, independentemente de sua localização no espaço físico, constituem, entretanto, uma área social bem definida, que pode se subdividir em tipos, mas que aparecem

como uma unidade quando conjuntamente comparadas com outras áreas sociais urbanas.

DISPERSÃO DAS FAVELAS PELAS DIVERSAS ZONAS DO DISTRITO FEDERAL (1949)



FONTE: "CENSO DAS FAVELAS", RIO, 1949.

Admitindo, como é lícito fazer, que as favelas do Rio de Janeiro constituem uma área social caracteristicamente definida pelo tipo social de seus habitantes — e pela posição que eles ocupam no sistema de vida social da cidade — a conclusão, documentadamente provada, a que se chega, é que nelas a segregação existe e em índice altamente expressivo: enquanto que, em cada 100 habitantes do Rio de Janeiro, 27 são de côr — na população das favelas, em cada 100 habitantes, 71 são de côr. Essa grande diferença entre a proporção dos elementos de côr no Rio de Janeiro e a proporção dos elementos de côr nas áreas mais deterioradas da cidade — é a forma mais expressiva pela qual se manifesta aqui a segregação étnica. (36)

(36) Recentemente, o respeitino *O Globo* publicou uma série de reportagens sobre as favelas, uma das quais foi dedicada ao tema que aqui nos ocupa. Ao reporter afigurou-se até que nas favelas havia forte preconceito racial, do qual seriam vítimas os membros da minoria de brancos que lá vivem... A veracidade da informação e a validês da interpretação ficam

Ao lado disso, apesar dêsses dois fatores de redistribuição da população de côr por todas as zonas urbanas do Rio de Janeiro — encontramos zonas nas quais a quota de concentração da população de côr ultrapassa de 19% o índice que deveria ser encontrado na hipótese de uma distribuição inteiramente ao acaso. Se a distribuição dos grupos de côr nas zonas urbanas do Rio de Janeiro fosse inteiramente ao acaso, a quota dos pretos e pardos nas diferentes zonas devia girar em torno de 27%. Em certos setores, como no setor Noroéste da cidade, e em certas zonas — como Madureira, Pavuna e Anchieta — a proporção de habitantes de côr atinge, entretanto, 40, 41 e 46%, ou seja, quase o dobro do índice indicativo de não-segregação, enquanto que noutras zonas a fraca proporção de elementos de côr desce, em algumas zonas, a quase um terço do índice não-segregativo.

Há, por consequência, uma escala de situações de maior ou menos concentração dos grupos étnicos nas áreas urbanas, que obedece a fatores sociológicos de significação, e de identificação, evidentes. Para compreendê-lo integralmente é preciso projetar êsses fatos sobre o contexto da configuração total, dentro da qual se desenrolam as relações de raças no Rio de Janeiro. Faz-se mistér, portanto, continuar a perseguir os objetivos finais desta pesquisa, para cujo esclarecimento, estamos convencidos, o padrão ecológico representa valioso instrumento de trabalho.

inteiramente sob a responsabilidade do autor da reportagem. A nós importa assinalar, porém, que, inclusive sob esta forma, a segregação racial impressiona a quantos, mesmo com outros objetivos, analisam de perto o problema das favelas. Também não há muito tempo, quando o noticiário da imprensa se ocupou do problema dos moradores da favela de Jacarêzinho, uma comissão que representava os habitantes daquela favela procurou a redação do matutino *Diário de Notícias* para protestar contra os despejos em massa. Na fotografia que ilustrava a notícia mais de 50% dos que integravam a comissão eram nitidamente negros, sendo impossível determinar, pelas condições do elichê, quantos, dentre os restantes, eram também de cor, embora mestiços. Êsses, e outros são fatos que apenas exprimem, de diversas formas indiretas, a composição étnica da população das favelas, registrada pelo censo que nelas foi feito em 1949 e de que nos servimos para as elaborações dêste capítulo.

SITUAÇÃO CULTURAL

Oportunidades educacionais — Alfabetização, grau de instrução e conclusões de cursos. — Formação das elites de cor. — Educação e criminalidade. — Significação sociológica dos dados apresentados.

Ainda que se não participe da opinião — sociologicamente errônea e ideologicamente primária — de que o baixo nível de educação dos grupos que sofrem práticas discriminativas é a causa única de sua inferiorização e que, por consequência, dar-lhes mais educação é o remédio para tudo — não precisamos argumentar longamente para demonstrar a conveniência da análise daqueles aspectos das relações inter-étnicas que por sua vez se relacionam com a situação educacional no Rio de Janeiro. Precisamente na medida em que se compreender o problema da educação como um dos aspectos do funcionamento das estruturas sociais — compreender-se-á também a significação que pode ter a análise do processo educativo que se desenrola no interior de uma sociedade para iluminar muitos problemas ligados à posição e à mudança de posição dos diversos grupos que nela coexistem.

Numa sociedade em cujos códigos se inscreve a máxima da “igualdade de todos perante a lei” e cuja estrutura econômica gera e mantém extrema desigualdade entre os diversos grupos que a compõem, fica sempre larga

margem à ideologia dos grupos que eventualmente ocupam posição dominante para hipertrofiarem a importância do fator educacional lançando sobre êle a responsabilidade de todas aquelas situações estruturais objetivas que engendram as posições desiguais — em face, inclusive, das oportunidades educacionais. Cai-se, então, inevitavelmente, no círculo vicioso: o baixo nível de instrução é responsável pela posição social inferior dos grupos de côr; esta posição social, por outro lado, é responsável pelo baixo nível de instrução... Em face da contradição, na mente de muitos, o racismo, a crença na inferioridade inata de certos grupos étnicos, tem sido uma aparente “solução” para êsse impasse gerado pela falsa — não raro, deliberadamente falsa — colocação da questão.

Teremos, entretanto, de deixar de parte a discussão frontal desses problemas que encontramos à margem do caminho de nossa pesquisa, preocupados principalmente em recolher e aproveitar, de cada um, os elementos que podem oferecer à exata colocação do problema das relações inter-étnicas na cidade do Rio de Janeiro. Constatando que essas contradições inerentes à tese de que o nível educacional é o fator precípua da posição inferior dos grupos de côr só fazem refletir no plano das idéias, contradições mais profundas que existem no plano objetivo da estrutura social — o que nos interessa é procurar nessas situações objetivas os elementos de uma interpretação sociológica do problema em tela.

As estatísticas educacionais brasileiras não discriminam os dados por côr; só nos censos é que se torna possível conhecer a composição por côr dos analfabetos e alfabetizados, dos que concluíram cursos dos diversos graus, dos que ainda estão estudando, etc. Fora das fontes censitárias, nenhuma informação estatística oficial encontramos sobre situação educacional com discriminação por côr. E' pertinente observar, por outro lado, que as es-

táticas criminais apresentam minuciosamente discriminados pela condição étnica os violadores da lei penal. Em face dessa disparidade de critério é lícito assinalar que, certamente, muito do que se encontra nas estatísticas criminais seria melhor compreendido e mais seguramente remediado se as estatísticas educacionais estivessem igualmente interessadas em assinalar a condição étnica dos que comparecem em seus registros.

O fato de neste capítulo sobre a educação só contarmos com informações consistárias não significa pobreza de indicações significativas; muito ao contrário, os dados divulgados nas publicações oficiais e outros que obtivemos no Serviço Nacional de Recenseamento (37) são ricos de elementos sociologicamente valiosos para a compreensão dêsse aspecto da situação étnica no Distrito Federal.

O primeiro elemento de que se dispõe é a discriminação bruta dos diversos grupos étnicos em alfabetizados e analfabetos. Antes de analisá-los, porem, é preciso ter em mente que o Distrito Federal apresenta, em relação ao conjunto do País, uma posição privilegiada, pois é a Unidade da Federação que tem as mais altas quotas de alfabetizados: 81,82% de seus habitantes de 10 e mais anos de idade sabem ler e escrever, preminência que se manifesta para ambos os sexos: 86,69% entre os homens e 77,01% entre as mulheres. No conjunto da população do Brasil a quota de alfabetização era, em 1940, de 43,04%.

Esta situação de conjunto, porem, é resultado de expressivas diferenças entre os diversos grupos de côr. No quadro que se segue encontram-se os dados que confirmam esta afirmação.

(37) Registramos aqui nossos agradecimentos aos Drs. Tuíto Hostílio Montenegro e Manuel Diegues Jr. pelas facilidades que nos porporcionaram na obtenção desses dados, alguns deles não publicados ainda.

QUADRO XXIV

Dados sôbre a Alfabetização dos grupos étnicos no Distrito Federal.

(1940)

	<i>Presente de 10 anos e mais</i>	<i>Alfabetizados</i>	<i>%</i>
Branços	1.009.561	886.844	87,84
Pretos	159.106	85.346	53,64
Pardos	236.555	177.573	75,07
Amarelos ...	1.254	948	75,60
TOTAL ...	1.406.476	1.150.711	81,82

A quota de alfabetização entre os brancos é a mais elevada, ultrapassando a do total: 87,84%, entre os pretos, ela desce para 53,64%, que é a quota mais baixa dos grupos considerados. Em relação a cada sexo, as quotas de alfabetização são maiores para os homens em todos os grupos étnicos; entre os de côr, porem, a inferioridade das quotas femininas é mais acentuada do que entre os brancos.

Discriminando-se os grupos por idades, encontram-se diferenças muito significativas do ponto de vista dos fatores sociológicos que interferem no grau de alfabetização. Assim, entre os brancos, a inferioridade da alfabetização feminina, fortemente acentuada nas gerações mais antigas, tende a desaparecer nas mais novas. Só nos grupos de idade de 30 anos para cima a superioridade masculina passa a ser flagrante. Entre os de côr, porem, — e ainda mais entre os pretos do que os pardos — só no primeiro grupo de idade, de 5 a 9 anos, é que encontramos quotas equivalente entre os dois sexos, pois já nos seguintes a inferioridade da quota feminina começa a se revelar e vai crescendo na medida em que as idades aumentam.

Supondo-se elevado o contingente de população de côr que aflue para o Distrito Federal nas correntes de migração interior — é fato que, em certa parte, o baixo nível de alfabetização desses grupos no Rio de Janeiro reflete condições de outros Estados vizinhos. Mas parece não restar dúvida, também, em que pese essa circunstância, que o fato de em cada 100 negros residentes no Distrito Federal, 46,46 serem analfabetos — quase metade, portanto — indica uma taxa de alfabetização muito baixa, produto e reflexo da igual posição que este grupo ocupa na comunidade. Trata-se, por outro lado, de uma séria limitação de perspectivas de ascensão social, de natureza inteiramente objetiva, decorrente de deficiência e mau funcionamento de um sistema institucional básico e não de pretensas qualidades intelectuais inerentes ao grupo de côr — como adiante ficará demonstrado de modo insofismável, pela análise dessas mesmas informações.

Tomando-se cada sexo em separado, o número de analfabetos é de 36,12 entre 100 homens pretos e de 54,08 entre 100 mulheres da mesma côr. A situação econômica cronicamente deficitária e premente, característica do desajustamento em que vivem as famílias das camadas mais pobres da população carioca, que obrigam a prematura utilização, em larga escala, da mão de obra infantil e juvenil em tarefas remuneradas fóra do lar, como meio de ajudar a sustentar o orçamento doméstico (38), bem como o passado escravo ainda recente — dos 45.040 escravos existentes no Rio de Janeiro em 1872 somente 329 eram alfabetizados — são, do ponto de vista de grupo étnico considerado, os principais fatores dessa situação

(38) Sobre o assunto, embora não se referindo diretamente a famílias de côr mas u'a amostra de famílias de diferentes categorias étnicas, igualladas pelo traço comum de suas baixas rendas — Cfr. L. A. Costa Pinto, *Pesquisa sobre o Padrão da Vida do Comerciante do Distrito Federal* (1948), Instituto de Economia da Fundação Mauá. Sobre a atividade econômica dos filhos menores, vd. especialmente pags. 97-110

educacional, que afeta, principalmente, as mulheres de côr.

A repartição ecológica dos alfabetizados e analfabetos no Distrito Federal indica que as maiores quotas masculinas de alfabetização da população côr estão na zona Centro-Este da Região Oriental da cidade. O fato é significativo pois indica que, entre a população de côr, em 1940, as maiores quotas de alfabetizados não estavam nas zonas urbanas onde maior era a concentração residencial do grupo de côr, parecendo indiretamente indicar que os homens de côr alfabetizados tendem a se *dispersar ecologicamente* em consequência de *ascender socialmente*, enquanto que a concentração reúne e circunscreve, em determinadas zonas, principalmente a massa de côr de mais baixo status social e econômico e de mais baixo nível de instrução.

O mesmo já não acontece, porem, entre as mulheres de côr. De fato, tanto entre as pretas como entre as pardas, as maiores quotas de alfabetizadas aparecem, coincidentemente, nas zonas urbanas onde maior é a concentração residencial daquelas grupos, ou seja, nos subúrbios da região Nordeste da cidade. E' impossível aprofundar aqui, em face da carência de dados e de meios, a análise minuciosa dos fatores que podem explicar êsse fato. Quer nos parecer, porem, como hipóteses provisórias, que isto deve resultar de duas circunstâncias principais: a) do fato de entre as mulheres de côr, presente noutras zonas urbanas, serem elevados os contingentes de empregadas domésticas, entre as quais o índice de analfabetização é elevado; e b) de serem menores, para as mulheres de côr, as oportunidades de ascensão social decorrentes da pura alfabetização. (39)

(39) No Brasil, para a mulher de côr especialmente a mestiça, as vias mais frequentes de ascensão social, dentro do padrão tradicional de relações de raças, eram as oportunidades de se lhe abriram em consequência da fraca

Na população das favelas, composta em 71% de elementos de côr, a quota de alfabetização é muito baixa. Em cada 100 favelados 61,91 são analfabetos. O índice real de analfabetismo dos adultos deve ser ainda maior se excluirmos do cálculo os menores de 7 anos, que representam na população das favelas um grupo numeroso. No caso da população humílima dessas áreas deterioradas da cidade, fica ainda mais evidente que, se não é a falta de instrução a causa principal da residência na favela, também não é a instrução a condição principal que lhes falta para uma efetiva melhora de situação.

As informações e dados existentes sobre a alfabetização dos diversos grupos étnicos dão-nos, ainda, os elementos para demonstrar objetivamente que a situação educacional de um grupo dentro de uma comunidade maior sendo, como de fato é, produto de fatores essencialmente sociológicos, independe por completo da condição étnica ou de qualidades inatas de diversa capacidade intelectual. A prova mais elementar desse fato — que só vem ao encontro de exaustivos estudos mais especializados sobre o assunto — pode ser encontrado no fato da quota de alfa-

resistência que sua posição social permitia à sedução do homem branco. Ainda hoje o folclore anedótico frequentemente registra o fato. A instrução da mulher de côr como canal de mobilidade social é fenômeno recente, que não ocorre sem ter que vencer certas resistências, algumas abertamente declaradas. Uma prova disso, aliás odiosa, encontra-se num fato que chegou a repercutir no Parlamento brasileiro em 1950. Constatando que no "*Catálogo de Obras Sociais do Distrito Federal*", editado pela Legião Brasileira de Assistência, apareciam diversos estabelecimentos que exigiam como condição de admissão que a recolhida fosse de côr branca — o deputado Jonas Corrêa pediu informações ao Ministério de Educação sobre essa discriminação. O presidente da Legião, juiz Elmano Cardim, em ofício de 21 de julho de 1950, informou ao Ministro que, num dos estabelecimentos citados, o "Asilo Bom Pastor", a discriminação era feita devido a um pedido do seu fundador, o ex-senador da República, Dr. Mário de Andrade Ramos, "baseando-se em que depois de educadas é difícil colocar as meninas de côr, o que não acontece com as brancas" (é nosso o grifo C. P.) Como se ve, as barreiras à mobilidade da mulher de côr, combatidas por muitos, só servem para estimular em outros atos que visam multiplicar aquelas barreiras. Sobre a função social da boa aparência no mecanismo da mobilidade feminina, vd. as observações de Warner, Havighurst e Loeb em *Who Shall be educated?* (1946) — pag. 37 e ss.

betizados entre os pretos e pardos no Distrito Federal ser maior do que a quota de alfabetizados entre os brancos de outros Estados, que têm, em conjunto, uma situação educacional mais atrasada do que a capital do País.

Realmente, os pretos do Distrito Federal têm índice de alfabetização maior do que o índice médio de alfabetização da população branca no conjunto do País, e maior do que a apresentada pelos brancos em 13 Unidades da Federação: Paraná, Acre, Minas Gerais, Bahia, R. R. do Norte, Sergipe, Pernambuco, Maranhão, Piauí, Paraíba, Goiás, e Alagôas. A não ser que aceitemos a preliminar absurda de que os pretos do Distrito Federal são, *por sua condição étnica*, mais inteligentes e mais bem dotados do que os brancos de todas essas Unidades da Federação — só poderemos concluir que as mais baixas quotas de alfabetização que eles apresentam no Distrito Federal, no conjunto do País e em cada Unidade *per se* em comparação com a população branca da mesma Unidade — são uma resultante de fatores essencialmente sociológicos, *inteiramente desligados da condição étnica* e diretamente dependentes da posição que o grupo historicamente tem ocupado na sociedade brasileira e, por consequência, da posição que tem ocupado em face do funcionamento do seu sistema educacional.

Saber ler, escrever e contar é o mínimo de instrução necessária para incluir um indivíduo na condição de alfabetizado e nada mais exprime senão esse mínimo, pois, a partir dele, nos diferentes graus de ensino, existem também acentuadas diferenças entre a significação social e cultural da conclusão de cursos de nível acima daquele mínimo. Partindo-se dessa premissa, verifica-se que a situação e a perspectiva dos diversos grupos étnicos no Rio de Janeiro fica melhor compreendida quando analisamos a diversa participação que têm nas oportunidades educacionais que estão *acima da pura alfabetização*. Real-

mente, entre um analfabeto e um alfabetizado — do ponto de vista do status econômico e social, no que êle depende, ou fica refletido, pelo grau de instrução — podem haver diferenças menores de que entre dois alfabetizados, dos quais um apenas sabe ler, escrever e contar e o outro é portador de um diploma universitário.

Isto significa, noutros termos, que, para compreender a real situação educacional dos diversos grupos de cor, não basta conhecer, para cada um deles, a respectiva quota de alfabetização; é necessário também, entre os alfabetizados de cada grupo, saber as quotas respectivas dos que encontraram meios de prosseguir a educação em níveis acima do mínimo e crescentemente se aparelharam para utilizarem a instrução como instrumento de vida e de melhoria de vida. Por fim, a situação ficará ainda melhor esclarecida se considerarmos, em cada grupo étnico, as quotas dos que concluíram cursos e lograram completar a formação necessária a pretender tipos diferentes de emprego.

A situação de fato, retratada pelo inquérito censitário de 1940 — que são os últimos dados completos existentes sobre o assunto — é a que pode ser vista na tabela seguinte, onde temos a quota porcentual de pessoas de cada grupo étnico que naquela data estavam cursando cada grau de ensino.

QUADRO XXV

Pessoas de 5 a 39 anos que estão recebendo instrução, pela
côr, segundo o grau de ensino, no Distrito Federal.

(1940)

Gráu de ensino	Tôdas as côres		Branços		Pretos		Pardos*	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Totais	325.601	100,00	247.548	76,03	24.157	7,42	53.636	16,47
%	100,00		100,00		100,00		100,00	
Gráu elementar	237.912	100,00	171.090	71,91	21.636	9,10	44.989	18,91
%	73,07		69,12		89,56		83,88	
Gráu médio	54.821	100,00	49.888	91,00	891	1,62	4.011	7,32
%	16,84		20,15		3,69		7,48	
Gráu superior	12.589	100,00	11.984	95,20	63	0,50	533	4,23
%	3,86		4,84		0,26		0,99	
Gráu não declarado	20.279	100,00	14.586	71,93	1.567	7,73	4.103	20,23
%	6,23		5,89		6,49		7,65	

(*) Inclusive as pessoas de côr não declarada.

A situação educacional dos grupos de cor no Rio de Janeiro reflete os característicos dominantes da situação social total, de que aquela é apenas uma parte, e reproduz, portanto, os mesmos aspectos de participação frustrada que têm os grupos de cor nos benefícios de vida social.

É óbvio que as estatísticas educacionais se deixem necessariamente influir, no caso presente, pela diversa composição etária dos diferentes grupos étnicos a que os dados se referem. Assim é que, em 1940, entre os brancos, 38% das pessoas desta cor estavam no grupo de idade de 0-19 anos, enquanto que, entre os pretos, esta percentagem era de 41%. A mortalidade, sendo maior entre os pretos, faz com que, diminuindo a probabilidade de sobrevivência, eles tendam a se concentrar nas baixas idades. Por outro lado, sendo extremamente baixa a quota percentual de pretos que prosseguem os estudos através dos níveis médio e superior — tende igualmente a resultar maior dentro do grupo o índice dos que estão cursando escolas de grau elementar.

Dêste modo, o fato de 89,56% dos pretos de 5 a 39 anos estarem cursando um grupo escolar, além de resultar de uma pirâmide de idade em que as baixas predominam — é produto direto do fato das grandes massas de cor que conseguem estudar não conseguirem oportunidades de instrução além do nível elementar onde, por isso mesmo, se concentra a maior quota dos negros que têm qualquer grau de instrução. Dos 24.157 negros que, naquela data estavam recebendo instrução, 21.636 recebiam instrução elementar, enquanto que 891, ou seja, 3,69%, cursavam escolas secundárias e 63 apenas (0,20%) cursavam escolas superiores, havendo mais 1.567 que recebiam instrução de grau não declarado.

Note-se que a queda violenta dos índices que se observa quando passamos do grau elementar para o médio

e dêste para o superior — embora esteja presente em todos os grupos, fica mais acentuada entre os pretos e pardos. Isto resulta de que os níveis de instrução acima do primário permanecem ainda, em que pese os progressos recentemente alcançados, fora das possibilidades das grandes massas de jovens de todas as côres, dificuldades ao desenvolvimento cultural que se acentuam na medida em que vamos considerando aquelas classes sociais nas quais os elementos de côr estão fortemente concentrados na sociedade brasileira.

Se analisarmos o problema de outro ângulo e procurarmos ver no total dos que estudam em cada grau de ensino — qual a quota de cada grupo étnico, a questão se apresenta de modo não menos significativo. Assim, entre os que estavam recebendo instrução de grau elementar, os brancos representavam 71,91%; os pardos 18,91% e os pretos 9,10%. No grau médio as diferenças eram maiores, pois, em cada 100 estudantes de cursos secundário, 91,00, eram brancos, 7,32 eram pardos e 1,62 eram pretos. Finalmente, no grau superior a situação do branco era de quase monopólio, já que de cada 100 universitários cariocas, 95,20 eram brancos, 4,23 pardos e 0,50 pretos.

Como se vê, a pirâmide educacional reproduz a pirâmide de classes e nesta, por sua vez, a história desenhou a escola de gradação dos matizes que se hierarquizam do “doutor branco”, que está no vértice, ao “preto ignorante”, que está na base.

A verdade, porém, é que a situação não está toda exposta no que traz dicou dito. Se são fortes as diferenças entre os membros de cada grupo étnico que estavam recebendo instrução, são mais fortes ainda aquelas que existem entre as quotas dos que, na data do inquérito, haviam concluído os cursos iniciados, o que resulta da taxa diferencial de evasão escolar que se observa entre os grupos étnicos no Distrito Federal. E’ o que se pode verificar no quadro seguinte:

QUADRO XXVI

Pessoas de 10 anos e mais que possuem curso completo ou diploma de estudos, pela côr, segundo o gráu de ensino, Distrito Federal.

(1940)

Gráu de ensino	<i>Tôdas as côres .</i>		<i>Branços</i>		<i>Pretos</i>		<i>Pardos*</i>	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Totais	356.325	100,00	310.852	87,24	9.956	2,79	35.179	9,87
%	100,00		100,00		100,00		100,00	
Gráu elementar	227.433	100,00	189.909	83,50	8.823	3,88	28.506	12,53
%	63,83		61,09		88,62		81,03	
Gráu médio	88.246	100,00	82.785	93,81	755	0,85	4.620	5,24
%	24,77		26,63		7,58		13,13	
Gráu superior	28.090	100,00	27.070	96,37	108	0,38	877	3,12
%	7,88		8,71		1,09		2,49	
Gráu não declarado	12.556	100,00	11.088	88,31	270	2,15	1.176	9,37
%	3,52		3,57		2,71		3,35	

(*) Inclusive os de côr não declarada.

Existiam, em 1940, no Distrito Federal, 356.325 pessoas que haviam concluído, até aquela data, um curso qualquer, de qualquer grau; desse total, a parcela dos brancos era de 310.852 (88,31%), a dos pardos 35.178 (9,37%) e a dos negros 9.956 (2,15%). Redistribuindo esses dados pelos diferentes graus dos cursos concluídos, verifica-se que dos 9.956 pretos que em todas as épocas anteriores a 1940, e que naquela sobreviviam, tinham certificados de cursos feitos — 88,62% haviam concluído apenas o curso primário, 7,58% o secundário e 1,09% tinham certificados de cursos superiores. Por aí se vê a mínima probabilidade que tinha um negro na capital do País de vir a ser “doutor” até a data recente de 1940 e só assim se pode compreender o alarido que faziam os primeiros estudiosos do negro brasileiro em torno das “honrosas exceções”, que, de fato, à luz desses dados, aparecem como verdadeira raridade de nosso laboratório étnico e sociológico.

As quotas respectivas dos pardos que tinham concluído cursos dos três graus eram as seguintes: 81,03%, 13,13% e 2,49%. Embora ligeiramente maiores que as dos negros, esses índices estão longe de indicar uma situação lisonjeira, pois estão muito abaixo da expressão da parcela que esse grupo representa no conjunto da população. Os brancos, finalmente, representavam 87,24% dos que haviam concluído cursos de todos os graus; 83,50% dos que tinham concluído o curso primário; 93,81% dos que terminaram cursos de nível médio e 96,37% dos portadores de diplomas de cursos superiores!

Não resta a menor dúvida que a condição de portador de um diploma universitário, na situação racial peculiar ao Brasil, seria razão bastante para levar um pardo ou mulato de pele mais clara a declarar-se branco — e mesmo a ser considerado como tal nas relações de etiqueta com outras pessoas — o que necessariamente influe como fator de hipertrofia daqueles índices referentes aos

brancos. O fato é compreensível e provavelmente ocorreu influenciando nos índices estatísticos. O fundamental, porém, é saber que interpretação se lhe dá. E a nós nos parece que ela está meridianamente a indicar a identificação objetiva da *posição de dominante* com a *condição de branco*, o que exigia do elemento de côr que ascendia e daqueles que o recebiam em seu círculo a obediência à regra da etiqueta racial que impunha tratar-se *como se fosse branco* ao pardo que conseguisse se aproximar dos níveis sociais superiores. Não temos dúvida, por outro lado, que essa permanente mistificação da própria condição étnica e social na vida quotidiana dos elementos de côr que se promoviam na escala dos status sociais — é o fundamento socio-psicológico em que se apoia o esteriótipo do “mulato pernóstico”, um dos mais típicos, difundidos e integrados estereótipos que se pode encontrar na sociedade brasileira.

Adiante, em visão de conjunto, o assunto será mais amplamente desenvolvido e novos elementos serão lançados à discussão. Julgamos necessário porém, aqui mesmo, destacar que êsses índices numéricos exprimem, autenticamente, — “*relações de raças no Brasil*” e delas são, muito mais do que as idílicas dissertações correntes sobre o que se desejaria que elas fossem, um depoimento expressivo, vivo e insofismável, não só porque indicam o estado atual e estrutural de um aspecto básico do problema mas também porque nos fornecem um corte transversal numa fase de um processo de convivência entre negros e brancos que está em funcionamento há quase quatrocentos anos!

A verdade, entretanto, é que essas expressões numéricas da situação educacional só valem na medida em que nos permitirem compreender o significado sociológico que tem, no quadro da configuração total das relações sociais

entre os grupos étnicos no Rio de Janeiro, a educação e a elevação do nível cultural do negro.

A este respeito, a primeira observação que ocorre fazer é a respeito da interdependência que existe entre a situação educacional e a estratificação social dos grupos étnicos. (40)

As condições peculiares de nossa economia pouco desenvolvida e a forma histórica através da qual a força de trabalho da população de cor participou de seu processo e de sua estrutura sempre permitiu e possibilitou a participação do negro na economia do País sem ser

(40) Os conhecimentos que hoje temos a respeito do processo de socialização nas diferentes classes sociais é bastante para nos permitir dizer que nenhuma generalização pode mais ser feita sobre "a criança". Nós devemos perguntar: "A criança de que classe social? que vive em qual ambiente cultural?" (Allison Davis, *Social Class Influences Upon Learning*, 1951, pág. 11-12.) Aliás esses conhecimentos atuais a que se refere o Prof. Allison Davis estão já documentadamente expostos no livro de F. Engels, *Die Lage der arbeitenden Klassen in England*, (1845), Cfr. a tradução francesa (1933), especialmente na pág. 160 e ss., Tomo I, onde se encontram abundantes fatos e análises que antecipadamente comprovam o que Allison Davis e R. Havighurst formulariam mais tarde da seguinte forma: a significação chave do conceito de classe social para os que estudam o desenvolvimento do comportamento humano resulta de que a classe define e sistematiza diferentes atmosferas educativas para as crianças de diferentes classes sociais (Cfr. Davis e Havighurst, *Social Class and Color Differences in Child Rearing*, Am. Soc. Rv., (December 1946) vol. 11, n.º 6 pág. 698 e ss. Vd. também, Martha Ericson, *Child-Rearing and Social Status*, The Am. Journ. of Soc. (November 1946) vol. LII, n.º 3, pág. 190-192); sobre as influências ideológicas do sistema de classes de uma sociedade sobre o sistema educacional, vd. nossa tese "O ensino da Sociologia na Escola Secundária" (Rio, 1947). A aplicação dessas premissas metodológicas ao caso brasileiro, onde cor e status historicamente se identificaram de maneira quase total, é absolutamente indispensável para que se compreenda a formação e a fisionomia do que se poderia chamar de acordo com Linton e Kardiner, a "personalidade básica do negro brasileiro". Nela, o que se encontra é antes e acima de tudo, o precipitado comportamental de uma situação de extrema desigualdade de posição e de classe social, que não só limita as possibilidades objetivas de acesso à educação formal como também confere ao *modus recipiendi* do educando negro e caráter duplamente formal de treinamento sistemático para viver uma vida da qual a vida diariamente lhe demonstra quanto é esta distante. Por outro lado, sua vizinhança, seu meio está toda penetrada da noção de que os pretos e os brancos, os ricos e os pobres, os privilegiados e os desgraçados formam dois mundos à parte. Essa dicotomia da vida e da sociedade — quer como coisa imutável à qual é preciso de alguma forma se adaptar, quer como iniquidade que é preciso combater — constitui o lastro básico da filosofia que emana da situação ocupada pelo negro na sociedade brasileira.

indispensável, para isso, seu desenvolvimento intelectual e técnico, já que seu papel era, por excelência, o de um *instrumento*. Por outro lado, o preço baixo e a relativa facilidade de obtenção dessa força produtiva fez com que toda vez que se precisava de produzir mais, se pensasse, primeiro, em aumentar o número de negros no trabalho e, só depois, em aumentar a qualificação técnica e intelectual do trabalhador. Resultou daí, para o negro uma lamentável homogeneidade social, o que habituou o branco no Brasil a sempre pensar nele como se fosse um bloco indiferenciado, o que de fato foi até bem pouco tempo.

A urbanização crescente do negro e a sua integração progressiva nos quadros de uma economia em processo de industrialização — foi aos poucos criando, entretanto, os germes de uma estratificação social dentro do grupo étnico, os primeiros passos de uma diferenciação econômica e ocupacional, que esses negros que ascendiam procuravam defender e ampliar para a geração seguinte, a de seus filhos. Nesse processo de diferenciação, a educação, como não podia deixar de ser, passou a ter um papel de suma importância, especialmente pelo fato dela ter sido tradicionalmente, em nossa sociedade, monopólio do branco, e ser, portanto, um atributo objetivo e subjetivo de enorme significação no diferenciar um negro da massa dos negros e no promovê-lo a uma posição socialmente mais próxima da do branco.

As consequências desse lento processo têm extraordinária importância no mecanismo das relações de raças, especialmente nas áreas urbanas e no momento atual, onde o quando seus primeiros frutos começam a aparecer e a amadurecer, em consequência do fato da *situação pessoal* de alguns negros isolados estar hoje rapidamente se transformando no *problema social* de uma elite negra, que busca para si um lugar no espaço social, tendo para isso de lutar, frontalmente, contra a muralha representa-

da pela expectativas tradicionais do branco, que não são nada estimulantes e que visam, via de regra, reconduzir o negro *ao seu lugar*.

Ver-se-á adiante, no lugar mais próprio, que esse problema se reflete diretamente na origem e na estrutura das associações e movimentos negros no Rio de Janeiro, assim como nos programas e na ideologia que os conduzem. Queremos assinalar aqui, porém, a ambivalência de valores que existe na sociedade à respeito da mobilidade social do negro por via da educação: de um lado, considera-se que o levantamento cultural das massas de cor é a condição mais importante a ser atendida para ensejar sua ascensão social: de outro, a formação de uma elite de negros instruídos, nos quais inevitavelmente germina a ambição de subir e galgar posições, é interpretado como sinal de inquietação e insatisfação das massas de cor, não raro até como prova de intolerável petulância e insolência contra o branco. Escusado é dizer que aqui, mais uma vez, na medida em que, no Brasil, *povo* e *negrada*, *massas* e *massas de cor* — são expressões usadas como sinônimas, essa duplicidade de atitudes se revela não somente em relação ao negro *stricto sensu* mas a tudo que *vem de baixo*.

Obviamente essa duplicidade valorativa nem sempre é explícita e seu enunciado não deve ser procurado apenas nos lábios de um ou outro indivíduo, mas sim no pano de fundo de nossa política educacional e na filosofia da educação que a inspira, no modo de ser e funcionar das instituições culturais brasileiras, embora os que são seus representantes se julguem movidos por outra motivação. Alguns desses postulados contraditórios, que exprimem, simultaneamente, o desejo de *renovar* e o desejo de *conservar*, poderiam talvez ser assim traduzidos, nas seguintes racionalizações:

“É necessário difundir a instrução, pois o futuro do Brasil assim o exige: *mas*, é preciso evitar que a ralé crie azas pois os tempos de hoje estão muito mudados”.

“É necessário ensinar a ciência ao povo; *mas*, a ciência não explica tudo e é até perigosa quando pretende fazê-lo”.

“É necessário que a escola, para ser moderna, ensine as modernas conquistas do espírito humano; *mas*, a base da educação do povo deve ser o pensamento clássico, o “humanismo”, pois lá é que se encontram as verdades eternas”.

“É necessário progredir para não perecer; *mas*, a tradição deve ser respeitada”.

“É necessário não temer as inovações; *mas*, é preciso esperar que o povo esteja preparado para recebê-las”.

“É necessário reconhecer que todos nasceram iguais perante a lei; *mas* não podem permanecer iguais porque assim desapareceria o estímulo, e sem estímulo isto não vai para a frente”.

“O negro deve ser igual ao branco, pois todos somos filhos de Deus; *mas*, é uma falta de respeito essas liberdades que essa *negrada* anda tomando hoje em dia”.

“É necessário que todos unam os seus esforços para resolver os problemas da Pátria; *mas*, como dizem os “americanos”, “*business is business*” e ninguém faz negócio para ter prejuízo.”

“É necessário educar o povo para acabar com o analfabetismo; *mas* do jeito que essa *negrada* está ficando ninguém sabe onde vamos parar”.

“É necessário abrir escolas para todos; *mas*, para que diabo filho de cozinheira quer ser doutor?”.

A enunciação desses valores ambivalentes e mutuamente exclusivos poder-se-ia prolongar por muito tempo.

entretanto, o que importa é apenas exemplificar, e assinalar que, nas dobras mais recônditas da cultura brasileira, é muito menos generalizada do que no plano das opiniões confessadas a unanimidade a respeito de que a *negrada* precisa ser instruída e educada, pois existem, fortemente arraigadas, expectativas contrárias a isto, e muitas até escandalosamente alarmadas antes as possíveis consequências dessas ascensão educacional do negro.

Quando no plano das leis as oportunidades são iguais para todos e no plano da estrutura social e dos costumes as desigualdades são flagrantes — a insatisfação das elites negras vai resultando na medida em que elas se educam e vislumbram diante de si toda uma escala de status a ser galgada. A contradição, por outro lado, se multiplica precisamente porque não é possível encontrar bandeira mais pacífica do que a educação para, debaixo dela, lutar pela ascensão social dos homens de côr. Se por causa da educação, e precisamente por causa dela, estão se formando elites negras insatisfeitas na sociedade brasileira — é que algo mais profundo e estrutural está em jogo. No dia em que as massas de côr tomarem consciência disso terá começo a fase mais aguda e decisiva do problema das relações de raças neste País.

É por si mesma evidente a relação existente entre a situação econômica e social dos grupos de côr no Brasil, de um lado, e a situação educacional, de outro. Isto não tem impedido, entretanto — antes é nesta correlação que se baseia — a formação, em nosso meio, daquele mecanismo ideológico do “circulo vicioso”, tão bem caracterizado por Gunnar Myrdal no seu conhecido inquérito sobre as relações raciais nos Estados Unidos: o homem de côr, porque ocupa na sociedade uma posição inferior, não tem oportunidades educacionais e porque não se instrue nem se educa — conserva-se em posição social e econômica inferior. Na verdade, porém, êsse processo não se desen-

rola mecanicamente, linearmente, sempre no mesmo plano, pois que ele se agrava na medida em que funciona, gerando estados de extrema tensão social. Daí resulta que os elementos de côr colocam-se em tal posição que passam a ser necessariamente, e independentemente de sua vontade, a fonte dos fatos e argumentos de que se servem os brancos que têm preconceito para demonstrarem a validês de seus pontos de vista sobre a inferioridade *inata* do elemento de côr. De fato, porem, o que ocorre é que a população de côr na sociedade brasileira foi historicamente colocada, como grupo, numa posição social tal que lhe cabe o papel de exprimir, por diversas formas de comportamento e de atuações na vida social, tudo o que há de injusto, de contraditório, de falso e de errado na organização social de que são membros (41).

Não é como *negros* — mas como membros de uma sociedade que distribue tão desigualmente entre os que a integram as oportunidades econômicas, sociais e educacionais que o seu comportamento, muitas vêzes, parece esforçar-se para confirmar tudo o que de mau e pejorativo lhes é atribuído como se fosse defeito intrínseco à condição étnica. Dentro dêsse enquadramento conceitual, e somente dentro dêle, é que é possível encontrar uma interpretação científica, por exemplo, para as estatísticas criminais, que, de certo modo, tão bem completam e iluminam os elementos fornecidos pelas estatísticas educacionais que atraz apresentamos.

Servimo-nos, a êste passo, dos dados divulgados pelo Dr. Nelson Hungria sôbre a criminalidade dos homens

(41) No Brasil, e especialmente no Rio de Janeiro, a anedota é sempre um mostruário de estereótipos. Há pouco tempo circulou uma anedota que exprime com fidedignidade essa posição do negro na concepção do branco, que o identifica sempre com "o outro lado": Dois indivíduos conversavam e um dizia para o outro: quando passam dois brancos correndo, penso — lá vão dois atletas treinando; quando passam dois negros correndo, já sei — estão fugindo da policia". Não há duvida... são réus!

de côr no Brasil e obtidos atravez de um inquérito feito, em 1950, entre as penitenciárias de quatro dos principais Estados brasileiros, inclusive o Distrito Federal (42).

No quadro seguinte reproduzem-se os dados apresentados pelo Desembargador Nelson Hungria:

QUADRO XXVII

População presidiária, em 1950, em quatro Unidades da Federação, segundo a côr.
(1950)

DELINQUENTES:

<i>Unidades da Federação</i>	<i>Total</i>	<i>Branços</i>	<i>Total</i>	<i>Pretos</i>	<i>Pardos</i>
Distrito Federal	1.932	762	1.170	491	679
Estado do Rio	126	55	71	33	38
Minas Gerais	662	240	422	125	297
São Paulo	322	217	105	52	53

As informações aí contidas parecem confirmar nitidamente a correlação atraz referida entre: 1) posição econômica e social; 2) nível educacional; 3) condição étnica, e 4) índice de deliquência. De fato, em todas as Unidades consideradas, a proporção de delinquentes de côr é sempre superior à proporção desses grupos étnicos no total da população. Assim é que, no Distrito Federal, os grupos de côr representam, em 1950 (43), 30 % da população total e contribuíram, entretanto, com 61 % da

(42) Nelson Hungria. *A Criminalidade dos Homens de Côr no Brasil*, Revista forense, Vol. CXXXIV, Ano XLVIII, Fasc. 573, março de 1951, pág. 5 e ss. Nos dois volumes (1942-46 e 1947) da publicação "*Crimes e Contravenções*", do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça, encontram-se, também, abundantes informações sobre o assunto. Elas se apresentam, entretanto, de forma tão prolixa e analítica, e sem quadros de resumos, que torna extremamente penosa a sua utilização.

(43) Esta estimativa sobre a composição por côr das populações consideradas foi feita sobre os resultados do recenseamento de 1940, acrescidos, para o último decênio, da taxa geométrica anual de 2%.

criminalidade — avaliada esta pela composição étnica dos presidiários da Penitenciária Central, Penitenciária para Mulheres de Bangú, e Colônia Penal Cândido Mendes. No vizinho Estado do Rio os elementos de côr representavam, naquela data, 40 % da população total e 57 % da população presidiária. Em Minas Gerais e São Paulo a quota dos grupos de côr eram, respectivamente, 39 % e 12 % sobre a população total e 64 % e 33 % sobre a população recolhida aos presídios. Em São Paulo, se considerarmos apenas os crimes de furto, a quota dos de côr eleva-se a 45 %. Isto significa, noutros termos, que o crime do negro no Brasil é, essencialmente, crime de pobre! (44).

Aqui, mais uma vez, as situações estruturais, *de facto*, representam a nossa principal preocupação. Nosso objetivo, por isso mesmo, foi principalmente reunir, de cada face do problema, inclusive daquela que se refere ao estado educacional das massas de côr no Rio de Janeiro, os elementos necessários a uma posterior interpretação de conjunto do processo e das perspectivas das relações de raças na comunidade metropolitana.

Desta apresentação, parece terem resultado flagrantes os fatores em que se baseia o “círculo vicioso” a que nos referimos: a situação de classe dos elementos de côr representa uma forte barreira ao seu desenvolvimento cultural, que assim se frustra e atrofia; e essa frustração e atrofia é aplicada, quando convem, em função de uma inferioridade biológica e não sociologicamente circuns-

(44) Na interpretação desses dados é preciso ter em mente, por outro lado, que um maior contingente de elementos de côr nos presidiários não significa necessariamente, maior incidência de delitos entre eles — mas sim maior incidência de condenações, o que é coisa diversa. Em inquérito preliminar feito pela Licenciada Malca Beider, em 1950, quando aluna de Sociologia da Faculdade Nacional de Filosofia, sobre a composição social e étnica dos corpos de jurados no Distrito Federal e Niterói, ficou exaustivamente demonstrada a concentração deles entre os brancos de classe média e superior.

tancial. Foi a êste processo, que aqui tem lugar tão visivelmente à superfície dos fatos, que Bernard Shaw quis se referir quando comentou com ironia: "faz-se o negro passar a vida a engraxar sapatos e depois prova-se a inferioridade moral e biológica do negro pelo fato dele ser engraxate" (45).

É à luz de dados objetivos e reais sobre a situação cultural do negro no Distrito Federal que essa mistificação do preconceito racial deve ser encarada pois aqui, como sempre, é no contexto das estruturas sociais que as engendram que as idéias e os valores encontram sua última explicação. E adiante, quando se tentar essa análise frontal dos valores que presidem as relações étnicas neste País, ver-se-á que, lançada nessas bases, esta análise se afigura mais despida das aderências sentimentalistas que tão frequentemente, entre nós, tem prejudicado a pureza do rigor científico que deve ter.

(45) G. B. S. *Man and Superman* (1916), pág. XVIII.

VI

ATITUDES, ESTEREÓTIPOS E RELAÇÕES DE RAÇAS

Conceito de atitude e de estereótipo. Sua formação e função no mecanismo das relações de raças — Nossos inquéritos e a análise de seus resultados. — O problema da mestiçagem e a diversa incidência de estereótipos sobre o negro e o mulato — Significação sociológica dos dados apresentados.

Na fase particular de desenvolvimento histórico em que se encontram hoje as relações inter-étnicas no Brasil é de extrema pertinência que o observador lance suas vistas para o problema dos valores, atitudes e estereótipos raciais, gerados pelas relações entre esses grupos e que são em grande parte, responsáveis pelo caráter que hoje têm e pelo rumo que terão amanhã essas mesmas relações.

A significação de uma análise deste tipo não está apenas no plano metodológico, mas também no fato de se poder surpreender aqui discrepâncias entre a atitude *real* e a opinião *confessada*, sobre o assunto que nos permitem tocar diretamente num dos pontos críticos da situação racial brasileira, aquele que reside precisamente na natureza sutil e subjetivada das reações que ela provoca no comportamento individual. Essa contradição que se revela entre os valores sociais e as pautas de conduta individual não é, por outro lado, senão o reflexo de uma

contradição mais profunda e fundamental que ocorre — em consequência das transformações que se operam nas bases da sociedade brasileira — entre a estrutura social e os seus produtos ideológicos (46).

Nem sempre aqui aquelas contradições se objetivam, de forma aparente e dramática, como se observa noutros lugares, onde os valores sociais ligados à discriminação racial cristalizam-se em normas, não raro em normas jurídicas, e assim, erguidas à categoria de “razões de Estado”, impõem-se com a força sancionadora das leis. Por motivos que aos poucos estamos procurando diagnosticar, mas que só mais tarde, em visão de conjunto, é possível documentadamente interpretar — o problema no Brasil reveste aspectos mais interiorizados, mais sutis, e é no plano das atitudes que êle carece de ser estudado cuidadosamente, desenvolvendo as análises que aqui apenas ensaiamos.

(46) Nas condições peculiares da fase em que hoje se encontra o desenvolvimento das relações de raças no Brasil este problema da diferença existente entre a atitude *real* e a opinião *confessada* — é de extraordinária importância. E é neste sentido que o estudo sociológico das relações de raças no Brasil afigura-se algo muito mais difícil e complexo do que nos Estados Unidos ou na África do Sul, onde boa parte dos Status respectivos dos grupos étnicos em contacto pode ser conhecida pela simples leitura das leis e dos códigos. Isto parece ser, por outro lado, uma grande fonte de erros e de falsas interpretações para os estudiosos estrangeiros da situação racial brasileira, armadilha de cujos precalços muitos deles lamentavelmente não souberam escapar. Cfr. alguns exemplos dessas opiniões falaciosas de observadores estrangeiros sobre a situação racial brasileira em Charles S. Johnson, “The Economic Basis of Race Relations, in *When Peoples Meet* (1949), pag. 222; F. Tannembaum, *Slave and Citizens* (1947) *passim*. Este, á pag. 106, chega a afirmar que face á facilidade com que ocorria a mobilidade do status escravo para o homem livre no Brasil antes da abolição, pode-se dizer que no Brasil não houve “sistema escravagista”, só houve “pessoas individualmente escravizadas”... Vd., também Ina Brown, *Race Relations in a Democracy* (1949), pág. 22-27,44-47, etc. Excusado é dizer, por outro lado, que boa parte da falsa maneira de colocar o estudo das relações de raças no Brasil decorre, nas obras de observadores estrangeiros; a) das fontes em que se baseiam, b) do desejo de fazer a *outrancá* a crítica á ideologia racista norte-americana o que os leva a forçar as diferenças encontradas, c) da pobreza conceitual da sociologia académica no estudar, aqui ou em qualquer parte, as situações de conflito e d) finalmente, das naturais distâncias nacionais e culturais que separam êsses estudiosos das peculiaridades da situação brasileira.

Como se vê, a este passo, mais do que nunca, é conveniente, para mais clara inteligência do texto, tornar explícito o quadro conceitual com que estamos trabalhando, definir precisamente as premissas donde partimos, afim de dar à exposição a necessária fluidês e permitir aos que a seguem noção exata dos fundamentos teóricos das proposições apresentadas.

• • •

No contexto dêste trabalho usamos a expressão *atitude* para designar aquelas tendências, ou predisposições, socialmente adquiridas, a reagir de determinada forma em face de determinada pessoa, coisa ou situação.

É importante acentuar aqui as implicações principais dêste conceito pois nelas reside o que o conceito tem de fundamental.

Em primeiro lugar, e isso é essencial, há que compreender que as atitudes são socialmente formadas e é como resultado de experiências sociais anteriores que as atitudes são adquiridas e integradas às pautas individuais de conduta. A relativa constância de algumas atitudes adquiridas na fase plástica da vida infantil, no processo de formação da personalidade, foi o que levou a psicologia social de certa época a hipertrofiar a importância dos "instintos", com os quais muitas atitudes foram, por muito tempo, confundidas. As atitudes raciais, por exemplo, foram apresentadas pelos escritores racistas como biologicamente determinadas e hereditariamente transmitidas. Nada menos verdadeiro, entretanto, pois o caráter socialmente adquirido das atitudes — e hoje, ao lado delas, já se inclui até a memória, a percepção e outros processos psicológicos — é inerente à sua própria conceituação.

Em segundo lugar, o conceito acima proposto entende a atitude como um "estado de prontidão", uma predis-

posição, uma tendência a agir de certa forma, sem confundir, entretanto, a atitude com a *ação*. Esta completa, em certo sentido, a outra, mas se não confunde com ela. A atitude, sendo predisposição, capacidade e orientação potencial de agir de certa forma, em certo sentido — pode existir mesmo que não exista a ação correspondente. Assim, alguém que tenha uma atitude hostil ao negro mesmo sem estar agredindo um negro em plena praça pública tem a atitude hostil ao negro. Até dormindo ele tem a atitude e ela representa a tendência, a predisposição a agir de uma e não de outra forma no momento em que a atitude se manifestar em atos.

Dêse modo, a atitude pode existir, engendrada por certo tipo de influências sociais, de certo grau e pressão, sem que os controles, sanções e coerções da vida social permitam que ela esteja frequentemente se manifestando em atuações abertas, porque vão de encontro a outra ordem de valores e normas, também socialmente aprovadas, que ela se opõem, obrigando-a a interiorizar-se cada vez mais, a mascarar-se de diversas formas. Essas racionalizações das atitudes que se chocam com os valores confessadamente aceitos fazem com que elas se apresentem de formas as mais diversas, e se conservem virtuais por muito tempo, através de um mecanismo que, às vezes, chega até ser de deliberada simulação. Em muitas circunstâncias, essa repressão é frustração de atitudes pode conduzir a conflitos internos, a sublimações e transferências, a explosões agressivas, a desajustamentos da personalidade e a estados neuróticos que eventualmente se manifestam de modo aparentemente abrupto e surpreendente e que, entretanto, muitas vezes, só significam a ruptura do equilíbrio entre a atitude *real* e a opinião *confessada*, que é aquela pela qual geralmente os indivíduos são julgados pelos que com eles entram em contacto na vida quotidiana.

Exposto sumariamente o conceito de atitude com que estamos operando julgamos que assim será mais fácil compreender a natureza do fenômeno que adiante procuraremos estudar, à base dos inquéritos feitos no decorrer desta pesquisa. Antes, porém, para que possam ficar mais claros os processos pelos quais as atitudes são geradas e propagadas não será demais apontar os principais mecanismos por meio dos quais elas se formam e se difundem. Dentre eles, queremos destacar quatro, que nos parecem de grande importância no condicionamento das atitudes que encontramos nos estudantes do Rio de Janeiro por nós investigados.

As atitudes se podem formar, primeiramente, por *acumulação* sucessiva de experiências do mesmo tipo. Assim, num empregador que tenha tido sucessivas experiências fracassadas com empregados de côr — pela acumulação dessas experiências sempre num mesmo sentido — pode-se gerar uma atitude hostil aos “homens de côr” *em geral*, independentemente de quaisquer atributos individuais.

Na hipótese de atitudes formadas por *acumulação* verifica-se nitidamente a relação entre a formação de determinadas atitudes e a estrutura da sociedade, pois que a constância das experiências sociais num mesmo sentido só indica a natureza estrutural das circunstâncias que permitem essa acumulação. Eis, aliás, o que torna utópicas (no mais autêntico sentido da expressão) todas as tentativas de impedir a propagação de atitudes ligadas a determinadas formações, ou deformações, sociais sem haver a preocupação de alterar os fatores estruturais que permitem e condicionam essas acumulações de experiências formadoras das atitudes que se pretende modificar. Esta verificação, relativamente elementar, é o que falta a muitos planos e sugestões puramente catequistas de

combate ao preconceito racial e é o que os destina, irremediavelmente, ao fracasso.

A *integração* é outro processo pelo qual muitas atitudes se formam. A palavra, no caso, quer indicar os diversos modos através dos quais uma atitude, a partir de um ponto inicial, separando-se de outras mais gerais ou associando-se a outras análogas — vai se tornando cada vez mais definida e mais específica. Nas camadas superiores da sociedade brasileira, por exemplo, no que se refere à formação de atitudes raciais, a identificação histórica da população de côr com as camadas laboriosas e mais pobres da sociedade tem servido para que, sobre o fundo de uma ideologia conservadora do *statu quo* — haja uma fusão de atitudes contrárias à ascensão social das massas trabalhadoras com atitudes contrárias à ascensão social da população de côr. Esses dois feixes de atitudes, que, nas condições peculiares à sociedade brasileira, a história tornou tão análogas, tendem a se *integrar* numa atitude única de defeza, consciente ou inconsciente, dos quadros tradicionais de organização social que aqueles dois movimentos, produtos da mudança social, tendem a alterar (47).

Enquanto que nos casos anteriores há um processo mais ou menos lento de formação das atitudes, diz-se que elas se formam por *traumatização* quando experiências dramáticas, geralmente de forte conteúdo emocional, criam, súbitamente, as condições necessárias à formação de uma atitude, realizando por salto o que na acumulação ocorre por fases. Assim, conhecer os detalhes de um crime bárbaro cometido por um homem de côr, divulgado pela

(47) E o negro brasileiro observa, sente os resultados disso e protesta contra essa prática. Cfr. a tese do jornalista negro Jose Bernardo da Silva, citada na bibliografia inserta no fim deste volume, na qual comentando a frequência com que as folhas diárias estampam retratos de negros autores de delitos, ele diz: "até parece que não existem tipos de outros grupos étnicos com esses máis atributos no Brasil" (pág. 3).

imprensa com luxo de informações e minúcias, pode gerar, em muitas pessoas, uma atitude de hostilidade contra os "homens de côr", *em geral*, que passam a ser considerados autores potenciais de crimes semelhantes.

Mesmo a substituição de certas atitudes por outras inteiramente opostas pode ter lugar, ou, ao menos, ter início, por meio de uma traumatização, que abale as raízes psicológicas da atitude anterior. No Brasil, as condições econômicas, sociais e educacionais fazem do negro o veículo fácil de todas as aberrações sociais, aumentando de maneira espantosa a frequência estatística com que ele aparece na crônica da criminalidade, do misticismo, da *mala vita* em todas as suas manifestações — e essa condição, que não é especificamente negra, embora seja específica da organização social em que o negro vive, é fonte permanente de fatos que traumatizam o espírito da população branca, engendrando atitudes hostis ao negro, atitudes que, por sua vez, formam-se em barreira potente contra a melhoria da condição social dos homens de côr, ou, ao menos, da melhoria de sua posição na escala de valores que a sociedade cultiva a seu respeito e que os brancos integram, desde cêdo, nas suas pautas de conduta.

As atitudes ainda se podem formar por *imitação*. Nêste caso ela é formada pela reprodução do comportamento de um modelo. Nesta hipótese o processo geralmente tem lugar quando ao modelo se liga uma idéia qualquer de prestígio ou dominação: pae, chefe, líder, mestre, guia, orientador. Isto acontece porque, imitando-se tais modelos, colocados em posição de prestígio, imitam-se atitudes socialmente aprovadas numa esfera social determinada: família, escola, oficina, partido, seita, comunidade, etc.

Como se vê, a responsabilidade social de alguém nessa posição na propagação de preconceitos raciais é

tanto maior quanto maior a capacidade que têm suas atitudes de virem a ser imitadas, em consequência do prestígio de que desfrutam tais pessoas nas esferas sociais em que atuam. Noutros termos, isto significa que um educador, um líder intelectual ou político, um sacerdote, uma autoridade pública que tenha atitudes racistas são fontes latentes de propagação de suas atitudes e modelos que, imitados, geram atitudes anti-sociais semelhantes (48).

Evidentemente, as formas de condicionamento de atitudes acima enumeradas representam *tipos*, mas estão longe de esgotar as infinitas situações por meio das quais elas concretamente se formam na vida social. Por outro lado, há que ter em vista, na sociedade de massas do nosso tempo, a grande influência dos grupos de contacto secundário, das técnicas de propaganda, da educação sistemática, do livro, da imprensa diária, do cinema, do rádio, — na formação das atitudes e na sua propagação. Quisemos, entretanto, atualizar na mente do leitor essas noções sumárias, porque elas nos pareceram indispensáveis à justa interpretação dos resultados a que chegamos nos inquéritos feitos no Distrito Federal para determinar diretamente as atitudes raciais que inspiram o comportamento da amostra de população por nós estudada.

Esta amostra foi composta de aproximadamente 350 (49) alunos de escolas secundárias do Rio de Janeiro.

(48) Ver-se-á adiante que, também entre os negros, é ressaltada a função dessas "criaturas paradigmáticas" — para usar a expressão de um porta-voz — no processo de arregimentação e mobilização ideológica do negro contra a linha de côr. Cfr. A. G. Ramos, *Um Heroi da Negritude* Suplemento do *Diário de Notícias*, 6 de abril de 1952.

(49) Dizemos *aproximadamente* porque embora tivesse sido este o número de questionários apurados nem sempre todos os estudantes responderam todas as perguntas, o que dá, para cada uma das baterias de testes que formavam o questionário, um número variável de respostas. Ao analisar, separadamente, os resultados de cada grupo de testes, os índices estão calculados sobre o total das respostas obtidas para cada grupo e não sobre o total da amostra.

As escolas foram tomadas ao acaso, escolhidas aquelas nas quais foram obtidas condições que facilitavam a coleta do material. Três delas são estabelecimentos oficiais de ensino médio e a quarta um colégio particular, ginásio tradicional da zona Sul da cidade.

Os inqueritos distribuíam-se, segundo as idades, entre os limites extremos de 13 a 22 anos, havendo concentração maior nas idades inferiores daquela distribuição, ou seja, entre 13 e 18 anos. Entre eles foram encontrados 38 alunos de côr — pouco mais de 10% — cujas respostas foram apuradas em separado, a fim de que os resultados do conjunto refletissem apenas as atitudes dos alunos brancos, adolescentes de classe média, que o são na sua esmagadora maioria (50).

A aplicação dos testes entre adolescentes foi deliberada, e indicada não apenas pela maior facilidade que se encontra em trabalhar com eles numa operação deste tipo. Ao lado disto, partiu-se da preliminar segundo a qual eles tinham menor facilidade e mais fraca intenção de racionalizar suas atitudes, substituindo-as por opiniões confessadas, porém apenas formais, perigo que pareceu-nos maior se trabalhassemos com adultos. Por outro lado, o inquerito feito entre crianças não daria, por certo, a mesma dose de confiança na segurança das respostas. O adolescente, embora vivendo uma fase repleta de conflitos afetivos, crises emocionais e revisão de valores, pareceu-nos devia ser o tipo escolhido, por refletir mais diretamente as influências que lhe são inculcadas não somente no lar mas também nas esferas mais largas de que já participa, sem que tenha, por outro lado, já

(50) O critério de discriminação dos inqueritos em "alunos brancos" e "alunos de côr" foi pedido aos professores das turmas que aplicaram os testes, que, do conjunto, separaram os questionários respondidos pelos alunos que nas respectivas turmas, eram considerados por todos como sendo "de côr" a julgar pelos traços físicos aparentes,

plenamente desenvolvida, diante delas, a atitude crítica do adulto.

O instrumento de coleta utilizado foi o questionário escrito, especialmente organizado com a preocupação de facilitar ao máximo a tarefa de quem o respondia. Os seus objetivos reais foram omitidos e os professores apenas explicavam às turmas que o questionário visava conhecer a opinião dos jovens de todos os países sobre os jovens de outros grupos, países, nações e raças. Esta explicação completava a preocupação havida, na preparação do questionário, de sempre pedir as opiniões sobre os grupos de cor simultaneamente com as opiniões sobre outros grupos nacionais, sem deixar transparecer que nosso interesse se concentrava na determinação de opiniões, atitudes e estereótipos sobre a população de cor (51).

Bem sabemos quanto ainda é tóxico o instrumento que empregamos nesta sondagem; mais de uma vez já tivemos a oportunidade de fazer a crítica sistemática do mau hábito que têm alguns pesquisadores de generalizar conclusões baseadas apenas em resultados de testes escritos. Ficamos, por isto mesmo, perfeitamente à vontade para declarar que estes a que chegamos só valem na medida em que eles coincidem com resultados semelhantes que alcançamos por outras vias de investigação e de interpretação da situação racial no Rio de Janeiro. Esta coincidência se mantém, em geral, nos principais resultados atingidos, o que nos deixa, quanto à fidedignidade, satisfatoriamente recompensados pelo esforço. É óbvio, por outro lado, que, com maior abundância de recursos, material e equipe, sondagens como

(51) A este passo queremos deixar aqui registrados nossos agradecimentos aos ilustres colegas Professores Yvette Costa Pinto, Alvaro Kilkerr e Maurício de Magalhães Carvalho pela colaboração inestimável que prestaram a este estudo, de forma totalmente desinteressada, aplicando os questionários entre os alunos de suas turmas. Ao primeiro deles agradecemos também a cooperação valiosa que prestou na apuração dos mesmos.

esta devem ser muitas vezes repetidas e diversificadas nos seus processos e objetivos afim de ampliar cada vez mais a área conhecida da tão falada e ainda tão pouco estudada situação racial brasileira.

Nosso questionário, restringindo deliberadamente seus objetivos a alguns poucos problemas específicos, visava recolher material empírico sobre as três seguintes questões: a) tentar a determinação objetiva de uma *escala de distância social*; b) tentar verificar a influência que têm a condição de *negro* e a condição de *mulato* na maior ou menor simpatia ou hostilidade revelada em relação às *pessoas de cor em geral*; c) tentar a identificação de alguns *estereótipos raciais mais aparentes* sobre o negro e o mulato.

O primeiro problema foi analisado por meio dos processos sugeridos pelo Professor Emory Bogardus (52) e já largamente aplicados por ele e por outros.

A escala consiste numa série de perguntas que configuram situações de crescente aproximação e intimidade com referência a indivíduos de diversa condição étnica. A apuração das respostas permite ver até que ponto de aproximação, em relação à esfera mais íntima, o grupo permite a penetração dos indivíduos da condição étnica que está sendo estudada. A escala que propuzemos aos nossos inqueridos foi a seguinte:

(52) E. Bogardus, *A Social Distance Scale*, "Sociology and Social Research", Vol. 17, pág. 265-271 (1933); do mesmo, *Immigration and Racial Attitudes* (1928) *passim*. Para uma análise crítica extensiva do problema, com largo apoio bibliográfico, vd. o estudo de Eugene Horowitz, "Race" Attitudes, in O. Klinsberg, *Characteristics of the American Negro* (1944), pgs. 139-247. Apresentação mais didática do problema pode ser encontrada em D. Krech and R. Crutchfield, *Theory and Problems of Social Psychology* (1948), Chps, V, VI, VII e XII.

1) Você se importa de ter em sua casa, como *empregada*, (escreva *sim* ou *não* adiante de cada uma);

uma chineza
 uma negra
 uma argentina
 uma mulata
 uma americana

2) Você se importa de ter, morando na mesma rua ou no mesmo edifício, como *vizinhos* seus, uma família:

idem, ibidem

3) Você acha que seus pais se importariam se você levasse para uma *festa de aniversário* em sua casa um conhecido:

idem, ibidem

4) Você se importa que o inspetor ou *encarregado de disciplina* do colégio seja:

idem, ibidem

5) Você se importaria se seu *irmão* (ou *irmã*) se *casasse* com uma pessoa:

idem, ibidem

6) Você mesmo se casaria com uma pessoa:

idem, ibidem

A gradação proposta nas perguntas acima transcritas é discutível como é igualmente discutível qualquer outra que se proponha em substituição a esta. O objetivo foi começar colocando os grupos em posição subalterna, correspondendo, por sua vez, à situação que mais frequente-

mente se ajusta à experiência do jovem brasileiro de classe média no que se refere à posição dos elementos de côr no âmbito doméstico — a posição de empregado. Em seguida, configurou-se uma situação de *igualdade sem intimidade*, qual seja a de vizinhos na mesma rua ou edifício. A pergunta seguinte cria uma situação de maior intimidade e aproximação mas que pode ainda ser formal, pois se trata de convidar alguém para uma festa em casa. A redação desta pergunta obrigou-nos a perguntar ao aluno qual a provável opinião dos pais, redação que discrepa das demais. Este inconveniente nos pareceu diminuto pois é de todo provável que todas as respostas e não somente estas, reflitam, principalmente, a opinião dominante na família do aluno. Por outro lado, como não é provável que o jovem tivesse a liberdade de fazer tal convite indo de encontro à vontade dos pais — preferimos evitar este problema de conflito de opiniões perguntando explicitamente o que achava sobre a provável atitude dos pais (53).

A pergunta seguinte estabeleceu diante do inquerido uma relação hierárquica de uma pessoa de côr que tem sobre ele uma parcela de autoridade. A apuração das respostas a esta pergunta nos convenceram de que seus objetivos foram, em parte, frustrados, pelos motivos que adiante serão analisados.

As duas últimas perguntas sucedem-se configurando o problema do matrimônio com pessoa de côr criando uma relação de parentesco, resultante do casamento de um irmão com pessoa de côr e, finalmente, do casamento do próprio inquerido com pessoa nesta condição étnica. Neste

(53) Num único questionário a resposta a esta pergunta foi a seguinte: "Eles se importariam, mas eu não". Isto, aliás, sugere ulteriores investigações sobre as variações nas atitudes raciais em função das gerações.

caso, ter-se-á o máximo grau de intimidade material e afetiva (54).

A apuração e análise das respostas obtidas por esta série de perguntas revelou alguns aspectos que nos parecem dignos de menção, pela luz que podem trazer ao estudo da situação racial brasileira.

O que em primeiro lugar se observa é que *o número absoluto dos que revelaram não ter preconceito racial é maior do que os que indicaram possuí-lo*. Esta observação, com a qual a maioria dos que analisam superficialmente o problema parece se contentar, fazendo repousar sobre ela um exagerado otimismo, e preferindo não discutir êsses resultados por considerá-los *óbvios* — para nós é aquela que, no contexto dêste estudo, carece de mais cuidadosa análise, pois aqui temos um característico exemplo de que só assumindo um ponto de vista rigorosamente crítico em face do que o senso comum e a meia ciência consideram *óbvio* é possível progredir no sentido de uma verdadeira ciência das relações humanas.

Dêsse modo, a interpretação correta daquele primeiro resultado dos inquéritos procedidos deve levar em conta o seguinte:

a) no que se refere às relações de raças, no Brasil, o padrão social anterior, do qual estamos historicamente nos afastando, e que se caracterisava pela subalternização econômica, jurídica e psicológica da população de côr em todos os planos da vida nacional — só podia ser apontado como livre de preconceitos porque, dentro dele, o preconceito não tinha uma *função* definida na defeza de determinadas posições sociais, já que estas não es-

(54) Convém fique esclarecido que todas as precauções foram tomadas no sentido de assegurar aos estudantes a certeza de que poderiam responder com o máximo de liberdade. Uma explanação prévia procurou convencê-los de que não havia respostas *certas* ou *erradas*, pois não se tratava de um teste de *conhecimentos* mas de *opiniões*. Ficou, também, inteiramente ao critério dê's a resolução de assinar ou deixar de assinar as respostas.

tavam, ou não se sentiam, ameaçadas pela mobilidade social dos elementos de côr que era praticamente nula. A subordinação objetiva da parte negra e mestiça da população e a lentidão com que ela subjetivamente reagia contra essa situação tornavam socialmente desnecessárias as atitudes discriminativas. Uma vaga tolerância, gerada pelas condições objetivas do paternalismo, certa certeza íntima de que *tudo estava no seu devido lugar*, a impressão de que tudo decorria da ordem *natural* das coisas e, na maioria dos casos, a desnecessidade de pensar num assunto que já parecia tão bem regulado pelo fluxo da vida quotidiana — desempenharam, no Brasil, no plano psicológico, e dentro do padrão tradicional das relações de raças, a *função* que, noutras fases do processo, é desempenhada pelo preconceito;

b) hoje, ainda não entraram plenamente em jogo todos os fatores que, resultantes das transformações que se estão operando na sociedade brasileira, tendem a agravar o problema racial neste País. Por isto mesmo, de-freontando uma situação *em mudança*, devemos ser cautelosos nas afirmações eufóricas sôbre a ausência de preconceito, pois estamos colocados num ponto da curva histórica onde, sôbre assunto de tal relevância, ainda não é possível, cientificamente, concluir com tão exagerada segurança. Evidentemente, não é necessário e fatal que a situação racial brasileira evolua no sentido do agravamento extremo dos problemas de convivência inter-étnica — mas, por outro lado, não resta a menor dúvida que a tensão racial em perspectiva e em processo torna *muito mais importante a análise dos fatores que estão alterando o padrão tradicional do que a méra constatação do que acaso dele ainda remanesce*. Este ponto é fundamental e de sua incompreensão resulta grande parte das impropriedades já ditas e escritas sôbre a situação racial brasileira.

Dissemos que a maior parte das respostas revelam atitudes não discriminativas — em todas as perguntas, *menos naquelas que se referem ao casamento inter-étnico*, quer de pessoa da família do inquerido, quer dele próprio. Essa exceção é significativa e adiante nos demoraremos mais na sua análise.

A não ser na primeira e segunda perguntas, referentes à atitude em relação à vizinhança com pessoas de côr e ao empregado doméstico de côr — a hostilidade ao negro revelou-se mais forte do que ao mulato, sugerindo a idéia de que a aversão aumenta na medida em que escurece a pigmentação da pele. De fato, naquelas perguntas, o número de repostas indicando ogerisa foi maior, por pequena diferença, com referência aos mulatos do que com referência aos negros; em todas as demais, porém, a discriminação contra o negro revelou-se mais forte do que contra o mulato (55).

A menor frequência de repostas indicando atitudes discriminativas contra os elementos de côr — quer preto, quer mestiço — ocorreu na pergunta n.º 4, que se refere ao inspetor ou encarregado de disciplina. Mesmo assim, o número dos que disseram que não gostariam de vêr êsse posto, no seu colégio, ocupado por pessoa de côr — é maior na hipótese do inspetor ser negro do que na hipótese dêle ser mulato.

É preciso confessar aqui, por outro lado, que o objetivo desta pergunta — que foi vêr como o aluno branco reagiria à idéia de ter uma pessoa de côr em posição de exercer sôbre ele uma ação disciplinadora, decorrente de sua própria função — foi parcialmente frustrado. Isto porque, embora nas relações com os alunos

(55) Esta observação só se aplica à escala de distância social. No que se refere aos estereótipos, por exemplo, a situação é diversa e pareceu-nos que aqui existem estereótipos muito mais característicos e difundidos em relação ao mulato do que em relação ao negro, como veremos em breve.

o inspetor, ou bedel, exerça ação supervisora e disciplinadora sobre êles, a verdade é que, no quadro geral dos status dentro do estabelecimento, sua posição é tão subalterna que, em regra, o aluno não o encara como alguém que possa ser considerado socialmente superior a êle. O inspetor é um empregado do colégio e como tal os alunos o encaram — não como uma autoridade superior. Essa diferença entre status formal e status pessoal, entre autoridade e prestígio, dá à função um caráter por demais institucionalizado e possivelmente isso influiu na circunstância de ser esta a pergunta em relação à qual ocorreu o menor número de respostas indicativas de preconceito. Excusado é dizer que essa institucionalização do status pessoal pode ocorrer e com frequência ocorre na sociedade em geral, fazendo com que — como narrou Koster — um preto capitão-mór seja encarado *como se fôsse* branco...

Em relação ao total das respostas foi baixo o número das que indicavam preconceito contra a empregada doméstica de côr. Houve até respostas cômicas, que exploravam o tema da falta de empregadas domésticas no Rio de Janeiro... Convém assinalar, entretanto, que não foi nessa pergunta que ocorreu o menor número de respostas discriminativas — como acaso se poderia esperar em face da tradição e da posição subalterna da posição social considerada. Note-se, por outro lado, que esta foi uma das poucas perguntas da escala estabelecida nas quais a atitude hostil ao mulato revelou-se mais forte do que contra o negro.

Em face das circunstâncias atrás referidas e documentadas — que indicam ser de empregado doméstico a posição tradicional do elemento de côr, especialmente feminino, no seio da família brasileira, e de ser esta, na escala por nós configurada, a posição mais distante — por ser a mais subalterna — pareceu-nos elevado o número dos que, num total de pouco mais de 300 estudantes,

indicaram não querer em suas residências domésticas de côr. É possível que isto se explique pelo fato de, mais uma vez, descarregar-se contra o elemento de côr a tensão social gerada nas áreas metropolitanas e industrializadas do Brasil pela carência, e pelo *novo tipo*, de empregados domésticos. Dir-se-ia que o preconceito contra as *novas atitudes*, de anjo rebelado, do empregado doméstico dos novos tempos — cada vez mais diverso da amável e servil “mãe preta” de antigamente — transfere-se para o elemento de côr, deslocando-se do grupo profissional para o grupo étnico que com êle, em nossa sociedade, está, historicamente, identificado.

Um dos resultados mais característicos que encontramos — resultado que será surpreendente para os que têm ou falsa ou ingenuamente interpretado a significação sociológica da mestiçagem no Brasil — é, como já assinalamos, o que se refere às atitudes com respeito ao inter-casamento de pessoas de filiação étnica diversa. Aqui, nas duas perguntas finais da escala, que ao assunto se referem, — o número de respostas indicativas de oposição ao inter-casamento parece assinalar o ponto crítico de transição entre as duas grandes linhas de orientação em que podem ser grupadas as respostas obtidas:

a) uma tendência *vagamente não-discriminativa* revelada nas respostas às primeiras perguntas, da primeira à quarta, e b) uma tendência *nítidamente discriminativa* com relação às duas últimas, que tratam do inter-casamento de quem respondia, ou de um parente seu, com pessoa de côr.

De fato, enquanto nos anteriores graus da escala de distância social que apresentamos aos nossos inqueridos, encontram-se altos e baixos, predominando, no conjunto, uma atitude não-discriminativa — aqui, desde que se coloca diante dos jovens inqueridos o problema do *con-*

nubium interracial, a coerência das respostas se acentua e se define numa atitude nítida e fortemente discriminativa contra as pessoas de côr. Existem gradações na intensidade com que o preconceito se manifesta — aqui como em qualquer parte e como em relação a qualquer preconceito; essas mesmas gradações, entretanto, pelo modo como se revelam, traduzem, de maneira ainda mais típica, a presença dele. Assim é que a atitude hostil em relação ao inter-casamento é mais forte quando se trata de preto do que quando se trata de mulato; do mesmo modo, é menor quando se trata de opinar sôbre o casamento étnicamente misto de um irmão (ou irmã) e maior quando a pergunta se refere ao próprio inquerido. Perguntando a um grupo de 313 moços e moças se se importariam com o fato de um seu irmão (ou irmã) casar-se com uma pessoa de côr preta — 198 responderam que se opunham a êsse casamento, número que aumentou para 254 — mais de dois têrços — quando, logo em seguida, foi-lhes perguntado se eles mesmos se casariam com pessoa preta. Em relação ao mulato, os que discordaram do matrimônio de seu irmão (ou irmã) com pessoa desta condição étnica foi 177 e passou, na hipótese do próprio inquerido casar-se com pessoa mestiça, para 208. Note-se, ainda, que o número de pessoas que indicaram não ter opinião formada sôbre o assunto — foi maior quando se figurava a hipótese de casamento com mulato do que quando se tratava de negro, o que sugere atitudes mais integradas em relação a êstes, enquanto que, em relação aos primeiros, as dificuldades, da própria definição rigorosa do que seja um mestiço e a situação de *marginal* biológico e social em que êle se encontra — conduziriam à ambivalência ou, ao menos, a uma menor clareza e coerência na definição de atitudes referentes ao inter-casamento com pessoas mestiças.

Os resultados a que chegamos na análise daquela parte do questionário empregado que procurou estabelecer uma escala de distância social, podem, assim, ser resumidos da seguinte forma:

a) tende a se acentuar a atitude discriminativa contra as pessoas de côr, independentemente dos matizes, na medida em que aumentam o grau de aproximação e intimidade nas relações sociais.

b) nas posições de maior distância social e definição das atitudes é menos nítida, embora haja clara predominância das respostas não-discriminativas. Nas posições de mais aproximação e intimidade (inter-casamento racial) as atitudes discriminativas revelam-se nítidas e definidas, representando maioria absoluta e relativa das respostas.

c) há uma tendência clara, nas respostas a todas as perguntas, dentro de cada situação configurada, a ser menos acentuado o preconceito em relação a aproximação com o mulato do que em relação ao negro. Nêste sentido, a aspiração de um progressivo "branqueamento", que se nota tão vivo em muitos elementos de côr, corresponde realmente ao fato, agora documentado, de que a aproximação e intimidade com o negro é mais hostilizada pelo branco do que quando se trata de um mulato.

Ver-se-á adiante, quando for abordado o problema dos estereótipos, que a questão da maior ou menor receptividade do branco ao elemento de côr não é um problema comportando apenas alternativas polares, pró ou contra, sim ou não, que mutuamente se excluem. Na verdade, a questão é muito mais complexa — para desespero daqueles que gostam de encontrar respostas faceis para as interrogações extremamente difíceis que a realidade social põe diante de nós — e resulta de um número de variáveis interdependentes muito mais plural do que geralmente se supõe.

O problema depende não só das posições sociais respectivas do branco e da pessoa de côr, considerados quer individualmente, quer como grupo — mas também, e intercorrentemente, do matiz mais ou menos pigmentado do indivíduo de côr, do grau e natureza da relação a ser estabelecida e, também, das circunstâncias mais ou menos públicas ou privadas dentro das quais as relações se vão estabelecer. Assim, por exemplo, relações de companheirismo, num plano de igualdade relativamente formal, frequentemente existem entre brancos e pessoas de cor, que se podem manter por tempo indefinido, precisamente porque se mantêm naquele nível relativamente formal. Não raro, entretanto, muitas delas tendem a fracassar, e até a se transformarem em incompatibilidade, exatamente quando se tornam menos formais, penetram em círculos mais estreitos de aproximação, obrigam a frequentar, a apresentar à família, em suma, ganham maior intimidade. Relações assim mais íntimas são sempre em menor número do que aquelas apenas formais, precisamente porque muitas pessoas que, para uma terceira, podem ser boas como “colegas”, podem não servir como “amigas” — já que estas últimas, em regra, são selecionadas dentre as primeiras à luz de um critério mais rigoroso de afinidades sociais e psicológicas. Quando, acaso, êsses critérios consideram que determinada pessoa de côr serve como mero *companheiro* mas não serve como *amigo* — é muito raro que a condição étnica não seja apontada como fator, direto ou indireto, da exclusão de alguém do círculo das relações mais íntimas de outrem, embora frequentemente possa haver a preocupação de omitir êsse fato, por ser tal atitude considerada *deselegante*.

Geralmente, o que daí resulta é que o branco não se sente *racista* por isto, já que admite o companheirismo com pessoa de côr; esta, porém, dificilmente deixa de se considerar de alguma forma estigmatizada por saber que

a sua côr influiu como fator de limitação de sua capacidade de participação em determinadas esferas sociais. Um profundo *ressentimento* por parte da pessoa de côr — tanto maior quanto ela deliberadamente o esconde, para não vulgarizá-lo pela exteriorização e pela aparência de que faz muita questão daquilo que lhe negam — e uma relativa paz e tranquilidade de consciência por parte do branco, que com seu criptoracismo evita de ser considerado racista *tout court* num País onde “não existe o preconceito de raça” — é o que resulta, na prática, como forma precária de acomodação, obtida através da obediência a essas regras de etiqueta racial, tudo decorrendo de acordo com o bom tom, as boas maneiras e a boa educação, como convém “entre cavalheiros”.

Os testes feitos com o grupo de jovens brancos que tomamos como amostra nos inquéritos a que procedemos — permitem observar alguns ângulos dessa questão, acima enunciada em termos gerais, dentre aquelas, é claro, passíveis de mensuração através do emprego de questionários.

Assim é que obtivemos 314 respostas à seguinte pergunta: “Imaginemos que você tenha de *escolher*, em *cada uma das duplas* abaixo relacionadas, *um* companheiro para *ir em sua casa* estudar com você para a próxima prova parcial. Escreva, *em cada uma das combinações, aquele que você escolheria*:

“Entre um branco e um mulato — escolheria o

Entre um mulato e um preto — escolheria o

Entre um preto e um branco — escolheria o

Ao todo foram feitas pelo grupo, em conjunto, 900 escolhas, que se distribuíram da seguinte forma, segundo a côr;

Branços	422 =	46,90 %
Pretos	144 =	12,66 %
Mulatos	146 =	16,22 %
Indiferentes	218 =	24,22 %

TOTAL 900 = 100,00 %

Isto significa que quase metade das escolhas feitas elegiam o branco, indicando a preferência nítida do jovem branco por um outro branco para seu companheiro de estudos. Segue-se, quanto ao valor numérico da parcela, a que se refere aos "indiferentes", para os quais — segundo as justificativas que escreveram em seus questionários — não a côr mas as qualidades morais e intelectuais é que lhes importaria na escolha do companheiro. De acôrdo com as últimas consequências das opiniões ingênuas, extremadas e despistadoras de alguns observadores otimistas da situação racial brasileira — a totalidade ou, ao menos, a esmagadora maioria das respostas obtidas devia ser desse tipo. Na verdade, como se vê, a situação é bem outra.

Escolheram:	Branco	Mulato	Preto	Indiferente
Entre um branco e um mulato	216	28	—	70
Entre um mulato e um preto	—	128	111	75
Entre um preto e um branco	206	—	35	73

Vê-se na tabela acima que os pretos e mulatos também mereceram a preferência de muitos, sendo que, na primeira linha, os mulatos tiveram menor número de escolhas do que os pretos na terceira linha. Já essa aparente preferência pelo preto desaparece na segunda linha, em que a escolha deve ser feita *entre as duas variantes de côr*, excluído o branco — e, neste caso, o mulato teve uma preferência maior do que o negro.

Mais uma vez encontramos aqui a contradição aparente, que vai tornar-se ainda mais expressiva quando analisarmos os estereótipos raciais colhidos no inquérito, contradição que poderia ser enunciada assim: *do ponto de vista do julgamento do branco, o mulato, por ser mulato, tem, para determinados tipos de relações, escolhas e oportunidades, uma vantagem sobre o negro que, precisamente por ser mulato, representam para ele desvantagens quando se trata de outros tipos de oportunidades, escolhas e relações.*

Assim é que, cotejando-se: a) o branco com o preto, e b) o branco com o mulato — revelou-se que, embora seja majoritária em ambos os casos, a preferência pelo branco, foi maior na alternativa b) do que na alternativa a); ou seja, inversamente, o preto teve maior número de escolhas do que o mulato. Por outro lado, quando o branco foi excluído como alternativa de escolha e esta devia ser feita entre um mulato e um preto — neste caso o mulato teve nítida preferência.

Isto parece indicar que existem aqui duas linhas de tendências, aparentemente contraditórias para quem analisar o problema de um ponto de vista formal e que, entretanto, por ocorrerem dialéticamente, só dialéticamente podem ser entendidas. A mestiçagem, que está em contínuo processo, resulta do cruzamento de grupos étnicos que historicamente têm ocupado posições sociais extremamente desiguais, ao ponto dos membros de um grupo terem entrado na nossa história social na condição de propriedade privada dos membros do outro grupo. Isto faz com que a mestiçagem e os produtos da mestiçagem, embora em contínuo processo, não se faça, nem se manifestem, sem gerar tensões e ressentimentos, no plano sociológico e psicológico. Daí é que flue esse duplo resultado, que se caracteriza pelo fato da mestiçagem, apontada como meio e prova de nossa chamada "democracia

racial”, gerar contra os híbridos, que vivem e encarnam o processo, atitudes de oposição e julgamentos negativos precisamente porque neles se encontra o documento vivo, biológico e sociológico, daquele cruzamento entre extremos, da nossa mesma “*democracia racial*” — usando-se agora a expressão em sentido às vêzes quasi pejorativo, quase como sinônimo de “vergonha nacional”.

Esse duplo contexto, essa aparente contradição, é aspecto dos mais sutis e profundos da situação racial brasileira, que aos poucos está vindo à tona nas condições competitivas das comunidades metropolitanas e que transparece, de modo limitado mas não menos expressivo, nos resultados do presente inquérito. Adiante, a propósito da incidência de estereótipos brancos a respeito de pretos e mulatos — voltaremos ao assunto com mais vagar. Explicá-lo, entretanto, em toda sua complexidade, só será possível ao traçarmos o quadro geral das tensões raciais que hoje estão em processo na nossa sociedade.

A análise desses resultados não se pode reduzir ao plano exclusivamente estatístico; êste diz muito mas não diz tudo. Se, quantitativamente, um *não* puro e simples vale tanto quanto um comentário igualmente negativo — do ponto de vista qualitativo o comentário pode, muitas vêzes, exprimir padrões de respostas que representam um depoimento precioso sôbre o estado de espírito de quem está respondendo, que o monossílabo, na sua frieza, obscurece. Demos muita atenção, por isto mesmo, durante a apuração, a estas respostas que se procuravam justificar por meio de comentários e comparações, que assumiam a forma de chiste, de ironia, de defeza ou de acusação — na certeza de que aí vinham à tona, desprevenida-mente, as *racionalizações* das atitudes que estávamos tentando captar.

Ao lado da análise dessas respostas racionalizadas — tanto mais valiosas, como depoimento, quanto o ques-

tionário pedia explicitamente que se respondesse com monossílabos — analisaremos, também, a seguir, as respostas obtidas no inquérito que visava determinar os estereótipos raciais existentes no grupo que nos serviu de amostra. Aqui, entretanto, uma vez mais, é conveniente fixar sumariamente o conceito básico com que vamos laborar, afim de que fique clara e patente a significação que têm essas formas estereotipadas de pensar e de julgar no mecanismo das relações interracialis.

As opiniões correntes que temos sôbre as coisas são, em regra, apenas parcialmente verdadeiras e resultantes de experiências concretas; a outra parte, não demonstrada, não lógica, é representada pelo *estereótipo* que temos em mente à respeito do que imaginamos que as coisas sãõ. A expressão estereótipo — *pictures in our heads* — usada por Lippmann (56) quer indicar precisamente essas idéias e imagens que temos em mente, em grande parte não comprovadas nem demonstradas, que constituem a parte sub-inteligente de nossas opiniões e julgamentos sôbre pessoas, coisas e situações sociais com as quais entramos em relações e a respeito das quais agimos. Dêsse modo, quando aqui falamos em estereótipos queremos nos referir a essas imagens, explicações, idéias ou sistemas de idéias que, generalizando o resultado de experiências parciais e limitadas, caracterizam o conteúdo a-lógico de nossos pensamentos, julgamentos e ações, imagens e explicações que tendem a se fixar e permanecer, resistindo à revisão crítica e racional.

As situações típicas nas quais os estereótipos nascem, se desenvolvem e passam a se integrar ao sistema de valores de um grupo e às pautas individuais de conduta

(56) Antes de ter larga circulação das ciências sociais contemporâneas com o significado específico que hoje possui — a palavra era usada, em psiquiatria, para designar uma alteração do comportamento de certos doentes mentais que se caracterizava pela repetição ou automatização de gestos e palavras,

de seus membros — são as situações de conflito social e de antagonismos e tensões inter-grupais. “No nosso tempo — diz o Prof. Kimball Young — os estereótipos refletem, principalmente, diferenças de classes, relações de raças e conflitos religiosos e internacionais” (57).

De fato, se pronunciarmos, na conversa comum com um grupo de pessoas, palavras como “senador”, “poeta”, “capitalista”, “selvagem”, “protestante” — para citar exemplos corriqueiros — logo se desenha na mente de cada um dos circunstantes o quadro, o retrato, a imagem, ou seja, o estereótipo correspondente — que, por sua vez, varia em relação à posição de cada um, em face às expressões concretas do que aquelas palavras exprimem no mecanismo das relações sociais. Assim, quando falamos do “negro”, do “mulato”, ou de “pessoas de côr”, a diferentes interlocutores — a imagem que se forma na mente de uns pode ser a do *martir*, na de outros pode ser a de *ser inferior*, na de terceiros pode ser a de *uma pessoa igual às demais diferindo apenas pela côr da pele*. O negro, ou mestiço, ou pessoa de côr, *de facto* a que estivermos nos referindo pode ser uma coisa ou outra, ou uma terceira, já que estereótipos diferentes podem existir em torno de uma mesma situação, coisa ou pessoa. A gama variável de estereótipos, que é sempre socialmente engendrada, só é compreendida quando compreendemos as relações concertas que existem entre cada situação e as demais situações com as quais ela se relaciona. O que importa assinalar, entretanto, é que uma vez formados e consolidados os estereótipos eles como que se interpõem entre a percepção e a realidade, fazendo o indivíduo vê, em parte, ao invés de cada *tipo*, o estereótipo correspondente.

(57) Kimball Young, *Handbook of Social Psychology*, (1948), pag. 191.

Quando não se trata apenas de ouvir falar mas de entrar em relações com pessoas que se incluem numa categoria qualquer sobre a qual nossos estereótipos estão formados, relações que se estabelecem à base de emoções, julgamentos, avaliações — as situações e pessoas passam a ser apreciadas à luz dos estereótipos existentes, que, conforme o caso, dificultam ou facilitam o estabelecimento de contactos e experiências novas, pela força estabilizadora que têm e pela fixidez que os caracteriza.

Em relação ao negro, poder-se-ia dizer que o preconceito racial consiste, em certo sentido, num característico sistema de reações estereotipadas, mais ou menos integradas, que são adquiridas, por diversos modos, na vida social — *não no contacto com o negro mas através da assimilação das opiniões existentes sobre o negro* (58).

A inferiorização circular do negro na sociedade brasileira tem sido, entre nós, um fecundo filão de estereótipos raciais. Ela consiste no seguinte: o negro, historicamente colocado em posição econômica e social inferior, tem essa posição social explicada e justificada, pelos portadores do preconceito, como sendo um produto da inferioridade

(58) É fundamental compreender que em regra os estereótipos integram-se no esquema de atitudes e valores que constituem as pautas individuais de conduta — numa fase inicial da formação da personalidade, na medida em que ela surge e se desenvolve em consequência da socialização do indivíduo. Ninguém nasce portador de uma opinião sobre o negro e a opinião de cada um é sempre o produto da interiorização das opiniões dominantes no seu meio e que são inculcadas aos maços novos pela ação sistemática ou assistemática, formal ou informal, dos adultos. As opiniões e os valores existentes não resultam, por sua vez de mera coincidência, pois representam sempre conceitos que resultam das posições respectivas e das relações sociais concretas que entre si estabelecem os grupos dentro das estruturas sociais que juntamente formam. Neste sentido é que tem razão o Professor Charles S. Johnson, ao afirmar que “as práticas costumeiras que presentemente se denominam “relações raciais” são apenas mecanismos sociais que nascem da necessidade de facilitar o controle de um grupo por outro”, assinalando, em seguida, que, variando o tempo e o lugar, elas podem assumir aspectos diferentes mas sempre são a expressão racial “de um conflito básico de interesses”. Cfr. *The Economic Basis of Race Relations* — in *When people meet* (1949). pág. 218.

racial; essa opinião, por outro lado, gera e mantém estereótipos que funcionam como barreiras, quer de ordem objetiva, quer de ordem subjetiva, que impedem ou dificultam a ascensão social do negro, fazendo com que produtos do preconceito e da desigualdade de oportunidades sejam utilizados para a sua própria justificação.

Os estereótipos, que são criações do grupo e não do indivíduo, tendem a se estabelecer e consolidar, como dissemos, na medida em que, dentro de uma estrutura maior, os grupos se afastam e entram em competição; por outro lado, dentro de cada grupo, na medida em que os estereótipos existem e se propagam, e maior número de pessoas passa a adotá-los — eles se tornam mais consolidados, mais integrados e, por via de consequência, mais difíceis de modificar, pois em torno deles tendem a se formar correntes de opinião, ideologias e movimentos sociais.

Como se vê, o estereótipo tem largo papel na economia do esforço de pensar e se fundamenta, grandemente, na inércia mental e na falta de espírito crítico. Nesse sentido pode-se afirmar que as formas estereotipadas de pensamento e de julgamento são exatamente o contrário do espírito crítico e científico e a negação do pensamento racional, experimental e inovador. Ele vem a ser o que há de a-lógico, inerte e sub-inteligente no chamado “senso comum”.

É de fundamental importância compreender, por outro lado, que “o estereótipo nunca é neutro”, como diz Lippmann; eles são forjados e estão sempre refletindo situações de conflito social — recorda Kimball Young. E somente encarando-os dentro dessa perspectiva, acreditamos nós, é possível compreender a *função* que têm no processo de mudança social.

Em verdade, os estereótipos agem como força estabilizadora e, neste sentido, são a negação do pensamento

crítico. Resultantes de experiências anteriores, parciais e frustradas, e de uma interpretação *útil* dessas experiências — sua consolidação e propagação dificulta a aquisição de novas experiências, pela inércia que opõe à revisão do estabelecido e à aceitação de inovações. Daí se segue que os sistemas de estereótipos dos grupos socialmente dominantes, a respeito dos que estão inferiormente colocados, sempre representam mecanismos de defesa do que existe, do que está estabelecido, defesa que se torna mais evidente e mais cerrada precisamente no momento em que se começa a discutir, duvidar ou ameaçar a sua validês como explicação e julgamento do mundo. Duvidar e discutir o estereótipo é, por isto mesmo, ameaçar o mundo que o produziu como uma explicação que convem, que satisfaz, que justifica e organiza a vida — *tal como ela é*. O estereótipo, sendo o retrato que o grupo faz de si mesmo e dos outros grupos, coisas, pessoas e situações com as quais entra em contacto — põe as coisas em seus lugares, explica, racionalisa, justifica e sanciona a “nossa” conduta em face dos outros e, na medida em que é co-participado, traz para ela a aprovação e compreensão dos demais.

Se se põe em duvida o estereótipo que temos e cultivamos isto representa uma ameaça ao “nosso mundo”, e como “nosso mundo”, para nós, é “o mundo”, a defesa dos nossos estereótipos sempre se nos afigura como a defesa de algo necessário à permanência do “mundo”; um candidato que vê declinarem as possibilidades eleitorais de *sua* candidatura diz, numa entrevista à imprensa, que estamos assistindo ao fim da *civilização*; um ideólogo que contempla melancólico a decadência do *seu mundo* elabora toda uma concepção da história para convencer aos demais de que aquilo é a *decadência do ocidente*; um ricoço racista ao vêr o filho reprovado num exame no qual fôra aprovado, em ótima colocação, um negro, filho

de uma lavadeira, exclamou, em nossa presença, com irritada desolação: *o Brasil está perdido!*

A força estabilizadora dos estereótipos resiste à mudança e se opõe ao espírito renovador gerado pela própria mudança. Estruturados em concepções do mundo e em esquemas interpretativos gerais — esses sistemas de valores competem entre si em grandes pugnas ideológicas, que são o reflexo na mente dos homens da transformação incoercível da realidade social.

É como amostra, pequena amostra, desses sistemas valorativos gerados pelas situações e mudanças de situações raciais no Rio de Janeiro que devem ser encaradas as respostas que adiante serão analisadas, e que foram colhidas através de sondagens diretas, por meio de questionários, entre os mesmos estudantes cujas atitudes raciais procuramos atrás identificar.

Não poucas respostas oferecidas às perguntas que compunham a escala de distância social, que atrás analisamos, demonstravam a tolerância em relação às pessoas de cor como segunda e inevitável alternativa. Mesmo em relação à condição de empregada doméstica, perguntados se se importariam de ter pessoas de cor, nesta condição, em sua casa, houve os que responderam: “Não, mas preferia uma branca”, ou então: “Não, se não encontrasse uma branca”. Já dissemos que também houve um que respondeu à mesma pergunta: “Lá em casa estamos precisando de uma empregada — seja de que cor ela for.” Este modo de responder, aliás, revela que, naquele momento e naquelas circunstâncias, o problema do empregado doméstico era mais importante para quem respondia — mas não que o problema da cor fosse inexistente. Neste sentido, esta última resposta reflete o mesmo estado de espírito que transparece explicitamente noutra resposta à mesma pergunta: “Se fosse possível preferiria uma branca”.

A natureza e intensidade das resistências ao empregado de côr, reveladas por estas respostas, são tanto mais expressivas quanto se reportam a uma condição nitidamente subalterna e que corresponde à posição tradicional da mulher de côr na família brasileira. Esta circunstância, somada ao fato de ser esta ainda a posição em que se encontrava a maior parte das mulheres de côr que no Distrito Federal têm uma atividade remunerada fora do âmbito doméstico — parece indicar que cresce a tendência a tolerar a empregada de côr como um mal necessário, interpretação tanto mais pertinente quanto é notório que a atração da mão de obra feminina para outros ramos de atividade, em consequência principalmente da industrialização, tende a diminuir a oferta de mão de obra feminina para o serviço doméstico, aumentando, portanto, sua necessidade e sua procura.

Ao lado do problema do serviço doméstico — sem a menor dúvida, os comentários mais significativos às perguntas feitas são aqueles que se referem ao casamento inter-étnico. Analisando a frequência de respostas às duas perguntas que se referem a êste problema já dissemos que a maioria, quer relativa, quer absoluta, manifestou-se nitidamente contra o matrimônio com pessoas de côr. Alguns inqueridos que se permitiram buscar razões para esta atitude fornecem-nos indicações valiosas sôbre os fatores sociais que a condicionam.

Assim encontramos uma jovem que, à última pergunta, referente ao casamento com negro, respondeu: “Não me importaria de casar com um descendente de pretos mas contanto que não se notasse a côr.” Parece visível aqui que, para os que assim pensam, o problema fundamental é o da côr, sinal mais aparente da filiação étnica — e não a filiação étnica como tal, que deixaria de ter importância desde que não fosse aparente. O que se insinua no começo da resposta — casar-me-ia com *descenden-*

te de pretos — fica explícito no fim quando vem enfaticamente declarado — *contanto que não se notasse a côr.*

Esse mesmo tema aparece, com diferentes variações, noutras respostas que àquela se assemelham no fundo. À mesma pergunta, por exemplo, outra jovem respondeu: “Talvez sim, mas provavelmente evitaria filhos”. Como se vê, não tendo, ou tendo fracamente, o preconceito contra o negro — ela mesma, sem afirmar com segurança, reconhece, entretanto, a possibilidade de casar-se com um negro, não esconde, porém, que reconhece a existência do preconceito na sociedade em que ela vive e, por isto, evitaria filhos que poderiam vir a ser vítimas dele. Até onde vai a tolerância em aceitar como marido um negro — ela vai, ou reconhece-se capaz de ir, ainda que sob a forma de um “*talvez sim*”. Mas aquela frase “provavelmente evitaria filhos” é bastante expressiva do reconhecimento de que essa tolerância pode acarretar ônus para a prole, já que não lhe basta individualmente deixar de ter o preconceito — *é preciso que a sociedade deixe de tê-lo.* E note-se que, no caso, quem dá a resposta é uma jovem branca, o que significa que sua descendência seria não negra, mas mestiça.

No mesmo sentido, e talvez ainda mais expressiva, por se referir não ao próprio casamento mas ao de um irmão (ou irmã) — é uma outra resposta encontrada, em que uma jovem, perguntada se se importaria com o casamento de um irmão (ou irmã), com um negro, respondeu textualmente: “Sim, por causa dos meus sobrinhos”.

É difícil saber, com os elementos disponíveis, se acaso há uma tendência à infecundidade voluntária nos casamentos mistos. Parece mais provável, por outro lado, que isto venha ocorrer quando, entre os cônjuges, o branco é a mulher. É extremamente significativa, de qualquer sorte, a frequência dessas respostas no sentido

de evitar casamentos inter-étnicos *por causa dos filhos* ou tolerá-los *contanto que se evitem os filhos*.

Todas essas respostas são de moças, nenhuma de rapazes. E' difícil, sem análise mais aprofundada, determinar as últimas razões dêsse fato. Acreditamos, por nossa parte, que entre elas não estaria ausente a circunstância do jovem brasileiro branco considerar a ligação sexual com mulher de côr alguma coisa que, via de regra, não implica em responsabilidade para o homem, havendo muitos que blazonam o número de mulatinhos com que ajudaram a povoar este País. Dessa maneira, a circunstância da quase totalidade dos rapazes interrogados declarar-se contra idéia de se casarem com mulher de côr — está longe de indicar qualquer repugnância à ligação meramente sexual, extra-conjugal, com negras e mulatas. Pelo contrário, a concepção dominante é a de que, para relações sexuais não-conjugais, a mulher de côr, ou, mais especificamente, a mulata, é mulher de eleição. Não tem outro significado, nem outra possível interpretação, o estereótipo corrente de que a mulata é sexualmente mais compensadora: *branca para casar, negra para trabalhar, mulatar para f. . .* — diz a frase feita.

Na parte do questionário reservada à coleta de estereótipos raciais êles já não apenas transparecem — exprimem-se com clareza. O meio utilizado para fazer essa coleta foi o comumente usado: relacionamos dez grupos diversos e pedimos que indicassem, para cada um, uma qualidade ou característico que, na opinião do inquerido, melhor definisse o grupo. Os grupos relacionados, nesta mesma ordem, foram os seguintes: americano do norte, francês, negro, português, mulato, chinês, russo, judeu, brasileiro, inglês.

Logo abaixo da relação indicamos exemplos de expressões que podiam ser usadas, ficando esclarecido que não eram obrigatórias e que outras podiam ser emprega-

das. Apesar do esclarecimento houve nítida tendência a escolher uma dentre as sugeridas que foram, nesta ordem, as seguintes: inteligente, brigão, paciente, fleugmático, hipócrita, sujo, traidor, inferior, pouco inteligente, pernóstico, trabalhador, fala muito, valente, corajoso, humilde, gosta de mandar, preguiçoso, negociista, esportivo.

Só fizemos apuração minuciosa das respostas que se referiam aos negros e mulatos; eventualmente, escolhendo amostras ao acaso, apuramos respostas dadas com relação aos demais grupos, para efeito de comparação.

Cumpré notar, primeiramente, que o número de respostas encontradas com relação ao negro foi ligeiramente maior do que com relação ao mulato: 311 indicaram um traço característico do negro e só 305 fizeram o mesmo para o mulato, havendo 6 que deixaram sem resposta, a pergunta que se referia ao mulato.

Quer nos parecer que a análise destas respostas revela, através das formas estereotipadas de julgar que encontramos, aspectos extremamente interessantes da maneira como o sistema de valores reflete as posições, diferenças de posições e antagonismos entre as categorias étnicas que convivem no Distrito Federal.

De vários modos esses resultados podem ser, e foram, apreciados. No que se refere, por exemplo, ao caráter apreciativo ou depreciativo do traço ou característico escolhido para designar cada grupo étnico — dividimos as respostas em quatro grandes grupos: indicativas de a) simpatia, b) hostilidade, c) forte simpatia, d) forte hostilidade. Consideramos como fortemente simpáticas aquelas que traduziam uma convicção militante de solidariedade ao grupo considerado e entre as fortemente hostis só incluímos as respostas que usavam a expressão “inferior” para classificar os grupos de cor, ou que traduziam essa idéia, de forma inequívoca, por outras palavras.

Noutros termos, isto indica que todas as respostas grupam-se em duas categorias básicas de simpáticas ou hostís, destacando-se, na apuração, em categorias à parte, as que revelavam essas mesmas orientações em cambiantes fortemente acentuadas. O limite entre essas nuances teve de ser necessariamente arbitrário, ao critério do Autor, mas foi uniforme para todos os questionários.

De acôrdo com êsse critério de apuração as frequências encontradas para cada grupo étnico e para cada categoria de resposta são as que se registram na tabela abaixo:

QUADRO XXVIII

	<i>Negro</i>	%	<i>Mulato</i>	%
• Simpatia	139	44,69	91	29,26
Hostilidade	125	40,19	186	59,80
Forte simpatia	6	1,92	2	0,64
Forte hostilidade	41	13,18	26	8,36
Não responde am	—	—	6	1,92
TOTAL	311	100,00	311	100,00

Nêsses dados observa-se que a menor frequência coincide, para os dois grupos étnicos, nas respostas indicativas de “forte simpatia”; ainda assim, nesta categoria, a frequência em relação ao negro é maior do que em relação ao mulato. Ao menos parcialmente, isto deve resultar — a julgar pelas respostas típicas encontradas — da permanência observada, em relação ao negro, de alguns fracos remanescentes de uma atitude anterior, de base patriarcalista, de solidariedade quasi piedosa em relação ao negro — *pobre diabos!* — e quase inexistente, nos materiais por nós recolhidos, em relação ao mulato.

A maior frequência já não coincide, para os dois grupos, na mesma categoria de resposta: para o mulato a maior frequência está na categoria das respostas hostis

— 59,80%, vindo em segundo lugar as simpáticas, com 29,26%; já para o negro a frequência maior está nas respostas simpáticas — 46,69% — seguindo-se as hostis, 40,19%.

O fato de encontrarmos uma concentração acentuada, mais de 50%, de julgamentos hostis com referência ao mulato, parece contradizer a tendência antes revelada, na apuração da escala de distância social. Verificamos ali que as resistências à aproximação diminuíam na medida em que o matiz da epiderme branqueava, enquanto que agora constatamos uma concentração maior de julgamentos hostis incidindo sobre o mulato.

A contradição parece-nos puramente aparente e nela julgamos encontrar fundamento para uma hipótese fundamental a respeito da situação racial nas áreas urbanas e industrializadas do Brasil e que se refere à marginalidade do mulato. Na verdade, o fato de se aceitar mais facilmente a aproximação com pessoa de cor de matiz mais claro não impede que, durante o processo de *passing* — que não é apenas biológico, pois que tem implicações sociológicas evidentes — venha a incidir sobre o mestiço, que está cruzando a linha de cor, uma onda de julgamentos estereotipados, a maioria dos quais visa destacar, direta ou indiretamente, a natureza marginal, dual, ambivalente da posição social e étnica e do comportamento dos que estão vivendo o processo de passagem de uma condição para outra. Isto nos parece ainda evidenciado quando notamos que, tanto para o mulato quanto para o negro, a soma das respostas I) *hostis* e *fortemente hostis* é maior do que a soma das respostas II) *simpáticas* e *fortemente simpáticas*, como se vê no quadro abaixo:

QUADRO XXIX

	<i>Negro</i>	<i>Mulato</i>
I)	53,37	68,16
II)	46,61	29,90

O que houve, portanto, com relação ao mulato, foi uma concentração maior das respostas na categoria das hostis, enquanto que entre os negros a dispersão entre as diversas categorias de respostas foi maior.

Cumpre-nos tentar compreender porque sôbre o mulato incidiu uma barreira de estereótipos mais nitidamente configurada e integrada, enquanto que sôbre o negro, embora presente, ela se revelou menos integrada, com uma dispersão maior de frequências. Essa análise, por outro lado, nos deve conduzir, da simples apresentação de resultados numéricos, para a consideração direta da realidade viva e complexa que neles está refletida.

Assim, na medida em que aí se reflete uma situação social mais geral, parece-nos que êsse comportamento diverso em face do negro e do mulato resulta de uma pluralidade de razões, entre as quais as mais importantes são as seguintes: em primeiro lugar encontramos, em relação à condição do negro, os restos evidentes de uma solidariedade piedosa, remanescente do tipo tradicional de relações de raças no Brasil entre senhores e escravos, de raízes nitidamente patriarcais e hoje objetivamente superada pelas relações contratuais, de empregado e patrão, que já predominam nas comunidades urbanas. Dessa ideologia tradicional que, dentro do padrão também tradicional de relações de raças no Brasil, impunha ao grupo branco obrigações de caridade e assistência em relação ao preto socialmente inferior — muito sintomaticamente não encontramos nenhuma sobrevivência em relação ao mulato e acreditamos, aliás, que ela nunca se caracterizou tão bem quanto em relação ao negro, já que o mulato, por definição, sempre foi um elemento discrepante da simetria dêsse sistema em que os traços étnicos tão bem coincidiam com as posições sociais.

Em segundo lugar, tudo parece indicar que os traços escolhidos pelos componentes de nossa amostra para ca-

racterizar o negro refletem, essencialmente, a sua condição social real e objetiva, a condição em que efetivamente o negro se encontra no sistema de status sociais na capital do Brasil e, acima de tudo, o modo como o senso comum vê e interpreta essa posição objetiva do negro na comunidade. Nêsse sentido ficou plenamente confirmado que o estereótipo é, em regra, a explicação que o senso comum oferece àquilo cuja complexidade êle não alcança, nem pode alcançar, mas de que necessita ter uma explicação qualquer, pois sôbre ela a conduta vai se pautar. Essa explicação, por isso que reflete situações objetivas, parece muitas vezes parcialmente verdadeira, o que explica seu grande poder de propagação entre os que precisam apenas *explicar* — e não *analisar* ou *compreender* — as situações sociais. Por outro lado, o que há de verdade e deformação no estereótipo — não resulta de mera coincidência e tem sempre uma *função* na dinâmica das relações humanas, que só pode ser compreendida quando compreendemos o papel que desempenham os estereótipos no quadro geral da mudança social e das tensões que dela resultam.

As frases e expressões que com mais, e mais característica, frequência apareceram nas respostas referentes ao negro são dêste tipo: “Pouco *inteligente*” “*Brigão*”, “*Humilde*”, “*Trabalhador*”, “*Paciente*”, “*Trabalha muito e não se cansa*”, etc.

Em verdade, qual a significação sociológica da concentração de respostas nêsses característicos, especialmente nos quatro primeiros acima indicados? Acaso isso indica que o negro é, *de facto*, um ser excepcionalmente despido de inteligência, muito paciente, porém rixento, mas ao mesmo tempo humilde, entretanto muito trabalhador, embora um trabalhador extraordinário que por mais que trabalhe não se cansa?...

Evidentemente os estereótipos registrados traduzem, antes e acima de tudo, a interpretação que o mundo e a esfera social a que pertencem aqueles jovens brancos dão à posição social do negro, a explicação que oferecem a um problema diante do qual a vida quotidiana os obriga, e cada vez mais, a pensar e a agir. Trata-se, portanto, de valores que resultam de uma *situação objetiva*, que inspiram uma *ideologia* e que pautam uma *conduta* nas relações inter-étnicas.

Analisadas essas legendas em cotejo com os fatos, e com a interpretação científica dos fatos, percebe-se, então, não só as inverdades que contem, com explicações dos fatos, mas também, o que é essencial, a função que desempenham no perpetuar as situações objetivas das quais são beneficiários os grupos no seio dos quais são gerados, cultivados e donde se propagam êsses estereótipos a respeito dos outros grupos inferiormente colocados na escala social.

“*Pouco inteligente*” — um dos estereótipos sôbre o negro mais contraditórios, não só na amostra estudada mas na sociedade em geral — significa, na verdade, que, na sociedade em que o negro vive e na qual as classes dominantes são predominantemente compostas de brancos, as classes sociais a que o negro pertence em massa, por via dos fatores históricos que desde a origem definiram sua posição na sociedade brasileira, têm tido sua educabilidade deformada e impedida pelo desamparo em que vivem e pela atmosfera anti-educativa em que vegetam. As formas tradicionais de exploração do trabalho humano no Brasil comportavam a total ausência de qualquer intelectualização das operações de trabalho, de modo que as mais largas camadas da população puderam se integrar no sistema econômico e social, sendo dele parte essencial, sem que a elevação do nível técnico e a cidadania consciente fossem, por muito tempo, problemas que obrigassem as elites a pensar e a agir no sentido

de resolvê-los. O negro, como *peça* da máquina produtiva e como elemento passivo do mecanismo societário, sofreu em cheio aquelas limitações e foi sempre conservado nos níveis educacionais equivalentes ao nível social e econômico em que se encontrava. Hoje, explicar essa falta de educação como consequência da falta de inteligência é a função do estereótipo, que assim transfere para a irremediabilidade do plano biológico a causa de uma situação que é essencialmente de ordem sociológica e, portanto, mutável, na mesma medida em que a organização social é passível de transformação.

“*Brigão*”, foi outra maneira muito preferida de caracterizar o negro que encontramos nas sondagens feitas entre jovens brancos. Na verdade a expressão indica, na linguagem deformante do estereótipo, que os que assim responderam — e que são apenas parte de uma corrente muito mais vasta dos que pensam analogamente — conferem, mais uma vez, a fixidez de um traço congênito ao negro ao fato de, nas condições econômicas, sociais e educacionais em que ele permanece na sociedade brasileira, surgiram entre êles as taxas mais elevadas de delinquência e que realmente se explicam como produtos desses fatores sociológicos e não por causas étnicas. Os “*white collar criminals*” não aparecem nas fôlhas dos jornais com a frequência com que se estampa a fisionomia mísera e boçal do *malandro do morro*, negro ou mestiço, *capitão da areia carioca*, diplomado na escola de criminalidade que são as favelas ou, não raro, nas sucursais desta escola que são alguns estabelecimentos de assistência aos menores abandonados, entre os quais os negros constituem a parcela maior. O *facies* estereotipado do *malandro carioca*, que o senso comum configurou e à base do qual julga e interpreta os homens e os fatos da *mala vita* da metrópole, incarna-o na figura a) de um negro ou mestiço, b) que vive num morro, numa favela. “Negro”, ou “mu-

lato”, e “morro” — são elementos essenciais do estereótipo do malandro e nisso refletem, de modo primário e parcialmente verdadeiro, a associação real e objetiva que existe entre os elementos a) classe social b) condição étnica, c) situação ecológica, e, principalmente, d) desajustamento social e econômico, que estão à origem do tipo social do *malandro*. A função mistificadora do estereótipo consiste, neste caso, mais uma vez, em interpretar como fatalidade biológica o que é produto da organização social.

A função *útil* dos estereótipos raciais reside, essencialmente, em apresentar explicações *raciais* para situações que são, fundamentalmente, de posição social e de classe. Nesse sentido, eles servem não somente para definir um papel para cada indivíduo na sociedade, de acôrdo com a discriminação étnica que lhe é atribuída pelos critérios dominantes, mas, também, para manterem a *situação total* que resulta dessa diversidade de papeis, sempre em favor dos beneficiários dela.

Expressões como *humilde*, e outras desta ordem, também foram frequentes na caracterização do negro. Elas refletem, em primeiro lugar, a condição humilde *de facto* que tem o negro-massa na comunidade mas, por outro lado, representam u'a maneira geral e vaga de se referir a uma série múltipla de formas pelas quais essa humildade de condições se revela nas relações sociais concretas. Nesse sentido a palavra humilde pode indicar *ignorante, rude, deseducado, inconveniente, analfabeto, ridículo, mal vestido, habitante de morro*, etc., etc. Não raro, êsse estado ou condição que se designa com a palavra *humilde*, é utilizado como matéria prima para a configuração de tipos cômicos com que, atravez do folclore ou da literatura escrita, a criança brasileira cêdo se familiarisa; neste caso, da humildade de condição e da rusticidade de espírito — resulta a comicidade, a jocosidade.

dade, o papel desastrado que o estereótipo associa a essas figuras pigmentadas de lendas e historietas infantís. Para exemplificação, reproduzimos aqui uma página de uma revista infantil, modelo de muitas que constituem leitura habitual e tradicional da criança brasileira, e que, segundo parece, têm todas como paradigma original a já famosa figura do negro Benjamim, personagem velho de mais de meio século, da conhecida revista infantil, *O Tico-Tico*.

No que se refere ao mulato — “*pernóstico*”, “*hipócrita*”, “*falador*” e “*traidor*” foram os julgamentos estereotipados que mais caracteristicamente se definiram no inquérito que fizemos. Especialmente o primeiro daqueles qualificativos — *pernóstico* — mereceu impressionante preferência nas respostas, parecendo apresentar-se na mente dos inqueridos como uma verdade tranquila e incontestada, automaticamente repetida, sem o menor esforço mental de reflexão e análise, toda vez que se pensa num mulato e se tenta qualificá-lo. Num conjunto de 305 questionários, 30% usa a expressão “*pernóstico*” para caracterizar o mulato. Esta quota seria muito maior se incluíssemos ali as variantes “*convencido*”, “*falador*”, “*fala muito*”, “*tem complexo*”, que também foram frequentes.

Depois de “*pernóstico*”, o estereótipo definido pelo uso das expressões “*traidor*”, “*hipócrita*” e “*falso*” foi o que mais caracteristicamente se configurou. Houve um questionário que resumiu o estado de espírito desta parte da amostra caracterizando o mestiço com duas únicas palavras — “*quinta coluna*”, querendo com isto indicar que o mulato é alguém que “*cruzou as linhas*”, “*serve a duas bandeiras*”, é, em suma, um *marginal*.

Excusado é dizer, por outro lado, que certos estereótipos definiram-se com igual intensidade tanto para negros quanto para mulatos. Assim as expressões “*humilde*” e “*sentimental*” foram empregadas, com frequência quase

igual, para caracterizar um ou outro dos grupos étnicos considerados.

A análise dos resultados obtidos — como já avançamos — deixa claramente evidenciado que existe sobre o mulato um conjunto mais integrado e melhor definido de julgamentos e valorações estereotipadas do que sobre o negro. Dir-se-ia, neste sentido, que o mulato oferece-se como mais vasto campo de formação de estereótipos precisamente porque, como mestiço, quebra, por sua simples existência e presença, a rigidez e simetria de esquema de linhas étnicas e de posições sociais em que pretos e brancos se têm historicamente defrontado na sociedade brasileira.

O mulato, por definição, é um mestiço de negro e branco. Neste fato simples e evidente, tão óbvio que sobre ele muitos se excusam de meditar, reside, entretanto, nas condições peculiares à situação racial brasileira, um mundo de contradições sociais e psicológicas, sobre as quais, para agravá-las, se tem acumulado grossa camada de opiniões superficiais, sem base na observação dos fatos, interpretações de tão fácil aceitação quanto pobres de substância científica. (59)

O primeiro desses fatos, sobre os quais é preciso refletir sociologicamente, para dele tirar todas as consequências que comporta, é que o mulato brasileiro, como tipo social e psicológico, é, antes de mais nada, um produto da extrema desigualdade de posições sociais existente entre os dois grupos étnicos de cujo cruzamento ele resulta.

(59) De fato, é difícil encontrar assunto tão brasileiro e tão frequentemente referido nas obras de ensaístas e escritores nacionais e estrangeiros, sobre o qual entretanto, exista tão pouca coisa séria e cientificamente estabelecida. Reconheça-o, aliás, pouco antes de falecer, o Professor Arthur Ramos: "Os estudos sobre a mestiçagem no Brasil ainda não foram realizados com rigoroso critério científico". E confessava o saudoso Mestre, poucas páginas adiante: "O problema (pois) é mais sociológico do que antropológico". Cfr. Arthur Ramos, *Introdução à Antropologia Brasileira*, 2.º volume, (1947), págs. 360, 374.

Nêste sentido, o diagnóstico de Royce, citado por Myrdal, a respeito da mestiçagem nos Estados Unidos, aplica-se inteiramente às condições brasileiras e neles ficam inteiramente retratadas. "*it has been rather the social inequality of the races than any approach to equality wich has been responsible for the mixture, in so far as such has occurred*". (60)

Desta desigualdade resultava, para o homem branco, uma situação de domínio absoluto sôbre a mulher de côr e, para esta, uma condição de absoluta acessibilidade ao assalto sexual daquele. Esta configuração sociológica, estrutural, é a estaca zero do problema da mestiçagem no Brasil, que se processou, e em grande parte se processa, como consequência direta da inferiorização social do negro, o que torna a mulher de côr presa fácil da concupiscência do homem branco.

O segundo fato, sociologicamente relevante, que se destaca do problema, é a natureza, extra-conjugal dessas relações mixtas. Até hoje, aliás, todo o material legendário e folclórico que pode ser recolhido a respeito das pretendidas extraordinárias qualidades da mulher de côr, especialmente da mulata, como companheira sexual — não são mais do que puras racionalizações da acessibilidade da mulata à sedução do branco. Não conhecemos o registro de documentação cientificamente expressiva referente às virtudes excepcionais da mulata para o casamento com o branco, para desfrutar a condição de *esposa*; não é preciso fazer-se esforço, entretanto, para saber quanto é difundida entre nós a noção de que ela é mulher de eleição para a concubinação. Apesar dos atrativos proclamados pelo estereótipo, o jovem brasileiro, ainda quan-

(60) Gunnar Myrdal, *An American Dilema*, (1944), pag. 1 355. E para maior precisão Royce acrescenta: "*It was the social inequality of the plantation days that began the process of mixture...*" Cfr. Josiah Royce, *Race Questions, Provincialism and Other American Problems* (1908), pág. 21-22.

do diz liberto de preconceitos raciais, gagueja quando alguém lhe pergunta se seria capaz de *casar-se* com uma negra ou gostaria de ver uma filha ou irmã sua casar-se com um negro. Não há pergunta mais brasileira do que esta em qualquer discussão ou troca de idéias sôbre igualdade racial e ela é feita, triunfantemente, pelos que têm preconceito, como argumento final e decisivo, considerado capaz de silenciar os que argumentam em contrário — fato que os resultados dos inquéritos a que procedemos, e que antes apresentamos, plenamente confirma. (61)

A respeito da situação atual do inter-casamento étnico a documentação estatística é praticamente nula. Duas observações, porém, sob a forma de hipótese, queremos registrar aqui como produto da experiência e observação pessoal: a) a maior parte dos mestiços brasileiros, quando não são filhos de dois mestiços, são gerados de uniões nas quais o homem é o elemento de pigmentação mais clara do que a mulher; b) a ilegitimidade é maior entre os filhos de uniões em que a mulher é o elemento mais escuro e o homem o mais claro.

Como dissemos, apenas hipóteses; mas não pudemos deixar escapar a oportunidade de indicar as principais premissas em que elas se baseiam.

A primeira, historicamente, é mais do que uma hipótese, é um fato. Na medida em que foram lentos e restritos os efeitos da mobilidade social dos grupos de cor e em que permanece, no nosso sistema de estratificação social, uma acentuada diferença de posição objetiva entre

(61) A coexistência de *liberalidade teórica* e *discriminação prática*, característica do criptomelanismo tão difundido no Brasil, é particularmente visível no que se refere ao inter-casamento racial e as suas consequências sociais e morais. Quando, por exemplo, usa-se a expressão *tira-teima* para designar numa família aquele que por traços físicos incluíveis, indica a existência de mestiçagem anterior numa família hoje considerada branca — isto indica evidentemente a existência de uma *teima*, que socialmente consiste no desejo de esconder aquele cruzamento que *mancha* a geneológica. Fora desse contexto a expressão não faria sentido.

os os grupos étnicos — ela se justifica em sua aplicação à situação presente.

A segunda é apenas uma decorrência da primeira: se a maior parte das uniões de homens brancos com mulheres de côr são extra-conjugais, forçosamente os frutos dessas uniões tendem a ser também, do ponto de vista estritamente jurídico, ilegítimos. Recente pesquisa feita pela revista "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas, reúne dados que, embora indiretamente, robuscem a hipótese. (62)

Esta sumária colocação do problema da mestiçagem visava a destacar o status marginal — não somente biológico mas também sociológico — do mulato carioca, em particular, e o do mulato brasileiro em geral, marginalidade que é o traço mais saliente que os estereótipos correntes sobre êle, de várias formas, ressaltam. Ela é que explica a ambivalência dos julgamentos e dos valores ligados à explicação do seu papel, e que se reflete, em verdade, não só naquele plano dos julgamentos que os demais grupos étnicos fazem sobre ele mas também no plano mais objetivo de seu comportamento concreto. (63)

Numa sociedade em que as posições de classe e de etnia tão nitidamente se identificaram, e por tanto tempo quanto mais branco, ou menos preto, o indivíduo — maiores as suas oportunidades de transpor as barreiras à ascensão social que depende diretamente da côr de outros traços étnicos aparentes. Essa vantagem do mulato

(62) Cfr. *Conjuntura Econômica*, Ano V, n.º 7, julho de 1951, pág. 37 e ss.

(63) Talvez fosse dispensável mas, ainda assim, para evitar incompreensões queremos deixar esclarecido que isto não significa que cada mulato é necessariamente um "homem marginal", no sentido de Park e Stonequist. O que queremos dizer é que o grupo, como grupo, com ser étnicamente mestiço de brancos e pretos, tende a ocupar uma posição social (e não apenas étnica) marginal entre as posições sociais que os outros grupos têm historicamente ocupado na sociedade brasileira, o que ocorre na medida em que, afastando-se no grupo negro, êle encontra resistências à sua integração no grupo branco, donde lhe resulta a posição referida.

sobre o negro como que é compensada pelo fato de, em consequência dela, o mulato estar sempre mais próximo do que o negro de cruzar a linha social de côr, o que faz com que sobre êle particularmente incidam os estereótipos que visam *definir sua posição*. Esta definição de posição é um problema quotidiano, permanente, constante, muitas vezes dramático, nem sempre consciente, vivido, entretanto, por todo mulato brasileiro que está em processo de adquirir um status social diverso daquele em que permanece a maioria esmagadora dos que lhe são etnicamente semelhantes e dos quais êle socialmente se distancia.

Essa ambivalência reflete-se de mil maneiras, inclusive na multiplicidade de modos e palavras existentes para designar os diversos graus de mestiçagem e os diversos estados de maior ou menor receptividade ou hostilidade em relação ao mestiço. *Mestiço, mulato, roxo, "moreno", pardo, escuro, tira-teima*, etc., etc. — em diversos contextos de frases, indicam a procura de expressões que permitam referência à condição étnica sem ferir a sensibilidade das pessoas a respeito das quais são usadas, ou, noutros casos, a intenção deliberada de ferir. Tais vocábulos, por outro lado, comportam, quase todas, os respectivos diminutivos, que são outras tantas variantes. Esses diminutivos, por sua vez, estão longe de significar sempre carinho, doçura ou afetividade, podendo muitas vezes traduzir desprezo e humilhação. Dita de certa forma a expressão "mulatinho" pode ser tão pejorativa quanto, o vocábulo "negrinha" para indicar o último grau de ofensa e agressão verbal. Embora não seja a única, a noção subalterna implícita em muitas expressões que designam a mestiçagem é a de um nascimento ilegítimo. (64)

(64) Cfr. uma relação e uma interpretação dessas denominações de graus de mestiçagem em Arthur Ramos, *Le métissage au Brésil* (1952) Cháp. VI e D. Pierson, *Branços e Pretos na Bahia* (Trad.) 1945, Cap. III e IV.

Parece-nos haver aqui, no mínimo, três grandes linhas no sentido das quais êsse processo de *definição de posição* tem lugar:

a) os mecanismos de defesa e purificação racial do grupo branco tendem a por em fôco o que há de preto no mulato, para assim reconduzi-lo ao *seu lugar*. Isto é feito de várias formas, a maioria delas de acentuada sutileza, pois trata-se de lograr o efeito sem violentar abertamente a opinião confessada de que “no Brasil não existe preconceito racial”... A necessidade, ou melhor, a conveniência de respeitar o grande *slogan* resulta em toda uma complexa etiqueta racial, que oferece às vezes aspectos contraditórios pois não raro a discriminação se faz, consciente ou inconscientemente, tratando-se o elemento de côr *como se fosse branco*, muitas vezes com exageradas amabilidades liberalidade que em regra provoca ressentimentos, já que tratar alguém *como se fosse* é em certo sentido o mesmo que declarar-lhe claramente que *não é*. (65)

Nada mais frequente, por outro lado, do que a individualização da consideração que um branco dá a um elemento de côr: “*êste negro, ou mulato, A, B, ou C — são pessôas com quem se pode conversar; mas são exceções*”. Essa discriminação positiva, com que se favorece

(65) Quando se reuniu, no Rio de Janeiro, por iniciativa do Centro de Informações das Nações Unidas, o Congresso das Organizações Não-Governamentais, as sociedades de homens de côr participaram ativamente dos trabalhos e lograram ser eleitas para funções permanentes na instituição que do Congresso resultou. Ao menos uma delas cabalou fortemente na assembleia para obter votos, alegando inclusive, junto aos representantes das organizações israelitas, a necessidade de se unirem para conjuntamente darem combate ao preconceito racial de que são vítimas igualmente negros e judeus. Pois bem: nada mais chocante para o Autor do que verificar, conversando separadamente com uns e outros, que os negros supunham estar ali participando, em pé de igualdade com os demais delegados, de uma grandiosa obra de confraternização, enquanto que muitos brancos os consideravam um mal necessário, às vezes difícil de suportar, para não negar na prática os princípios de fraternidade e tolerância que teóricamente defendiam.

individualmente *êste* ou *aquele* elemento de côr, discriminação que geralmente se faz à luz de um critério essencialmente *branco*, é outro modo característico de se revelar o preconceito contra o negro ou o mulato *em geral*. Originada provavelmente ainda no período da escravidão, quando se estabeleciam gradações de preferência do senhor branco, que iam da mucama que trabalhava em casa, fazia cafuné, privava da intimidade e às vezes, da cama — até o negro do eito, puro e anônimo instrumento de trabalho, esta discriminação positiva de alguns elementos de côr individualmente considerados, e negativa do grupo como um todo, representa, aliás, uma das maneiras mais típicas pelas quais a ideologia racial do grupo dominante, através dessas “honrosas exceções”, transfere-se para, e é aceita pelo grupo inferiormente colocado na escola social, que em grande parte ainda se julga a si mesmo à luz de critérios, valores, julgamentos estereotipados cuja função útil é precisamente conservá-los no *seu lugar*, ou seja, no lugar inferior que historicamente têm ocupado na sociedade brasileira.

Outra forma, igualmente característica, de definir a posição dos elementos de côr pela discriminação positiva de alguns e negativa do grupo como um todo — transparece na adoção frequente de um critério de *geração* para aprovar ou condenar o comportamento do negro ou do mulato em face do branco: “antigamente o negro era *respeitador*, sabia *se comportar*, sabia *tomar o seu lugar*, não confundia a sala com a cosinha. Hoje é diferente, “essa negrada quer ser igual ao branco”. Negro *fiel*, negro *respeitador*, negro *trabalhador*, negro que *se assunta* são expressões que ocorrem com frequência em conversa de branco para caracterisar o negro de *antigamente*. Negro *metido*, *pernóstico*, *insolente*, que não *toma o seu lugar*, que quer *ser igual* ao branco, que só pensa em

ser doutor, et., etc. — são modos de caracterizar o negro *de hoje*. (66)

A segunda definição que visa a estabelecer o papel do mulato ou do negro evoluído é o da população de côr como um todo a respeito desta minoria que dela se destacou. De fato, não é pequena — e tende a crescer cada vez mais — a ação de controle que a ainda informe e embrionária, porém já existente, *opinião* negra exerce sôbre os membros do grupo que são seus líderes atuais ou potenciais.

O sentimento de orgulho da população de côr que vê um dos seus penetrar em esferas superiores — homenagem que o indivíduo recebia não raro como pesada carga pois, apesar das boas intenções, só servia, muitas vezes, para recordar-lhe a inferioridade social da origem — embora permaneça visível como atitude da maioria dos que estão mais próximos daquele que está escendendo, especialmente da família, está sendo hoje, entretanto, cada vez menos uniforme e generalizado. Nas comunidades urbanas e industrializadas, em consequência do as-

(66) Aqui, aliás, seria talvez mais correto distinguir três gerações: a) a mais antiga, que em alguns casos nasceu e floresceu ainda sob o regime escravo e que se conservou na dependência da atmosfera servil — esta aparenta estar realmente convencida da superioridade do branco e é com relativa naturalidade que se porta servilmente diante dele. Esta situação é frequente na sociedade rural onde quase tudo permaneceu igual ou pior, do que era antes de 1888 e se a estrutura social não sofreu profundas alterações, as atitudes, que nelas são formadas não podiam também sofrer grandes transformações. b) a seguinte geração dos nascidos e formados após a abolição e já na vigência das instituições republicanas e liberais, êsses, na medida em que sua situação pessoal lhes assegure menor dependência em relação ao branco a maior possibilidade de alargar seu horizonte mental — tendem a se libertar da noção de que são inferiores a êle, mas, em grande parte, tendem a se comportar como se assim julgasse. É a forma de acomodação que encontraram para sobreviverem num mundo em que o branco é dirigente; c) a terceira geração, por fim, não só não acredita na superioridade do branco, a não ser a superioridade de status econômico e social que a vida quotidiana lhe demonstra à saciedade — mas também tende, cada vez mais, a gritar essa convicção igualitaria e a lutar por ela, atitude fácil de observar não somente nos movimentos e associações das elites negras mas nas reações no negro comum, do negro massa e no seu comportamento em face do branco.

pecto racial que têm recentemente assumido muitos conflitos e tensões sociais nessas áreas, aquele sentimento está sendo muitas vezes substituído pela noção de que o que ascende é um *trânsfuga*, permanentemente preocupado com o seu problema pessoal de como passar para “o outro lado”.

“*Negro pó de arroz*”, “*branco em comissão*”, “*mulato pachola*”, “*negro metido a bêsta*”, “*macaco de cartola*” “*mosca no leite*” — são expressões características, algumas de forte sentido pejorativo, todas repassadas de ironia e ressentimento, usadas não somente por brancos em relação aos de côr que penetram em seu meio, mas também pela própria população de côr — onde tais expressões algumas vezes se originam, ou, muitas vezes, são adotadas e adaptadas — para qualificar os que tendem a passar do nível da massa para o nível da elite. (67)

Essas modalidades difusas e informais de controle são completadas, cada vez mais, por outras formas mais sistemáticas, no seio das organizações de homens de côr, e através da imprensa que elas mantêm. Já aqui, como essas instituições são dirigidas por pessoas de posição social análoga, igualmente passíveis daquela reserva e daquele comentário, o controle é recíproco, assumindo a forma de luta de campanário, cada um fiscalizando as tendências de todos os outros e usando, para isso, de todos os instrumentos, desde a denúncia franca à maledicência mais subalterna.

(67) Muitas vezes, no decorrer dos trabalhos do Congresso do Negro (1950), e após a realização dele, o Autor, ao entrar em contacto com as diferentes divisões e sub-divisões, grupos e sub-grupos em que os participantes se repartiam de acôrdo com as respectivas orientações — teve a oportunidade de verificar o grau em que ocorrem argumentos dessa natureza nas discussões ideológicas entre elementos de côr. Pareceu visível, por outro lado, que êle ocorre com tanto maior frequência, e com maior dose de ressentimento, quando usado por um negro contra, ou a respeito de, um mulato ou vice-versa. A êsse respeito os depoimentos textuais recolhidos enchem páginas de um caderno de notas.

As múltiplas contradições entre essas duas definições do papel social do mulato ou do negro *evoluido* são visíveis e só se explicam dentro do contexto da situação total. Essas contradições, por sua vez, parecem produzir efeitos ainda mais nitidamente caracterizados sobre o comportamento individual quando se trata do mulato, cuja condição biológica de mestiço como que serve de lente de aumento para os problemas relacionados com a definição de status.

De fato, o mulato, porque mestiço de *branco* e preto, sofre menos do que este a ação de certa ordem de preconceitos *de marca*, ou de *côr*, em que matiz da epiderme e outros traços aparentes da condição étnica representam o critério essencial da discriminação; neste caso, ele é ajudado pelo que nele há de branco. Por outro lado, sua mesma condição de mestiço de *negro* e branco faz com que ele seja encarado por certos setores do grupo branco como uma espécie de *vanguarda* de uma invasão dos elementos de *côr* em geral, de todos os matizes, àquelas posições sociais em que o mulato mais facilmente do que o negro pode penetrar e que têm sido, historicamente, em nossa sociedade, monopólio do branco; neste caso, o que ele tem de negro, é o seu grande *handicap*, pois é precisamente isso o que o estereótipo focaliza e destaca, como que para compensar a vantagem obtida em consequência do que nele há de branco. (68)

(68) Essa posição de homem-fronteira, é muito característica do mulato, que até biologicamente a vive e simboliza — mas não lhe é exclusiva. Seria grave erro considerar assim. Há negros, negros retintos, sem sombra de mestiçagem étnica, que encarnam o mesmo problema desde que a posição econômica e o nível de instrução somam-se à *côr* como fatores diretos de determinação da posição social. Neste caso, evoluindo do nível em que ainda se conserva a grande massa da população de *côr*, sem terem, entretanto, logrado uma integração completa, por causa da *côr*, nas camadas em que predominam pessoas socialmente iguais porém étnicamente brancas — o negro evoluido vive, qual o mulato, a mesma situação de homem-fronteira. Ela transparece, por exemplo, dramaticamente, na exclamação de um negro culto e inteligente, professor de ensino secundário, portador de um diploma universitário que, em

É como uma resultante dêsses criterios e avaliações antagonicas que surge a terceira definição, a que nos referimos, do papel social do mulato ou do negro *evoluído*; aquela que ele próprio faz de seu papel e de acôrdo com a qual organisa as suas pautas de conduta na sociedade.

Necessariamente essa terceira definição é uma re-definição permanente, o produto instavel de um constante acomodação que acaba por se confundir com a rotina da vida quotidiana e que, *grosso modo*, poderia ser caracterizada como o repúdio teórico e a conciliação prática das contradicções existentes entre as duas definições anteriores.

O marginal é marginal porque tem de corresponder às expectativas de comportamento de dois grupos, organisadas em esquemas diversos, não raro antagonicos, entre si. Obviamente, estamos longe de afirmar que todo mestiço ou negro brasileiro seja um marginal, nem mesmo afirmamos que esta situação seja fatal para todos aqueles que se destacaram da homogeneidade da massa formada pelos seus irmãos de côr. Não resta a menor dúvida, porém, que para isso tendem aqueles que tomam consciência étnica do seu próprio "caso" e procuram racionalisar os problemas de adaptação com que se defrontam.

Ao analisarmos, adiante, a multiplicação das tensões raciais que a mudança de estrutura econômica e social está criando nas áreas metropolitanas do Brasil, a origem social dêste problema será tratada com mais vagar. Aqui importar destacar somente que é no clima destas definições e redefinições, muitas vezes contraditórias e não raro antagonicas, que cercâ a minoria dos homens de côr que

conversa, referindo-se às barreiras raciais que encontrou para ingressar num clube recreativo do Rio de Janeiro, disse o seguinte: O clube X me recusa como sócio e eu me recuso a ir dançar numa gafieira. Onde devo então procurar relações e divertimento? Com os que são iguais a mim. Mas quais são os iguais a mim: os que têm a mesma côr ou os que têm a mesma educação?" (O depoimento é autêntico e foi recolhido no decorrer da presente pesquisa).

compõem a “elite” social dos grupos não-brancos — que se originam os estereótipos correntes sôbre a sua personalidade e o seu comportamento. O verbalismo abundante, o pernosticismo característico, o artificialismo estudado, o exagero dos gestos, da voz, do traje, da gargalhada, o dinamismo nervoso e ruidoso da conduta — que muitas vezes chega realmente a atingir o nível do talento criador e outras não consegue ultrapassar o da simples simulação — parecem ser, do ponto de vista da psicologia social, quando servem de fundamento à formação de estereótipos, reações ao ressentimento, à melancolia e mesmo à angustia que lastreia, nas condições da tensão racial, a mentalidade dos homens de côr que por qualquer via ascendem do nível da massa e nem por isso se integram, automaticamente, por causa do característico étnico, na esfera socialmente superior e étnicamente branca. Foi disso que tomou consciência no Congresso do Negro (agosto de 1950) um jovem orador quando dramaticamente exclamou em meio ao debate: “O maior inimigo do negro de elite no Brasil é o negro-massa”. (69)

A conduta de quem vive essa situação e a interioriza profundamente, ao ponto dela se tornar a chave de sua vida interior e o problema básico de sua vida de relação — é um mundo de reações inesperadas, contraditórias

(69) A expressão “negro-massa”, na boca do negro de classe média, quer indicar o negro de classe inferior. Excusado é dizer, por outro lado, que a mesma expressão, usada por brancos, pretende indicar o negro em geral, uniformizado pela côr e independente de classe. Isto é feito, por sua vez, muitas vezes, através do uso de símbolos e generalizações aplicáveis a todo o grupo. No passado, “os henriques” queriam indicar, por exemplo as tropas de linha formadas por soldados de côr: neste caso Henrique Dias, herói negro da luta contra os holandeses, servia de símbolo. Hoje, como assinala Mario Filho, generalização semelhante ocorre toda vez que brancos irresistivelmente chamam de “Leônidas” todo rapazote preto que começa a dar chutes numa bola. Neste caso o conhecido desportista negro serve de símbolo uniformizante para a massa formada pelos de sua côr. Num caso e noutro a estereotipia do nome reflete diretamente a existência do tipo social que lhe corresponde: não se trata apenas de um bom jogador mas, essencialmente, de um negro que joga bem,

rias, aparentemente inexplicáveis, que se sucedem sem aparente relação lógica. Elas vão do misticismo mais alvar às explosões de talento, da hipocondria mais solitária à exteriorização mais gritante. São infinitamente variáveis as formas de se manifestar o mecanismo de *frustração-agressão*, que tende a resultar cada vez mais importante no esquema psico-sociológico de um grupo que sente objetivamente se multiplicarem diante de si barreiras e práticas discriminatórias racistas e ouve, ao mesmo tempo, mil vozes bradarem aos seus ouvidos o *slogan* que já correu o mundo inteiro: "No Brasil não existe preconceito racial". (70)

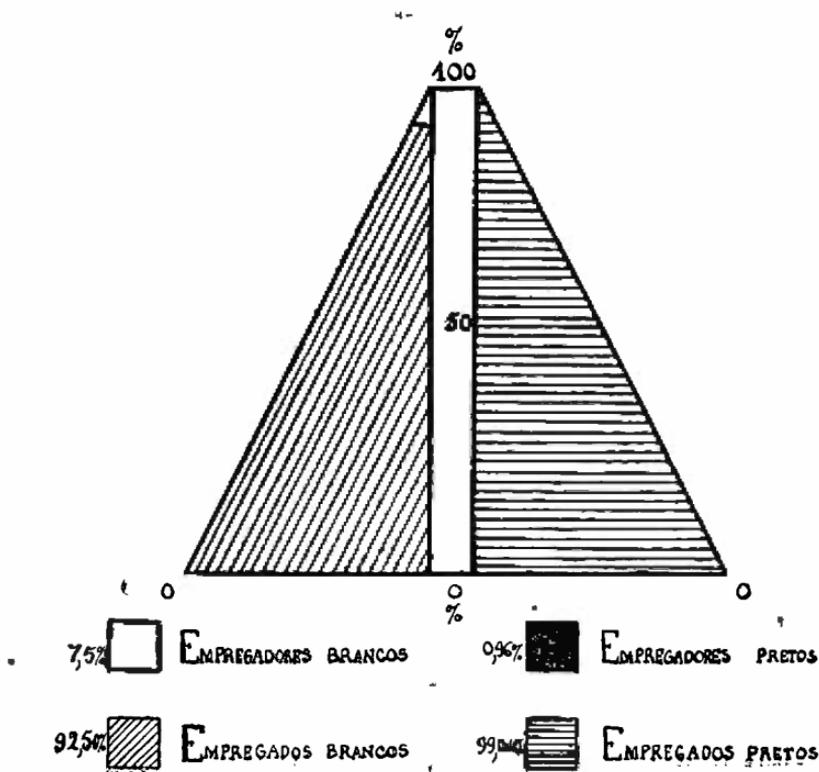
Este, sem sombra de dúvida, é o supremo estereótipo que resulta do estado atual em que se encontra o problema das relações de raças no Brasil. Autores nacionais e estrangeiros o têm repetido, insistentemente, como verdade pacífica. Aqui utilizamos o conceito estereotipado como *hipótese de trabalho*, convencidos de que o máximo teste de uma afirmação como esta só pode ser o frio cotejo com os fatos, com o que realmente é, e não com o que desejaríamos que fosse.

(70) O Autor jamais esquecerá a noite em que, como convidado, presidiu uma das memoráveis sessões do 1.º Congresso Brasileiro do Negro, no decorrer da qual um congressista negro afirmou que "no Brasil não existe preconceito racial". A onda de protestos que se levantou da assembleia transformou a reunião numa tormenta. Houve vaias e protestos, propostas de cassação da palavra, gritos e assovios que não custaram pouco à presidência da sessão fazer cessar... Sucederam-se os discursos de protesto, proferidos em todos os tons, desde o de revolta até o de piedade, que apresentavam o autor da declaração como um puro insano. Este falando segunda vez, embora confirmasse seu ponto de vista e tentasse explicá-lo, o fez em tom de excusa, repassado de emoção, e entremeado de constantes apelos à unidade e harmonia que, segundo pensava devia reinar entre os homens de cor pois só assim resolveriam o seu problema. "Que problema griou um apartante — se o orador acaba de afirmar que no Brasil o problema racial não existe?" E a pergunta ficou sem resposta.

Estavam presentes a esta reunião, além de Edison Carnerio, secretário do Congresso, os Professores Roger Bastide e Charles Wagley e o Dr. Darcy Ribeiro, além de outros estudiosos convidados que assistiram o episódio.

Das análises até agora procedidas a validês científica daquela proposição sai fortemente abalada. Mas outros aspectos fundamentais do problema carecem ainda de ser analisados antes de ser tentada uma interpretação final. E' o que procuraremos fazer nos capítulos que se seguem, nos quais procuraremos verificar o modo pelo qual, da situação racial até agora exposta, resultam movimentos sociais, que exprimem o seu conteúdo e, que dentro dêle, lutam por sua transformação.

PIRÂMIDE DE CLASSE E RAÇA NO RIO DE JANEIRO



PARTE TERCEIRA



MOVIMENTOS SOCIAIS

1. *Associações tradicionais*
2. *Associações de novo tipo*
3. *Tensões*

VII

ASSOCIAÇÕES TRADICIONAIS

*Importância do Estudo do movimento associativo —
Classificação das associações e sua caracterização —
Macumbas — Escolas de Samba — Irmandades —
Associações negras e associações populares: confusão
frequente de conceitos — Sua significação socio-
lógica.*

O estudo das associações negras no Distrito Federal e dos problemas de liderança a elas relacionados — quer do ponto de vista da função que elas desempenham nas relações dos grupos de cor com a sociedade total, quer do ponto de vista dos processos de seleção e peneiramento dos líderes no interior dessas associações — é um ponto básico de interesse, sobre o qual necessariamente se deve fixar a atenção de quem pretenda estudar sociologicamente o estado atual de desenvolvimento das relações inter-étnicas no Rio de Janeiro.

Confiamos que venham a ficar plenamente ressaltados, no decorrer da exposição, os fatores que conferem a este aspecto do problema uma importância singular. É pertinente destacar, porém, desde já, um desses fatores, que, em certo sentido, resume todos os demais e exprime, portanto, como idéia preliminar, o que de fundamental procuramos, e julgamos deva ser procurado, na análise dos movimentos associativos do negro. Queremos nos referir ao fato desses movimentos, dentro da configuração

total em que as relações de raças aqui se desenrolam, representarem, ao mesmo tempo, em primeiro lugar — o resultado atual de mudanças que se vêm operando há longo tempo no quadro histórico das relações de raças no Brasil e, em segundo lugar — como que a antecipação das perspectivas que essas relações têm diante de si, para o futuro. Isto significa, noutros termos, que, produtos autênticos das relações de raças, êsses movimentos passam, depois de formados, a agir sobre elas, determinando parte substancial, senão do seu conteúdo, ao menos da forma e do sentido de sua evolução.

Isto ocorre, fundamentalmente, como consequência inevitável da direção e do ritmo em que se está modificando a estrutura social do Brasil e, dentro dela, indissolúvelmente ligada a ela, o quadro tradicional das relações de raças. Por imposição dessas mudanças tem havido alterações importantes na posição do negro, na economia e na sociedade nacional, alterações de *posição* no sentido mais largo do termo, que implicam no aparecimento de uma série de problemas novos e no agravamento de muitos antigos.

De diversa forma os grupos envolvidos têm refletido essa mudança: a muitas delas já nos referimos, de outros teremos de falar adiante. Aqui, o que em particular nos interessa é destacar que a forma mais autêntica e mais expressiva dos homens refletirem uma mudança social na qual estão envolvidos é tomar consciência dela, tentar compreendê-la e interpretá-la, formular programas de ação que visem controlá-la e organizar agências específicas por meio das quais vão ensaiar aquele supremo objetivo de predeterminar o futuro pela ação no presente.

De fato, se é verdade que nada existe de imutável, esta verdade tem particular aplicação às estruturas sociais; aqui, a mutabilidade é condição da própria sobrevivência.

Daí se não deve concluir, entretanto, que as mudanças sociais são, só por isto, automaticamente aceitas por todos que por elas são afetados; ao contrário, a resistência das situações estabelecidas às transformações sociais e aos seus efeitos parece ser fenômeno tão inevitável quanto essas próprias transformações.

E nessas resistências e contradições consequêntes que têm origem os problemas sociais que tôda transformação acarreta, problemas em face dos quais separam-se os grupos de acôrdo com as posições objetivas que ocupam na estrutura social, donde decorre, por sua vez, as diferentes linhas de solução que para eles preconizam. Os interêsses se dividem, então, não só entre os dois campos básicos, o dos que querem mudar, e o dos que querem conservar — mas, também, numa variedade infinita de setores e orientações, que se distinguem pelos meios e modos que recomendam para atingir a diversidade de objetivos que enxergam nas situações concretas.

Sôbre o terreno assim históricamente preparado é que germinam e florescem os movimentos sociais. De fato, assim como as resistências à mudança geram os problemas sociais, do mesmo modo um problema não resolvido está no fundo de todo movimento social.

Dêste ponto de vista é que as associações de homens de côr no Rio de Janeiro devem ser sociològicamente encaradas como a tomada de consciência, mais ou menos nítida, mais ou menos deformada, da irresolução dos problemas relativos aos seus interesses materiais, seu status, seus valores, suas aspirações e suas perspectivas.

A variedade e a diversidade de associações, as diferenças de tipo, de ideologia condutora, de programas, estruturas, liderança, objetivos, papel, prestígio, função, poder de atração dessa organizações é produto de três ordens fundamentais de fatores: a) das variantes históricas

de posição dos grupos de côr no quadro de suas relações com o branco; b) da multiplicidade de aspectos e formas particulares em que os problemas fundamentais de convivência inter-étnica se concretizam e se impõem à consideração; e c) das diferenciações internas existentes no seio da população de côr — diferenciações de classe, de status, de geração, de educação, de filiação ideológica e tantas outras, que tendem, cada vez mais, a tornar o negro brasileiro moderno, que vive nas áreas urbanas do País, alguma coisa bastante diferente daquela homogeneidade escura e exótica da senzala, que é como tradicionalmente se apresenta nos estereótipos que o branco tem em mente a seu respeito, e que se revela mesmo quando, de um ponto de vista acadêmico, olha para êle como um bizarro e pitoresco espetáculo, repleto de temas para dissertações literárias e para científicas.

É óbvio que, na escala de situações históricas que definem as etapas sucessivas por que têm passado as relações entre negros e brancos na sociedade brasileira — diversa tem sido a importância momentânea e conjuntural dêste ou daquele problema e diversas também têm sido as possibilidades efetivas e as formas expressivas do negro reagir diante dêles. Nêsse sentido, os movimentos e associações negras refletem, em sua história, uma multiplicidade de *formas* e uma multiplicidade de *graus* daquela tomada de consciência, total ou parcial, de seu problema — que vai da passividade à agressividade, da negação da sua existência à hipertrofia de sua significação, da obsessão à fuga, do mascaramento sob a forma de simulada indiferença até ao sacrifício sob a forma de martírio. Há de tudo, e tudo reflete as flutuações através das quais a vivência do problema se transforma em consciência dêle.

Na maioria dos casos, nessas associações, o que se encontra é apenas uma tomada de consciência prática,

primária, imediata, e espontânea da inferioridade social do negro e das limitações que, em consequência disso, sofre sua capacidade de plenamente participar da vida social; noutros casos, porém, aquela tomada de consciência assume feição ideológica e chega até à sofisticação de anunciar, sob a forma de mensagem redentora, uma "nova técnica científica" para o tratamento "catártico" dos problemas de relações de raças. Uma e outras refletem, cada uma de sua maneira, o perfil socio-psicológico do negro brasileiro, fases diversas de seu desenvolvimento, e é sobre esse fundo que vão, cada uma também à sua maneira, construindo a história social do negro com os materiais que a história lhes fornece.

Está ainda por se fazer — aliás, neste campo, quase tudo está ainda por ser feito — a história monográfica dessas associações e movimentos, particularizando e detalhando para cada uma, ao menos para as principais, as variantes concretas desse processo geral acima esboçado. Não nos interessa, por outro lado, tentar suprir aqui essa lacuna. Mais uma vez, neste capítulo, nossa preocupação essencial se volta para a visão de conjunto e se acaso tivemos, no correr da pesquisa, de quase fazer a biografia de algumas dessas associações, foi procurando sempre, ao amassar essa ganga, compreender o mecanismo pelo qual todas elas reunidas definem, como *tipos*, fases características — especialmente as mais recentes — do desenvolvimento de um processo.

O estudo das associações de homens de cor, por outro lado, impõe-se seja feito com critério sociológico, pois a maioria delas nem sequer logrou ter história, tão efêmeras que têm sido e tão pouco profundo o sulco que deixaram. Há que encará-las, portanto, primeiramente, como se todas formassem uma só, e só depois disto, então, será possível diagnosticar as tendências e variantes que os principais tipos exprimem e representam.

Não é difícil verificar, por exemplo, como traço comum, que elas são, por definição, movimentos de cúpula (1), dentro dos quais o número de membros atuantes é muito menor do que o de pessoas vagamente interessadas, e muito menor ainda do que o volume das "massas de manobra" em nome das quais falam e em função de cujos interesses as organizações declaram viver e lutar.

De fato, a posição das massas de côm na sociedade brasileira permite um extraordinário acúmulo de condições objetivas desfavoráveis a elas, que poderiam conduzir a ações permanentes de reivindicação, até explosiva; acontece, porém, que faz parte da constelação dessas chamadas "condições objetivas" um tal estado de desamparo material, de desestímulo moral, de inércia mental, de embrutecimento intelectual, de falta de treino para uma vida associativa de nível menos puramente vegetativo — que dificulta ao extremo, quando não elimina por completo, a perspectiva imediata das mais largas camadas da população de côm ouvirem o apelo dessas associações e terem uma participação intensa nessas ações organizadas "de elites agressivas" (2). De resto, é preciso que se diga, com isto elas apenas refletem um característico saliente da vida política do Brasil, que ainda é a terra de tantos revoltados e de tão poucos revolucionários!

Sempre foi relativamente fácil o movimento de adesão a essas associações mas aos associados sempre faltava a permanência do interesse, a constância do estímulo, a chama do ideal — que cêdo desapareciam sob o crescente indiferentismo e a vaga impressão de que êste ou

(1) É preciso não confundir aqui "movimento de "cúpula" com "movimentos de vanguarda". Nêste sentido poder-se-ia mesmo dizer que uma coisa é a negação da outra.

(2) Essa expressão devemos-la ao Prof. Djacir Menezes, que tem em preparo um estudo sociológico do papel das "elites agressivas" na vida social contemporânea. Os pontos de partida desta análise, segundo nos declarou encontram-se no seu provocante ensaio "*Democracia y Misticismo*", México, 1951.

aquêle “incumbido”, o “presidente”, o “secretário” ou a “diretoria” se encarregariam de fazer o resto. Em suma, o impulso para trocar a chefia do branco pela liderança de uma elite do próprio grupo étnico, é tendência altamente expressiva, mas, analisado o problema de outro ângulo, o comportamento passivo debaixo de uma e de outra liderança, ainda é, em suas grandes linhas, exatamente o mesmo.

Outro não foi, aliás, o destino das sociedades abolicionistas que proliferaram por todo o País, embora nenhuma delas tivesse logrado sobreviver à consecução daquele magno objetivo, de maneira a criar uma reputação sequer regional. Viveram como crisálidas e morreram tôdas quando foi decretada a libertação dos escravos (3).

Essa falta de interêsse e dinamização, o caráter eventual e episódico de grande número dessas associações, resulta do próprio quadro de relações de raças peculiar ao Brasil e está presente e explica a rotina do nascimento, vida e morte de mais de uma centena de organizações de homens de côr que, por todo o País, surgiram e desapareceram sem deixar rastro brilhante, especialmente aquelas que tinham por objetivo expresso o alevantamento do nível econômico, social e cultural dos homens de côr, a luta por sua ascensão social, a igualdade efetiva com o branco, o combate ao preconceito — que tendiam a fracassar, precisamente, porque tais associações parece que só

(3) Esse caráter de reação a um estímulo imediato — que pode ser um ideal como o da abolição ou a bôlsa de um candidato a deputado que nas vésperas de eleições torna-se “amigo dos negros” — ficou simbolizado no caso de negros escravos de certa cidade de Minas Gerais que, com o advento da abolição, deixaram por completar a igreja que estavam levantando em louvor a S. Benedito. Excusado é dizer, por outro lado, que cada nova organização que se cria começa sempre por fazer a autópsia das anteriores, a apontar as causas de seus fracassos e a declarar que “*desta vez será diferente...*” A julgar pelo caminho já percorrido não resta duvida que um dia, chegará mesmo o dia diferente, embora ainda não seja possível antecipar, com precisão, em que consistirá essa diferença.

passam a exercer uma função útil quando, independentemente delas, esta ascensão já atingiu um certo estágio e, então, cabe a uma elite arrastar as massas na aceleração desse processo. No Brasil, agora é que a situação está começando a atingir este estágio, razão pela qual, antes, a tendência inevitável era que tais associações se tornassem vazias de conteúdo, falando às massas negras uma língua que elas não entendiam, agitando reivindicações cuja premência elas, como um todo, não sentiam, tendendo a servirem apenas de veículo dos interesses e aspirações mais ou menos confessáveis de uma minoria que, delas se utilizava para se projetar individualmente.

Em toda fase que decorre entre o fim das associações abolicionistas até a terceira década do século XX muitos episódios desses ocorreram e passaram sem grande ruído, desamparados, de um lado, do prestígio da pequena elite negra, cuja preocupação era branquear-se o mais que possível e aproveitar-se individualmente do status livre que obteve em 1888, e, de outro lado, do apoio e do interesse das massas de cor do País, que então davam início ao grande processo de deslocamento para os núcleos urbanos e de integração progressiva no nascente proletariado industrial.

Enquanto esse processo fundamental tinha lugar, e antes dele começar a produzir seus primeiros frutos no bojo das mudanças e estrutura que se operavam na sociedade brasileira — a vida associativa do negro decorria dentro dos quadros tradicionais, sem grandes alterações de função e de estrutura. As Irmandades de N. S. do Rosário e de S. Benedito dos Homens Pretos, seus desfiles, suas missas solenes, suas festas, seus símbolos, seus dias santificados, sua semelhança com as irmandades brancas, reunia, sob a égide da religião "oficial", a camada que ali satisfazia suas necessidades formais de vida mística e associativa fora do âmbito da família. As massas

de côr, acompanhavam as procissões, e, nos folguedos e festas religiosas, como a de S. Benedito, ocasião de licença geral, davam o seu colorido e seu ruído às comemorações.

Nêste período, no plano nãcional, o espírito associativo dos homens de côr revelou-se, assim, quase que exclusivamente no campo religioso, principalmente nas religiões de origem africana que seus ancestrais trouxeram para a América; e que continuamente se misturavam ao catolicismo, ao espiritismo e a outras seitas místicas, gerando, como produto, sincrético, uma verdadeira babel religiosa a que, entre nós, é costume denominar "religiões afro-brasileiras".

Ao lado dessas associações religiosas, das quais, no Rio de Janeiro, a *macumba* é o exemplo local — os negros se associaram, de forma relativamente permanente e estruturada, em grupos recreativos, como as congadas, ranchos, escolas de samba, ou em jogos, como a capoeira de Angola, que exigem certa pericia e treinamento e, portanto, aprendizagem anterior, mais ou menos prolongada, mais ou menos regular.

Mais recentemente, adiantado o processo de urbanização do negro, e de sua integração nos quadros operários de uma economia industrial, em expansão, êste fato começou a produzir os seus efeitos sociais e, entre êstes, de fundamental importância, é a diferenciação social que começou a se produzir no plano econômico, social e cultural, entre os estratos de elite, formados por negros e mestiços, "evoluídos" e o "negro-massa". Começou então o negro a participar, ou a tomar a iniciativa de formar associações de novo tipo, não somente recreativas, como as "gafieiras", mas também destinadas a satisfazer as suas necessidades artísticas, intelectuais, esportivas e outras, de natureza reivindicativa e para lutar declaradamente contra

os obstáculos materiais e preconceituais que encontra ao seu desenvolvimento, participação e ascensão social plena.

* * *

Pode-se concluir, dêste quadro sumário, que para estudarmos as associações do negro no Rio de Janeiro devemos, inicialmente, fazer uma distinção entre dois tipos de instituições: as que denominaremos: a) *tradicionais* e as que chamaremos: b) de *novo tipo*.

Esta distinção não é exclusivamente cronológica, embora o seja em certo sentido; em verdade, o que ela principalmente exprime é que as associações que chamamos de *tradicionais* resultam, e cabem perfeitamente dentro dêle, do padrão tradicional das relações entre negros e brancos no Brasil, enquanto que as que aqui chamadas de *novo tipo*, não só resultam das alterações que vem sofrendo aquele quadro tradicional das relações de raças, mas também tendem, e pretendem, a imprimir a elas uma nova direção. Excusado é dizer, por outro lado, que hoje elas coexistem, um pouco naquela situação de "coisas contemporâneas mas não coetâneas", de que falava Mannheim, e é assim, aliás, que bem exprimem a fase de característica transformação que estão atravessando as relações de raças neste País.

Vejamos, em primeiro lugar, as instituições tradicionais do negro no Rio de Janeiro.

A mais antiga dentre elas parece ser a Irmandade de N. S. do Rosário e de S. Benedito dos Homens Pretos. Sabe-se que os homens de côr já possuíam imagens desses santos, tão ligados, no Brasil, à sorte dos escravos, na Sé, no morro do Castelo, desde os começos do século XVIII. O Cabido da Sé, entretanto, ao que parece, não gostava da vizinhança. Em terreno doado na rua da Vala (hoje Uruguaiana), ali erigiram e inauguraram a

sua igreja em 1725, para onde, doze anos mais tarde, se transferiria o Cabido. Até a chegada de D. João VI ao Brasil essa igreja seria a Catedral do Rio de Janeiro; nela teve séde o Senado da Câmara e lá se reuniram os patriotas que, em 1822, foram pedir ao Príncipe D. Pedro que permanecesse no Brasil. Nesta igreja os escravos realizavam a festa do Divino, com a presença de um *Imperador*, e coroavam o *Rei* e a *Rainha* do Congo, tal como nas igrejas da mesma invocação em todo o País (4).

A organização dessa Irmandade foi evidentemente feita por intervenção da igreja oficial, que a aprovava, exigindo, entretanto, uma curiosa condição: era que o Tesoureiro devia sempre ser homem branco, rico, que merecesse a aprovação das autoridades eclesiásticas. A condição de ser branco, rico e de confiança quem detinha e manipulava as finanças da Irmandade — explica-se por si mesma, inclusive porque, sendo escravo um semovente despido dos atributos de pessoa jurídica, não poderia praticar muitos dos atos que decorreriam de sua função de Tesoureiro.

Função religiosa e função recreativa sempre foram as principais nestas instituições. A festa do Divino Espírito Santo era uma velha tradição portuguesa da éra dos descobrimentos, que culminava com a coroação de um *Imperador*, que devia ser um menino branco, de boa família, que saía em cortejo pelas ruas, distribuindo esmolas e libertando pretos. O significado religioso e o simbolismo profano da cerimônia mesclavam-se perfeitamente e ambos tinham a sua razão de ser num ritual festivo e religioso de escravos e para escravos.

Já a eleição do *Rei do Congo* tinha finalidade mais prática e mais imediata: era uma festa instituída e, depois, tolerada pelos brancos, com o objetivo de cultivar a do-

(4) Cfr. Edison Carneiro, *MS* citado.

cidade na massa escrava. Ela consistia no seguinte: explorando antigas práticas tribais africanas, as autoridades permitiam a "eleição" de *governadores de nação*, (prévia-mente aprovados pela polícia), que tinham por missão se responsabilizar pela "paz social" de então, velando pela conduta dos negros pertencentes à mesma filiação tribal; acima destes governadores de nação ficava um *Rei do Congo*, também "eleito", com atribuições mais amplas, representante que era de toda a comunidade servil. Para os negros estas "eleições" e "coroações" eram, principalmente, oportunidades de folguedo, dança e comédia; quanto aos brancos, o viajante inglês Henry Kosten refere-se à zombaria com que encaravam a autoridade desses "reis". Uma coisa a outra não impedem, porém, que fique nítida a função que tinham tais cerimônias no contexto mais geral dos antagonismos de classes e de raça que separavam negros escravos de senhores brancos.

Depois de eleitos e de desfilar pela cidade, o rei e seu cortejo eram recebidos na Igreja do Rosário com grande pompa e sob muito aplauso (5).

A Irmandade, a princípio somente de negros escravos, foi aos poucos mudando a sua constituição étnica de tal modo que hoje a proporção de negros entre os seus associados é pequena (6). De resto, na medida em que o negro foi tendo de encarar problemas de outra natureza e foi conquistando outras formas menos simbólicas de colocar esses novos problemas, — a linguagem do símbolo religioso também foi sendo superada e hoje mesmo quando conservam um lastro profundo místico, as formas de ex-

(5) Assim se desenvolveram, ligados a essas cerimônias, passos, figurações, e cantos especiais, que hoje assumem individualidade própria, como o *maracatú* e o *aforé*. Também, em ligação, com outros elementos e influências folclóricas, o cortejo do rei do Congo está presente nas *kongadas*, auto popular que celebra um acontecimento histórico do Congo. Cfr. MS especialmente preparado para esta pesquisa pelo Dr. Edison Carneiro.

(6) Id., *ibid.*

pressão predominantes, oferecem, como veremos, manifestações de aspecto inteiramente diverso. A propósito dessa irmandades religiosas é pertinente assinalar um fato contemporâneo nosso e bastante significativo. Queremos nos referir ao culto dos mártires do cativeiro.

Na Igreja de N. S. da Lapa, na Avenida Passos, no Rio de Janeiro, existem, ao lado da nave principal, uns túmulos de escravos, onde estão depositadas ossos, que ali dizem terem sido de negros, mártires da escravidão. Anualmente, no dia 13 de maio — data da abolição da escravatura — é grande a romaria de crentes que vão fazer preces junto aos túmulos, muito embora, diga-se de passagem, a visita que lá fizemos não nos permita dizer, de nenhuma maneira, que se trate de um culto exclusivo ou, mesmo, predominantemente de negros. Por outro lado, a crença que existe é que tais mártires do cativeiro são bons intercessores de pedidos e ação como intermediários para a obtenção de graças imploradas, sendo-lhes oferecidas, em troca, missas pelo repouso de suas almas, dinheiro, flores e velas, que são lançadas nos túmulos, como se vê nos clichês que aqui vão estampados. Do ponto de vista da composição étnica da multidão que vimos, no dia 13 de maio, ajoelhada e rezando junto aos túmulos desses escravos, o que observamos foi a mesma coisa que também verificamos nas *macumbas* do Rio de Janeiro, tidas como *religiões negras* e, nas quais encontramos, tanto brancos, quanto pretos, nivelados pela mística. Se é verdade que é quase impossível, pelo ritual, ou pela teologia, onde entram, em intrincada mescla, elementos de várias proveniências, dizer-se que a *macumba* é "religião negra", no Rio de Janeiro, esta impossibilidade é ainda maior do ponto de vista da composição étnica dos que a frequentam, como poderá verificar, pessoalmente, qualquer um que queira formar

opinião segura sôbre a distância que existe, nestes assuntos, entre a realidade e a fantasia.

Nêste sentido, aliás, pode-se afirmar que a *macumba* constitui um dos melhores exemplos da extensão e da variedade do sincretismo religioso operado no Rio de Janeiro. Nelas, originalmente, a contribuição cultural do negro foi, sem dúvida, fundamental; tôda sua mítica e liturgia deixa transparecer essa influência, de origem principalmente nagô. Hoje, porém, já se pode dizer que é tão forte — e no sentido *brasileiro* da expressão, tão original quanto a negra — a influência mítica e litúrgica da religião católica. O elemento indígena — ou, pelo menos, a idéia *oficial* que se faz da religião indígena, resultante da vaga recente de indianismo literário — também contribui com parcela apreciável. E mais que isso — tanto na mítica, como nos ritos e na liturgia, concorrem na *macumba* — ou, como seria melhor dizer, nas *macumbas* — a magia de todos os tempos e de tôdas as origens, superstições de evidente selo medieval, crenças e práticas espíritas, tôda sorte de elementos mágico-simbólicos que florescem em tôda parte como concepções de folk sôbre o mundo e a vida, tudo isso jazendo — é preciso que se diga — sôbre uma grossa camada de profunda e lamentável ignorância, que é a ligadura mais forte que se encontra prendendo todos êsses elementos numa aparente unidade de crença e de culto.

Admitido todos êsses elementos, a *macumba* constitue, nêsse sentido, uma grande síntese e reproduz aqui, aos nossos olhos, em suas grandes linhas, a história natural de tôdas as religiões. É o que explica, aliás, que pessoas vindas de outras partes, brasileiros de outros Estados, estrangeiros de todos os países, crentes de tôdas as religiões, filiados de tôdas as seitas — sintam-se à vontade na *macumba*, e sintam nela um pouco de sua própria crença, pois nela encontram a pagelança e o candomblé,

o tambor-de-mina e o catimbó, o bozó e o despacho, a supertição e o exorcismo, os deuses e os demônios, o espiritismo e o shamanismo, catolicismo e protestantismo, uma virgem bemfazeja, um patriarca barbado, um diabo feio... e *tutti quanti*.

Há alguns anos que elementos das camadas superiores, não negras, da sociedade, ou por moda, ou por insatisfação com a religião oficial, vêm, cada vez mais, procurando a *macumba* para satisfazer as suas necessidades de vida mística. Esse interesse tende, por sua vez, a criar uma também crescente e importante divisão na *macumba*, secionando-a em duas linhas: a de *Umbanda*, "magia branca", e a de *Quibanda* (7), "magia negra". Diferenças sutis são apresentadas pelos prosélitos de uma e de outra como traços distintivos de seus ritos e crenças. Não resta dúvida, porém, que, no fundamental, as semelhanças são ainda muito maiores do que as diferenças. Entre estas, assim como, também, entre as diversas outras *linhas* que derivam do fundo comum, que é o próprio "sincretismo avassalador", como dizia o Professor Arthur Ramos, em permanente processo. Essas *linhas*, por sua vez, subdividem-se em *legiões*, cada uma com seu chefe: Yara, Ararigboia, Santo Antônio, Santa Rita, Cosme e Damião, Pai Cabinda, Pai Benguela, etc.

A *macumba* se liga comunidade, principalmente, como: a) centro recreativo, e b) como centro de curandeirismo.

As *sessões*, via de regra, são ruidosas, pois há tambores rufando, palmas e cantorias, trajes bizarros, danças e passes extravagantes, às vezes comidas e bebidas. Por

(7) As expressões Umbanda e Quimbanda derivam de palavra angoleza que designa o grão sacerdote. Aqui sofreu diversas corruptelas, designando, indistintamente, segundo Arthur Ramos, "ora feiticeiro ou sacerdote, ora lugar da macumba ou próprio ritual." Cfr., para uma descrição destas práticas religiosas, seu livro *Introdução à Antropologia Brasileira*, vol. I. (1943), Segunda Parte e, no fim do volume, a abundante bibliografia que êle transcreve.

isso, muitas vezes, é que se começa a ir à *macumba*, para vêr, para se distrair. Ela tem, por isso, no subúrbio, ou no morro, uma função lúdica na vida de seus membros, na vizinhança, na comunidade. Nos dias festivos, multões se reúnem na sua sede para vêr o espetáculo, que é, não raro, o único espetáculo acessível com que se conta na redondeza.

Outro laço associativo, essencial na *macumba*, é a magia, o curandeirismo, as consultas, que o chefe do culto, ou seus acólitos dão, aos crentes, que lá vão, em busca de consolo, para suas mazelas físicas e espirituais, e que podem ser, desde a busca de um remédio para curar uma ferida renitente, até um recurso mágico para se melhorar no emprego ou reconquistar um marido transviado.

A clientela é a mais variada: quanto à cor, e quanto à posição social. É frequente vêr um curandeiro dizer com orgulho: "ainda mesmo no sábado passado tive dois *Cadillacs* parados na minha porta". Há, também, os que chamam o curandeiro em sua própria residência, onde a consulta é feita e onde têm lugar cerimônias religiosas particulares, que são retribuídas com *esmalas*.

Não é sem cautela, por outro lado, que o curandeiro exerce o seu ofício. É latente o perigo de se envolver com a repressão policial se não age com discrição, especialmente quando se trata de exercer a medicina: prescrever remédios, receitar chás, infusões, banhos com ervas, etc. Já a magia êle a pratica com mais liberdade: fornece amuletos, lê e adivinha o futuro, recomenda formas rituais de conduta, prepara despachos, a serem depositados nas esquinas e encruzilhadas, pratica o *envoútement*. . . faz tudo — e mais: aconselha, repreende, protege, encaminha, comanda.

Esta, aliás, é uma terceira relação direta — ao lado de sua função lúdica e do curandetrismo — que a *ma-*

macumba, tem, com a comunidade circundante, é a função da liderança que tem o curandeiro. Seu prestígio de líder, espiritual, e sua posição dentro do culto leva-o a manter contacto constante e amistoso com as autoridades policiais do bairro; sua situação econômica permite-o ajudar alguns prosélitos mais desafortunados; suas relações pessoais com membros de outra classe, superiormente colocados, e sua maior habilidade mental e verbal, o tornam um líder latente, não raro um líder real, neste pequeno mundo de seu burgo. liderança procurada, e utilizada muitas vezes, periodicamente, nas vésperas das eleições, por solícitos candidatos a qualquer coisa.

Esta função de liderança, por sua vez, tem uma base efetiva no fato de viver, da *macumba*, muitas vezes exclusivamente disso, uma pequena legião de artezãos suburbanos: santeiros, costureiras, pintores, escultores de imagens, artistas populares, fabricantes de instrumentos típicos e, mais ainda, pequenos comerciantes de bebidas, velas, ervas, produtos típicos para o culto, que não raro vêm da Bahia, ou mesmo da África, segundo depoimento prestado pelo Dr. Edison Carneiro.

A proibição, no Distrito Federal, do uso de tambores ou outros ritos ruidosos faz com que as *macumbas* de *Umbanda* se localizem nos municípios limítrofes do Estado do Rio, que se incluem na região metropolitana do Rio de Janeiro, embora estejam fora da jurisdição administrativa do governo da cidade (Nilópolis, Caxias, S. João de Meriti, etc.). No perímetro desta, ficam as *macumbas* de outra linha, que já tendem mesmo a perder o nome tradicional de *macumba*, são mais conhecidas por *tendas*, *centros*, *cabanãs* e, em regra, são as mais frequentadas por elementos de classe média e superior, não negras.

É preciso que se diga, finalmente, que as *macumbas*, atualmente, no Rio de Janeiro, estão em grande moda:

o cinema, o rádio, a televisão, as revistas ilustradas, rivalizam-se na exibição, em tom fantástico e legendário, de seus ritos, suas práticas, seus “mistérios”, que exercem grande fascínio e despertam grande curiosidade sobre as multidões e, muito particularmente, entre as classes superiores. Aliás, em certo sentido, essa curiosidade, um tanto *snoob*, pela *macumba* por parte das classes superiores, como que insatisfeitas com a religião “oficial” e tradicional, é o que há de mais de novo na história contemporânea da *macumba*. Sinal dos tempos — o que significa, noutros termos, sinal de que ela é, cada vez menos, no conteúdo como na forma — se algum dia o foi — *religião negra*, já que hoje o negro na *macumba* comparece muito mais como *crente* do que como negro (8).

Dissemos que essas formas populares de religião no Brasil — embora não somente elas, pois com a religião oficial, em certas regiões do País, o mesmo também acontece — têm, ao lado da função religiosa, uma função recreativa extremamente importante e claramente definida. Há, entretanto, ao lado das religiosas, associações populares especificamente recreativas e tradicionalmente ligadas ao negro, que foi, senão no sentido político ao

(8) Em suma, como disse o Professor Arthur Ramos: “Magia e simulação”. É esta a situação atual dos cultos e práticas mágicas nos principais pontos do País. “Cfr. “*O Negro Brasileiro*”, 3.ª edição, pg. 161. As observações que pessoalmente fizemos em 1950 e 1951 nos subúrbios do Rio de Janeiro e municípios vizinhos confirmam plenamente o diagnóstico embora nossa maneira de entender a fenômeno não careça de socorrer-se da noção de “mentalidade pré-logic”, ainda em voga ao tempo em que Arthur Ramos colheu o seu material e hoje já inteiramente superada, inclusive pela auto-entre as classes médias e superiores só por si demonstram que elas dispensam Lévi-Bruhl (1949), *passim*. Aliás, a propagação desses ritos e crenças religiosas entre as classes médias e superiores so por si demonstram que elas dispensam a hipótese do pré-logismo para serem entendidas. Sociologicamente, o sucesso dessas novas religiões e novas seitas, como assinalam Yinger e Swift, geralmente são um produto e, em certo sentido, um protesto contra a crise da religião oficial e institucionalizada. Cfr. A. L. Swift, Jr., *News Frontiers of Religion*, (1933), *apud* J. M. Yinger, *Religion in the Struggle for Power* (1946), pág. 20.

menos no sentido sociológico, a matriz original do que neste País se chama de *povo*. Referimo-nos às *escolas de samba* (9).

Ségundo a opinião do Dr. Edison Carneiro, as escolas de samba do Distrito Federal, como forma institucionalizada de recreação popular, são o resultado de um processo de fusão entre: a) o *samba de roda* da Bahia, b) os *ternos e ranchos de Reis* e c) as *modinhas* urbanas do fim do século passado, com predominância das formas profanas, tanto na música quanto na dança.

O samba de roda é conhecido nas regiões do Leste e do Nordeste do Brasil e é essencial e originalmente uma dança rural, hoje em adiantado processo de urbanização. Seu desenvolvimento não exige nenhuma organização prévia, nem solidariedade do grupo de participantes. A única exigência é a do dançarino passar a vez de bailar a outra pessoa da roda por meio da "imbigada" ou "umbigada" — gesto que consiste em bater o próprio ventre no ventre da pessoa escolhida. Até há pouco tempo isto chamava-se "semba", donde provavelmente se teria originado o nome da dança, ainda segundo a opinião do Dr. Edison Carneiro (10).

A orquestra costumeira é um conjunto de prato e faca, às vezes um ganzá ou réco-réco, ocasionalmente uma viola, ou violão, ou cavaquinho, acompanhados pelas palmas e pelas vozes dos circunstantes, que é o que dá, de fato, o elemento essencial do ritmo e da melodia. Há sempre uma estrofe de solo e uma estrofe de côro, de fácil memorização, que se alternam indefinidamente. Qualquer pessoa pode participar do samba, formando a roda,

(9) Historicamente as escolas de samba são recentes, nasceram neste século, têm 30 anos, se tanto. Reportamo-nos, portanto, ao conceito de associação de tipo tradicional, atrás exposto, para justificar o estudo, entre estas, das escolas de samba.

(10) MS especialmente redigido para esta pesquisa.

dando e recebendo, "imbigadas", que lhe dão o direito de samba ou transferem esse direito a outrem. Os passos da dança, os volteios característicos, embora já existam alguns consagrados, não obedecem obrigatoriamente a nenhum padrão, dependendo principalmente da habilidade, treino e graça de quem dança. A música, entretanto, com seu ritmo característico e marcado, como que predispõe a pessoa àqueles passos e meneios típicos da coreografia do samba.

O segundo elemento folclórico original, são os ranchos e ternos de Reis. Consistem numa procissão que comemora, e pretende reproduzir, a viagem dos Reis Magos a Belém e, como tal, representam um cortejo de caráter religioso, católico. Nas formas que assumiram entre as festas populares do Brasil, esses cortejos trazem à frente, além de um estandarte, uma orquestra; segue-se um grupo de figurantes femininos, chamados "ciganas" ou "bahianas"; cercadas por elementos masculinos, que carregam figuras alegóricas; torres, embarcações, luas e sóis, animais, etc.; fechando o cortejo, vem outro grupo masculino, geralmente em impecável roupa branca.

O terno, ou rancho, tem iluminação própria, fogos de bengala ou lanternas chinesas, e se isola do resto da multidão, que geralmente o acompanha por curiosidade, por uma corda que os aficionados mantêm em volta e a certa distância dos integrantes (11).

A porta-estandarte carrega o pendão característico do terno. Habitualmente é a moça mais bonita e melhor bailarina, e vem custodiada por personagem chamado "mestre-sala", que desenvolve passos de dança de iniciativa própria, com grande margem de criação pessoal, fica dos ternos é de pouca originalidade.

(11) Esta corda, ou *cordão*, deu lugar a que, noutros lugares, o terno seja conhecido com o nome de *cordão*.

Finalmente, as canções populares do fim do século passado foram o terceiro elemento de cujo caldeamento as escolas de samba parece terem resultado. Têm elas um característico comum — são langues canções de amor, em que o homem (mais recentemente, também a mulher) lamenta e chora o amor perdido, o abandono, a traição, a ingratidão, a saudade, o desconsolo... Essa era a nota dominante dos lundús e modinhas do tempo da monarquia, que não só a música mas também a literatura registram, abundantemente, como tema predileto. As músicas e danças modernas nem de longe ameaçavam ainda a uniformidade chorosa dêsses temas e melodias, até a primeira guerra mundial, quando teve fim aquela fase de aparente disponibilidade sentimental — fim rápido, aliás, sob o pêso do desprestígio que as condições de vida moderna cêdo haveriam de impôr.

Êsses três elementos, culturalmente fundidos, originaram o samba carioca e geraram, como forma de associação lúdica, a *escola de samba*, fato novo e tipicamente carioca no capítulo da recreação popular nacional (12).

Foi no Rio de Janeiro, em dois logradouros famosos da cidade, que teve nascimento a escola de samba, nos primeiros anos do segundo quartel dêste século: no Largo do Estácio e na Praça Onze. Como bem o diz um samba popular:

*A primeira escola de samba
Foi no Estácio de Sá...*

O Largo do Estácio, onde desemboca a ladeira que leva ao morro e favela de S. Carlos, ponto de intersecção de linhas de transporte que conduziã à zona Norte e

(12) Estas informações históricas sobre a origem das escolas de samba nos foram prestadas pelo Dr. Edison Carneiro no documento citado.

suburbana da cidade, nunca mais deixou, por causa daquela primazia, de figurar em destaque nas canções populares que comemoram os fastos do samba. Daí a escola de samba partiu, para conquistar outros largos, outros morros, outros subúrbios, sob geral aceitação popular; mais tarde, quase todos os bairros da cidade tinham uma ou mais escolas disputando a preferência do público.

Estação Primeira, no morro da Mangueira; *Azul e Branco*, no morro do Salgueiro; *Paz e Amor*, em Vaz Lobo; *Portela*, em Oswaldo Cruz; *Independentes*, no Leblon; *Três Mosqueteiros*, em Bangú; *Unidos do Cabucú*, *União do Uruguai*, *Unidos de Vila Isabel*, *Deixa Mulher*, *Caprichosos dos Pilares*. . . — em suma, multiplicaram-se.

Tôdas essas escolas, durante o Carnaval, “*descem o morro*” — expressão já consagrada, que indica as circunstâncias de ordem ecológica, sociológica e, portanto, racial, que estão presentes à sua origem — e vêm fazer exhibições na Praça Onze. Em breve, estabeleceu-se entre elas acirrada competição, às vêzes animada de espírito esportivo, outras vêzes resolvendo-se em forte pancadaria, até que, afinal, conseguiu-se derivar a pugna para a disputa de prêmios oficiais estabelecidos pela Prefeitura Municipal. O critério parcial que muitas vêzes prejudicou a justiça da distribuição desses prêmios, contribuiu, não raro, para estimular a antipatia recíproca e a rivalidade entre as escolas. Daí resultou uma série de incompatibilidades e decisões ao invés da emulação cordial que se pretendia. Assim é que, da primitiva *União Geral das Escolas de Samba*, que as congregava, resultou a formação de um novo organismo, a *Federação das Escolas de Samba*, havendo surgido, depois, um terceiro órgão, a *Confederação*. . . Todos, finalmente, reuniram-se, recentemente, na *Associação das Escolas de Samba*.

As duas entidades existentes funcionam com representação das escolas filiadas, delegação geralmente composta de dois membros, mas com direito a um único voto. A diretoria é eleita entre êsses delegados, com mandato de um ano. A *União Geral*, fundada em 1934, conta hoje com 34 escolas filiadas. O número efetivo, porém, oscila muito, pois, geralmente depois do Carnaval e da distribuição dos prêmios, as escolas descontentes passam de uma entidade para outra.

As escolas de samba têm sido o caldo de cultura de famosos *sambistas*, hoje tornados ídolos populares — populares no sentido estrito da palavra, já que sua fama é grande especialmente no mundo dentro do qual vive a escola de samba, enquanto que os “cartazes”, que tôda a população conhece, são impostos, principalmente, pela publicidade comercial. Assim, Paulo da Portela e Cartola, e tantos outros sambistas, que têm seus nomes ligados a famosas escolas de samba, a melodias sempre lembradas e cantadas pela população dos morros e subúrbios do Rio de Janeiro, que os transformou em figuras quase legendárias.

Muitas escolas, aliás, orgulham-se de ter seus sambistas particulares, que se incumbem de fazer letra e música para os sambas que as escolas privativamente apresentam nos desfiles carnavalescos. Via de regra, embora o sambista da escola tenha ampla iniciativa na composição, não depende de sua exclusiva decisão a escolha do “enredo”, ou seja, do motivo central que lhe cabe musicar. Tais melodias, feitas especialmente para as escolas, têm muita coisa de diferente dos sambas e marchas carnavalescas que o grande público conhece e consome. São melodias particulares, que geralmente só se reproduzem pela via oral, o que não impede que, na sua esfera, tenham grande aceitação e circulação. E como são feitas para acompanhar o cortejo têm, como carac-

terística, o ritmo particular, à cuja cadência desfilam, sambam e evoluem os figurantes.

O cortejo, na rua, lembra muito o terno ou o maracatú; tem a disposição tradicional já descrita, típica dos folguedos populares brasileiros que se desenvolvem com o grupo em marcha. Há também uma corda que circunda o grupo e o separa do público em redor, a fim de permitir relativo desembaraço nos requebros da dança e manter a unidade do conjunto. Dentro do perímetro assim circunscrito, movimenta-se a escola de samba.

À frente, endomingados, de roupa branca, o chapéu na mão agradecendo os aplausos, marcha a diretoria da escola, orgulhosa de sua obra. Logo em seguida vêm as "bahianas", que fazem o côro e dançam (13). Geralmente o traje destas moças, que são as cantoras e bailarinas da escola — também chamadas "*pastoras*" — definem o "enredo", isto é, a alegoria que a escola, em conjunto, representa. O traje e as figuras, carros, símbolos, fantasias, côres, motivos, que representam grandes homens do passado, cidades ou países, acontecimentos ou épocas, é que constituem o chamado "enredo", a cada ano escolhido pela escola para tema do desfile (14).

Esta é a parte principal da escola, a que consome mais dinheiro e exige mais trabalho, gôsto e imaginação. Este "enredo" é mantido durante todo o ano sob o mais rigoroso sigilo, a fim de evitar que outras escolas rivais possam se utilizar da mesma idéia, e superá-la. Sòmente os diretôres mais categorizados o conhecem, depois de escolhê-lo após longas meditações e discussões. Consultam-se livros, os mais experimentados são ouvidos e, depois da escolha, é mobilizada a equipe de carpinteiros,

(13) A denominação não implica em que estejam vestidas com o traje característico da bahiana, à moda das filhas-de-santo.

(14) Cfr. Edison Carneiro, documento citado. Igualmente, nele se baseia a descrição da estrutura do cortejo, que se segue.

decoradores, costureiras, compositores para concretizar a idéia.

No cortejo, depois do “enredo”, vem a porta-estandarte e o baliza. Este é um pagem, armado do seu leque, com que se abana e abana a porta-estandarte. Não raro traz uma espada à cinta e com ela faz medidas e poses. Sua fantasia quase sempre é vistosa, traz cabeleira longa e empoadada, calça luvas e meias, brancas e altas, de sêda. Uma capa de setim de côres brilhantes, com barra de arminho, *culote*. Cabe a esta figura, que é central no conjunto, bailar, rodopiar, curvar-se, em par com a porta-estandarte, à qual serve de cavalheiro.

Segue-se a chamada “*academia*”, a rapaziada da escola, que faz o côro masculino. Vêm geralmente trajados caracteristicamente, envergando longos paletós, calças largas nos joelhos e de bôca muito estreita, sapatos compridos e bicudos, chapéu de feltro de aba larga, na mão. Desfilam gingando de modo especial e característico, ao ritmo da música. Este côro masculino é o que dá vigor à cantoria.

O cortejo termina com a “*bateria*”: tambores, tamborins, pandeiros, cuícas, agogôs, surdos, em grande número, quanto mais, melhor — “enfezam” o ritmo, o mais contagiante ritmo que se pode conceber. A orquestra, onde os instrumentos de percussão predominam de modo absoluto, é regida pelo silvo do apito do “diretor da bateria”, que está constantemente se fazendo ouvir, que arrasta e estimula os demais e que hoje já faz parte integrante e essencial do conjunto orquestral da escola.

Cada uma dessas partes de que se compõe o cortejo tem seu *diretor*, cada qual muito zeloso da autoridade absoluta que tem na esfera que lhe compete. As “*bahianas*” têm sua diretora, que comanda as evoluções; do mesmo modo a “*academia*” e a “*bateria*”. Há ainda um *diretor de canto*, que comanda as vozes, e um *diretor*

de harmonia, que vela pela consonância entre o canto e a bateria. Finalmente, o *diretor geral* comanda todo préstito (15).

Do ponto de vista que em particular nos interessa, tudo isso na verdade resulta do esforço de poucos e não representa, como pode parecer, o produto de um esforço associativo permanente e comum. O poder e a organização associativa da escola de samba é, em geral, precária. De fato, não é a escola de samba *em si* que atrai os associados — é o Carnaval. Durante todo o ano as escolas vegetam, frequentadas apenas por um reduzido grupo de aficionados, que mantêm a flama à custa de muita dedicação. Reunir os sócios, ou cobrar mensalidades, é praticamente impossível. De outra parte, aquele pequeno grupo dirigente é quem faz e decide tudo, sem nenhuma preocupação de ouvir os associados. Tudo vem da pequena esfera dirigente, na qual se resume praticamente a escola entre um Carnaval e o seguinte. Às vezes, a própria diretoria, ou grupo de associados, promove uma festa, um passeio, uma batucada e a escola, esporadicamente, funciona como um clube recreativo. Só a aproximação do Carnaval e os ensaios para a exibição conseguem dar vida à escola.

Às vezes, de dentro da escola pode surgir uma outra iniciativa — competições atléticas, escolas de capoeira, grupos teatrais, etc. Recentemente tem havido essa preocupação, em algumas delas, de criar focos de interesse permanente, que não apenas os preparativos para o Carnaval, que é o momento máximo e principal razão de ser de sua existência.

(15) Tudo isso tem sua importância imediata, pois, na distribuição dos prêmios, a tradição manda que o sistema seja de pontos, dados a cada uma das partes do conjunto: enredo, canto, harmonia, etc. A maior soma de pontos é que indica o vencedor; daí a necessidade de cada uma das partes funcionar como uma unidade, pois da perfeição dessas unidades é que resulta a melhor colocação do conjunto. Cfr. Edison Carneiro, documento citado.

Para a preparação dos préstitos, por isto mesmo, o financiamento não vem, ou vem em quota diminuta, dos próprios associados: o auxílio oficial ou doações de particulares abonados são as fontes de receita. O público disponível para integrar e animar a vida dessas associações delas fica quase totalmente afastado, e a significação que as escolas de samba têm na sua vida é intermitente — emocionalmente intensa mas de curta duração.

Esse público é a classe operária do Rio de Janeiro, o que vale dizer — é a classe onde está a maioria esmagadora dos negros que aqui vivem.

Nestas associações, portanto, e nos produtos culturais que fluem de sua existência e funcionamento — nada existe de *especificamente* negro, embora haja, facilmente identificáveis: a) traços visíveis e marcantes da influência trazida pelo africano à formação da música, da coreografia, da recreação e demais setores do folclore nacional, traços que hoje se apresentam, nas escolas de samba — que são um produto genuinamente urbano — sofrendo em alta escala, e em adiantado estado, aquêlê processo (para repetir mais uma vez as palavras de Arthur Ramos) de “sincretismo avassalador” que já assinalamos, noutro plano, ao estudarmos as *macumbas* cariocas; além disso, o que há de negro nessas associações lúdicas populares é: b) a presença e a frequência de brasileiros negros, o que se explica pelo fato de seus membros se recrutarem, especialmente, nas classes pobres da cidade e de nessas classes pobres estar concentrada a grande massa de côr do Distrito Federal.

Neste sentido, como divertimento de pobre, é que as escolas de samba são, no mais autêntico e peculiar significado brasileiro da expressão — divertimento de negro.

Ainda assim, como de resto é facilmente observável em situações semelhantes ocorridas noutros lugares, onde

o status de um grupo sofre alterações em consequência de mudanças sociais em processo — já hoje se pode observar o desenvolvimento, entre os negros, de outras instituições recreativas, mais próximas dos padrões da classe dirigente e da sociedade branca, o que ocorre simultaneamente com uma certa atitude de repulsa às formas tradicionais, de folk, que, por isso que são tradicionais, e tradicionalmente consideradas como traços característicos de status inferior, atraem cada vez menos o interêsse daqueles que procuram ascender socialmente, por via da imitação das formas de comportamento do branco. Isto que é facilmente observável na conduta individual e que resulta do fato de, em nossa sociedade, viver com *distinção* e *boas maneiras* é o mesmo que viver *como branco* — também ocorre no plano das relações institucionalizadas e do comportamento grupal, dando lugar ao desenvolvimento de outros tipos de associação recreativa que nada têm de semelhante às escolhas de samba, e que se organizam e funcionam sob a forma de clubes de dança. Queremos nos referir às “*gafieiras*”, associações de vida mais permanente, que funcionam como qualquer *night club*, que, por sua vez, não são mais do que “*gafieiras*” mais caras.

Essas “*gafieiras*” — como o *Clube Elite*, ou a *Flôr do Abacate*, ou qualquer outra (16) — diferenciam-se daqueles estabelecimentos mais caros, pelo fato de cobrarem preço mais barato à entrada e, mais uma vez, porque, sendo associações recreativas frequentadas por aquelas classes de status inferior — nelas comparecem contingentes elevados de pessoas de côr, que constituem grande parte de seus frequentadores, e que ali-vão por duas razões elementares: em primeiro lugar, porque po-

(16) Recentemente fundou-se no Rio de Janeiro o *Niger's Club*, “boite” de negros já com um carater ainda menos “popular” e mais sofisticado do que as “*gafieiras*”.

dem pagar o seu preço e, em segundo lugar, porque não têm sua entrada impedida pelo porteiro do estabelecimento, dissabor a que se arriscaria uma pessoa de côr se tentasse penetrar num estabelecimento de maior preço e, por isto mesmo, frequentado quase que exclusivamente por brancos (17).

Essas formas tradicionais de vida associativa correspondem, como dissemos, a um padrão também tradicional de relações de raças no Brasil. Representam, por isso, no meio urbano em que as estudamos, formas de transição entre os tipos de associações de folk, donde se originam, e as formas novas, de novo tipo, engendradas pela nova posição social e econômica do negro na comunidade metropolitana (18).

As primeiras, por isto que correspondem ao padrão tradicional das relações entre negros e brancos no Brasil, são formas expressivas — recreativas ou religiosas — através das quais se assinala, entre muitas outras formas, a contribuição do *africano* à estética, à música, à coreografia, à mítica, em suma, à *cultura de folk* brasileira. As segundas, as associações de novo tipo — das quais passaremos a nos ocupar agora — é que são, neste sentido, as genuínas associações do *negro brasileiro*, ou, como talvez fôsse melhor dizer, do *brasileiro negro*, pois nelas, na sua estrutura, função e ideologia, o que se exprime não é a saga do africano na terra estranha que para êle era a nossa terra — mas a história viva e contemporânea

(17) Isto ocorreu, por exemplo, na porta do Hotel Glória, no Rio de Janeiro, em 1949. Abdias Nascimento e Ruth de Souza, o primeiro dirigente e ator, a segunda a estrêla principal do Teatro Experimental do Negro, convidados ambos para o tradicional Baile dos Artistas, tiveram sua entrada impedida por um comissário de polícia *por serem pretos*. Apenas um exemplo, ao qual infelizmente e, com facilidade, poder-se-iam somar muitos outros.

(18) Entre as de *novo tipo*, apesar das mais importantes terem outro caráter, existem também associações recreativas como o citado *Niger's Club* — e esportivas. Da Categoria destas conhecemos ao menos uma: a *Associação Atlética Filhos de Ebano*.

das aspirações, das lutas, dos problemas, do sentir, do pensar e do agir de *brasileiros*, social, cultural e nacionalmente brasileiros, *ètnicamente negros*.

Elas são novas não apenas no sentido cronológico; são, também, *sociològicamente* novas, no sentido de que resultam de situações relativamente recentes na história social dêste País, das quais surge, inclusive, um novo negro: *não-escravo*, um negro *não-africano*, um negro *não-servil*, um negro *não-trabalhador rural*, um negro *não-ignorante*; ou, visto ao reverso, um negro brasileiro, livre, proletário, de classe média, ou intelectual, urbano, inconformado com as pechas e os clichês que sôbre êle existem, com a sua situação objetiva e com as expectativas de comportamento que a respeito dêle existem — exprimindo tudo isso, de diversa forma, quase tôdas ainda larvárias, desconexas, informes e também, não raro, altamente sofisticadas e mesmo, até, pretensamente científicas.

VIII

ASSOCIAÇÕES DE NOVO TIPO

Movimentos associativos da elite negra. — Antigas e novas elites; sua caracterização e o problema da definição de seu papel. — As mudanças de estrutura social e o aparecimento das novas associações. — Organização, programas e atividades — Formulações ideológicas. — Significação sociológica do problema estudado.

As associações que aqui chamamos de tradicionais são negras, portanto, no sentido de que são *populares*, — neste sentido são tão negras quanto, por exemplo, o foot-ball — enquanto que as de novo tipo são, por excelência, associações de elite, de elite negra, que em face da massa negra age, reage e se comporta como toda elite em face de qualquer massa. Não é possível compreendê-las, por consequência, sem primeiro traçar, ainda que sumariamente, o perfil deste grupo de negros social e culturalmente *evoluidos*, que aqui estamos chamando de “elite negra”.

Se toda elite, por definição, é uma camada pequena que se destaca de um *corpus* social maior — aqui, a elite negra tem esse atributo hipertrofiado e é, numericamente, uma fração ainda insignificante embora crescente do grupo a que pertence. Isso resulta, antes de mais nada, das condições adversas ao seu desenvolvimento em que aquele grupo, como um todo, se tem mantido na

sociedade brasileira. De fato, observando-se as cifras, atrás apresentadas, sôbre a proporção de negros que têm, no Rio de Janeiro, a posição de empregador, ou profissional liberal, ou funcionário público, ou que é portador de diploma universitário — facilmente se verifica quanto historicamente têm sido lentas e estritamente pessoais essas vias e possibilidades de ascensão dos elementos de côr que, pelo desenvolvimento e polimento individuais, vencendo tôda sorte de fatôres contrários, têm galgado a escala social. Para êstes, ao que parece, a premissa, consciente ou inconscientemente aceita, tem sido a de que o sistema de posições sociais em que historicamente se situam pretos e brancos em nossa sociedade, como está — está certo, trata-se então, de conformar-se às regras do jôgo, obedecê-las à risca e, cada um por si, esforçar-se para ser na medida do possível, uma das “honrosas exceções” — assimilando os padrões e valores dos grupos dirigentes, inclusive, não raro, os estereótipos sôbre o negro que integram aquele padrão, promovendo-se, assim, àquela minoria que pode ser apontada ao negro-massa, ignaro e pobre diabo, como “negro às direitas”, “negro de vergonha”. Em suma, no mais completo sentido da expressão, é esforçar-se para ser “um negro de alma branca”, que parece ser o estereótipo melhor definido a respeito das aspirações das antigas elites negras.

Evidentemente uma tal aceitação das expectativas de comportamento da sociedade branca, transformadas em plano de vida e em norma de boa conduta, só podia funcionar na prática e na prática só funcionou em casos individuais, em situações muito pessoais, mas não pode, por definição, ser aceita e adotada por nenhum grupo como grupo, pois inclusive a permanência dêste na condição econômica, social e psicológica de massa é o que justifica, e até realça pelo contraste, a pequena elite que dêle se destacou.

Por outro lado, independentemente de discutir se isto como plano, como programa e como perspectiva ideológica — está certo ou errado, há que ser constatado que a formação e a presença de elites de côr, produto sedimentado da longa e lenta evolução do negro brasileiro, é hoje um dos problemas mais importantes e mais caracteristicamente novos da situação racial brasileira, pois significa um resultado da estratificação de classe e de status que se estabelece entre os próprios negros, o que implica no surgimento de uma variável sem precedente no quadro das relações de raças no Brasil, que gera e coloca dentro da situação total problemas inteiramente novos de orientação, de perspectiva ideológica, de organização e de liderança dos movimentos sociais do negro, problemas até então inexistentes, ou apenas embrionários, no quadro tradicional das relações inter-étnicas neste País, onde dirigir negros era, por excelência, uma tarefa de brancos.

Hoje é menos, fácil, como até meio século ou menos atrás, pensar no negro como u'a massa homogênea e indiferenciada, que em bloco se distinguia em tudo e por tudo do estrato branco a ela superposto. Depois da abolição, o funcionamento das instituições republicanas e liberais, a urbanização do negro, a crescente complexidade de uma sociedade de base industrial em desenvolvimento — criou sérias assimetrias e profundas contradições na forma e no conteúdo da estrutura social dentro da qual coexistem e convivem no Brasil pretos e brancos.

Uma das novas variáveis surgidas é exatamente a diferenciação social interna no grupo de côr, a integração da grande massa do proletariado, e a promoção de uma minoria às fileiras da classe média, especialmente de seus setores intelectuais, donde resulta um processo que se poderia chamar de *formação de quadros* negros e mestiços, gerados pela própria tensão racial e destinados a desem-

penhar no seu *processus* um papel de extraordinária significação.

Êsse problema da formação de uma elite negra, como problema de minoria que é, por definição, não podia deixar de estar, especialmente nas condições peculiares ao Brasil, estreitamente relacionado à ascensão cultural do homem de côr, que sempre foi, entre nós, um dos mais típicos canais de capilaridade social, cuja importância se multiplica, principalmente, pela distância que de logo se estabelece entre um negro instruído e a massa negra, que permanece ainda nos mais baixos níveis de desenvolvimento cultural.

Exatamente por ser via individual, caminho para poucos, solução para u'a minoria — as letras, as artes, a erudição, a ilustração sempre foram, no Brasil, meios de uma elite negra cruzar a linha de côr e procurar se branquear pelo fato de pensar e sentir como brancos. Precisamente porque as barreiras raciais não se corporificaram entre nós em leis e instituições declaradamente discriminativas, como ocorreu noutros países — aqui, a aceitação de cânones valorativos e comportamentais do grupo branco, sempre mereceu do negro ou mestiço que desejava distinguir-se uma acentuada preferência, como brecha pela qual tentar, ao menos subjetivamente, perfurar a linha de côr. (19)

Ê de fundamental importância, porém, na análise dêsse problema, e para compreender a significação que êle tem no quadro geral das relações de raça no Brasil — verificar que há aqui também uma variante histórica

(19) Segundo o Prof. Roger Bastide, essa teria sido uma das razões da fraca originalidade do que êle chama "a poesia afro-brasileira", tôda ela marcada, segundo diz, "pelo estigma da imitação" — pois tinha como função social útil à minoria negra que a criava permitir a ela sentir-se branca pelo fato de imitar o branco. Obviamente, êle se refere à criação escrita e erudita, não à oral e folclórica. Cfr. Roger Bastide, *A Poesia Afro-Brasileira* (1943), especialmente págs. 17-19. Do mesmo autor, *Naissance de la Poesie Nègre au Brésil*, in "Présence Africaine". n.º 7 pág. 215 e ss.

nítida e que o papel dessa elite cultural negra tende a ser hoje, e provavelmente será cada vez mais para o futuro — diverso, em certo sentido exatamente o oposto, do que foi no passado.

De fato, não é de hoje que nossa história cultural registra a presença e a atuação de homens de cor ocupando posição destacada no mundo intelectual. E' este, aliás, para certos brancos, um tema predileto de referência e citação, quando revelam, pelo elogio enfático dessas figuras de exceção, a opinião que fazem da massa negra em geral: entre nós, uma atitude simpática em relação a um negro frequentemente vem associada a um conceito depreciativo sobre o negro; do mesmo modo, a citação e louvor dessas figuras, por parte de muitos negros, é feita muitas vezes como quem maneja símbolos que demonstram a capacidade teórica que têm os homens de cor de se desenvolverem, contanto que certas oportunidades lhe estejam abertas.

Muitas destas figuras de negros ilustres do passado já foram biografadas. Está por ser feita, entretanto, sob critério sociológico seguro, a análise de seu papel nas relações de raça no Brasil, não só enquanto vivos, funcionando como "exceções", mas também depois de mortos, funcionando como "símbolos". Ter-se-ia aí um precioso filão de pesquisa para entender certos mecanismos sócio-psicológicos das relações de raça. Apesar, porém, da falta desses estudos de base, o material informativo e biográfico existente, bem como a coexistência de negros destacados porém de gerações diversas permita, ainda hoje, observar o contraste que existe entre duas concepções sobre qual deva ser o papel no negro *evoluído* numa sociedade predominantemente branca, na qual os preconceitos não se cristalizaram em leis e mantiveram-se no plano mais recôndito das atitudes.

Antes da abolição, essa definição de papel era relativamente fácil e os expoentes da inteligência negra têm seus nomes ligados às campanhas liberais pela liquidação do status servil. Esta era uma questão que se impunha, não só aos intelectuais negros como aos intelectuais brancos de formação liberal, e os intelectuais negros, *et pour cause*, enfrentaram-na, frontalmente, em todos os planos: em prosa e verso, no jornalismo como na eloquência oratória.

Depois de 1888, porém, alcançado o objetivo que julgavam fundamental, muito facilmente se convenceu a maioria dos negros *evoluídos*, principalmente os das gerações nascidas no fim do século passado e começo do atual, que, daí por diante, o problema consistia em branquear tudo que fôsse passível de branqueamento. Essa minoria negra que logrou, então, atingir a classe média, pagou o seu tributo à ideologia de sua classe: já tinham em mãos uma lei batizada com o nome de Lei Áurea, agora era tentar resolver os demais problemas fazendo de conta que eles não existiam.

A ausência de barreiras legais abria ao negro a possibilidade teórica de ascender do nível da senzala; a presença de uma hierarquia de fato levava-o a usar essa possibilidade expressa na magestade do igualitarismo jurídico no sentido de ser o menos *negro* e o mais *branco* que lhe fôsse possível. Assim, tornar-se “negro de alma branca” — e *alma*, neste caso, era quase tudo — era a concepção que a antiga elite negra fazia a respeito de qual devia ser o seu papel no quadro das relações raciais. Transpor individualmente a linha de côr era a meta a atingir e, para isso, o desenvolvimento intelectual, o brilho nas artes, a celebridade literária foi, dentro das fôrmas oferecidas pela cultura brasileira — um instrumento predileto, um dos poucos realmente possíveis aliás, usados

por pretos e mulatos para superar a linha de côr. Por isto mesmo, no Brasil, *mulatismo* e *bacharelismo*, em certa época, foram expressões quase sinônimas.

O anseio e a aspiração era um misto do desejo de misturar-se com a sociedade branca e da vontade de afastar-se da sociedade negra: entre êsses extremos as situações concretas resultaram numa escala variada de afastamento de um extremo e de aproximação em relação ao outro. E o poeta, que faz de sua vida subjetiva matéria prima de versos e que pensa em voz alta o que outros escondem até de si mesmo, exprime isso em estrofes:

*Amas a lua que embranquece os matos
O' negra juriti
A flôr da laranjeira, os nêvos cactos
E tens horror de til*

como cantou o poeta Conçalves Crespo. Êle fala também na "ânsia de ser branco", e adiante exprime noutro verso:

Amas tudo que lembre o branco...

Dêste amor, quase obsessivo, por tudo o que significa simbôlicamente a côr branca; dêste anseio de subir racialmente e de passar, ao menos em espírito, a linha social de côr, o melhor exemplo deu-o Cruz e Souza, que "conseguiu ser, êsse filho de africanos, o mais nórdico poeta do Brasil" (20)

(20) Cfr. Roger Bastide, op. cit., especialmente seus excelentes *Quatro Ensaïos sôbre Cruz e Souza*, pág| 87-128.

Em Cruz e Souza a busca subjetiva da côr branca é leit motiv de tôda sua obra poética. (21)

Quando ama, o objeto dêsse amor é “a mulher tudesca”, branca, “da côr nupcial de flôr de laranjeira”, e lou-ra, “com doces tons de ouro”. E quando canta o amor à sua própria espôsa negra, faz dela “um sonho branco”, cuja alma tem a forma “singela e branca da hóstia”. O simbolismo, corrente literária a que se filiou e de que foi a maior figura no Brasil, foi o meio de que se serviu, e que para isto se prestava admiravelmente, para exprimir essa preocupação pela côr branca das coisas e das formas.

*O' Formas alvas, brancas, Formas claras
De luares, de neves, de neblinas!...*

E até quando fala da sombra, enxerga-a como “sombra dolente de camélias brancas”.

Obsessão da côr, da côr branca, que êle odeia e adora ao mesmo tempo, que tinha para êle, na sociedade em que vivia, uma significação concreta evidente, que êle queria dolorosamente exprimir e da qual, sentindo-se dela distante, vingava-se chamando-a de côr da “nevoa glacial”.

A frustração de Cruz e Souza — o “príncipe de ébano”, o “cisne negro da poesia brasileira”, o “meu poeta” — como o chamou um intelectual negro contemporâneo

(21) Excusado é dizer que a biografia do poeta Cruz e Souza justifica plenamente e até impõe, essa maneira de interpretar a sua obra, que é uma permanente racionalização poética, feita por mão de gênio, de quotidiano amargo de um negro *evoluido* da antiga elite negra. Provavelmente, por outro lado muito da amargura que está presente na sua poesia reflete também a sua situação particular e pessoal de *declassé*, pois Cruz e Souza, filho de um escravo e de uma mulher livre, teve primorosa educação e tratamento de menino rico, que lhe foi dado pela família de quem seu pai fôra escravo. Com o falecimento de seu protetor e especialmente na fase de sua vida decorrida no Rio de Janeiro, tendo que ganhar sua subsistencia como reporter e pequeno funcionário, Cruz e Souza viveu na adversidade e morreu tuberculoso.

(22) o seu estro extravazava, transformando-a em jóia poética. Mas nem todos tinham e têm o seu gênio e a sua sensibilidade, embora sentissem ou sintam a mesma frustração. Guardam, calam, recalcam, e procuram então viver com dignidade o que entendem ser a sua adversidade — a adversidade da côr, da condição subalterna, da origem escrava, a intolerável semelhança com o negro-massa, seu irmão, que é psicologicamente representa como seu maior inimigo.

Esse ressentimento latente do negro evoluído da geração passada, tornava-o, no fundo, um triste, mesmo quando espalhafatosamente procurava superar essa tristeza com a alegria nervosa, mais epidérmica do que psicológica, do tipo “mulato pernóstico”.

No fundo éle era um triste, aliás de uma tristeza digna discreta, não raro extremamente severa consigo mesmo, com sua conduta, pelo fato de ter uma sensibilidade hipertrofiada para vigiar qualquer deslize que logo poderia ser interpretado como... “coisa de negro — quando não suja na entrada, suja na saída”. A sobriedade, no caso, era condição de status e resultava de uma permanente auto-crítica, ou seja, da censura da sociedade branca transformada em auto-censura moral. (23)

(22) Ironides Rodrigues, *Cruz e Souza em outros idiomas* — “Quilombo”, Ano II, n.º 5. janeiro de 1950, pág. 4.

(23) Essa tristeza digna, essa sobriedade como condição de status, leva, muitas vezes, o homem de côr que na geração passada ascendeu intelectual e socialmente — a caracterizar-se, às vezes, principalmente pela omissão em relação a tudo que lembra sua condição étnica e que sugira a condição social em que está a massa esmagadora dos ex-escravos, que estavam muito mais perto deles do que da elite negra de hoje, escravidão da qual, muitos deles, foram contemporâneos. Essa omissão não significa desinteresse, nem indiferença, nem muito menos indiferença tranquila. Parece ser, pelo contrário, uma deliberada e interessadíssima omissão voluntária, atitude que se toma como marca externa e ostensiva de status superior. Em certo sentido, Machado de Assis mostra, em toda sua biografia e em diversas mostras de sua bibliografia, sinais deste estado de espírito. No “*Memorial de Ayres*”, por exemplo, leiam-se os registros dos dias 7, 13 e 14 de maio de 1888 e o modo como a abolição entrou no diário de seu personagem — quasi à força e, com certeza a contragosto. A omissão nêstes casos, é um depoimento.

Este negro não forma associações de negros, nem forma nas existentes, do tipo tradicional — precisamente porque são negras e sua maior preocupação é esquecer que é negro; não estuda ou se bate pelos problemas do negro — porque acha que o negro, como negro, não tem problema: cada um deve fazer como êle fêz e resolver o seu problema pessoal; não escreve sôbre problemas negros nem se interessa intelectualmente por êles — é nórdico, é europeu, é ariano, é clássico, no gôsto, no estilo, na forma, nas preferências e brada, como Cruz e Souza, que pretende ser o “super-civilizado dos sentidos”, como protesto contra o fato de ser, na sociedade em que vive, o super-subalternizado na condição; mais que isso, quando estuda o problema — vai ao ponto de algumas vêzes tornar-se racista, fazer-se especialista em estudos de antropologia e história social para tentar provar, estudando problemas de raça e assimilação, que nosso mal é o negro e o nosso remédio a “arianização”.

Assim, êle “até nem parece negro”. E quando já está quase convencido disto — uma querela insignificante, um bate-boca na rua, um fato qualquer, mesmo um pequeno fracasso ou um pequeno sucesso, gera um comentário, um apelido, um riso, um olhar às vêzes, que rasga de chofre a realidade diante dêle, coloca-o de novo, no seu lugar e êle sente, então, com extrema intensidade, o “drama de ser dois” (24), de “representar-se em dois planos ao mesmo tempo”.

(24) Esse, aliás, “*O Drama de ser Dois*” (1937) é o título de um livro de versos, obra de estreia do poeta e sociólogo de côr, Alberto Guerreiro Ramos, que tentaria em época mais recente aplicar entre os negros do Rio de Janeiro, as técnicas psíco-terápicas de J. Moreno, como meio de alcançar o que Guerreiro chama de “desrecalcamento em massa” e de “purgação” psicológica. Dentro em pouco teremos de voltar com mais vagar ao assunto, mas aqui sem discutir a eficiência terapêutica do chamado “sociodrama”, que-remos destacar como êle reflete, diretamente, a existência dêsse drama social.

Excusado é dizer que as *novas elites* de côr não se distinguem das *antigas elites* (25) por não terem acaso, diante de si, tais problemas. Pelo contrário, não só o problema perdura como, de certo ponto de vista, êle até se agrava. O que ocorre é que diante dêsses problemas e dessas novas agravantes — e possivelmente em consequência delas mesmas — a reação das novas elites é diversa e mais agressiva, menos passiva e mais organizada, menos pessoal — embora, em inúmeros aspectos, mais personalista.

Noutros têrmos, o que se tem é, por excelência, a tentativa de utilizar novos “meios”, novas “táticas”, novas “pistas”, novas “técnicas”, novas “alavancas”, novos “mecanismos”, novos “processos” — conforme expressões textuais empregadas por alguns porta vozes (26) — de reagir ao problema e de tentar superá-lo.

E' explícita, por consequência, a intenção de fazer, em comparação com o padrão anteriormente descrito, uma nova definição do papel do negro de elite no quadro das relações de raças e de novas maneiras de atuar sôbre elas.

Enquanto que as antigas elites, na medida em que ascendiam tinham a preocupação de branquear-se, confundindo-se em tudo com o extrato branco superiormente colocado — as novas elites negras pretendem ascender

(25) As expressões *novas elites* e *antigas elites*, embora tenham significado cronológico, esse significado não é exclusivo, nem é mesmo o mais importante, pois a distinção repousa, fundamentalmente, em variantes de estado de espírito, engendradas por mudanças operadas no contexto total das relações de raças. Nêste sentido êlas exprimem, quando aqui as empregamos, algo semelhante às expressões *novas* e *antigas* classes médias já sociologicamente consagradas.

(26) Cfr. o folheto *Relações de Raças no Brasil* (1950), editado pelo jornal negro *Quilombo*, *passim*. Lamentavelmente, por falta de recursos para custear a impressão, esta coletânea de discursos não pode circular largamente, privando os estudiosos e interessados de curiosíssimos depoimentos sôbre as feições ideológicas assumidas por certa corrente do movimento social negro no Rio de Janeiro. A maior parte dêsses depoimentos pode ser encontrada em números diversos de *Quilombo*, que hoje também está com sua circulação interrompida por falta de meios.

como elites negras, sem deixarem de ser negras, negras mais do que nunca, declarada e orgulhosamente negras, apologeticas da *negritude*. Esta distinção, que é fundamental, confere à formação das elites negras contemporâneas uma significação tôda especial, pois muito difficilmente deixarão as novas gerações, para o futuro, de ser atraídas por essa ideologia de revalorização étnica, na qual não se percebe logo no primeiro plano o que tem de falaz e o que contem de fecundo.

O intelectual de côr tende a viver boa parte da vida num status que reflete, de modo, ora mais, ora menos, intenso, o pêso de sua posição dual. Seu desenvolvimento intelectual multiplica sua sensibilidade a êsse problema, mas êle é, em suma, o mesmo que tende a sentir um número cada vez maior de negros, intelectuais ou não. Por isso mesmo, na medida em que o problema pessoal dos homens de côr *evoluídos* é apenas um reflexo de um problema social de um número crescente de negros que se diferenciam das massas de côr, o intelectual habilita-se a exprimir êsse problema e faz-se o porta-voz natural das angústias e das aspirações de seu grupo étnico enquanto grupo social.

Daí resulta tôda uma nova — histórica e sociològicamente nova — colocação do problema, que se reflete em graus diversos de tomada de consciência prática dêsses novos aspectos, que é o que exprimem, em sua estrutura, programa e ideologia, as associações de novo tipo do negro contemporâneo no Rio de Janeiro.

As associações negras de novo tipo começaram a nascer no Brasil, depois da revolução de 1930 e têm sua curta história diretamente ligada não só, *lato sensu*, às mudanças de estrutura da sociedade brasileira, mas também, *stricto sensu*, aos acontecimentos e às orientações que, a partir daquela data, marcam a vida política do

Brasil — e do mundo — numa fase agitada pelas crises e tensões que assinalam todo o período.

Daquelas que primeiro surgiram nenhuma sobreviveu até hoje: apareceram como sintomas e disso não conseguiram passar. De resto, a partir de 1935 e, especialmente, de 1937 a 1945, a situação política nacional era inteiramente adversa a movimentos e organizações como estas, de base popular e caráter reivindicativo, particularmente reivindicações deste tipo, inteiramente novas e estranhas no quadro das relações de classe e de raça no Brasil.

O Rio de Janeiro e S. Paulo, área onde se desenvolviam pioneiramente as mudanças de estrutura que estavam contribuindo para colocar o problema em novos termos, foram as sedes destas associações formadas pelo negro de novo tipo e, entre as do Rio de Janeiro, que em particular nos interessam, tôdas aquelas atualmente existentes foram fundadas de 1944 para cá, aproximadamente com o restabelecimento do regime representativo e do fim da segunda guerra mundial, em cujo painel ideológico a luta contra o racismo teve significação tão destacada.

Porque terá sido esta a fase de nossa evolução contemporânea em que começaram a surgir associações negras que, na composição, na estrutura, no programa e na ideologia, eram tão diversas das associações tradicionais, muito mais *populares* do que *negras*, do tipo daquelas que atrás estudamos? De certo, não por mera coincidência!

Os anos anteriores a 1930, desde o fim da primeira guerra mundial deste século, haviam sido teatro de acontecimentos fundamentais na vida brasileira: crise dos principais produtos agrícolas, que representavam o esteio exclusivo de nossa estrutura econômica, surgimento e expansão de um parque industrial que não cessaria mais de se desenvolver, declínio progressivo do monopólio que

os interesses agrários detinham sôbre o poder político, crescimento dos núcleos urbanos e de sua influência, ou seja, ampliação da esfera cosmopolita dentro do horizonte brasileiro, formação, crescimento e presença política do proletariado nacional, marcha crescente da burguezia para o contrôle da governança do País.

Todo um ciclo de movimentos políticos de diversa índole e orientação, de 1922, de 30 a 35, de 35 a 37, de 37 a 42, de 42 a 45, de 45 até hoje — assinalou o crescer da inquietação social e política que resultava dessas mudanças estruturais e dêste ciclo agitado fluiu permanentemente um magma ideológico, extremamente heterogêneo, feito das formulações programáticas com que os grupos envolvidos na ronda dessa fase de nossa história social recente interpretavam e agiam, do ponto de vista de suas respectivas posições, sôbre a sociedade em mudança, sôbre os fatores, o processo e as perspectivas dessa mudança.

Sincronizados com o mundo e estruturalmente marginalizado dentro dêle, pois o que muitas vêzes lhe parecia um progresso a ser conquistado era algo que noutras partes a história estava definitivamente superando — o Brasil, nêsse período, foi campo em que se cruzaram fogos, vindos uns dos aspectos brasileiros da crise universal, outros vindos dos aspectos universais da crise brasileira.

Dentro dêste quadro geral, que abrange tôda uma nação em fase decisiva de seu desenvolvimento, dentro de um continente que começava a atingir sua maioria para o mundo e dentro de um mundo em plena gestação de uma nova civilização — é que estão situados os movimentos sociais do negro brasileiro contemporâneo, produtos dêste contexto, que sômente dentro dêle podem ser compreendidos em sua plena significação.

A primeira relação direta e fundamental a ser destacada entre essa situação total e o problema particular

que estamos analisando — revela-se no tipo social do novo negro que comparece nesses movimentos associativos.

O proletariado industrial e urbano no Brasil tem como núcleos históricos o imigrante e o escravo livre. Para êste, a migração para as cidades, o emprêgo na indústria, o abandono da ocupação agrícola semi-servil, regulada principalmente por relações pessoais, a integração nos quadros de uma economia industrial e numa esfera de relações nitidamente contratuais — significou o comêço de uma mudança radical de *posição*, que cedo começava também a produzir mudanças equivalente no plano da *mentalidade*, do estado de espírito e, daí, no plano das *aspirações*. A identificação do negro com o proletariado — identificação *de fato* e identificação simbólica, no plano dos estéreotipos do branco sôbre o preto — implicou, inevitavelmente, no início de um processo lento de diferenciação social dentro do grupo étnico, como resultado da qualificação da mão de obra no mercado de trabalho, da mobilidade profissional, do recrutamento de trabalhadores especializados para funções de diversa hierarquia social, da seleção de quadros para postos e empregos de comando, direção e chefia em diversos níveis e setores da estrutura empresarial — e, finalmente, na possibilidade dessa diferenciação repercutir no próprio sistema de estratificação social, por meio do ingresso de elementos de côr em determinados setores da classe média urbana: nos serviços, na administração, nas carreiras liberais, no pequeno comércio, no artesanato.

Na medida em que essa mobilidade se processa, ganha volume e intensidade, tende o desejo para as suas últimas consequências — que são, em última análise, o pleno acesso e participação do negro em tôdas as esferas e benefícios da vida social. Para atingir êsse alvo — a posição histórica e objetiva das massas de côr na sociedade brasileira e a ideologia tradicional predominante numa

sociedade dirigida por brancos, como é a nossa — representam barreiras a serem vencidas e dificuldades a serem superadas pelos elementos em ascensão.

A segunda relação direta e fundamental a ser assinalada entre a mudança social e as associações de novo tipo é a função de liderança que a elite negra, formada em consequência daquela diferenciação social, procura assumir e desempenhar à testa das massas de côr, estimulando, para isso, os mecanismos de consciência grupal, de solidariedade específica de côr, de revalorização dos “valores da raça”, fazendo apêlo aos impulsos de afirmação étnica e tentando dirigi-los, tal como procedem tôdas as elites agressivas ao porem uma idéia-fôrça em movimento. Neste sentido, estas associações encarnam e levam à prática aquela nova definição, já referida, sôbre qual deva ser a atitude da elite negra no interior de uma sociedade de brancos em que a linha de côr não se cristalizou em leis.

A terceira relação direta e fundamental, consequência das anteriores, que julgamos deva ser destacada entre a fase atual de mudança social e as associações negras de novo tipo é a contingência a que se reduziram de serem movimentos de cúpola, que geralmente só encontram no seio das massas de côr indiferença e desintêresse, quando não antagonismo e oposição. Isto está ligado, por sua vez, ao fato das grandes massas de côr no Brasil estarem social e econômicaamente identificadas com o proletariado, e tenderem fortemente — no plano associativo, político e ideológico — a atuarem na vida brasileira muito mais na órbita de sua classe do que na de sua *raça*.

A radicalização progressiva, as lutas e a organização da classe operária, que vêm assinalando nos últimos tempos sua presença e atuação na vida política brasileira — representa para as massas de côr, inevitavelmente envolvidas nêsse processo, um foco de atração ideológica mili-

tante em face do qual, para elas — embora não para as elites negras, — o apêlo das associações específicas de homens de côr sôa apenas como linguagem ladina de espertalhões e aproveitadores, especialmente de “mulatos pernósticos”, “pescadores de água turvas”. (27)

A elite que forma nessas associações, e que as formou para si, para resolverem problemas seus, de *status*, de aspirações, de mobilidade e de resistência que encontra à sua mobilidade e às suas aspirações — sofre, por sua vez, do mal incurável de não saber falar outra linguagem que não seja a do seu horizonte de extrato médio, duplamente asfíxiado por sua condição de raça e de classe.

O problema social não resolvido que essas associações e movimentos negros têm à sua origem e como sua razão de ser — é, portanto, fundamentalmente, um problema de extrato pigmentado superiormente colocado, que diferenciou da massa negra e mestiça e que ansiosamente se dedica à busca dos meios e modos: a) de entender e b) de resolver o seu específico problema — o que faz, de resto, com tôdas as virtudes e defeitos, as possibilidades e as limitações que derivam de seu enquadramento no meio, na sociedade e no tempo em que vive e de que é produto.

A associação de novo tipo é, por excelência, uma criação do homem de côr marginal — que para não se chamar a si mesmo de marginal, recorre a Max Scheler e denomina-se “homem ansioso”, para quem “o ser mais, o valer mais, etc., na possível comparação com outros

(27) Essa concepção transparece, aliás, mesmo nas próprias opiniões que líderes de umas associações fazem sobre líderes de outras. Embora representem, fundamentalmente, o mesmo fenômeno e a mesma função no quadro das relações de raças, nas situações de conflito e nas lutas de prestígio ganham maior liberdade de expressão e usam de uma franqueza rude ao se manifestarem a respeito dos líderes e movimentos concorrentes, através das quais vêm à tona depoimentos expressivos a respeito, chamando a atenção para aspectos que passariam muitas vezes desapercibidos ao observador de fora.

chega a constituir o fim de sua ânsia, antes que todo valor objetivo". (28)

Colocado o problema à luz dessas perspectivas e abordado o seu estudo a partir dessas premissas — que na verdade representam conclusões de pesquisa mais ampla e aqui são apresentadas como introdução à análise dos casos — não só é possível como também se impõe voltar agora a atenção para os pontos fundamentais do material recolhido que documentam e demonstram a hipótese central, fugindo, mais uma vez, ao vêzo e à rotina do puro trabalho etnográfico ou do ensaio simplesmente sugestivo, de sabor floclórico, que mais parece um bazar desarrumado, onde tudo explica tudo e nada fica provado, e onde o acessório e o fundamental se misturam e se nivelam sem nenhum critério de pertinência científica no uso do material recolhido.

Tomemos, em primeiro lugar, o Teatro Experimental do Negro (T.E.N.) que, dentre essas associações aqui chamadas de novo tipo, foi, sem dúvida, aquela que ganhou maior envergadura e mais repercussão no quadro da situação em que atuou, dando motivo, aliás, a que, pautando-se sobre seu modelo, outras organizações surgissem depois dele com estrutura, objetivos e, principalmente, função semelhante. Neste sentido o T.E.N., pode e deve mesmo ser encarado muito mais como um movimento do que, *stricto sensu*, como uma associação.

De fato, nascendo como uma *troupe* de artistas de cômico, que se reuniram numa atitude de protesto contra a linha de cômico que lhes dificultava a ascensão, foram levados, pela dinâmica da tensão racial, a assumirem a envergadura de um movimento, mais que isso: de um

(28) Cfr. Alberto Guerreiro Ramos, *Contactos Raciais no Brasil*, in "Quilombo", Ano I, n.º 1, dezembro de 1948, pág. 8. Os grifos estão no original.

grupo de pressão, (29), havendo fracassado mais tarde pela má sorte que teve *como tal e não como grupo de teatro*, pois nêsse caráter, enquanto funcionou, teve relativo sucesso.

O T.E.N. nasceu em 1944 como grupo teatral e, em tôrno dêle, aos poucos, se foram desenvolvendo, como resultado de sua existência e funcionamento, uma estrutura e uma ideologia que excederam de muito seus propósitos originais, pois desde que nasceu até que passou a viver a vida apenas latente que hoje vive — nunca deixou de ser o que a tensão racial o obrigou a ser, embora em certo momento os seus dirigentes tivessem tido a ilusão de estar controlando êsse processo e imprimindo a êle uma direção desejada.

Originalmente o grupo surgiu como um protesto contra a ausência do negro nos palcos brasileiros, ou contra sua presença apenas em papéis de segunda categoria, geralmente bufões ou ridículos, que assim teatralizavam a posição socialmente subalterna do negro na estrutura social. O fato de, quando uma peça exigia um negro em papel de destaque, pintar-se um branco de preto e dar-lhe o desempenho — feria a sensibilidade dos negros de vocação artística e levou alguns dêles, dirigidos por Abdias Nascimento, a criar um grupo teatral só de negros, dedicado a representar peças em que êles tivessem a oportunidade de se revelarem e se destacarem. (30) A primeira tentativa de Abdias, foi feita em S. Paulo, mas não

(29) Para conceituação e análise dos grupos de pressão e do seu funcionamento nas tensões raciais, cfr. V. O. Key, Jr., *Politics, Parties and Pressure Groups* (1948), *passim*, especialmente págs. 134-139, 634-636, e bem assim a bibliografia selecionada que o autor apresenta.

(30) Foram encenadas as seguintes peças: *Imperador Jones*, de O'Neill, *Todos os Filhos de Deus Têm Asas* e *Moleque Sonhador* do mesmo autor; *O Filho Pródigo*; de Lúcio Cardoso *Aruanda*, de Joaquim Ribeiro; *Filhos de Santo*, de J. de Moaris Pinho; *Auto da Noiva*, de Rosario Fusco; *Calígula*, de Camus — entre as principais.

teve êxito. Nessa ocasião êle já se destacara na luta contra o preconceito racial, tendo sido um dos promotores de uma convenção de homens de côr na cidade de Campinas (S. Paulo), e foi um dos negros paulistas que vieram ao Rio protestar contra a tentativa dos comerciantes da Rua Direita, daquela cidade, de proibir que pessoas de côr se concentrassem naquela via pública aos sábados à tarde, alegando que com isso tinham prejuízo, pois a presença de pretos afugentava a freguezia branca, de maior poder de comprã. Instalado no Rio de Janeiro, Abdias assistiu a uma série de conferências do teatrólogo Pascoal Carlos Magno, insistindo sôbre a necessidade do teatro negro. Aproveitando a deixa, Abdias retomou a idéia, desta vez com mais sorte, e assim nasceu o T. E. N., cujo sucesso no palco despertou a atenção de outros negros que a êles se agregaram, ampliando a estrutura e os objetivos do movimento, que durante algum tempo seria a mais legítima expressão ideológica da pequena burguezia intelectualizada e pigmentada no Rio de Janeiro, e, por sem dúvida, no País.

Para esta camada o movimento foi uma verdadeira revelação e sôbre ela exerceu às vêzes, pelas perspectivas que abria, um verdadeiro fascínio. E' o que transparece, por exemplo, no depoimento que se segue, oferecido por um intelectual de côr que viria a ser mais tarde dos mentores do movimento. Êle conta assim a maneira como foi conquistado pelo movimento de Abdias: "Há cinco anos surgiu no Rio o T. E. N.. Era mais um clube de diversões (parecia a princípio) e, em seguida, após algumas atividades, tais como a Convenção Nacional do Negro, parecia que se tratava de mais um centro de cultura de recalques, em que negros "freudizados" se reuniam para carpir o destino da raça. Parecida.

"Há cinco anos passados, o fundador do T. E. N. me procurava para obter meu apoio à sua iniciativa e eu o

despistei, como se despista a um demagogo e a um negro ladino. Ficou, entretanto, dêste encontro, a curiosidade pelo movimento. Acompanhei o T.E.N. Várias conversas, vários encontros com o fundador do T.E.N. E, em certo momento, vi, enxerguei a intuição que Abdias Nascimento carregava em si; vi, enxerguei a pista jamais suspeitada que êle estava abrindo na vida nacional.

“Para um homem pegado de mau jeito pela sorte, como êsse que vos fala, e que está ainda com a vida por organizar, esta descoberta representava uma maçada. Uma maçada porque me obrigava a uma decisão, que honestamente só poderia ser uma: a de tornar-me um aliado de Abdias Nascimento, na realização da obra pela valorização do homem de côr. Ai dos homens para quem as idéias existem.

“A força daquela intuição venceu as minhas resistências e até mesmo o meu escrúpulo em confundir-me com certo tipo de reivindicador contumaz”. (31)

Ninguém melhor do que alguém que viveu o processo podia descrever êsse aspecto de *revelação*, de *intuição*, de *descoberta* de “pista jamais suspeitada”, *visão* considerada genial da tomada de consciência prática de seu problema, que permitia ao intelectual negro de classe média, sem aparentar ser um “freudizado”, lutar como *elite*, num *plano de espiritualidade*, pela valorização do homem de côr, *sem se confundir com certo tipo de reivindicador contumaz*. “E” esta uma das finalidades mais importantes do nosso movimento: a de suscitar o florescimento de uma elite de homens de côr, capazes de empreendimentos de envergadura, na esfera da cultura — “como diz, em

(31) Alberto Guerreiro Ramos, *O Negro no Brasil e um Exame de Consciência*, in *Relações de Raças no Brasil*, Edições Quilombo (1950), pág. 35-36.

editorial, o jornal *Quilombo*, órgão do T.E.N. (32), que continua: "A unidade desta elite (que pode integrar os temperamentos pessoais mais diversos e contraditórios até) não se estriba numa arregimentação, mas numa espiritualidade, de que o Teatro Experimental do Negro é a alma mater".

Atraindo a elite, preocupado em não fazer arregimentação de massas, temeroso de ser confundido com certo tipo de reinvidicador contumaz — T. E.N., já então ampliado em sua estrutura, e cada vez mais forçado pela tensão racial a tornar mais nítidos seus reais objetivos e sua verdadeira função, passou a multiplicar suas atividades e a fazer, na prática, em sua arregimentação — não da massa, mas da elite, como passo inicial, preparatório de novos vãos.

E' o que revela, aliás, o seu fundador ao declarar em discurso: "o T.E.N. não é, apesar do nome, apenas uma entidade de objetivos artísticos. A necessidade da fundação deste movimento foi inspirado pelo imperativo da organização social da gente de côr", acrescentando em seguida: "Não é com elocubrações de gabinete que atingiremos e organizaremos esta massa (de côr) mas captando e sublimando a sua profunda vivência ingênua", "manipulando as sobrevivências paideumáticas, que se prendem às matrizes culturais africanas, através de um teatro assentado nas reminiscências, míticas e nos impulsos míticos do negro". (33)

Ao procurar identificar as razões do fracasso de outras associações negras, no sentido de aproveitar-lhes as experiências, evitando o mesmo desfêcho, diz ainda Abdias:

(32) Ano II, n.º 6, fevereiro de 1950, pág. 11, "*Exposição das Atividades do T. E. N.*"

(33) Abdias Nascimento, *Espírito e Fisionomia do Teatro Experimental do Negro*, discurso de instalação da Conferência Nacional do Negro, maio de 1949. In op. cit., págs. 9-12.

"Parece-nos, e tudo confirma, que o motivo (do fracasso) estava e está em que os *fins* destas associações, embora fôsem algumas vêzes corretamente identificados, os *meios* de ação eleitos para atingi-los foram *desadequados*", acrescentando: "Há, portanto, a ordem dos meios e a ordem dos fins". "O T.E.N. pertence à ordem dos meios. Ele é um campo de polarização psicológica, onde se está formando o núcleo de um movimento social de vastas proporções".

As proporções verdadeiras dêste "*vasto movimento social*", a camada que pode ser realmente atingida pelo seu apêlo e em cuja posição e perspectiva êle pode ter ressonância, o objetivo supremo e expresso de sua idéia-tôrça, seu movimento, sua ideologia, Abdias, assim o define textualmente: "*Adestrar gradativamente a gente negra nos estilos de comportamento da classe média e superior da sociedade brasileira*". (34)

(34) Id., *ibid.*, pág. 11. Excusado é dizer que isto não representa apenas uma opinião ou aspiração pessoal do diretor do T.E.N. — mas a aspiração coletiva de toda um setor, de toda uma classe: o setor intelectual da pequena burguesia negra. Este anseio está sempre presente nas linhas ou nas entrelinhas do que escreve, por exemplo José Pompílio da Hora, na sua coluna "A Voz do Negro". Numa crônica, intitulada "Aspecto real da vida", diz êle, por exemplo: "Utilizando os recursos da cultura e do saber, para sermos negociantes, para termos as nossas casas, os nossos apartamentos em todos os edifícios, para termos o bom meio social que possam substituir os antros de perdição... Não temos um clube social onde possamos passar, juntos com nossas famílias, horas de dozentas distrações... Nossa vida civica advem de nossa prosperidade econômica... Quantas lojas de cidadãos negros temos? Quais os armazens onde trabalhe o negro sendo ele proprietário? Quantos bares ou casas de moveis de que ele é dono? Precisamos de tudo isto, sempre dentro de uma grande moral e ordem. (Artigo datado de 28-X-49). Noutra crônica ele fala na necessidade do negro "vestir-se higienicamente de acordo com sua côr", "preocupando-se com a apresentação social de nossa raça". E adiante, nessa mesma crônica intitulada "Plebeus e Patricios", apela para os negros nesses termos: "devemos ter mais brilho, devemos ligar em sermos dignos de nossos irmãos brancos". E condena, em seguida, os cabelos esticados das moças e rapazes negros, os trajes berrantes, "cheios de estampados ou de côr vermelha", "que não correspondem à tonalidade da sua côr". Ainda noutro artigo, (9-XI-49) Pompílio da Hora, volta ao assunto, responsabilizando o que êle chama de "complexo de incapacidade" pelo fato dos negros não terem "carros de luxo", "casa própria", "bailes", "formatura" etc. (sic)

Temos assim, um movimento cujo objetivo é adestrar o negro nos estilos das camadas predominantemente brancas e socialmente dirigentes da sociedade brasileira, baseado na convicção de que as massas de côr, em consequência de seu baixo nível cultural — afirma Abdias, que a mentalidade do negro é “pré-lógica” (sic) — não podem ser atingidas por idéias, conceitos e “técnicas letradas”, só sendo possível alcançá-las “manipulando” o misticismo, as sobrevivências africanas, suas tendências artísticas e musicais, seu sentimentalismo, sua “vivência ingênua”, seu gôsto pela recreação, pela exteriorização, pela representação, em sua predisposição para responder aos apelos de tudo o que é místico e fantástico e que sejam fortes em “teluricidade”.

Na sua história curta e nesta breve caracterização vê-se que a linha de côr gerou o grupo teatral e experimental de negros e êste, em face da tensão racial, foi leyado a transformar-se num movimento — uma estrutura e um programa destinado a bater a linha de côr não só na ribalta, mas em tôdas as frentes, inclusive, como declararam repetidamente, dentro do próprio negro, onde a sociedade inoculou um complexo de humildade que é o seu mais forte inimigo.

A situação racial brasileira, cujas barreiras o T.E.N. quis inicialmente desbordar por vias laterais, obrigou-o, na prática, a superar a limitação deliberada de seus objetivos artísticos originais, frustração que o forçou a transformar-se de um *grupo teatral* em um *movimento social*, que atingiu seu período de maior vigor aparente quando, por assim dizer, deixou de “representar” e passou a funcionar no quadro das tensões raciais como um “grupo de pressão”, a desempenhar o seu papel de elite militante, terminando por indicar um candidato às eleições municipais de 1950 — que foi, aliás, o próprio Abdias.

O período áureo do T.E.N. não foi pura e originalmente artístico — foi o pré-eleitoral (1949-50), quando o entusiasmo de seus dirigentes e a generosidade interessada de candidatos brancos a postos eletivos forneceu os meios psicológicos e financeiros para o T.E.N. ter uma sede própria, editar um jornal e melhorar sua apresentação, realizar seus bailes elegantes, concursos de beleza, congressos e conferências, a reivindicar auxílio governamental — concedido, mas não recebido — a aumentar sua envergadura, seus propósitos, sua influência aos olhos dos negros, dos brancos e, principalmente, aos seus próprios olhos.

As eleições nacionais de 1950, entretanto, representariam um teste decisivo. A euforia foi tamanha que o diretor do T.E.N. lançou aos partidos a sua candidatura e um dêlês lançou sua candidatura ao eleitorado. (35)

Na sua propaganda eleitoral o candidato frisava a importância numérica da população de côr no Brasil e alinhava as iniciativas que êle pessoalmente havia tomado em favor da população negra. “Somos vinte milhões de brasileiros... a exigir, em nome da democracia, um número correspondente de vagas para candidatos negros e mulatos...” E com referência particular ao eleitorado da capital do País declarava em artigo de fundo do seu jornal: “Saibam os partidos e os candidatos que mais de um milhão de votos da massa negra pode e quer decidir da vitória”. Milhões e milhões de esperanças, porém, ruíram com o desfecho das eleições, nas quais, aliás, Abdias nem sequer concorreu de fato, golpeado por uma

(35) Cfr. o artigo de Abdias Nascimento, *Nós e a Sucessão, Quilombo*, Ano I, n.º 3, junho de 1949, pág. 1, reproduzido em panfletos de propaganda eleitoral sob o título *Os Negros e a Eleição de Abdias Nascimento* e, ainda no mesmo periódico *Candidatos Negros e Mulatos* (Ano II, n.º 6, fevereiro de 1950, pág. 1.)

manobra eleitoral do próprio partido que lhe patrocinou a candidatura. (36)

O despertar dêste sonho eleitoral (37) revelou uma realidade bastante crua: *Quilombo* deixou de sair, a sede desapareceu e os credores apareceram, os inúmeros órgãos, institutos, museus, conselhos e tôda a constelação de setores de atividades em que o T.E.N. se havia desdobrado permaneceram no papel e na sessão de instalação, donde nunca passaram, e a troupe que se tornou um *grupo de pressão* e sonhou o sonho cândido da negritude adestrada nos estilos das classes dirigentes — declinou, murchou, morreu.

Já há dois anos caiu o pano. O T.E.N., senão como ideal ao menos como associação atuante, quer no plano de suas realizações artísticas, quer no plano das atividades de seus múltiplos órgãos e departamentos dependentes —

(36) Durante os preparativos e a propaganda eleitoral tôda a publicidade em tôrno de Abdias preparava sua eleição para vereador municipal; para isso uma industrial branco candidato e deputado, principal financiador das atividades do T.E.N. neste período, montou, juntamente, com Abdias um escritório eleitoral. Ao se divulgarem, porém, nas vésperas das eleições, as listas dos candidatos do partido a deputados e vereadores, Abdias fora incluído entre os candidatos a deputado, que exige quociente eleitoral maior, inteiramente fora de suas perspectivas. Isto significaria que a votação de Abdias beneficiaria a legenda do partido, mas não teria a menor possibilidade real de elegê-lo. Em face disso, Abdias desinteressou-se de sua propaganda já nas vésperas do pleito e nem sequer foi ao Tribunal Eleitoral fazer a regularização final de sua inscrição.

(37) A esperança no voto empolgou realmente os líderes negros da classe média nas eleições de 1950. Vejam-se, por exemplo, essas palavras de Pompílio da Hora na coluna *A Vos do Negro*, numa crônica intitulada "O Voto é a Nossa Vitória": "Depois de muito pensar, chegamos à uma conclusão: nada conseguiremos sem os nossos legítimos e fiéis representantes nas varias casas do congresso..." E diante, lamentando o fato dos negros votarem em candidatos brancos, diz textualmente: "Na hora das eleições os nossos votos perdem logo a cor negra, para elegerem os magos da nossa nunca alcançada igualdade, fraternidade e justiça". E conclue: "O voto é a nossa vitória. O voto é o sol da nossa integridade moral e cívica. Com o voto mostraremos, elegendo nossos irmãos, se temos ou não, consciência dos sofrimentos espirituais a que somos sujeitos e das humilhações que a cada passo se deparam ante nós". E, dramático finaliza — "Minha raça, educa teus filhos, embora com sacrifícios, com privações, educa-os para o bem do Brasil!" (Artigo datado de 9-X-49).

na data em que escrevemos, saiu de circulação, embora não tenhamos dúvida de que vive no ideal dos que o animaram e existe latente nas raízes da situação racial brasileira, de que o T.E.N., em certa época, foi um produto e um símbolo.

Foi através dos órgãos e setores conexos, ao lado da atividade artística, que o T.E.N. tentou irradiar a sua ação, tentou ditar a sua "linha", mobilizar seguidores e prosélitos e tornar-se um movimento em marcha. Por isto mesmo estas atividades correlatas — algumas das principais — impõe-se sejam estudadas em particular, pois cada uma delas são formas e variantes específicas do papel básico que o T.E.N. desempenhou, ou quis desempenhar — mas sempre exprimiu — no mecanismo das tensões raciais.

Uma das iniciativas mais ruidosas e de mais sucesso publicitário dentre as promovidas pelo T.E.N. — embora, também, das olhadas com mais desconfiança pelos negros de geração mais antiga (38) — foram os concursos de beleza para a eleição da *Rainha das Mulatas* e da *Boneca de Pixe*. Foram feitos três ou quatro dêsses concursos, sob o patrocínio de órgãos da imprensa, resultando na coroação das eleitas em bailes de gala, com o comparecimento de figuras de destaque mundano. Êsses concursos, de acôrdo, com o objetivo explícito de seus organizadores, tinham por finalidade "promover a valorização social das riquezas eugênicas e estéticas" da mulher

(38) De geração mais antiga e de moral mais conservadora. Assim, além de algumas manifestações verbais de desagrado, recolhidas pelo Autor em entrevistas, o pro esto contra êsses concursos constituiu tema de uma das citadas crônicas de Pompílio da Hora, intitulada "Moral" onde ele diz enfaticamente: "Repelimos estas iniciativas por considerá-las ofensivas e afrontosas para a família negra brasileira", acrescentando: "Estamos fartos de humilhações oriundas de todos os lados e não recebemos com agrado aquelas vindas e patrocinadas por nós mesmos". Ele se refere explicitamente ao que chama "exibições de nudismo".

negra e mestiça e lograr, por êste meio, o que foi chamado de “desrecalcamento em massa”.

Em face da acessibilidade da mulher negra e mulata no Brasil à sedução do homem branco, resultante da posição social inferior dos grupos de côr na nossa sociedade e em face dos estereótipos correntes entre brancos sôbre as excepcionais qualidades da mulher de côr para as relações sexuais extra-conjugais — que é um dos estereótipos raciais melhor caracterizados que se podem encontrar neste País — tudo leva a crêr que a *valorização* de que a mulher de côr está carecendo não é precisamente de ordem *estética* ou *eugênica* no sentido em que tais expressões são empregadas pelos promotores dêsses concursos de beleza — mas sim social, econômica, profissional, e moral. O “recalcamento” dá mulher de côr no Brasil, em princípio, não é provável que exista por falta de valoração estética, nem por falta de procura por parte do homem branco. Talvez êle até resulte mais do fato de haver uma valoração principalmente dêste tipo, a que por sua vez resulta da posição social que a mulher de côr ocupa em face do homem branco. Este excesso de valoração puramente carnal, que é o reverso de sua inferiorização no plano econômico, social e intelectual — é sem dúvida, a mais provável fonte dêsse “recalcamento”.

Tudo parece indicar, por consequência, que o “desrecalcamento em massa” que os teóricos do T.E.N. visavam à atingir nesses concursos de beleza de ébano — era, acima de tudo, do homem de côr, para quem, em regra, em nossa sociedade, a mulher branca é relativamente muito mais inacessível do que a mulher de côr para o homem branco.

Nêsse sentido, tais concursos parece que desempenhariam, principalmente, a função de destacar aos olhos do homem de côr as qualidades estéticas da mulher do seu

próprio grupo étnico, a função psicológica, através da escolha da mulher-símbolo, de despertar nêles o interesse pela mulher de cor, de convencê-lo de que não é um frustrado pelo fato de sua capacidade de escolha estar fortemente limitada, na sociedade em que êle vive, à sua esfera étnica e social, na qual caberia aos prélios de beleza negra demonstrar que existem qualidades estéticas e eugênicas plenamente desejáveis.

Aliás, é extremamente significativo notar a recente preocupação da elite negra com sua aparência estética. Para isso não é preciso procurar provas indiretas, pois o assunto é abordado diretamente na imprensa negra. (39)

Ao lado dos espetáculos teatrais e dos concursos de beleza, outro dos mais característicos setores de atividade do T.E.N. como movimento social e cultural do negro é o que se refere aos ensaios de "grupos-terapia", que levou a efeito como ponto básico do programa do Instituto Nacional do Negro, um dos departamentos que compunham

(39) Cfr., por exemplo, a crônica intitulada "Da Beleza Racial", assinada por J. Barboza, in *Quilombo*, Ano II, n.º 9, maio de 1950, pg. 6 e o artigo *Revelações Rogerianas*, do jornalista negro João Conceição, id. *ibid.*, n.º 6, fevereiro de 1950, pg. 9, além das notas e informações de conselhos de beleza, em diversos números do jornal "Redenção". No seu artigo o jornalista João Conceição discute francamente que, noutro tempo, em regra, só eram ventiladas por brancos e sempre com intenções depreciativas, como, por exemplo, os relativos ao cabelo encarapinhado do negro e ao cheiro de seu corpo. O cronista, no artigo citado, se declara — embora em processo de superação — portador de complexos ligados à aparência de raça. O alizamento do cabelo por exemplo, êle pensou por muito tempo que era uma prova de imitação de branco e de auto-desestima étnica, mas libertou-se deste complexo pensando que quando uma mulher branca ondula o seu cabelo está imitando a negra, não havendo, portanto, razão para o complexo. Outro semelhante de que o jornalista se confessa vítima, e que também diz ter superado era o ligado ao que êle chama de "odor desconcertante" dos negros. O complexo desapareceu, segundo ele diz quando verificou que muitos brancos tinham também o tal desconcertante odor... Sobre esse segundo complexo, aliás o cronista promete aos leitores um segundo artigo, dedicado especialmente a êle, que, infelizmente, não encontramos em nossa coleção do jornal. Excusado é dizer que a discussão franca e aberta de tais problemas, em torno dos quais existem em nossa sociedade muitos estereótipos menosprezantes, feita por um escritor negro, num jornal negro, parece indício muito expressivo das reações psicológicas que estão surgindo em face do novo esquema da situação racial.

o seu sistema. O Instituto do Negro, no conjunto, era o "departamento científico", que visava promover estudos relativos "a tudo quanto se referia a assunto negro, quer seja de caráter antropológico, sociológico, histórico, religioso ou linguístico". Sua atividade principal consistiu num "seminário de grupoterapia", no qual as matrículas estavam abertas para os elementos do T.E.N., "admitindo-se, excepcionalmente, a inscrição de elementos estranhos aos quadros do Teatro Negro". (40)

De acôrdo como o que se lê no órgão de divulgação do movimento, o "seminário" tinha por objetivo "formar uma turma de técnicos hábeis para organizar grupos, tendo em vista a eliminação das dificuldades emocionais que impedem a plena realização da personalidade da gente de côr". Segundo ainda a mesma fonte, o T.E.N. pretendia ir, com as turmas assim formadas, "atuar nos morros, terreiros e nas associações de gente de côr", promovendo a valorização do negro por meio destas "purgações" de seus recalques. Trata-se, assim, não só do explícito reconhecimento, feito por líderes do movimento negro, da existência de fatores que conduzem a dificuldades emocionais, que impedem a plena realização da personalidade da gente de côr — mas, também, de formar turmas de técnicos hábeis que, em caravana, se dirijam às áreas de concentração da população de côr com a finalidade de purgá-las de seus distúrbios emocionais e de sua angustia psicológica.

O dirigente e responsável teórico por êste setor de atividades do T.E.N. foi o Snr. Alberto Guerreiro Ramos e nos seus artigos para o jornal do movimento é que se encontram os materiais doutrinários referentes a êste aspecto da atuação do Teatro Experimental do Negro.

(40) *Quilombo*. Ano I, n.º 3, junho de 1949, pág. 11.

Na aula inaugural do seminário, Guerreiro expõe sua concepção sobre o que ele chama de "sociatria", nome que preferiu dar à sociometria de J. L. Moreno, declarando que suas raízes vêm de longe, desde a *catarsis* de Aristóteles. Saint Simon e Robert Owen são, na sua opinião, dois "faróis" donde derivam as correntes de pensamento que deram origem à "sociatria". Estes, porém, embora acertassem nos seus diagnósticos sobre os desajustamentos entre a estrutura da sociedade e a natureza humana — não encontraram uma "terapêutica acertada" para a resolução deste problema. A psicanálise, apesar de representar "o início da fase científica da sociatria", cometeu "erros graves, o principal dos quais é a confusão do biológico com o social", confusão que, segundo Guerreiro, "só recentemente foi inteiramente desfeita, especialmente graças aos esforços do médico e sociólogo austríaco Jacob L. Moreno". Augusto Comte, Rilke, Erich Fromm, Charles Peguy... têm também destacadas as suas contribuições ao problema. (41)

Segundo Guerreiro, Moreno foi quem mais decisivamente contribuiu para "uma nova interpretação para o significado de drama" e confessa que é na obra numerosa de Moreno que se baseia "grande parte de seu ensaio".

Partindo da noção de que "a essência da sociedade é o drama", a terapêutica catártica preconizada consiste em inverter os termos do problema, fazendo do palco uma miniatura da sociedade e nêle configurando situações teatralizadas nas quais o "paciente" (*sic*) representa papéis que lhe permitam extravazar na pequena *sociedade do palco* as angústias, os temores, as emoções, as ansie-

(41) Cfr. *Apresentação da Grupoterapia, Quilombo*, Ano II, n.º 5, janeiro de 1950 pág. 6 e *Leoria e Prática do Psicodrama*, ind. *ibid.*, n.º 6, fevereiro de 1950, pág. 6-7.

dades que lhe resultam na personalidade em consequência do papel frustrado que lhe cabe no *palco da sociedade*. Com isto espera-se — e nisto consiste o objetivo “clínico” — inclusive “treinar”, no indivíduo que se submete a essas figurações, “novas formas de conduta”, que visem sua “readaptação” na vida social.

Entretanto — diz-se enfaticamente — o “mecanismo fundamental do psicodrama” é a *catarsis*, ou seja, “esta espécie de libertação interior”, de alívio da alma que resulta d’êla representar no palco papéis que desejaria muito representar, na vida — que certamente representa, imaginativamente, em formas artísticas de pensamento — mas que objetivamente não consegue representar na estrutura social de que participa, donde lhe resulta a “ansiedade” de que o drama pretende “purgá-lo”.

Assim, com êste “achado”, o T.E.N. — que Guerreiro considera “uma das iniciativas de maior gravidade e profundidade na vida cultural do País” (42) — é que o movimento tentou enveredar por “uma pista jamais suspeitada entre nós, ou seja, a de, pelo teatro, adestrar os cômicos nos estilos de comportamento da classe média e superior”, retomando “a significação original do teatro como processo catártico”, com o que, sempre na sua opinião, conseguiu “transformar a luta de classes num processo de cooperação”.

Evidentemente, não cabe discutir aqui as teorias e os passes de terapêutica catártica preconizados pela “sociatria”: inclusive porque esta polémica, no plano metodológico, teria de ser travada com os que propuzeram originalmente tais concepções e para isto — *hic locus non est*. Interessa-nos destacar, isto sim, dentro do contexto

(42) *Uma Experiência de Grupoterapia — Quilombo*, Ano I, n.º 4, julho de 1949, pág. 7. Aliás, é sempre super-valorativa a linguagem d’esses autores quando falam do movimento, de sua atuação, de suas criações e, principalmente, de seus pró-homens.

da situação racial brasileira contemporânea, que a voga dessas idéias e práticas, entre intelectuais negros da classe média, no Rio de Janeiro, no fim da primeira metade do século XX — significa muito mais do que mera coincidência.

Em verdade, significa a existência de negros de classe média querendo se adestrar nos estilos de sua classe; significa a existência de barreiras às possibilidades objetivas dêste adestramento e o conseqüente aparecimento de um estado de angústia entre êsses negros; significa a racionalização da luta frontal contra essas barreiras, que não fazem para “não se confundirem com o tipo do reivindicador contumaz”, e a tentativa de contornar emocionalmente essas barreiras por meio de um mecanismo dramático de *faz de conta que somos brancos*; significa, finalmente, que a angústia psicológica da côr e as limitações ideológicas da classe juntaram-se aqui para preparar o terreno onde floresceria a utópica aspiração de sair pelos morros, pelas favelas e pelos subúrbios levando a mensagem redentora da *catarsis*, o segredo da *purgação* dos recalques, a chave mágica do extravazamento de tudo o que a fome, e o salário de fome, o baixo padrão de vida, a herança da escravidão, a “casa de cachorro”, o analfabetismo, a doença, o preconceito, a linha de côr — pôs na alma do homem do povo desta cidade, dêste País e dêste mundo.

Como não podia deixar de ser, êstes e outros aspectos da teoria e da prática, da concepção e da atuação do T. E. N. foram carecendo, aos poucos, de se integrarem orgânicamente numa ideologia mais geral, que racionalizasse, que justificasse e imprimisse certa lógica a todos êsses setôres e iniciativas isoladas de pensamento e de ação, que se impusesse ao movimento negro como um todo, compondo um sistema de idéias, uma filosofia da vida, uma bandeira de luta de forte conteúdo emocional

e místico, capaz de se propagar, de despertar, de arrastar os homens negros com a força estimulante que têm as grandes idéias e as mensagens redentoras.

Para desempenhar essa função de *ideologia* do movimento negro, útil como mito nas horas de ascensão, necessário como consôlo e como comunhão mística entre os iniciados nas horas de adversidade — é que surgiu — e continua hoje em plena elaboração — a idéia da *negritude*.

É preciso que se diga que os próprios intelectuais negros que falam de *negritude*, e os brancos que em torno do tema fazem variações, jamais lhe deram uma formulação explícita e sistemática; dir-se-ia que eles “sentem” a *negritude*, o que seria melhor do que afirmar que eles a “pensaram”, ou, ao menos, que a formularam como corpo coordenado de idéias e interpretações sôbre o problema atual do negro brasileiro. Além disso, a *negritude*, sub-produto ideológico da situação social de uma pequena elite de negros, representa, ainda, por excelência, a formulação particular que essa clique vanguardeira dá à racionalização de seu problema e ainda guarda, portanto, nessa fase larvária de sua gestação como ideologia — da qual é possível que nunca passe — a marca muito nítida dos temperamentos, das preferências, dos estilos, das variantes pessoais de posição social e de mentalidade dos intelectuais negros de cuja cabeça brotou a idéia. A *negritude*, portanto, é uma ideologia *por vir a ser*, vivendo sua fase larvária e indefinida, algo informe, muito mais sentido do que pensado, já refletindo nitidamente uma situação social mas ainda longe das massas, das pugnas, das formulações programáticas, dos esquemas de conceitos definidos.

Por enquanto, cheira ao incenso místico das idéias de seita, sentido, apenas, pelos iniciados — está longe ainda de ganhar o odor do suor das massas em movimento perseguindo uma idéia-fôrça.

Artistas, poetas, escritores, pequena elite intelectual da pequena burguesia negra, homens de sensibilidade multiplicada pelo choque de sua vocação, seu temperamento e suas ambições de encontro à realidade de classe e de raça em que estão situados, racionalizaram a sua queixa e, na ânsia de fugir ao quotidiano, transformaram sua côr, fonte, muitas vèzes, de dissabores, num valor supremo para êles, sob o qual se abrigam para dizerem, "sem medo e sem vergonha": *niger sum!*

O processo, portanto, é o mesmo de formação de todo mito; retira-se dos fatos uma *abstração*, considera-se essa abstração como um *fato*, e passa-se a enxergar, a pensar, a sentir, a agir em função dessa concepção invertida e mistificada das coisas. Aqui, o fundamental, o conteúdo, o concreto é o fato da diferenciação social dentro do grupo negro ter dado lugar à formação de uma elite, que luta contra a linha de côr e para ascender nos quadros sociais existentes; o contingente, a fôrma, o acessório, o místico, o abstrato — é a forma pela qual o termo *raça* é colocado na equação.

Os textos escritos em que a idéia da *negritude* é referida, são poucos (43) e em nenhum dêles se encontra sequer uma tentativa de perfurar a névoa que a cerca e dar-lhe uma formulação clara do que ela pretende ser.

(43) Cfr. Ironides Rodrigues, *A Estética da Negritude* (1950), tese no 1.º Congresso do Negro Brasileiro. Os vivos debates que neste conclave foram travados na noite em que esta tese foi discutida e aprovada representaram, para o Autor, a sua principal fonte direta de observação sobre o significado sociológico da negritude. Ironides, no correr dos debates reconheceu ter sofrido alguma influência do existencialismo de Sartre, através de um artigo, *Orfeu Negro*, que êle traduziu para *Quilombo*. Cfr. também, Alberto Guerreiro, Ramos, *Apresentação da Negritude*, in *Quilombo*, Ano II, n.º 10, junho-julho de 1950, pg. 11; Gilberto Freyre, *A Propósito da Negritude*, *id. ibid.*; A. G. Ramos *Um Herói da Negritude*, suplemento do Diário de Notícias", 6 de abril de 1952. Além dêste artigo a maior parte do material existente só pode ser apreciado através de observação direta e participante das opiniões, atitudes, dos estados de espírito, das discussões e manifestações verbais dos que espõem a idéia, por meio de entrevistas, observações feitas no Congresso do Negro e conversas informais com líderes negros.

Vejamos alguns exemplos de como os que escreveram sobre a *negritude* a ela se referem:

“... A Negritude, essa sensibilidade e alma do negro debruçada sobre os problemas do universo...” (Aguinaldo Camargo, em discurso lido na sessão de encerramento do Congresso do Negro).

“... Apresta-se, (assim) o país, por intermédio de uma parte da sua *inteligentzia* (o T. E. N.) para oferecer ao mundo uma metodologia genérica de tratamento de questões raciais. Esta é a nossa profunda convicção. No momento em que lançamos na vida nacional o mito da negritude fazemos questão de proclamá-la com toda clareza.

“A negritude não é um fermento de ódio. Não é um cisma. É uma subjetividade. Uma vivência. Um elemento passional que se acha inserido nas categorias clássicas da sociedade brasileira e que as enriquece de substância humana”. (G. Ramos).

“... A negritude, com seu sortilégio, sempre esteve presente nesta cultura (a brasileira), exuberante de entusiasmo, ingenuidade, paixão, sensualidade, mistério, embora só hoje, por efeito de uma pressão universal, esteja emergindo para a lúcida consciência de sua fisionomia”. (idem).

“... É um título de glória e de orgulho para o Brasil o de ter-se constituído no bêrço da negritude, doce e estranha noiva de todos nós brancos e trigueiros...” (idem).

É sempre neste tom que a *negritude* fala de si mesma: “é todo um humanismo”, “uma comoção idiossincrática do universo”, “uma terapêutica espiritual”, “têrmo de valor catártico e psicanalítico”, “uma superação do imperialismo antropológico e sociológico. E mais ainda: “durante muito tempo (a *negritude*) será uma elaboração cultural cuja fruição se restringirá a um pequeno grupo de intelectuais”,

que ainda se encontra “em sua fase heróica, pois os homens que vivem o seu *pathos* são uns solitários, são criaturas paradigmáticas...” (44)

Através dessas expressões enfáticas e rebarbativas, percebe-se, como dissemos, que a idéia da *negritude* é muito mais sentida do que pensada pelos que falam dela e exprime, antes de mais nada — como diz com muito acêrto Alberto Guerreiro Ramos — um *pathos*, aquêlo que é sentido por alguns intelectuais negros e que querem se servir da idéia da *negritude* como “verdadeira terapêutica espiritual”, para obterem “a libertação do medo e da vergonha de proclamar sua condição racial” (sic). (45)

Essa “terapêutica” atua por meio de uma supervalorização puramente sentimental da contribuição do negro à civilização brasileira — especialmente às artes e à literatura — mecanismo de compensação de tudo quanto resulta de adverso ao intelectual negro em consequência da linha de côr na sociedade em que êle vive. Nêsse sentido, como mística de libertação subjetiva, a *negritude* significa uma fuga do quotidiano e um refúgio no fantástico.

Êsse característico, de idéia revelada, transparece um pouco, aliás, da narrativa feita por Ironides Rodrigues, perante o Congresso do Negro, sôbre como a palavra foi encontrada: certa noite, na casa de um dêles, Ironides, Abdias e Guerreiro, com suas respectivas espôsas, divertiam-se em família, comendo, bebendo, cantando e dançando. A certa altura, alguém, levado pelo entusiasmo do

(44) Essas variações não muito claras sôbre a *negritude*, feitas quase à moda de devaneio, encontram-se num artigo recente em que Guerreiro faz o necrológio de Aguinaldo Camargo, comissário de policia e ator do T. E. N. — aliás, um dos seus melhores artistas — e que é ali apreciado como um *herói*, *mártir* e *príncipe* da *negritude*. Note-se que Aguinaldo morreu atropelado por um automóvel ao atravessar uma rua do bairro em que morava.

(45) Cfr. seu artigo *Um Herói da Negritude*, loc. cit.

momento, erguendo o copo de cerveja, grita — *Viva a negritude!* Fêz-se silêncio e todos passaram a meditar sôbre o significado do têrmo, pesando-o e discutindo. Estava descoberta a palavra que serviria para batizar a racionalização de seu problema quotidiano e, como diz Guerreiro, para libertá-los “do medo e da vergonha de proclamar sua condição racial”.

Tudo pré-existia, portanto, e, quando o nome brotou do berro, veio vestir uma situação já existente e concreta na ordem dos fatos, passando, daí por diante, a ganhar as plumagens verbais que lhe dariam, na mente dos iniciados, a envergadura de uma concepção do mundo, de uma “cosmovisão, semelhante à judaica”. (46)

Na tese de Ironides, apresentada ao Congresso do Negro, o problema é abordado do ponto de vista particular da estética. E essa aplicação consiste em afirmar que o negro, em consequência de atributos específicos de raça, tem uma sensibilidade hiper-desenvolvida, que o predestina à música, à poesia, à literatura, à dança, ao canto, em suma, às artes.

Já assinalamos a significação disso tudo como via de ascensão social do homem de côr na sociedade brasileira, o que torna relativamente fácil à tese encontrar em nossa história exemplos que, desligados de seu enquadramento real e histórico, servem aparentemente para confirmar aquele ponto de vista; já assinalamos, também, que as associações tradicionais do negro brasileiro foram, por excelência, religiosas e recreativas, das quais resultou sua característica contribuição à cultura de folk no Brasil — outra ordem de fatos que, desligada de seu contexto, traz

(46) Cfr. *Um Herói da Negritude*, loc. cit. — É de notar que essa “cosmovisão” no dizer de Guerreiro é “resultante de uma compenetração peculiaríssima de fatores históricos e biológicos. (Nosso é o grifo). Observa-se, portanto, como a invocação de fatores biológicos para explicar uma atitude específica de um grupo étnico diante da vida social é o cerne e o núcleo do racismo em qualquer variante ou modalidade.

uma confirmação falaz, aparente e ilusória à “estética da negritude”.

O pendor para as artes e o traço marcadamente sentimental da contribuição do negro ao cadinho de civilizações que a história criou no Novo Mundo — não é traço ou atributo específico do negro como *raça*; aqui, isto resultou da forma social e histórica particular através da qual o negro destribalizado foi introduzido na América, forma que, pelos seus característicos de violência física e cultural do negro, não só impediram que sua contribuição civilizadora fôsse, também, marcante e diversificada noutras direções como até forçaram que ela quase só se pudesse realizar desta maneira.

Nêste sentido, êsse exclusivismo, ou melhor, essa preeminência do sentimental na contribuição do negro às civilizações do Novo Mundo, significa mesmo uma deformação e uma limitação social e histórica das suas potencialidades, que ficaram embotadas, pouco floresceram, em consequência das condições adversas de sua transplantação para a América como escravo, que marcou e marca até hoje sua trajetória e a de seus descendentes nas sociedades nacionais de que participa neste continente. Não é por mera coincidência, aliás, que aqui como nos Estados Unidos, precisamente a mesma falsa interpretação do problema que leva os negros entusiasmados com a idéia da *negritude* a exaltar um extraordinário pendor musical que enxergam na *raça* — êsse mesmo pendor, igual e falsamente interpretado, nos mesmos têrmos da tese da *negritude*, como traço intrínseco à *raça* e “paideumático” — é apontado pelos estereotipos da sociedade branca como prova de que “negro não dá mesmo para outra coisa”. “negro só está contente com chicote no lombo, cachaça no buxo, e viola na mão”.

Como se vê, aqui, a *negritude* e a *anti-negritude* confraternizam-se em tôrno da mesma visão errada e racista

do problema. Por isso é que a idéia da negritude pode ser, em última análise, diagnosticada como um grande, e perigoso, estereotipo de um grupo de intelectuais negros a respeito do negro.

É como todo estereotipo, este tem também sua atração, seu poder de propagação, que atua até sobre os próprios rivais da idéia. Prova disso, é que um dos líderes negros que mais se revela avesso ao grupo da *negritude*, líder que foi dos que mais combateram este grupo durante o Congresso do Negro, prepara-se agora (março de 1952) para lançar em circulação, um periódico que se chamará — *A Voz da Negritude*. (47)

A idéia da *negritude*, esse grande estereotipo de alguns negros a respeito do negro, representa, assim, o sub-produto mais sofisticado, mais sutil e, em certo sentido, mais elaborado, das mudanças em processo no quadro das relações raciais no Brasil e, em particular, no Rio de Janeiro. Seu estudo havia de ser feito ao lado, e como cristalização ideológica, do T. E. N., em cujo seio começou a elaboração de seu enunciado.

A verdade, porém, é que mesmo sem assumir essas formas doutrinárias, nem pretender as complicadas sutilezas daquela concepção — existem e funcionam hoje, no Rio de Janeiro, outras associações da categoria destas que aqui chamamos de *novo tipo* e que resultam, na prática, em outras tantas frentes nas quais a elite negra leva a efeito a sua luta por um lugar no espaço social ocupado pelas classes médias e superior da sociedade brasileira.

(47) Em entrevista com o Autor, o Sr. Joviano Severino de Melo, de quem estamos falando, declarou que *negritude*, para ele, não tem sentido, que lhe emprestam os dirigentes do movimento do T. E. N. Quer significar, *coletividade negra*. É pertinente assinalar, que o novo jornal será, por assim dizer, o dobro de uma seção permanente que Joviano mantém no *Jornal Hirataya*, dirigido pelo jornalista negro José Bernardo da Silva, sob o título de — *A Voz do Negro*. A mudança da epigrafe parece, portanto, indicar que, senão o conteúdo ao menos a sonoridade da palavra *negritude* começa a produzir os seus efeitos de propagação e a captar prosélitos. De resto, ninguém pode negar que, palavra, ela é um grande achado.

Essas outras associações têm seu fundamento sociológico precisamente nas mesmas condições de mudança estrutural que ressaltamos a propósito do T. E. N.: são água da mesma fonte. Embora seja quase certo que os líderes de cada uma discordem dessa opinião, a verdade é que, do ângulo de análise em que aqui são observadas, entre todas elas as semelhanças são muito maiores do que as diferenças e não seria mesmo impossível vê-las, no futuro, marcharem para uma fusão estrutural em torno do que têm de comum nas origens e nos objetivos. Iniciativas como a Conferência Nacional do Negro (1949) e o 1.º Congresso Brasileiro do Negro (1950), nas quais as discrepâncias entre as associações negras vêm à tona, às vezes em tom tão amargo, servem, exatamente por isto, como meios de acerto das diferenças e como etapas de progressiva identificação dos objetivos comuns. No último certame, aliás, em consequência de uma proposta de delegados dos negros de S. Paulo, ampliada por Abdias Nascimento, chegou-se a discutir a criação de uma *Confederação Nacional de Entidades Negras*, idéia que não foi avante em consequência da oposição dos que julgavam prematura e perigosa a iniciativa, que certamente seria acoimada de racista pela opinião branca. (48)

(48) A "Declaração Final", aprovada na última sessão do Congresso, entre outras recomendações e afirmações, declara que os problemas do negro brasileiro são uma parte dos problemas do povo brasileiro em geral e que só assim podem ser encarados e resolvidos. Com esta afirmação, apresentada assim em termos muito gerais — a única possível, aliás, num documento daquela ordem — coincidem os resultados de qualquer análise séria e honesta da situação racial no Brasil; do outro lado parece não haver dúvida, que, uma formulação tão geral como aquela é aplicável ao problema de qualquer grupo étnico historicamente colocado em situação desfavorável em qualquer sociedade nacional existente no mundo. Não resta a menor dúvida, porém, que, encarada como depoimento de uma situação em processo e indício das tendências ideológicas que dentro dela operam — a "Declaração" reflete, antes de mais nada, um compromisso entre orientações diversas, quicá diametralmente opostas, muitas das quais abertamente se opuseram, durante os trabalhos do Congresso, ao espírito, à letra e, principalmente, às implicações desta afirmação da "Declaração Final".

As diferenças, portanto, são de nuance, de ênfase maior ou menor que cada uma dá a êste ou àquele aspecto ou consigna na luta comum que estão travando contra o que chamam “a herança da escravidão”, contra as barreiras objetivas e subjetivas que encontram nos costumes e nas instituições, nas atitudes e nos estereótipos dos brancos e nos hábitos e na mentalidade dos próprios negros. É o que visivelmente se nota no que distingue os dois principais órgãos de liderança do negro no Rio de Janeiro atualmente — de um lado o T. E. N. e, de outro, a União dos Homens de Côr, *Uagacê*.

Essas diferenças entre as duas associações têm assumido, às vezes, o caráter de competição, mas isso não acontece necessariamente sob a forma de pugna franca e hostilidade aberta de uma contra a outra. Não há isso, nem o mútuo combate é a tarefa essencial a que essas associações se dedicam, como não poucas vezes acontece em situações semelhantes. Muito ao contrário, não raro tem-se mesmo a impressão de certa emulação entre elas.

Na verdade, o que acontece é que há, em relação aos “intelectuais” do T. E. N., uma profunda desconfiança por parte dos dirigentes da *Uagacê* que, aliás, neste ponto, refletem uma atitude de maior sobriedade, característica dos negros *evoluídos* de outra geração; por outro lado, em relação aos líderes da *Uagacê*, os dirigentes do T. E. N. não escondem uma noção de superioridade e certo desprezo pelos “reivindicadores contumazes” e pelos processos de luta que adotam.

Apesar disso, os gestos oficiais de cordialidade são frequentes, e a ambição de liderar não permite romper. Quando, por exemplo, José Bernardo, orientador da *Uagacê*, depois de sua atitude no Congresso do Negro e do bloqueio que teve sua tese por parte dos outros elementos — escreveu no seu jornal *Himalaya* um artigo de fundo sob o título “O Congresso do Negro *Abdias*”, fortemente

crítico quanto à pessoa, o passado, as atitudes e as intenções do dirigente do T. E. N., resolveu, o próprio José Bernardes, dias depois, tirar aquele número de circulação, lançando outro em seu lugar, em que tôda a matéria do anterior era reproduzida com exceção do referido artigo. (49)

O primeiro, como vimos, foi um grupo teatral que se tornou grupo de pressão; a segunda nasceu e se mantém mais propriamente como associação, que desde o primeiro dia de existência proclama ser organização destinada à ação contra o preconceito de côr e pelo alevantamento material, moral e cultural do negro, por via, principalmente, da assistência social.

O T. E. N. atraiu principalmente, com o tipo de atividades a que se dedicou, os intelectuais, os artistas, os estudantes, os escritores; definiu-se a si mesmo como “uma espiritualidade...”. A Uagacê recrutou e atraiu mais outros setores sociais da população negra e nela parece não haver, como há entre alguns intelectuais mais sensíveis do T. E. N., nenhum receio de serem confundidos com o tipo de “reivindicador contumaz”. Os homens da Uagacê são, de fato, contumazes na reivindicação, sabem bem porque são e parecem dispostos a continuar sendo enquanto lhes fôr possível.

Ao lado das diferenças de composição, o T. E. N. atraindo mais os setores intelectuais da pequena burguesia negra — e do estilo de luta, a Uagacê dedicando-se mais às reivindicações imediatas — há, também, diferenças de mentalidade, que resultam do fato da Uagacê ter praticamente nascido no seio do “Centro Espírita Jesus do Himalaya”, com sede em Niterói, associação religiosa à qual a Uagacê tem seu destino fortemente ligado: o líder

(49) Isto ocorreu com o n.º 147, Ano III, de 23 de setembro de 1950 do periódico *Himalaya*.

do Centro Espírita, jornalista José Bernardo da Silva, é o “orientador” da União e age como seu prestigiado mentor, cabendo ao presidente, Joviano Severino de Melo, a parte mais executiva e o que se poderia chamar “relações com o público”. Por outro lado, o estilo de trabalho do T. E. N. mais facilmente congrega pessoas de orientação filosófica a mais diversa.

Ao lado disso, e como resultado dessas discrepâncias, no que se refere à “linha tática” a principal diferença entre os dois organismos reside no fato do T. E. N. pretender ser, principalmente, um órgão cultural, que se aproveita, mas não se quer confundir, com o que chama “a vivência ingênua” do negro-massa, enquanto que a Uagacê, que está mais próxima desta “vivência”, preocupa-se mais diretamente com ela e aponta como solução para o problema do negro a assistência social, como meio de atender aos seus problemas imediatos de miséria econômica e social. Para isso, no estilo das agremiações de caridade e assistência, costuma organizar caravanas que visitam bairros e cidades vizinhas promovendo a distribuição de roupas, calçados, alimentos, medicamentos, etc., às populações pobres.

Essas discrepâncias de tática vieram nitidamente à tona no Congresso do Negro, sob a forma de discussão, às vezes bastante acre. José Bernardo da Silva apresentou uma tese na qual surgiam exclamações como estas: “Basta de congressos culturais”, ou então: “Já estamos em tempo de fazer pelo negro alguma coisa de mais objetivo”, e outras desta natureza, que provocaram forte reação, de aplauso para uns, de condenação para outros.

O que de “mais objetivo” a Uagacê propõe vem indicado nas propostas que, por intermédio de seu “orientador”, a União apresentou ao Congresso:

1) combate a tódã e qualquer *Discriminação racial* (grifado no original);

2) amparo material, cultural e moral ao negro de qualquer nacionalidade, condição social, crença política ou religiosa; e a qualquer membro dos demais grupos étnicos desde que não sejam inimigos dos negros; (grifado por nós — C. P.)

3) fundação de escolas, postos médico-assistenciais, pequenas cooperativas de víveres, roupas e calçados nas favelas, nos sertões e nos litorais;

4) criação de grupos educacionais sob a orientação de competentes educadores sociais, escolhidos pela sua elevação cultural e seus princípios humanitários e cristãos;

5) incrementar e difundir a alfabetização das crianças, adolescentes e adultos do grupo étnico afro-brasileiro, a começar pelo âmbito familiar;

6) providenciar sobre a criação de um órgão econômico capaz de financiar devidamente os empreendimentos indicados. (50)

A última proposição, que é a chave de tôdas as outras, donde sairá na prática os meios materiais de levar à aplicação o plano assistencial apresentado — não avança detalhes sobre o *modus faciendi* da criação desse órgão econômico financiador das iniciativas. No corpo da tese as únicas indicações a respeito que podem ser encontradas sobre o assunto referem-se à necessidade, para reunir os meios, de “tocar os corações bondosos e os espíritos construtivo e humanitário (e, obviamente, a bolsa recheada — C. P.) de alguns homens ricos e poderosos (e, provavelmente, brancos — C. P.)”. Recomendava-se ainda, na tese, que isto devia ser feito “sem o auxílio direto... do que anda por aí com o nome de Estado Nacional” (51)

(50) Cfr. José Bernardo da Silva, *Tese Apresentada ao 1.º Congresso da Negro Brasileiro* (1950) — *in fine*. No plenário foi relator da tese o artista do T. E. N. Aguiinaldo Camargo, que emitiu parecer favorável à aprovação das sugestões finais e contrário à publicação do trabalho nos Anais do Congresso, que deveriam ter sido publicados. O parecer foi aprovado e a tese excluída dos programados Anais.

(51) Cfr. *loc. cit.*, pág. 4.

A categoria de problemas que a Uagacê reputa como mais importantes para o negro, determina, como vemos, os meios eleitos para enfrentá-los e a assistência, dentro dos quadros sociais existentes e por êles rigorosamente respeitados, impõe-se, assim, como atividade prática, por excelência, da associação. Ao lado disso, a Uagacê desempenha também uma intensa atividade como grupo de pressão. Assim, quando a firma norte-americana *Sydney Ross* recusou-se a aceitar uma candidata a emprêgo por ser de côr, Joviano compareceu à firma, acompanhado de fotógrafos e jornalistas, agitou o problema, deu entrevistas, trocou correspondência com o gerente da emprêsa e levou-o a afirmar em carta que não fôra aquela a razão da recusa de admissão da jovem escura. A Uagacê comemora, também, todos os anos, com solenidades públicas, o dia da assinatura da "Declaração Universal dos Direitos do Homem"; seus dirigentes participam ativamente do "Conselho das Organizações Não-Governamentais", patrocinado pelo Escritório de Informações das Nações Unidas no Rio de Janeiro, onde colocam sempre na ordem do dia o problema do combate ao preconceito racial.

Recentemente seu orientador, acompanhado do presidente da associação, obteve uma audiência do Presidente da República, a quem foi agradecer a sanção da lei que considera crimes comuns os atos de discriminação racial. Na ocasião protestaram, também, contra os cartazes oficiais distribuídos a propósito da data de 1.º de maio, nos quais as figuras que aparecem são tôdas brancas e nenhuma negra; na mesma oportunidade os líderes da Uagacê concitaram o Presidente da República a nomear um negro Ministro de Estado, para demonstrar que seu governo não é racista, e protestaram contra o fato de não haver negros na carreira diplomática, especialmente contra a ausência de negros na delegação brasileira à última Assembléia das Nações Unidas, reunida em Paris, onde

um delegado brasileiro branco discursou contra a opressão do negro na África do Sul, esquecendo o que êle sofre aqui mesmo no Brasil...

Estes são apenas alguns exemplos das diversas formas pelas quais a Uagacê exerce sua função de grupo de pressão, no sentido de combater a linha de côr. A elas se junta, finalmente, a publicação do jornal *Himalaya* (52) e as cartas, telegramas, abaixo-assinados, entrevistas, manifestos, panfletos com que os seus dirigentes protestam e reagem tôda vez que têm conhecimento de qualquer manifestação de preconceito ou discriminação racial.

Desde sua fundação em 1949, feita "sob a invocação de S. Benedito e dos Santos Protetores", a Uagacê não tem ampliado muito os seus quadros associativos, mantendo-se mais, como movimento de cúpola que é, por fôrça da dedicação de seus próprios dirigentes, que absorvem tôda a vida da associação. Neste sentido, ao contrário das outras que nisto são mais liberais e até descuidadas, a Uagacê é extremamente formal e exigente na escolha e seleção de seus membros, que sofrem sindicância, preenchem fichas e prestam informações antes de serem admitidos, ocasião em que subscrevem um compromisso solene de lutar contra a discriminação racial (53)

O símbolo da União, que comparece na bandeira, nos papéis oficiais, e nos distintivos que seus membros usam

(52) Seu diretor, José Bernardo, também foi, nas últimas eleições candidato a deputado no Estado do Rio, mas não logrou ser eleito.

(53) Alisto-me na União dos homens de Côr do Distrito Federal, sociedade de fins sociais e civicos, da familia negra, que continua sendo tratada oficialmente, com injustiça social, sem levar em conta os direitos dos homens, em face do preconceito de côr, herdado da escravidão, embora a Lei Imperial 3.353 de 13 de maio de 1.888, assegurasse a igualdade e os direitos a todos Brasileiros, sem distincão de côr, a familia negra é colocada à margem da política e da alta administração do País, continua, portanto, a sua escravidão moral e civica.

Alisto-me nesta União para combater o preconceito de côr, e para cumprir fielmente o mandamento de Jesús Cristo — "Amái-vos uns aos outros". (sic.)

no peito — é formado por duas mãos entrelaçadas, uma branca, outra preta, representando a confraternização das duas raças e que Joviano, com ironia, interpreta como sendo — “minha Mãe lavadeira e meu Pai quitandeiro...” (a negra e o português)

Primitivamente um apêndice da Uagacê, existe também no Rio de Janeiro a União Cultural dos Homens de Côr, dirigida pelo Sr. José Pompílio da Hora, professor secundário, também candidato a vereador nas últimas eleições. Hoje a União Cultural tornou-se independente.

Seu contacto com a massa negra ainda é mais reduzido e esta associação quase que se tem reduzido a um círculo de amigos. No ano corrente (1952) esta associação instalou-se em nova sede e deu início aos seus cursos — de culinária, corte e costura, alfabetização de adultos, etc.

Em certo sentido, a natureza dos cursos abertos pela União Cultural deu causa a certa desilusão para alguns elementos negros que dela esperavam outra espécie de atividade orientadora, de nível mais elevado. O assunto serviu até de motivo para pilherias e expressões irônicas por parte de intelectuais negros, em nossa presença. A verdade, porém, é que — deliberadamente ou não — a União Cultural, com os cursos que pôs em funcionamento não deixou de demonstrar certa dose de auto-crítica e realismo em face das necessidades do meio e das suas possibilidades de atuar dentro dêle. Os cursos de corte e costura, por exemplo, hoje, no Rio de Janeiro, funcionando por tôda parte, cada bairro da cidade com quatro ou cinco dêles sempre cheios, com horários noturnos e preços módicos — representam uma prova do foco de atração que são de fato para as empregadas domésticas, que aí encontram hoje sua principal oportunidade de mobilidade pro-

fissional. Não é por acaso que tais cursos constituem o pesadêlo de muitas donas de casa... (54)

O presidente da União Cultural, durante certo tempo, manteve uma secção permanente num diário do Rio de Janeiro, secção que se intitulava *A Voz do Negro*, na qual, ora em tom de protesto, ora em tom de lamento, comentava fatos relativos ao levantamento do nível social dos homens de côr e ao combate ao preconceito racial.

• • •

Como ficou dito, em que pesem as discrepâncias, a maioria delas de ordem personalista, que as distinguem e separam — compreendemos melhor as verdadeiras perspectivas das associações de novo tipo do negro brasileiro contemporâneo quando as observamos do ponto de vista de como tôdas elas reunidas formam um *movimento*, que assinala e reflete as novas situações de tensão racial surgidas no Brasil em consequência das mudanças sociais em processo.

Para coroar esta análise, tôda ela feita à luz desta hipótese fundamental, resta-nos, finalmente, lançar uma vista de conjunto sôbre êste problema das tensões sociais, em cujo bojo ocorrem e se explicam os fatos que hoje caracterizam a situação racial brasileira.

(54) A esperança da empregada doméstica que faz tais cursos é sempre ascender ao antezanato adquirir a sua *Singer* e manter atelier próprio de costura. Na prática é sempre uma pequena minoria que alcança realizar êsse objectivo e a maior parte, por esta via, ingressa como assalariada de firmas, magazines, fábricas e roupas, oficinas de costura.

IX

TENSÕES RACIAIS NUMA SOCIEDADE EM MUDANÇA

*Importância do problema das tensões sociais —
Fatores antecedentes — Modos de se manifestar —
“Bodes Expiatórios” — O Criptomelanism brasileiro
— Influência do Tempo e do Mundo — Racionali-
zações da tensão racial — Orientações e Perspectivas.*

O estudo das tensões sociais constitui um dos capítulos para os quais mais se tem voltado a atenção da moderna sociologia. Chega a ser algo comparável ao extraordinário interesse que, na física, têm hoje os estudos sobre a energia nuclear.

Não seria difícil provar, aliás, que, em certo sentido, os dois temas representam um só problema visto de dois ângulos diversos: num caso, o interesse da inteligência humana se concentra sobre o que se passa na intimidade das coisas, noutro êle se volta para a análise do modo pelo qual: *a)* as relações dos homens com as coisas e *b)* as relações dos homens entre si — reciprocamente se influem.

Visto a essa luz, facilmente se percebe que o que há de novo no estudo das tensões é sua voga atual na preocupação da sociologia acadêmica, porque, na verdade, o problema, como problema, existe desde que existe sociedade humana na face da terra.

De qualquer sorte, deixando de parte o muito que se poderia dizer sôbre a história dêsse conceito, o que aqui particularmente nos importa é formulá-lo e em seguida utilizá-lo como instrumento de pesquisa sôbre as relações de raças no Rio de Janeiro. E para isso, fugindo a explanações que poderiam nos levar para longe do objetivo perseguido, pudemos resumidamente indicar que, em essência, as tensões sociais representam: — *a*) uma fase de um processo em desenvolvimento; *b*) que resulta de um conflito virtual ou potencial existente no fundo da situação social considerada; e *c*) que vem à tona, de diversos modos e em diversos graus de intensidade, sob a forma de “descargas de tensão”, até que o conflito encontra meios de se “acomodar”, e a tensão é contida, ou atinge um desfecho sob a forma de *crise*, aberta e declarada.

Evidentemente ficou aí um mundo de indicações que exigiriam, para desenvolvimento, uma longa exposição esclarecedora; acreditamos, porém, que para os objetivos específicos que temos em mira aí também ficou o que há de fundamental no conceito. Assim, o enunciado que lhe demos, deixa claro que as tensões, como fase de um processo em desenvolvimento, têm sempre uma história, fatores antecedentes que precisam ser considerados na sua análise e compreensão; evidencia, por outro lado, que elas estão diretamente ligadas às situações em mudança e que os conflitos virtuais que originam as tensões em regra resultam da resistência que as estruturas sociais opõem aos fatores de transformação social que ela mesma desprende de seu próprio seio pelo fato de existir e funcionar.

Isto significa, noutros têrmos, que as tensões não se despejam sôbre uma sociedade vindas de fora, de longe, do céu ou das nuvens: elas se formam dentro das estruturas sociais e são produto de seu funcionamento histórico.

Nenhuma tensão social, portanto, aparece ínteira e de um só jato no interior de uma sociedade; sua gestação é

lenta e em círculo vicioso, a própria tensão, na medida em que se vai forjando, vai também produzindo os fatores de seu crescente agravamento. Por outro lado, sendo virtual e assim podendo permanecer por muito tempo, o conflito que está no fundo de toda tensão social vem à tona de diversas maneiras, mascara-se, ilude, assume formas secundárias e acessórias, apresenta-se sob disfarces os mais variados e descarrega-se sobre as costas dos “bodes expiatórios” que as circunstâncias do momento histórico lhe vão proporcionando, gerando lentamente aquela expectativa, aquêlê estado de *suspense*, de nervosismo, de instabilidade e de insegurança, que começa afetando o comportamento individual de alguns, transforma-se na inquietação característica dos grupos sociais mais diretamente envolvidos por ela e, finalmente, alastra-se pelo corpo da sociedade como um todo.

Configura-se, assim, e então, quantitativa e qualitativamente, pela acumulação e agravamento de tensões sucessivas, uma situação de *crise* — em que uma sociedade, no seu normal desenvolvimento, coloca diante de si problemas estruturais de tal natureza e profundidade que ela mesma não pode resolver sem se transformar.

Essa, resumida em suas grandes linhas — da formação ao desfecho — a história natural das tensões sociais. Vejamos agora, partindo dêste conceito, se êle pode ser útil ao nosso estudo. Para isto, e pela própria natureza do assunto de que trata, êste capítulo terá o duplo escôpo de: *a*) reunir e interpretar materiais já apresentados no corpo desta pesquisa e *b*) tentar extrair dêles, e neles fundamentar, algumas conclusões válidas sobre os principais característicos e as perspectivas atuais da situação racial brasileira.

A primeira noção que se deve ter em mente na realização desta tarefa — e que representa, em certo sentido,

exatamente o inverso e a negação do que tão freqüentemente se faz em tais estudos — é que as tensões raciais que aqui se desenrolam são casos particulares, situações concretas, manifestações históricas específicas, numa palavra, *tipos sociais* — tanto quanto os tipos sociais de relações de raças, concretos, históricos, particulares, que ocorrem nos Estados Unidos, na África do Sul, nas Antilhas ou em qualquer outra parte do mundo onde pretos e brancos convivem no bojo de uma sociedade nacional. Isto significa, noutras palavras, que é inteiramente arbitrário, e não corresponde a nenhuma exigência de método sociológico, tomar-se a situação de opressão racial noutro País — geralmente se escolhe os Estados Unidos, onde o problema é mais conhecido — transformá-la em modelo e ir julgar tôdas as demais situações concretas de relações de raças que existem no mundo conforme elas reproduzam, mais ou menos, os traços peculiares à situação norte-americana. Esta prática, infelizmente tão difundida em tais estudos, geralmente conduz a um resultado fácil de ser antecipado e que, salvo em relação a algumas partes do mundo colonial, consiste em levar qualquer pesquisa sobre relações de raças a desembocar na conclusão de que *tudo vai bem porque não está tão ruim quanto no Deep South*.

Evidentemente concluir assim não é concluir, é pura e simplesmente mistificar.

Se depois de estudada minuciosamente a situação racial brasileira quisermos comparar seus característicos com o de outros países — muito bem, o procedimento é legítimo e pode ser útil de diversos pontos de vista; mas realisar aquele estudo tendo em mente o “clichê” de outros países e fazê-lo consistir na procura formal do que se encontra aqui que acaso seja igual, ou acaso seja diferente, do que se passa numa situação arbitrariamente tomada como modelo, é colocar o problema num nível metodo-

lógicamente primário, que não conduz a coisa nenhuma de real valor científico.

O estudo das tensões raciais no Rio de Janeiro deve, portanto, ser referido, antes de tudo, à situação racial brasileira — à sua história, aos seus característicos peculiares e atuais, às mudanças que vem sofrendo, que são particularmente intensas e visíveis nas áreas metropolitanas, nas quais os fatores, o *processus* e as perspectivas das nossas tensões raciais se apresentam em contornos mais nítidos e mais fáceis de observação e diagnóstico.

Êste será, portanto, o nosso procedimento.

• • •

O fato de o negro ter começado a sua história no Brasil como escravo, como força de trabalho privadamente apropriada pelo senhor branco — é o marco zero das tensões raciais neste País: durante mais de trezentos anos esta foi a posição do negro na economia e na sociedade, daí decorrendo tudo mais que, no que se refere à posição social, caracterizou por tanto tempo o seu status servil e servia de fundamento do que aqui se tem chamado de “padrão tradicional” das relações de raças no Brasil. (55)

(55) Algumas tentativas têm sido feitas para diminuir a significação desse fato e outras até para negar que no Brasil tenha havido sistema escravocata. Como os fatores não se ajustam ao sistema explicativo, mudam-se os fatos para conservar a explicação... Franck Tannembaum, por exemplo, diz que nos Estados Unidos houve um sistema escravagista; no Brasil não aqui o que houve foram negros “individualmente escravizados”... Op. cit., *passim*. Outros reconhecem o sistema, mas alegam sua “benignidade”; outros alegam que aqui a situação é singular porque o brasileiro é um “homem cordial”. Uma revisão crítica desse conceito foi proposta por J. Almansur Haddad no seu ensaio na bibliografia ao fim deste volume. Ao que parece essa “cordialidade” não impediu que um Luiz Gama, negro, ex-escravo e advogado de escravos, bradasse certa feita: “O escravo que mata o senhor, seja em que circunstância for, mata sempre em legítima defesa”. *Apud* Haddad, *op. cit.* Tannembaum, mais uma vez, descobriu que no Brasil antes da abolição, havia

Os negros que, durante a escravidão, individualmente destacaram-se dessa homogeneidade da senzala e, alguns — um Rebouças, um Patrocínio, um Luiz Gama — que ascenderam a níveis sociais superiores, singularizaram-se, antes de mais nada, pela distância que estabeleciam entre sua posição e a posição em que se conservaram as massas de côr. Quando o desenvolvimento da estrutura econômica e social, de um lado, e as lutas mantidas pelo próprio escravo, pelo negro *evoluido* e pelo branco liberal, de outro lado — floresceram e frutificaram na abolição da escravatura, surgiram as premissas de um novo ciclo na história das relações de raças neste País: o negro passou a ter capacidade jurídica de cidadão, passou a ter igualdade teórica em relação ao branco e isto apesar de, por muito tempo, se conservar como uma igualdade puramente jurídica e uma capacidade puramente teórica de desfrutá-la, foi um acontecimento de importância decisiva no condicionamento das etapas posteriores pelas quais a situação deveria passar.

Na prática, essa igualdade no plano dos direitos e prerrogativas de cidadania plena beneficiou apenas, um número reduzido — embora sempre crescente — de negros,

uma mobilidade social intensa e que facilmente se passava do status escravo para o de liberto e, mais ainda, e que “a escravidão e a liberdade, social e moralmente falando, eram (no Brasil) estados muito próximos um do outro”. Op. cit., pg. 105, 106, 107 *et passim*. Joaquim Nabuco, contemporâneo da escravidão, respondeu antecipadamente a isto, ao declarar que o número de escravos que se libertavam do cativeiro pelo suicídio devia ser tão elevado quanto o dos que se vingavam pelo homicídio dos feitores que os atormentavam com castigos e torturas. E sobre a hipótese da mobilidade, acrescenta, comentando os resultados da chamada “lei do ventre livre”: o Estado liberta 5.000 escravos, os particulares 35.000 e a morte 300.000. Cfr. *O Abolicionismo, passim*, onde se demonstra que não há sistema escravagista que não seja, por definição, uma violentação da dignidade e da personalidade humana e que o fato de esporadicamente alguns escravos quererem permanecer com seus senhores depois de libertos só mostra o grau de servidão subjetiva e de desamparo objetivo a que o cativeiro os reduziu. Não é por mera coincidência que hoje os líderes negros consideram uma das suas principais tarefas combater o que chamam “a herança psicológica da escravidão” que consiste no fato dos negros olharem a si mesmo com os olhos do senhor branco.

que tiveram a possibilidade de ascender a níveis superiores do sistema de estratificação social e procuraram ampliar essa vantagem para seus descendentes nas gerações seguintes, assegurando-lhes os meios de garantir a sua subsistência por meio do trabalho qualificado ou de ocupações não-manuais características da classe média.

Estes primeiros negros *evoluídos*, que formaram as antigas elites negras, ascenderam por capilaridade e viveram e exprimiram de diversa forma na vida brasileira o seu problema de “representar-se em dois planos ao mesmo tempo”: socialmente *superiores* como classe e socialmente *inferiores* quanto ao status da raça.

A abolição, medida legal que resultou de imposições econômicas que a tornaram historicamente necessária — produziu, como não podia deixar de ser, ao lado de seus efeitos jurídicos, também, efeitos econômicos e sociais de extraordinária significação para a situação racial; depois da abolição do sistema escravista ocorreu a transformação em massa da antiga massa escrava no ponto de partida do trabalho livre e assalariado neste País, já que o negro, o escravo de antes, foi o núcleo original do proletariado brasileiro, o seu germe histórico.

A agricultura praticada no estilo do sistema de plantações sempre foi, tradicionalmente, setor predominante da economia brasileira e para ela é que foi importada e dirigida a força de trabalho do africano. Com a abolição do status servil do trabalho não ocorreu, porém paralelamente, uma renovação estrutural da economia agrária, cujo arcabouço, em suas linhas fundamentais, manteve-se igual, devendo precariamente absorver sob formas sociais diversas, e na condição de trabalhador livre e assalariado — os antigos escravos, cuja mão-de-obra era condição indispensável de seu funcionamento lucrativo, já que se tra-

tava de uma agricultura comercial, produzindo essencialmente para exportar. (56)

A crise agrária, que se seguiu à liberação do braço escravo, assim como a própria crise de braços para a lavoura que agravara a crise agrária — incrementou a imigração estrangeira, de um lado, e acelerou, de outro, a marcha dos ex-escravos para as cidades, que passaram a ser, como antes tinham sido as fazendas, os núcleos de expansão da nova etapa da civilização brasileira. Tôda a zona decadente do vale do rio Paraíba, que corre entre Rio de Janeiro e São Paulo, após o declínio econômico que se seguiu ao fastígio da cultura do café na região, forneceu abundantes quotas de população de côr para aqueles dois principais centros metropolitanos do Sul do País.

Foi, entretanto, depois da primeira guerra mundial dêste século, que êsse processo assumiu novo ritmo, na medida em que *urbanização e industrialização* — dois modos de encarar o problema fundamental e único de mudança de estrutura econômica e social — expandiram-se com vigor crescente, caracterizando um novo capítulo da história social do Brasil.

Sobre as relações de raças, isto influiu de modo direto e decisivo: *a)* concentrando grandes massas de côr no proletariado industrial urbano; *b)* incrementando a diferenciação interna do grupo de côr em extratos e classes sociais diversas, e diversas em tudo que daí decorre; *c)* dando nascimento, como consequência, a problemas novos de mobilidade e ascensão social para o grupo como um todo e, em particular, para os extratos superiores dêste grupo.

(56) Cfr. L. A. Costa Pinto, "*A Estrutura da Sociedade Rural Brasileira*", in "*Sociologia*", vol. X, n.º 2-3, (1948), pg. 156 e ss.

Destas novas situações originaram-se, por sua vez, de uma parte, dentro do grupo negro, formas específicas de reagir diante dos problemas de contacto racial e, por parte do grupo branco, formas também características de se comportar diante delas que, ligadas como estão aos demais problemas de uma sociedade em mudança, dentro de um mundo em crise estrutural, condicionaram, e continuam condicionando, situações de tensão racial, que se formam sempre que problemas mais gerais e mais profundos ligados à *transformação social* assumem *expressão racial*.

Este o grande painel de fundo das tensões que aqui estamos estudando e ao caracterizarmos assim as suas grandes linhas recordam-nos do conceito lapidar de Ruth Benedict: quando falamos de conflito de raças — o fundamental está na palavra *conflito* e não na palavra *raça*. Noutros têrmos, e no caso concreto, isto significa que ao estudarmos o estado atual das tensões raciais no Rio de Janeiro, manipulando, para isto, todo o material e os conceitos já expostos nos capítulos anteriores dêste trabalho — o que precisamos ter sempre claro no espírito é que estamos analisando as formas e expressões *raciais* assumidas pelas tensões *sociais* que resultam das mudanças em processo no bojo da sociedade brasileira como um todo.

O status social do negro no Rio de Janeiro é hoje condicionado pelas alterações que está sofrendo um conjunto de coordenadas — econômicas, sociais, culturais, psicológicas, originadas no padrão tradicional das relações de raças — e que hoje podem ser tôdas reunidas numa fórmula única e muito usada na terminologia de combate das associações negras: *a herança da escravidão*. Mais de trezentos anos de status escravo, dentro de uma sociedade na qual êle passou a ser considerado livre há, apenas, 64 anos — quase que apenas há uma geração — isto somado ao fato óbvio, mas por isso não menos fundamental, de uma compleição e aparência física onde a côr da pele, o

cabelo, o nariz, os lábios e outros sinais servem de marca visível e ineludível de identificação desses traços da condição étnica com tudo a que eles estão ligados no passado e no presente da estrutura social — eis o lastro donde foram gerados, nos costumes e nas instituições, na personalidade dos negros e dos brancos, nas opiniões que fazem sobre si mesmo e cada um sobre o outro, as expectativas arraigadas cuja transformação não se faz sem originar tensões e problemas de variável duração e gravidade.

Antes, negros e brancos na sociedade brasileira eram uns senhores, outros escravos como tal nasciam, formavam sua mentalidade e viviam, tendo integrado nas suas pautas individuais de conduta e no comportamento recíproco de uns em relação aos outros, o *ethos* predominante na estrutura social dentro da qual conviviam e que conjuntamente formavam. Naquela estrutura de relações, e enquanto os seus traços fundamentais permaneceram mesmo depois de juridicamente abolidos, nunca houve lugar para um definido o preconceito *racial*, porque as posições *sociais* estavam tão bem marcadas e aparentemente tão imutáveis que a função de mecanismo de defesa de situações ameaçadas que o preconceito geralmente tem — não tinha, então, nem cabimento, nem razão de ser.

Esse fato, aliás, não é original. Também nos Estados Unidos, antes da abolição, a situação racial jamais apresentou os aspectos que hoje apresenta e que decorrem de fatores que, no Brasil, só agora estão começando a operar e a produzir os seus efeitos. (57) A primeira lei norte-

(57) Coisa que se pode confirmar em qualquer compêndio de história social norte-americana, desses que têm inspirado no Brasil tantos ensaios de literatura histórica, como, por exemplo, o livro de J. Truslow Adams, *Provincial Society*, (1927) que afirma que no período colonial, nos Estados Unidos, em nenhuma esfera social havia então "esse abismo intransponível entre as raças como mais tarde se desenvolveu". *Op. cit.* pg. 105. Nesta obra encontra-se, também, uma boa apresentação histórica do problema dos "brancos pobres" e dos *indentured servants*, escravos brancos, cuja presença e cujo papel na formação da sociedade norte-americana teria função tão importante

americana de segregação racial foi decretada já na primeira década deste século. Igualmente, na África do Sul, o incremento do preconceito e da discriminação está ligado à destribalização do negro e à sua integração nos quadros da sociedade de tipo capitalista que a colonização moderna criou ali.

Assim, a lição dessas experiências nacionais indica soejamente — e a do Brasil confirma — que o preconceito e a discriminação atuam fundamentalmente no sentido de reconduzir *ao seu lugar* o negro que historicamente sai desse lugar, o lugar que tradicionalmente ocupava no sistema de relações sociais, lugar que a ideologia do grupo socialmente dirigente e étnicamente diferenciado considera *próprio, natural*, biologicamente justificado — tão próprio, natural e biologicamente justificado quanto o seu de grupo dominante.

Por paradoxal que isto possa parecer, a ascensão social do negro e o seu afastamento da posição tradicional que tem ocupado na sociedade brasileira, dentro da qual se formou a ideologia também tradicional do branco sobre a posição que o negro *deve* ocupar no sistema de posições sociais — está sendo o fator principal das discriminações que ele vem sofrendo, em escala crescente, nos últimos tempos, neste País. Hoje negros encontram obstáculos e impedimentos na porta de carreiras, instituições, ambientes sociais e tantas outras esferas de convivência com brancos precisamente porque já existem negros em condições de aspirar essas oportunidades à luz de todos os critérios e exigências — menos o da condição étnica de branco. E é precisamente por isso também como antes

Já no desenvolvimento peculiar da situação racial nos Estados Unidos e cuja ausência na formação da sociedade brasileira, é assunto de capital importância e tão pouco considerado pelos que têm estudado nos últimos tempos a situação racial no Brasil. Sobre este problema cfr., também, o excelente estudo de Eric Williams, *Capitalism and Slavery*, (1944), especialmente pgs. 5-29.

assinalamos, que o mestiço, meio caminho para chegar a branco, sofre, muitas vêzes, primeiro e mais intensamente a ação discriminadora dos estereótipos: como os sapadores na guerra, vão à frente, enfrentando as patrulhas avançadas do preconceito e, também, em compensação, atacam-o pelos flancos e pela retaguarda...

E' neste ponto, aliás, que se encontram os sinais mais evidentes de uma tensão em processo, pois aqui se nota que a elevação profissional, cultural e social do negro, que de uma parte é apresentada como condição necessária para gozar plenamente da igualdade jurídica — resulta, na prática, na vida quotidiana, num dos fatores principais de sua frustração, tornando o próprio remédio um elemento de agravação do mal que pretende curar. Quando uma situação racial atinge êsse círculo vicioso é que ela está seguramente rumando para um estado de crise, em relação ao qual a inadvertência, além de ser um erro, é quase um crime.

O fato da ascensão social no negro processar-se no bojo de mudanças de estrutura que têm lugar na sociedade como um todo, sendo uma das consequências dessas mudanças estruturais — é, por outro lado, o que torna o preconceito, como o diagnosticou Robert Park, uma forma elementar de resistência da ordem social aos efeitos de sua própria transformação e de suas últimas consequências.

Na prática isso se revela de vários modos, como, por exemplo, no fato do negro, via de regra, poder estar presente e manter contacto com brancos, desde que esteja na posição subalterna de empregado — em todos os lugares onde sua presença, em condições de igualdade de posição com o branco, sofre restrições. Embora se multipliquem os casos de barreiras raciais aparecendo em ocupações que, apesar de subalternas, exigem contacto mais íntimo e direto com o branco — enfermeiros, garçons de hotéis

de luxo, cabelereiros, barbeiros, etc. o fato é que em salões, clubes, instituições diversas, e mesmo em residências particulares onde está afastada pelos costumes e pelo preconceito a hipótese de um negro penetrar em posição igual ao branco — nenhuma objeção costuma existir se o negro está ali servindo, como empregado, em posição nitidamente definida — pelo uniforme profissional por exemplo — que indique claramente sua função e posição. (58)

São diversas, as mais variadas, as mais inesperadas, quanto à maneira de se apresentarem, as formas de se manifestar essa resistência das situações tradicionalmente estabelecidas aos efeitos das mudanças sociais de base, em que os “bodes expiatórios” se apresentam de forma diversamente elaborada, ora mais visível, ora mais mascarado — tendo sempre, como fundo comum, o conservantismo estrutural.

Nos esportes, por exemplo, especialmente no football, onde se tem procurado encontrar comprovantes do que chamam “democracia racial” pelo fato de muitas conhecidas figuras de jogadores terem sido de côr — Mario Filho relata uma variedade enorme de exemplos que demonstram como muitos dêsses ídolos esportivos, no apogeu de seu prestígio, sempre tiveram de defrontar a linha de côr na esfera social do próprio clube reagindo a ela de diversas formas — desde a pura malandragem até o ressentimento profundo, que sentiam, por exemplo, quando depois de terem dado no gramado todo esforço pela vitória da sua equipe, viam-se discretamente desencorajados a

(58) O Autor tem disso uma experiência muito próxima. Seus filhos, convidados por amigos para assistirem uma festa num clube dos mais exclusivos do Rio de Janeiro, tiveram de voltar da porta sem poderem entrar no clube, porque a empregada negra que os acompanhava, embora decentemente trajada, não envergava o uniforme de empregada doméstica que o clube exige como condição para uma moça de côr cruzar os seus portões. Um exemplo, apenas, ao qual uma longa lista poderia ser somada, não fôsse nossa preocupação evitar que esta pesquisa se transformasse num catálogo de casos, fatos, informações e exemplos de preconceito e discriminação racial no Rio de Janeiro.

não comparecerem à noite no baile comemorativo da vitória nos salões do seu próprio clube. (59)

Outro exemplo característico, que vale como ilustração e que selecionamos dentre muitos, e que indica outra modalidade da tensão social se manifestar, é o que faz recair sobre o aumento do número de motoristas de côr a responsabilidade do aumento do número de atropelamentos e desastres de automóveis no Rio de Janeiro. E de um dos informantes onde colhemos essa racionalização, à qual se ligava por motivos que não vem a pêlo discutir, um conteúdo emocional profundo — ouvimos, depois desta *teoria étnica dos problemas do trânsito*, a seguinte exclamação: “Se dependesse de mim eu mandaria esterilizar todos os negros do Brasil”.

O problema do trânsito no Rio de Janeiro, em consequência do crescimento rápido da cidade nos últimos tempos, criou a tragédia diária do deslocamento da população dos locais de trabalho para os locais de residência e vice-versa e passou a ocupar nas páginas dos periódicos, nas charges do humorismo falado, escrito ou representado, nas conversas e nos comentários, um lugar equivalente ao de um grande e fundamental motivo de preocupação do carioca de hoje. Pois bem: mais de uma vez, em mais de uma fonte, ouvimos, de pessoas diversas —tôdas brancas, é claro — como explicação para o problema do trânsito o alegado aumento do número de motoristas de côr. Um informante chegou mesmo a avançar uma explicação mais elaborada, que permite bem observar como a criação desses “bodes expiatórios” funciona como mecanismo de descarga de tensões criadas por fatores que, no fundo, nada têm de especificamente étnicos; a explicação para o fato seria a seguinte: a “negrada”, aos 18 anos, é convocada para o serviço militar; no exército aprende a dirigir auto-

(59) Cfr. Mario Filho, *O Negro no Foot-Ball Brasileiro* (1947) passim..

móvel; quando são desligados do serviço ativo não querem voltar para suas antigas ocupações mais subalternas e preferem ser motoristas, o que lhes dá maior rendimento e mais independência: essa “negrada” no volante passa a ser, então, a causa dos problemas de trânsito na metrópole... (60)

Assim, em várias “frentes”, a tensão se manifesta, em consequência da aspiração que se generaliza entre os negros de conquistar posições superiores, mesmo quando essa conquista, muitas vezes, efetivamente não passa da aspiração. Neste caso é diretamente contra esta aspiração, ou contra a simples imitação do comportamento do branco, que as resistências se revelam.

A êsse respeito o setor do serviço doméstico está repleto de exemplos e aqui, como em tôda parte, o tipo de relações inter-étnicas que o serviço doméstico obriga entre pretos e brancos, reveste êste aspecto do problema de uma importância singular no mecanismo das tensões raciais. Para dispensar demonstrações mais longas desta afirmação basta recordar que é ainda em função das relações inter-étnicas que se passam no âmbito doméstico entre patrões e empregados — especialmente entre patrões e empregadas — que a criança brasileira forma, desde cedo, o lastro básico de suas atitudes raciais.

Por outro lado, aqui se observa — talvez pelo contraste com o tipo anterior de empregada negra dos velhos tempos — uma reação emocional mais forte do branco às mudanças que verifica no plano do comportamento, da mentalidade, dos hábitos e dos costumes do negro, que deixam cada vez mais de corresponder às expectativas tradicionais do patrão branco.

(60) Curiosamente, o Dr. Paulo Carneiro, delegado permanente do Brasil junto à UNESCO, foi uma das pessoas que nos prestaram êsse depoimento, ouvido de terceiro.

A mobilidade ocupacional do serviço doméstico para as indústrias, as exigências de limitação da jornada de trabalho feitas sob as mais diversas alegações, a frequência a cursos noturnos de alfabetização ou a cursos profissionais, especialmente de corte e costura, a preocupação com o traje, a *maquillage*, a apresentação — são fatores que surgem no esquema das relações sociais ligadas ao serviço doméstico e que facilmente geram tensões pela natureza íntima e *face-to-face* que essas relações necessariamente têm. Geralmente essas tensões, que resultam da transição que o serviço doméstico está sofrendo no seu enquadramento econômico, sociológico e moral — cada vez menos pessoal, cada vez mais contratual — assumem um caráter racial quando, no fundo, nada tem a ver diretamente com a condição étnica dos grupos envolvidos que, neste caso, funcionam essencialmente como grupos profissionais, ou, mais precisamente, como classes sociais e não como etnias.

O aspecto racial da questão comparece, do ponto de vista sociológico, como “bode expiatório”, como mecanismo de descarga das tensões causadas pelo conflito virtual que ali está presente. De uma dona de casa, branca de classe média, ouvimos o seguinte comentário a respeito do assunto que é bem expressivo dessa racionalização em termos raciais de problemas que nada têm de intrinsecamente étnicos: “Se tenho de suportar uma cozinheira metida a gran-fina — ao menos que seja branca. Além de negra, metida a gran-fina — é demais”.

O “gran-finismo”, no caso, referia-se a tôdas essas mudanças de comportamento em face do patrão branco, que vão desde o uso do baton nos lábios até ao pedido de férias remuneradas!

Aliás, em face do serviço doméstico há também entre os negros uma evidente mudança de atitude, diretamente ligada a essas mudanças estruturais: tradicional-

mente a situação de empregada numa casa de família branca, máxime se fôsse família de classe superior — como provavelmente era — considerava-se até como sinal de posição também relativamente superior de uma mulher de côr em relação a outras, que ocupavam posição considerada mais subalterna. Essa noção se originou, no período da escravidão, das pequenas vantagens e da diferença de tratamento que as “negras de casa” logravam em relação aos “da roça”, do “eito” ou “da enxada”. Hoje, porém, quando surgem para as massas de côr, mesmo para as mulheres, outras oportunidades de ocupação fóra da esfera de dependência pessoal em que se sentem no âmbito de famílias brancas — oportunidades que estão nas indústrias e nos serviços os mais diversos — essas ocupações domésticas desceram de seu status anterior e as outras gozam de um forte poder de atração, mesmo se não significam vantagens econômicas visíveis e imediatas, principalmente porque se exercem numa esfera mais contratual e menos penetradas da idéia tradicional de dependência pessoal em relação ao empregador. Em consequência disso, atualmente — salvo no caso de serem pagos altos salários — a condição de domésticas muitas vezes inferioriza uma mulher de côr em face de outras da mesma côr que ganham a vida noutro tipo de atividade remunerada.

Assim, não é só na mente do branco que a tensão racial cria “bodes expiatórios”; obviamente, o negro, também os cria e utiliza tôda vez que toma uma falsa consciência de seu problema e resiste em compreender o que nele há de *social* e o que há de *étnico*. É frequente por exemplo — e até comentado na imprensa negra — o fato de negros tenderem a racionalizar o seu fracasso individual, em inúmeras circunstâncias, apontando como causa dêle a perseguição racial. É preciso que se note, por outro lado, que racionalizações dêsse tipo jamais teriam

lugar nem sentido fora das condições de tensão racial, não fôsse ela ao menos possível, se a explicação não tivesse precedentes comprovados, se a desculpa não fôsse verossímil — preliminares inerentes à tensão racial e com as quais está contando, consciente ou inconscientemente, o negro que se utiliza de uma racionalização desta ordem quando acaso não leva a melhor numa competição de mérito.

A nós nos parece, entretanto, que a mais bem definida e caracterizada racionalização da tensão racial no Brasil é a velha e repetida afirmação mil vezes desmentida pelos fatos, mil vezes repetida pelos homens, tanto negros quanto brancos — mais estes do que aqueles — segundo a qual “no Brasil não existe preconceito racial”, que já correu o mundo inteiro e que, por isso mesmo, já faz parte do nosso orgulho nacional. Dir-se-ia quase ser esta a forma mais difundida e característica do cripto-melanismo brasileiro se manifestar, repetindo-a como um dogma atrás do qual se esconde o ressentimento e o mal estar gerado pela tensão racial. Esta constância intransigente em negar importância à raça e ao preconceito de raça, que para muitos constitui assunto de permanente preocupação e ressentimento, parece mesmo uma forma bem definida dêsse interesse se revelar dentro de um contexto sociológico e moral em que a etiqueta das relações de raças tradicionalmente obriga a tratar como assunto “delicado” o problema da origem e da condição étnica.

A expressão *cripto-melanismo*, que aqui empregamos nesse sentido específico, usada por Renzo Sereno, que a define como “o medo de confessar e o desejo de esconder a importância que realmente se dá à questão da raça e da côr” (61) parece ajustar-se plenamente à situação brasi-

(61) Cfr. Renzo Sereno, *Crytomelanism, A Study of Color Relations and Personal Insecurity in Puerto Rico*, “Psychiatry August, 1947 — apud Maxine W. Gordon *Cultural Aspects of Puerto Rico's Race Problem*, in Am. Soc. Rv.

leira nesta fase de desenvolvimento da nossa questão racial e naquelas áreas em que as mudanças de estrutura social melhor caracterizam a transição em processo.

Evidentemente concorrem causas diversas, e em diverso grau de intensidade, umas históricas, outras atuais, para configurar as bases dessa situação.

Na mente de muitos e nas racionalizações do senso comum — que encontraram largo curso em alguns ensaios de literatura histórica, escritos por brasileiros e estrangeiros, e que tiveram larga divulgação e publicidade dentro e fora do Brasil — o estereótipo de que entre nós “não existe linha de côr” ou “não existe preconceito de raça ou de côr”, resulta da natureza extrema e espetacular que a situação racial tem assumido noutros países, especialmente na Alemanha nazista e nos Estados Unidos. Evidentemente, comparada com uma situação racial onde vale tudo contra a raça oprimida — “*from persuasion to bombing*”, como diz Myrdal a propósito da situação do negro norte-americano — o estado atual da situação racial brasileira chega a parecer quase um paraíso. Entretanto, sociologicamente, as diferenças encontradas na situação dos dois países são, antes de tudo, de grau, não de espécie. Diferenças de grau, aliás, facilmente identificáveis, aqui como lá, entre diferentes regiões do mesmo país. E se acaso se pretende fazer comparações entre problemas raciais dos dois países — a fim de identificar tipos e graus variáveis de tensão — talvez se encontrasse, dêsse ponto de vista, em relação ao judeu nos Estados Unidos numa situação mais comparável, em muitos aspectos, ao criptoracismo existen-

Vol. 15, n.º 3, june 1950, pg. 382 e ss.; ainda de Maxine W. Gordon, que encontrou em Porto Rico uma situação racial em pontos semelhantes à do Brasil e que, com muita felicidade apontou o Brasil como exemplo de uma situação racial caracterizada pelo criptomelanism, vd. outro artigo, *Race Patterns and Prejudice in Puerto Rico*, id. Vol. 14, n.º 2, april 1949, pg. 294 e ss. onde resalta a aplicação do conceito a uma situação concreta.

te nas relações entre negros e brancos nas áreas metropolitanas do Brasil.

De uma vez por tôdas é preciso que se compreenda, entretanto, que não é o fato de cada negro estar sofrendo a cada dia uma violência física ou uma estúpida violação de seus direitos humanos, uma ofensa à sua dignidade pessoal — o que define e caracteriza a discriminação; mesmo porque esta situação, como estado permanente, não existe, nem jamais existiu, em parte nenhuma. A discriminação consiste, no plano das relações sociais, antes e acima de tudo — e nisto está sua injustiça, seu crime, sua crueldade, sua aberração — no fato de, dentro de uma sociedade, uma série sucessiva de eventos de maior ou menor importância imediata, mais ou menos generalizados, mais ou menos frequentes, mais ou menos condenados pelo que vagamente se chama de “opinião pública”, irem criando, por sua ocorrência, no espírito dos membros de um grupo, a noção clara e opressiva de que por pertencerem a êste grupo, êles podem vir a sofrer uma violência, uma preterição, uma injustiça, uma grosseria, uma despreferência. Esta expectativa é que cria nos membros de um grupo vítima de discriminações de qualquer grau ou natureza — mesmo quando não estão sendo vítimas de nenhum ato *atual* de discriminação — um sentimento de insegurança, de insatisfação, de instabilidade, de medo, de desequilíbrio e de angústia psicológica, que resulta da convicção de que a discriminação ou o preconceito poderão atingi-los, em consequência de um característico seu que não está ao seu alcance modificar — está no rosto, na pele, nos cabelos, nos lábios, na sua inevitável compleição e aparência.

Evidentemente, existem gradações nêste estado de coisas e a intensidade de fenômeno, que é variável, pode resultar numa maior ou menor intensidade de suas consequências. Mas quando ocorrem e se multiplicam e se

divulgam casos de colégios e obras sociais que não aceitam alunos de côr, estabelecimentos e instituições que rejeitam empregados de côr, hotéis onde hóspedes de côr não penetram, clubes e associações onde pessoas de côr não podem entrar como associadas, carreiras e profissões em que a côr é obstáculo à entrada ou ascensão, ambientes de toda ordem em cujo pórtico a linha de côr se manifesta — isto — que muitos chamam de *apenas isto* — é mais do que suficiente para que o homem de côr sinta a insegurança, o ressentimento, o mal-estar, a revolta íntima, o desconforto e a angústia da expectativa de que um dia poderá ser êle a vítima da discriminação. E embora, por acaso, isto jamais lhe aconteça, o fato é que êle passou a vida sob o pêso, presente e arrasador, da idéia de que tal poderia ter acontecido.

E' isto o que já foi chamado "*the chance nature of race discrimination*": ela ocorrerá ou não, com êste ou com aquêle, dependendo de um número infinito de variáveis e fatores, diversos na quantidade como na qualidade, mas a simples e ainda que remota probabilidade de vir a ocorrer — porque já ocorreu com muitos outros, parentes, conhecidos ou etnicamente iguais — gera o estado de espírito *en suspense* e a opressão psicológica que caracteriza e martiriza toda provável vítima de qualquer violência.

Êste é o problema: as formas concretas e particulares que êle assume nesta ou naquela situação nacional ou regional, nêste ou naquele país, nêste ou noutro tempo — é outro aspecto, inteiramente contingente, de configuração específica e, aliás, mutável dentro de um mesmo país, segundo a atuação de uma série enorme e variável de circunstâncias.

O erro maior consiste, entretanto, no caso do Brasil, na omissão deliberada de fatos e evidências fundamentais, feita em nome de uma tese messiânica a que se resolveu denominar "filosofia brasileira no tratamento das questões

raciais” — da qual, por muito tempo, muito se falou e ainda se fala, sem jamais ter havido a preocupação séria de utilizá-la como hipótese de trabalho a ser cotejada com os fatos, para vêr se resistia, ou não, a êste teste. A tentativa de encontrar os fatores messiânicos desta situação ideal, que paira acima dos fatos, em atributos extraordinários do colonizador português, apresentado como uma espécie de *avis rara*, acima da história e da sociologia — a própria experiência brasileira na sua fase atual e, mais que isso, a situação racial nas colônias portuguesas na África, encarregaram-se de reduzir às suas devidas proporções e de demonstrar que êsses fatores nada têm de messiânicos, dependendo, aqui como em qualquer parte, da configuração total, histórica e sociológica, em que os grupos entram em relações e da fase de desenvolvimento em que ela é observada.

Alfás, convem notar a tradição brasileira nêsses assuntos — tradição que está sendo aceleradamente substituída por novos tipos de enquadramento estrutural do problema — nunca foi precisamente a ausência de preconceito, mas, depois da abolição da escravatura, a ausência de *violência* na discriminação *racial* imposta ao negro, que se fazia, por assim dizer, desnecessária em face de distâncias sociais tão extremas. E apresentada desta forma logo se vê que a questão toma um aspecto inteiramente diverso daquele com que aparece nos estereótipos correntes sôbre o assunto, que estão, cada vez mais, êsses estereótipos, deixando de resistir às mudanças que se operam no fundo da situação e passando a desempenhar, sob a forma de *criptomelanismo*, a função, também já referida, de mascarar a existência e as verdadeiras proporções do problema — de modo tal que, hoje, a negação sistemática e puramente sentimental da existência do preconceito no Brasil é apenas mais uma forma dele se mascarar.

Lamentavelmente, nos últimos dez anos, ou seja, a partir da entrada do Brasil na segunda guerra mundial, a crescente influência norte-americana nos estilos de vida e de mentalidade do brasileiro moderno, transformou-se em mais uma das coordenadas a que nossas atitudes raciais devem ser referidas. Roy Nash, um norte-americano que estudou e conhece bem o Brasil, embora afirme que se fôsse negro escolheria o Brasil para viver, reconhece que as atitudes raciais são uma das coisas más que os Estados Unidos estão exportando para o Brasil, e assinala e reconhece que isto acontece, muitas vezes, não como imposição aberta de cidadãos norte-americanos ou do governo daquele País — mas como uma espécie de *contribuição voluntária* de alguns brasileiros, que procuram assim agradar os norte-americanos, seus amigos e fregueses, o que pode ocorrer tanto em hotéis, clubes, cafés e outros estabelecimentos comerciais como também no plano das relações de amizade. (62)

Ao lado da imposição aberta, que acaso possa haver, ou da “contribuição voluntária” ao racismo norte-americano oferecida por alguns brasileiros — esta influência se revela também de outra forma, aparentemente paradoxal, pelo reforçamento do criptomelanismo. Nêste caso, o que se observa é que a alegação de que “no Brasil não existe preconceito de côr”, feita por brasileiros em face de norte-americano, muitas vezes funciona como mecanismo de

(62) Trata-se de um artigo para o periódico negro americano *The Crisis*, de abril de 1951. Agradecemos ao escritor negro brasileiro, Romeu Cruzó, autor do romance sobre preconceito de raça no Brasil intitulado *A Malição de Canadã*, (Rio, 1951) — o fato de ter chamado nossa atenção para este artigo em carta que teve a gentileza de nos enviar. A esse propósito recordamo-nos do depoimento prestado pelo Professor Claude Levy-Strauss, do Museu do Homem de Paris, perante o Comitê de Peritos sobre Relações de raças, da UNESCO, de que ambos fomos membros em 1949, assinalando o mesmo fato em relação à propagação do preconceito de raça na França. Excusado é dizer, por outro lado, que aqui como lá, embora o fato exista, está longe de ser o único ou sequer o mais importante condicionamento das novas atitudes raciais observadas.

compensação pelo fato de em troca, aqui haver muita coisa ruim que lá não há. Neste caso, raciocinando de modo muito característico aos "latino-americanos", o que se pretende dizer é o seguinte: "*Somos*" a *backwad country*" — mas, em compensação, resolvemos a nossa questão racial coisa que vocês não conseguiram...

Como se vê, pura mistificação consciente ou inconsciente do problema pois a verdade é que a nossa *questão racial* está longe de ser resolvida: em certo sentido, agora é que ela está começando a surgir, pela combinação sociologicamente nova dos fatores que a história acumulou e continua acumulando na sociedade brasileira. (63)

É nesse processo de acumulação histórica de fatores, sociologicamente combinados de modo diverso de acôrdo com o desenvolvimento da situação total — que estão as matrizes da compreensão, e da solução, de nosso problema racial. Analisá-lo cientificamente, é uma tarefa apenas começada, diante da qual existe ainda um vasto campo quase inteiramente virgem de estudos sérios.

Hoje, tal como se apresentam ao observador, as tensões raciais no Rio de Janeiro, analisadas do ponto de vista da posição do negro, apresentam duas ordens de perspectivas que parecem indicar os caminhos prováveis de seu futuro desenvolvimento, perspectivas que resultam da

(63) Uma terceira modalidade de se revelar mesmo indiretamente a influência norte-americana nas atitudes raciais de certos brasileiros, foi o que ocorreu com o jornalista negro João Conceição e que ele narrou em entrevista ao periódico *Última Hora*.

Quando se disputou no Rio de Janeiro o campeonato mundial de foot-ball, em 1950, num dos jogos, aquele jornalista, como diretor de *Redenção*, jornal negro, encaminhou-se para o lugar reservado à imprensa. Apesar de exibir suas credenciais, sua entrada foi impedida. Desistindo de argumentar sobre seu direito de jornalista profissional, em atividade profissional, de estar ali para fazer seu jornal a reportagem sobre o jogo — simplesmente deu a volta à tribuna, e falando corretamente o seu inglês, exibiu suas credenciais de correspondente, que de fato é, do jornal negro norte-americano *Pittsburgh Courier* e assim não só pode penetrar na bancada da imprensa, como foi até efusivamente recebido... Sem comentários.

posição e das mudanças de posição do negro na sociedade brasileira e da diferenciação processada dentro do próprio grupo.

Esses fatores são os seguintes: a) a proletarização das massas de cor nas zonas urbanas do País e b) a estratificação operada dentro do grupo negro, que resultou numa diferenciação interna em extratos e classes sociais diferentes.

Do ponto de vista de cada um desses fatores, analisemos as perspectivas de tensão racial que têm diante de si, começando pelo segundo.

Do mesmo modo que já se disse que a burguezia já existia como classe antes de tomar consciência disso — o mesmo pode-se dizer aqui com referência à classe média negra ou aos negros de classe média; foi depois do processo de diferenciação social ter atingido um certo grau que começou a produzir os seus efeitos, entre os quais se inclui a tomada de consciência étnica, por parte dos negros de extrato superior, principalmente por parte dos intelectuais, de sua situação e de seu problema social.

O fator essencial dessa tomada de consciência é representado pela resistência dos extratos brancos superiores em aceitar essa mobilidade ascensional no negro *evoluído*, resistência que cresceu na medida em que a ascensão, também deixou de ser estritamente *individual* e passou a ser *social*. Sendo *raciais* as barreiras encontradas, esse grupo teve de tomar consciência dela em termos também *raciais* e, assim, lutar contra elas em movimentos raciais.

Uma elite intelectualizada, tornada vanguarda de um grupo que ascendia de uma situação social inferior, situação ligada, na ideologia dos extratos superiores, à condição étnica — só podia tomar em termos étnicos a consciência de seu problema, pois a evidência lhe impunha a cada dia a noção de que as barreiras sociais do presente repre-

sentavam um produto direto da posição social do passado, que êle ocupou até época recente da história da sociedade em que vive.

Nêsse sentido, por exemplo, é que a ideologia da *negritude*, atraz analisada, forma mais sofisticada e elaborada dessa consciência de raça no Brasil, bandeira e formulação das aspirações de uma elite negra em luta pela ascensão social, representa uma atualização quase forçada e imposta da sua condição étnica na consciência do negro pequeno-burguês, daquele que menos desejaria pensar em que é negro, condição e consciência que lhe são recordadas pelas barreiras *étnicas* que encontra no caminho de sua ascensão *social*. Vista assim — e assim é a dialética das coisas — a idéia da *negritude*, antes de mais nada, é o florescimento na cabeça de uma elite negra de uma semente que lá foi plantada pelas atitudes dos brancos. Noutras palavras, do mesmo modo que se pode aqui mais uma vez repetir que não há um *problema do negro* — pois o problema é o branco que tem sôbre o negro falsas idéias e age de acôrdo com essas idéias falsas — também se poderia dizer, inversamente, que a idéia da *negritude* não é negra — é branca, é o reflexo invertido, na cabeça de negros, da idéia que os brancos fazem sôbre êle, é o resultado da tomada de consciência (também em termos falsos, diga-se de passagem) da resistência que o branco faz à ascensão social do negro. É, em suma, um racismo às avessas.

Isto é que cria uma consciência de raça, uma ideologia de raça, que torna a raça uma entidade mística — mística no sentido de que representa a extrapelação para o plano do fantástico de uma experiência pessoal quotidianamente vivida e falsamente interpretada.

A supervalorização da raça, que a torna a medida de tôdas as coisas, a entidade de onde emana tôda uma filosofia de vida, tôda uma concepção do mundo, uma "cos-

movisão” — é, em verdade, um mecanismo de defesa manejado por uma elite agressiva, uma racionalização de tensões sociais concretas, nas quais grupos dominantes e étnicamente diferentes, usando a *raça* como critério de discriminação contra alguns, levam os discriminados a fazer da causa de seu problema a bandeira mística de sua redenção.

Essas proporções de ideologia e de “cosmovisão” só são assumidas pela consciência de *raça* quando ela atinge certo grau de desenvolvimento, mas mesmo antes disso ela se revela: — *a*) na mudança de atitude e do comportamento do negro, tanto o da massa quanto o da elite, em face do branco; *b*) no surgimento de atividades, organizações e movimentos expressivos dentro do grupo negro e finalmente; *c*) pela emergência, no seio de uma elite intelectualizada, em processo ainda larvário, de uma ideologia étnica, super-valorativa da *raça*, que tenta mobilizar os sentimentos do grupo como um todo em apoio do extrato superior que luta contra as barreiras à sua ascensão social (64) contando, para isso, com o que chama de “vivência ingênua” da massa negra.

A imaturidade do desenvolvimento dessa consciência de *raça*, de um lado, e de outro, as contradições das quais não se pode libertar como expressão étnica de um problema que, fundamentalmente não é étnico — fazem com que esses produtos mais elaborados das tensões sociais que estamos analisando apresentem, como esquemas doutrinárias, um elevado grau de *naiveté*, que torna desnecessário

(64) Não é por mera coincidência que a imprensa negra do Rio de Janeiro, que exprime sempre a posição e os pontos de vista desta elite intelectualizada, escolhe títulos que, ao mesmo tempo que reforçam os mecanismos de solidariedade grupal lembram fatos e fases de uma luta histórica. Assim *Quilombo*, *Sensala* (hoje desaparecidos), *Redenção*. *A Voz da Negritude* (em organização, etc. refletindo um estado de fato e de espírito, estes nomes e estes órgãos formulam, ao mesmo tempo, um protesto contra a linha de cor.

discutir seus argumentos, tanto quanto é hoje inócuo discutir cientificamente qualquer explicação racista de problemas sociais. Isto está longe, entretanto, de impedir que tais concepções sejam aqui analisadas, como o foram, do ponto de vista da função que desempenham no mecanismo das tensões raciais, já que para isso não é indispensável que tenham fundamento — bastando para tanto, que um grupo militante suponha que êsse fundamento existe e socialmente atue na base dessa suposição. (65)

É essencial compreender, por outro lado, que as contradições internas que se encontram nêsses esquemas ideológicos resultam, fundamentalmente, do fato dêles serem a formulação, em têrmos *étnicos*, das aspirações, e do fracasso das aspirações, de um grupo de classe média — qua-

(65) É inevitável assinalar por outro lado, — e isso vai aqui afirmado sem qualquer intenção aleivosa — que um mínimo de avanço ou desembaraço intelectual permite a um negro um avantajado afastamento em relação ao nível cultural em que a massa de côr ainda se encontra no Brasil, o que torna qualquer negro apenas instruído, um líder potencial de negros, que cedo pode se tornar um homem-símbolo das aspirações das massas negras. À luz de outros padrões, entretanto, o líder pode ser muitas vêzes, apenas um semi-alfabetizado, com agilidade mental, constância, aspecto externo, audácia é, principalmente bons contactos pessoais com círculos brancos, socialmente superiores, assíduo nas rodas jornalísticas, políticas e liberárias, sabendo combinar com habilidade êsses fatores — para que esteja em condições virtuais de iniciar se o quizer sua carreira de líder. A aproximação em relação aos círculos brancos socialmente superiores — aos olhos dos liderados — assim como a posição real ou simulada de dirigente de massas negras — aos olhos dos círculos brancos — conforme a situação e o momento — podem ser vantagens ou desvantagens para o líder, que muito facilmente, ao conceito de uns ou de outros, pode ser considerado um líder prestigiado, um símbolo, um martir, uma glória, um aliado, um amigo, um elemento útil — ou ao contrário, um carreirista, um oportunista, um elemento perigoso e suspeito, um demagogo, um ladino. O controle constante dos fatores que podem conduzir a essa variável definição de seu papel na mente dos negros que estão *em baixo* dêle e dos brancos que estão *acima* dêle — é parte fundamental dos planos táticos da liderança negra e explica muitas aparentes contradições de seu pensamento, atuação, e comportamento individual. O problema se torna na prática, tanto mais complexo, quanto aqui ao contrário do que acontece noutras situações raciais a função do líder não é acomodar aspirações agressivas das massas, pois no Brasil, as massas negras já se tornam inquietas às vêzes radicais mais ainda não agressivas. Agressivas tornam-se principalmente as elites na medida precisamente em que sentem, em certo sentido, desajudadas do apoio das grandes massas de côr, que não as seguem.

se sempre na condição, sempre na mentalidade — que pretende ascender não étnica mas *socialmente*. É isso, aliás, o que explica o paradoxo de se apelar para a ideologia da *negritude*, para a super-valorização dos valores negros, para os mecanismos de motivação da solidariedade negra, para as “matrizes africanas” — tendo, tudo isso, como alvo e objetivo supremos a atingir: “o *adestramento da gente de côr nos estilos de comportamento da classe média e superior*”, o que vale dizer, das classes tradicionalmente brancas da sociedade brasileira.

Como plano estratégico, por outro lado, êsse verdadeiro caráter de ideologia de classe média de uma elite negra intelectualizada — revela-se pelo desfecho utópico a que ela conduziria, se acaso pudesse ser levada à prática e se acaso fôsse mais do que apenas uma consigna de luta contra as barreiras que a pequena burguesia negra encontra no caminho de sua ascensão.

De fato, essa ascensão de uma elite negra na sociedade brasileira é lenta mas é possível — tão possível que se está realizando — dentro dos quadros sociais existentes, ou seja, dentro da estrutura social, de seu sistema de estratificação e de acôrdo com os valores e as atitudes que elas encerram. No passado essa ascensão foi estritamente individual e feita através do processo de *branqueamento*, que consistia em considerar *como se fôsse branco* o elemento de côr que ascendia; hoje, as dificuldades que êsse processo está encontrando resultam do fato da ascensão ser um grupo, vanguarda de um quadro maior, consciente dessa sua posição e desejoso de merecê-la sem para isso repudiar a sua condição étnica.

Se, dentro dos precalços que a situação encerra e apesar dêles, a ascensão dessa elite é possível nos quadros sociais existentes — a verdade é que a ascensão do negro-massa só será possível no bojo da ascensão das massas que êles integram e tudo indica que o negro-massa está

tomando disso uma consciência muito clara, ou, ao menos, despida das ilusões e limitações características da pequena burguesia negra. (66)

De sua parte, na medida em que é e permanece *massa*, o negro-massa não sente aquela angústia pesada, aquela frustração axfisiante, aquela inquietação característica das elites que saíram de seu lugar tradicional. Ele não participa, nem aspira a participação, naquelas esferas puristas, cujas barreiras criam nos *evoluídos* o "drama de ser dois". Ele é um só — e é o que sempre foi na sociedade brasileira; negro e proletário. Quando o preconceito o atinge ele reage de pronto, e diretamente, como quem repele uma afronta pessoal, muitas vezes violentamente, à sua maneira. Não discute pomposamente, ~~nem~~ elabora explicações sofisticadas sobre o *paideuma* de sua *negritude*. Se o problema surge ele simplesmente o enfrenta, como homem simples, como homem do povo. E como o preconceito não se apresenta numa frente única e unida, apoiada pela lei e cristalizado numa doutrina, consistindo antes num sistema de atitudes e estereótipos que não raro se contradizem e não apresentam qualquer coerência, moralmente batido pela ciência e pela história — o negro-massa encara-o sempre face a face, em cada forma ou circunstância em que se manifesta, e destrói-o e vence-o em mil batalhas

(66) Sem dúvida essas limitações também são o produto da fluidês que ainda apresentam os resultados ideológicos das tensões raciais entre nós. No caso da *negritude*, como vimos, chega a ser mais um sentimento do que pensamento. Essa fluidês e indeterminação, aliás, ficou patenteada no Congresso Brasileiro do Negro (1950), desenrolou-se todo sem saber precisamente se era: a) — *sobre* o negro ou b) — *do* negro, se era um conclave para estudos ou para reivindicações. Essa segunda orientação, na prática, prevaleceu nitidamente, havendo até surgido, no próprio congresso, teses contra ele, que pediam mais ação e menos discussão. Nesse sentido aliás, como o comparecimento ao congresso foi quase que exclusivamente de negros da pequena burguesia — ponde-se observar que a indeterminação dos objetivos era mais dos dirigentes do certame do que das assembléias que a ele compareceram. Por outro lado não resta dúvida que outro fator dessa fluidês ideológica é o fato dos negros, em grande parte, olharem a si mesmos com os olhos dos brancos.

quotidianas, pensando, sentido e agindo menos como *raça*, mais como *massa*, cada vez mais como *classe*.

É, aliás, nêsse enquadramento sociológico de classe — extremamente facilitado no plano da ideologia e das atitudes, pelo fato do tipo social do *branco pobre* ser relativamente recente em nossa história social — em que o negro se encontra na sociedade brasileira, que êle encontra também seu apoio subjetivo e seu meio social objetivo, seu chão, sua raiz, sua fôrça de Anteu, em suma, o *seu lugar* — que lhe permite viver e enfrentar a vida com a dignidade do homem do povo e com a segurança de que a evolução social está a seu favor.

Estando socialmente *em baixo*, o negro-massa, como classe, não tem diante de si outra perspectiva de subir senão com tudo o que vem *de baixo*, o que implica em dizer que essa ascensão significará uma renovação dos quadros estruturais da sociedade que êle integra e das mudanças que o futuro reserva, no plano histórico, para a posição da classe social com o qual a própria história dessa sociedade o confundiu.

É possível, assim, a uma elite de negros, subir socialmente, emergir da maioria e formar um pequeno cabeço sobre a planície escura — provavelmente para constituir o segmento pigmentado da classe média, espécie de “*tira-teima*” às avessas, que ela apontará como prova de que... “no Brasil não existe preconceito de côr”. Para isso, sem dúvida, terá de saltar muitos obstáculos, e caracterizar-se menos pela côr negra da pele do que pela côr branca da “alma”. Para esta minoria, sempre fará sentido lutar para ser diplomata ou oficial de marinha — e está perfeitamente correto que lute por isso, pois é criminoso e injusto

que, acaso merecendo, não possa sê-lo só por que tem a pele preta. (67)

O que não é correto, entretanto, é deixar de reconhecer que tal estado de espírito e tais *slogans* nem sequer encontram lugar na lista de prioridade das aspirações de milhões de brasileiros de côr.

Se os negros para ascenderem precisam se adestrar nos modos e maneiras das classes dirigentes; se esta é a *nova* técnica de resolver problemas de relações de raças; se isto é apresentado como solução ao *negro*, e não a êste ou aquêle negro, que já integra não só os padrões de comportamento, mas também, os padrões de pensamento das classes superiores; se o problema do negro brasileiro consiste em que lhe falta o *jeitão* do branco e estará resolvido quando êle imitar êsse *jeitão*; se esta é a ideologia preconizada por uma elite — é que ela espera um dia, por êstes caminhos, quando os seus planos forem bem sucedidos, apenas o seguinte: passar todos os negros para as classes superiores.

Acontece, porém, que no tipo de sociedade em que vivemos no Brasil, não é possível serem todos das classes superiores pois, se é possível haver hierarquia social sem classes, não é possível haver classes sociais sem estarem

(67) É curioso observar que essa luta, apesar de acesa, admite entretanto, na mente de alguns negros *evoluidos*, compromissos e acomodações. Parece que se aceita, por exemplo, como fórmula conciliatória, que negros sejam representantes diplomáticos do Brasil em países onde a maioria, da população também seja negra: Etiopia, Libéria, Haiti. Cfr., a êsse respeito a crônica de Pompílio da Hora, que se tem destacado na luta pela entrada de negros na carreira diplomática, na sua coluna *A Voz do Negro*, intitulada "Um Preeminente Jurista", na qual se aponta, inclusive, em favor daquela fórmula, o exemplo dos Estados Unidos. É frequente, aliás, encontrar nos escritos dos líderes negros brasileiros, que gosam os "benefícios" do que os ideólogos chamam a "nossa democracia racial" — referências elogiosas, algumas quase de inveja, relativas aos progressos do negro nos Estados Unidos. Excusado é dizer que isto revela mais uma forma completamente falsa de colocar a apreciação objetiva das diferenças e peculiaridades da situação racial dos dois países. Por exemplo, quando o Dr. Ralph Bunche foi distinguido com o prêmio Nobel o tom do editorial com que *Quilombo* comentou o fato vale como um depoimento.

hierarquizadas; e o resultado extravagante a que seríamos conduzidos pelas últimas conseqüências hipotéticas dessa ideologia, seria o seguinte; teríamos uma sociedade em que os não negros estariam repartidos, uns nas classes superiores, outros nas inferiores; e os negros, todos, nas classes dirigentes. Ou então, o que seria um contrasenso não menor: os negros também estariam repartidos entre aquelas classes — mas todos êles independentemente de sua posição objetiva “*adestrados nos estilos de comportamento das classes superiores*”.

Tais contradições e aberrações na lógica interna dessas posições ideológicas só se explicam e compreendem quando observamos a função que têm no contexto da situação total e que é, no caso presente, a de mobilizar as massas de todo o grupo como massas de manobra para sustentação e apoio de reivindicações específicas de uma pequena parte do próprio grupo (68)

Assim, se é verdade, como diz Myrdal, que no dia em que os sindicatos trabalhistas nos Estados Unidos, em nome da solidariedade de classes liquidarem em suas fileiras a linha de côr, isto produzirá um estrondo que será ouvido no mundo inteiro e determinará rumos surpreen-

(68) Excusado é dizer que a maior parte dos brancos de classe superior que em nossa presença se manifestam sobre êsses movimentos do negro — os chamados aqui de *novo tipo*, donde se desprende essa ideologia — os considera como movimentos racistas, baseando-se para isso no seu exclusivismo — que, aliás, é prático e não teórico, já que todos dizem estar abertos a negros e brancos. Recentemente numa enquete de jornal foram colhidas várias opiniões a respeito, inclusive, surpreendentemente, a do dirigente do Teatro Experimental do Negro, acusado tempos atrás pela imprensa precisamente das mesmas tendências. O fato, aliás, encontra sua explicação como manifestação da hostilidade latente que existe entre os dirigentes de associações negras uma das quais era nominalmente citada, no depoimento de Abdias Nascimento que, replicado, ao que sabemos, não ofereceu resposta. De qualquer sorte o que há de racismo agressivo nos movimentos negros é puramente um mecanismo de defesa e uma tentativa de superação do racismo no branco. Cfr., em “*Última Hora*”, a reportagem “Associações de uma só Côr podem formar Perigosos Quistos e a réplica na edição de 24-X-11-51 do mesmo jornal.

dentes à civilização norte-americana — também aqui se pode dizer, em face da opinião corrente no mundo a respeito da situação racial brasileira, que estrondo não menor se produziria no Brasil se algum dia as grandes massas de côr dêste País dessem ouvidos aos chamamentos dessa ideologia de raça e enveredassem pelos caminhos sem saída que ela lhes apontam.

• • •

É ainda dentro dessa configuração e dêsse *processus* que se pode compreender o fato, aparentemente desnor-teante, do aparecimento, em 1951, no País “onde não existe preconceito de côr”, de uma lei que torna crimes comuns, passíveis de sanção penal, os atos de discriminação racial. É por demais evidente que a medida prova a existência do ato que pune, e num grau passível de punição, pois que já assume o caráter de ato anti-social. Não é êste, porém, o aspecto que desejamos assinalar, já que êste se impõe à primeira vista. Do mesmo modo, como remédio, a lei contra a discriminação só poderá, se puder, regular o que nêsses assuntos dependem de uma lei — e com isso diz-se tudo quanto ao seu efeito moral de uma lei — e com isso diz-se tudo quanto ao seu efeito moral salutar e sua eficiência prática discutível.

Outros problemas, entretanto, apenas entrevistos hoje, parece que começam a se configurar com a regulamentação pela lei, embora ainda com aspecto puramente punitivo, das relações raciais. Localizada dentro do mecanismo das tensões raciais ora em processo no Brasil e relacionada com outras tendências que dentro delas se manifestam — a lei referida pode indicar o comêço de uma orientação inteiramente imprevista para a teimosia de uns e a inércia mental de outros, que não podem, não sabem ou não querem encarar com realismo o problema.

O modo pessimista pelo qual a lei foi recebida pela elite negra em geral determinou um tom de reserva que nos parece sociologicamente mais significativo do que, o que também houve, o júbilo dos que a consideraram como “a nova Lei Áurea”. Uma seleção de depoimentos de negros colhidos a êsse propósito — uns na imprensa, outros diretamente por nós — indica êsse estado de espírito.

Houve quem a considerasse “útil, porém de difícil aplicação prática”, acrescentando que “sua provável ineficácia prática não lhe desmerecerá o conteúdo, nem lhe matará o espírito”. Houve quem a denominasse “uma espécie de escarmento”, ou “uma providenciazinha”, “talvez mais eficaz do que uma monografia floclórica”; ou disse “que é lamentável que tenhamos necessidade de uma lei como esta”. Houve mesmo quem a considerasse “prejudicial” ou comentasse: “veremos se ela funciona ou não”, ou ainda: “creio que o preconceito de côr continuará existindo. Isto porque há muitas maneiras e modos de ser burlada a lei”. (69)

Como se vê, a impressão geral é de que ela foi recebida, além de como uma demonstração “oficial” da existência do preconceito, com desconfiança, dúvida, pessimismo e, às vêzes, com amargura. Essa amargura das elites, por sua vez, pode indicar mais uma manifestação de ressentimento pelo fato da lei não distinguir, como não podia distinguir, negro-elite de negro-massa, tratando a todos pura e simplesmente como negros, o que para as elites significa — nivelamento pelo mais baixo. Por outro lado, o tratamento das relações de raças pela lei, em face da natureza subreptícia do preconceito e da ideologia racial

(69) Êsses depoimentos, os que não colhemos em correspondência escrita de negros, estão publicados no *Jornal de Letras*, Ano II, n.º 26, agosto de 1951, pg. 15, numa enquete com líderes negros a propósito da sanção da lei.

das classes superiores e brancas, no Brasil, pode indicar o comêço de um processo que, dentro das tensões raciais existentes e em agravamento nêste País, não será surpreendente se conduzir à situação que caracteriza as relações de raças nas cidades sententrionais dos Estados Unidos, e que se pode resumir na fórmula — *separate but equal*.

De fato, até então, no Brasil, na legislação republicana, o negro vinha comparecendo como o liberto de 1888, como cidadão, ente abstrata, jurìdicamente igual a todos os cidadãos; estava na lei por exclusão — *todos* são iguais perante a lei, independentemente de *côr*, sexo, religião, etc. Agora, pela primeira vez, salvo engano, regulamenta-se em lei o comportamento de brancos em relação a negro, e atribui-se a êstes, *como negros*, o direito específico de não terem praticamente negados alguns direitos mais gerais que a lei já atribuía a todos os cidadãos, independentemente da condição étnica. Apesar do princípio geral ser o da igualdade *perante* a lei e agora se regulamentar, além disso, a entrada e frequentação em estabelecimentos privados — hotéis, restaurantes, etc. — o fato é que, neste estrito sentido, a lei n.º 1.390, de 25 de julho de 1951, parece destinar-se, acima de tudo, a declarar que são puníveis os que violarem determinados princípios já solenemente presentes em leis anteriores e mais gerais.

É significativo, entretanto, que para isso não tenha podido evitar de legislar especificamente sôbre o negro como pesosa de direito, definida e caracterizada por sua condição étnica, ainda que para declarar que êle deve ser tratado, nas circunstâncias que menciona, de modo igual ao branco.

Ora, uma tal atitude da lei em face da tensão racial, embora não afirmemos que isto seja fatal, pode vir a ser, tècnicamente, independentemente da intenção do legislador atual e dependentemente do rumo que acaso venham a to-

mar as tensões raciais nêste País — o prelúdio de uma outra legislação, substitutiva desta, e até inspirada no desejo de remediar sua inoperância prática, visando a assegurar a negros e brancos o *direito* de terem educação, recreação, distrito residências, obras de assistência, e outros setores institucionalizados da vida social *iguais mas separados*. Para isto, tènicamente, uma das pré-condições já existe — a entidade jurídica *negro*, presente no espírito e no texto da legislação ordinária.

Não é provável, entretanto, embora não seja impossível, que tal venha a acontecer. Evidentemente, agora em vigor, a lei n.º 1.390 passará a ser um fator objetivo, principalmente na sua aplicação a casos concretos, e, daí, na jurisprudência que emanar dos tribunais perante os quais ela fôr invocada, a influir no rumo e no sentido das tensões raciais. É possível que a ela se siga uma legislação copiosa — ou que ela permaneça como monumento à boa intenção que a inspirou. São alternativas e é muito cêdo para verificar, dentre elas, qual aquela que os fatos elegerão.

Parece certo, porém, a julgar pela experiência de outros países e pelo papel nela desempenhado pela legislação escrita, assim como a julgar pelos característicos da situação racial brasileira — que o mais provável seja os fatos se desdobrarem, obedientes à lógica que os tem presidido até hoje, sem que a lei citada venha a significar, de qualquer ponto de vista, quer negativo, quer positivo — um extraordinário *bouleversement* das tendências, dos rumos e das orientações que têm tido na estrutura social brasileira.

* * *

Não existe no Brasil uma filosofia racista definida e forte dando apoio e sanção moral à discriminação racial:

até hoje o criotoracismo tem desempenhado êsse papel, nos limites do necessário à função que as camadas brancas superiores lhe destinam. Mas, também não existe, aqui ou em qualquer parte, cientificamente identificáveis, valores imutáveis e absolutos que impeçam que as tensões raciais existentes, e em agravamento, rumem na direção dos desfechos catastróficos que parecem ser os únicos que muitos esperam para conferir ao problema a importância que êle realmente tem — seja qual fôr a forma e a intensidade com que se apresente.

A época é de surto libertário, de auto-afirmação, de minorias, de ascensão das massas, de velhos e novos anseios populares em ascensão. As situações básicas que estão imprimindo novos rumos ao problema racial brasileiro são recentes, estão agora produzindo seus principais efeitos, buscando ainda suas formas definidas de expressão e o sôpro renovador que vem do tempo e do mundo em que vivemos, que vem da luta frontal contra tôdas as formas de alienação da liberdade — especialmente aquela que se trava nas áreas coloniais e semi-coloniais da terra — permitirão por certo que muitos fatores acumulados na estrutura social do Brasil venham à tona e encontrem nessa corrente de renovação social que abala o século — formas adequadas de se exprimir.

Dentro dessa estrutura, dessas mudanças de estruturas e dessa procura, às vêzes dramática, de definição de rumos para o futuro — a situação racial brasileira está colocada em cheio, como fato igual a todos os fatos que compõem a configuração total, e como interrogação igual a tôdas as interrogações que sôbre ela pairam. Não é uma variável independente, miraculosamente já resolvida no passado, como acham uns, ou messiânicamente incapaz de se transformar para o futuro, como supõem outros; afigura-se, ao sociólogo, como parte de uma *gestalt* e suas perspectivas não se desligam das perspectivas que tem

diante de si a sociedade brasileira. Dentro dêsses amplos limites, o que importa é saber qual dos dois têrmos se transformará em ritmo e cadência mais rápida no bojo, da estrutura social do Brasil; a questão racial ou a evolução social necessária para evitá-la? Como se vê, apenas uma variante da interrogação fundamental que se coloca diante de tôdas as questões básicas em que pode ser decomposta, para análise, a realidade brasileira no nosso tempo.

Não diremos, portanto, que no Brasil existe uma *questão racial* se por isto se entende o padrão peculiar que essa questão tem assumido no interior de outras estruturas sociais diversas da nossa; também não diremos que ela não existe, em face dos fatos aqui apresentados, seleção de muitos outros que se enquadram plenamente dentro da interpretação proposta. Diremos, isto sim, que *há uma questão racial em processo de agravamento*, com os característicos e as formas particulares com que a história a engendrou, e continua engendrando, dentro da estrutura social na qual ela se encontra e estreitamente relacionada com outras tensões também em processo nas bases e no corpo desta estrutura.

Desta interdependência, que é inevitável e que é o dado fundamental de todo o problema que aqui foi estudado — pode resultar a longo têrmo, uma *crise* ou uma *solução*. Para esta dúvida, porém, ninguém dispõe da segura resposta — senão a história do futuro.

BIBLIOGRAFIA E DOCUMENTAÇÃO

- Aderbal Jurema — *Insurreições de Negros no Brasil* — Recife, — 1935.
- Antonio Joaquim Macedo Soares — *Campanha Jurídica pela Libertação dos Escravos* — (1867-1888) — Vol. I das “Obras Completas” — Rio, 1923.
- Anuário Estatístico do Distrito Federal* — Rio, 1938.
- Artur Ramos — “A Questão Racial e o Mundo Democrático” — *Bulletin International des Sciences Sociales*, UNESCO, Vol. n.º 3-4, (1949), pg. 9 e ss.
- Artur Ramos — *Introdução à Antropologia Brasileira* — 2 vols., Rio, 1943-47.
- Artur Ramos — *O Negro Brasileiro* — 1.º vol., 3.ª edição., Col. Brasileira, vol. 188, S. Paulo, 1951.
- Albertino Rodrigues e Franck Goldmann — *A Praça: Casta e Classe de Cidades de S. Paulo* — Rio, 1950. (1) (tese)
- Agnaldo Camargo — Parecer escrito sobre a tese “*Sonhos de Negros*”, cit.
- Agnaldo Camargo — Parecer escrito sobre a tese “*Congressos Culturais Apenas não Resolvem o Problema do Negro*”, cit.
- Agnaldo Camargo — *Discurso* lido na Sessão de Encerramento do 1.º Congresso do Negro Brasileiro (1950).
- Anibal Pinto de Souza — *Fundamentos Filosóficos do Direito Africano e sua Repercussão na Formação da Mentalidade da População do Brasil* — Rio, 1950 (tese).
- Abdias Nascimento — Parecer escrito sobre a tese “*O Negro. O Preconceito. Meios de sua extinção*”, cit.

(1) A indicação (tese), depois de um trabalho citado, significa que se trata de tese apresentada ao 1.º Congresso do Negro Brasileiro, realizado no Rio de Janeiro em agosto-setembro de 1950.

- Abdias Nascimento — “*Candidatos Negros e Mulatos*” — in *Quilombo*, fevereiro de 1950.
- Abdias Nascimento — “*Nós e a Sucessão*” — in *Quilombo*, junho de 1949.
- Abdias Nascimento et al. — *Relações de Raças no Brasil* — Rio, 1950.
- A. Porto de Oliveira — *A Posição dos Escravos na Sociedade Brasileira* — Rio, 1950 (tése).
- A. Guerreiro Ramos — “*Apresentação da Grupo-terapia*” — in *Quilombo*, janeiro de 1950.
- A. Guerreiro Ramos — “*Teoria e Prática do Psicodrama*” — in *Quilombo*, fevereiro de 1950.
- A. Guerreiro Ramos — “*Uma Experiência de Grupo-terapia*” in *Quilombo*, julho de 1949.
- A. Guerreiro Ramos — “*Apresentação da Negritude*” — in *Quilombo*, junho-julho de 1950.
- A. Guerreiro Ramos — “*Um Heroi da Negritude*” — in *Suplemento do Diario de Notícias*, 6 de abril de 1952.
- Atas* — do 1.º Congresso do Negro Brasileiro — Rio, 1950.
- Alan Burns — *Le Préjugé de Race et de Couleur* — (trad.), Paris, 1949.
- Arnold Rose — *L'Origine des Préjugés* — UNESCO, Paris, 1951.
- Abram L. Harris — *The Negro as Capitalist* — Philadelphia, 1936.
- Allinson Davis — *Social Class Influences Upon Learning* — Cambridge, Mass., 1951.
- Allinson Davis and Robert Havighurst — “*Social Class and Color Differences in Child-Rearing*” — *Amer. Soc. Rv.*, vol. 11, n.º 6, december 1946, pg. 698 e ss.
- Alain Locke and Bernhard Stern — *When Peoples Meet — A Study in Race and Culture Contacts* — New York, 1946.
- A. R. Luria — *The Nature of Human Conflicts* — (trad.), New York, 1932.
- A. Niceforo — *Antropologia delle Classi Povere* — Milano, 1908.
- Britto Mendes — *Canções Populares do Brasil* (coletânea) — Rio S/D.
- Coleções dos jornais — *Himalaya, Quilombo, Redenção*, etc.

- Ch. Letorneau — *L'Évolution de l'Esclavage dans les Divers Races Humaines* — Paris, 1897.
- Crimes e Contravenções* — 2 vols., 1942-46 e 1947. (Publicação do Serviço de Estatística Demográfica, Moral e Política do Ministério da Justiça).
- Charles and Mary Beard — *The Rise of American Civilization* — Revised Edition — New York, 1949.
- C. Kluckhennet al. — *Religion and Racial Tensions* — Cambridge, Mass., 1945.
- Censo das Favelas* — Rio, 1949.
- Diversos — *Contra o Preconceito de Raça* — in *Jornal de Letras*, Ano II, n.º 26.
- D. Pierson — *Branços e Pretos na Bahia* — (trad.) — S. Paulo, 1945
- Djacir Menezes — *Democracia y Misticismo* — México, 1951.
- Declaração-final* do 1.º Congresso do Negro Brasileiro, Rio, 1950.
- Domingos Vieira Filho — *Negros Deformados* — S. Luiz, 1950 (tese).
- D. Krech and Crutchfield — *Theory and Problems of Social Psychology* — New York, 1948
- Egberto Santos — *Párias no Brasil* — S. Paulo, 1950 (tese).
- Edgard Theotonio de Sant'Ana — *Considerações a Proposito do Nivel Geral dos Pretos no Brasil e os meios para sua Elevação* — S. Paulo, 1950 (tese).
- Edison Carneiro — *Antologia do Negro Brasileiro* — Porto Alegre, 1950.
- E. W. Eckard — "How Many Negroes Pass?" — *The Jour. of Am. Soc.*, vol. LII, n.º 6, May 1947, pag. 488 e ss.
- E. W. Palmer — "Discrimination in Urban Employment" — *The Jour. of Am. Soc.*, vol. LII, n.º 4, January 1947, pag. 357 o ss.
- Emory Bogardus — "A Social Distance Scale" — *Sociology and Social Research*, vol. 17, 1933, pag. 265 e ss.
- Eric Williams — *Capitalism and Slavery* — Chapel Hill, 1944.
- Erich Fromm — *The Fear of Freedom* — Londres, 1950.
- Edwin S. Newman — *The Law of Civil Rights and Civil Liberties* — New York, 1949.

- D.-P. Pedrals — *Manuel Scientifique de l'Afrique Noir* — Paris, 1949.
- D. Wastermann — *Noirs et Blancs en Afrique* — Paris, 1937.
- F. Engels — *Die Lage der Arbeitenden Klassen in England* — (trad.), Paris, 1933.
- Francis Merrill (ed.) — *Social Problems* — New York, 1950.
- F. Tannenbaum — *Slave and Citizens - The Negro in the Americas* — New York, 1947.
- Franklin Frazier — "Sociological Theory and Race Relations" — *Amr. Soc. Rv.* vol. 12, n.º 3, june 1947.
- F. Frazier — "Race Contacts and the Social Structure" — *id., ibid.*, vol. 14, n.º 1, february 1948.
- F. Frazier — *The Negro in the United States* — New York, 1949.
- Gilberto Freyre — "Mestre Métraux Confirma" — in *O Cruzeiro*, Anno XXIV, n.º 25, de 5 de abril de 1952, pg. 10.
- Gilberto Freyre — "A Propósito da Negritude" — in *Quilombo*, dezembro de 1948.
- Granville Edge — *Vital Statistics and Public Health in The Tropics* — Londres, 1947.
- Gunner Myrdal — *An American Dilema* — New York, 1944.
- George B. Shaw — *Man and Superman* — Londres, 1916.
- Howard W. Odun — *Race and Rumors of Race* — Chapel Hill, 1943.
- Hadley Cantril — *The Psychology of Social Movements* — New York, 1946.
- Harold D. Lasswell — *The Analysis of Political Behaviour — An Empirical Approach* — Londres, 1949.
- Ina Brown — *Race Relations in a Democracy* — New York, 1949.
- H. A. Bullock — "Racial Attitudes and the Employment of Negroes" — *The Am. Jour. of Soc.*, vol. LVI, n.º 5, March 1951, pg. 448 e ass.
- Herbert R. Northrop — *Organized Labor and the Negro* — New York, 1944.
- I. B. G. E. — *Estudos sobre a Composição da População do Brasil Segundo a Cór* — Série "Estatística Demográfica", n.º 11, Rio, 1950.

- I. B. G. E. — *Estudos sobre a Fecundidade e a Prolificidade da Mulher no Brasil no Conjunto da População e nos Diversos Grupos de Côr* — Rio, 1949.
- I. B. G. E. — *Pesquisas sobre os Diversos Grupos de Côr nas Populações do Estado de S. Paulo e do Distrito Federal* — Série "Estatística Demográfica", n. 12, Rio, 1951.
- Jacques Lambert et L. A. Costa Pinto — *Problèmes Démographiques Contemporains* — Rio, 1944.
- J. H. Burma — "The Measurement of Negro "Pass" — *The Jour. of Am. Soc.*, vol. LII, n.º 1, July 1946, pg. 18 e ss.
- J. Jahm, Calvin Schmid and C. Schrag — "The Measurement of Ecological Segregation" — *Am. Soc. Rev.*, vol. 12, n.º 3, June 1947, pg. 293 e ss.
- J. T. Adams — *Provincial Society (1690-1763) — A History of American Life*, vol. III — New York, 1947.
- James W. Johnson — *The Autobiography of an Ex-Coloured Man* — Introduction by Charles Johnson — New York, 1948.
- Juan Comas — *Les Mythes Raciaux* — UNESCO, Paris, 1951.
- José Pompílio da Hora — "A Voz do Negro" — Coluna Diária publicada no periódico *Diário do Rio* — Rio, 1949-1950.
- J. Barbosa — "Da Beleza Racial" — in *Quilombo*, maio de 1950.
- João Conceição — "Revelações Rogerianas" — in *Quilombo*, fevereiro de 1950.
- José Bernardo da Silva — *Congressos Culturais Apenas não Solucionam o Problema do Negro* — Rio, 1950. (tése)
- Jorge Prado Teixeira e Rubem da Silva Gordo — *O Negro. O Preconceito. Meios de sua Extinção*. — Ribeirão Preto, 1950 (tése).
- Joaquim Nabuco — *O Abolicionismo* — "Obras completas", vol. VIII, S. Paulo, 1949.
- J. Milton Yinger — *Religion in the Struggle for Power - A study in the Sociology of Religion* — Durhan, 1946.
- Karl Marx — *The German Ideology* — (trad.) New York, 1939.
- Karl Marx — *La Question Juive* — (trad.) "Oeuvres Philosophiques", tome I — Paris, 1946.
- Kimball Young — *Handbook of Social Psychology* — Londres, 1948.
- Kimball Young — *Personality and Problems of Adjustment* — Londres, 1947.

- Kurt Lewin — *Resolving Social Conflicts — Selected Papers on Group Dynamics* — New York, 1948.
- Karen Horney — *La Personalidad Neurótica de Nuestro Tiempo* — (trad.), Buenos Ayres, 1946.
- K. Liepmann — *The Journey to Work - Its Significance for Industrial and Community Life* — Londres, 1945.
- L. A. Costa Pinto — “Os Planos de Desenvolvimento Econômico da África” — in *Digesto Econômico*, maio, junho e julho de 1950, S. Paulo.
- L. A. Costa Pinto — “Sôbre as Relações de Raças” (contendo a “Declaração sôbre a Raça”) — in *Sociologia*, vol. XII, n.º 1, (S. Paulo), pg. 1 ss. e *Cultura*, Anno II, n.º 4, abril de 1951, pg. 65 e ss.
- L. A. Costa Pinto — “Sôbre as Classes Sociais” — in *Sociologia*, vol. VIII, n.º 4, S. Paulo, 1946, pg. 242 e ss.
- L. A. Costa Pinto — “A Estrutura da Sociedade Rural Brasileira” — in *Sociologia*, vol. X, n.º 2-3, (S. Paulo), 1943, pg. 156 e ss.
- L. A. Costa Pinto — *Pesquisa sôbre o Padrão de Vida do Comercário no Distrito Federal* — Rio, 1949.
- L. A. Costa Pinto e J. Magrassi — *Migrações Internas no Brasil* Obs.: Foram consultados os originais pois quando da preparação desta bibliografia, o livro ainda estava no prelo.
- L. A. Costa Pinto — “Sociologia e Mudança Social — in *Sociologia*, vol. IX, n.º 4, pg. 287 e ss. (S. Paulo), 1947.
- Lloyd Warner, R. Havighurst and M. Loeb — *Who Shall be Educated? - The Challenge of Unequal Opportunity* — Londres, 1946.
- Legião Brasileira de Assistência — *Catálogo de Obras Sociais* — Rio, 1948.
- L. C. Dunn — *Race et Biologie* — UNESCO, Paris, 1951.
- Leonard Bloom — “Concerning Ethnic Research” — *Am. Soc. Rev.*, vol. 13, n.º 2, april, 1948.
- Morris Ginsberg — *Reason and Unreason in Society* — Londres, 1948.
- Michel Leiris — *Race et Culture* — UNESCO, Paris, 1951.

- Maxine W. Gordon — “Cultural Aspects of Puerto Rico’s Race Problem — *Am. Soc. Rv.*, vol. 15, n.º 3, june 1950, pg. 382 e ss.
- Maxine W. Gordon — “Race Patterns and Prejudice in Puerto Rico” — *id.*, *ibid.*, vol. 14, n.º 2, april 1949, pg. 294 e ss.
- Martha Ericson — “Child-Rearing and Social Status” — *The Jour. of Am. Soc.*, vol. LII, n.º 3, november 1946, pg. 190-192.
- M. E. Carpenter — *The Treatment of the Negro in American History School Textbooks* — Wisconsin, 1941.
- Mário Filho — *O Negro no Foot-Ball Brasileiro* — Rio, 1947.
- Nelson Hungria — “A Criminalidade dos Homens de Côr no Brasil” — in *Revista Forense*, vol. CXXXIV, Ano. XLVIII, Fasc. 573, março de 1951, pg. 5 e ss.
- O. Klineberg — *Race et Psychologie* — UNESCO, Paris, 1951.
- O. Klineberg (ed.) — *The Characteristics of the American Negro* — New York, 1944.
- Oracy Nogueira — “Atitude Desfavorável de Alguns Anunciantes de S. Paulo em Relação aos Empregados de Côr” — in *Sociologia*, vol. IV, n.º 4, (S. Paulo), pg. 328 e ss.
- Onofre Francisco Eva — *O Problema do Negro — Juiz de Fóra*, 1950 (tése).
- P. Maucorps — *Psychologie des Mouvemens Sociaux* — Paris, 1950.
- R. Dewey and W. J. Humber — *The Development of Human Behavior* — New York, 1948.
- Robert C. Weaver — *Negro Labor* — New York, 1946.
- Roger Bastide e F. Fernandes — *O Preconceito Racial em S. Paulo* — S. Paulo, 1951.
- Roger Bastide — *A Poesia Afro-Brasileira* — S. Paulo, 1943.
- Roger Bastide — *Os Suicídios em S. Paulo, segundo a Côr* — Boletim CXXI, da Faculdade de Filosofia da Universidade de S. Paulo, Sociologia n.º 2 — S. Paulo, S/D.
- Roger Bastide — *A Imprensa Negra em S. Paulo* — *id. ibid.*
- Roger Bastide — *A Criminalidade no Estado de S. Paulo* — S. Paulo, 1950 (tése).
- Roger Bastide — *Sonhos de Negros* — S. Paulo, 1950 (tése).

- Roger Bastide — “Naissance de la Poésie Nègre au Bresil” — in *Présence Africaine*, n.º7, pg. 215 e ss.
- Romeu Crusoé — *A Maldição de Cnaan* (romance — Rio, 1951).
- Roberto S. Taves — *O Negro Brasileiro e a Campanha de Alfabetização de Adultos* — Rio, 1950 (tése).
- Rosa Gomes de Araujo e Souza — *O Negro Africano e a Sua Música* — Rio, 1950 (tése).
- René Maunier — *Sociologie Coloniale - Introduction a l'Étude du Contact des Races* — Paris, 1932.
- René Gomard — *La Conquête Portugaise - Decouvreur et Economistes* — Paris, 1947.
- St. Clair Drake and Horace Cayton — *Black Metropolis - A Study of Negro Life in a Northern City* — New York, 1945.
- S. Lowy — *Co-operation, Tolerance and Prejudice - A Contribution to Social and Medical Psychology* — Londres, 1948.
- S. Lowy — *Man and his Fellowmen - Moderns Chapters on Social Psychology* — Londres, 1944.
- T. Geiger — *A Tipologia do Lider* — (trad.), S. Paulo, 1942.
- United Nations — *The Main Types and Causes of Discriminations* — Lake Success, 1949.
- V. O. Key, jr. — *Politics, Parties and Pressure Groups* — New York, 1948.
- W. M. Nephart — “Is the American Negro Becoming Lighter?” - *Am. Soc. Rev.*, vol. 13, n.º 4, august 1948, pg. 437 e ss.
- V. Schoelcher — *Esclavage et Colonisation* — Paris, 1948.
- Wilson E. Williams — *Africa and the Rise of Capitalism* — *The University of Howard Studies in the Social Sciences*, vol. 1, n.º 1, Wasinghton, 1938.
- Arthur Ramos — *Le Métissage au Brésil* — Paris, 1952 (2)
- Jamil Almansur Haddad — “Sadismo e Masoquismo na Psicologia Coletiva Brasileira” — in *Revista Brasileira de Filosofia*, vol. II, Fasc. 1, janeiro-março de 1952, pg. 84 e ss.

(2) Agradecemos à Senhora D. Luiza Ramos a gentileza de nos ter proporcionado a oportunidade de lêr, logo que lhe chegou às mãos, o seu exemplar deste trabalho, o único chegado ao Brasil até a data em que estamos escrevendô.

- I. B. G. E. — VI Recenseamento Geral do Brasil — Censo Demográfico, 1950 — *Resultados Relativos à População das Favelas do Distrito Federal* — Rio, 1952 (3).
- Edison Carneiro — *Movimentos Associativos do Negro* (manuscrito especialmente redigido para esta pesquisa) — 1952.
- Cruz e Souza — *Obras Poéticas* — 2 vols., Rio, 1945 — (Prefácio e Notas de Andrade Muricy). Edição do Instituto Nacional do Livro.
- Victor Perlo — "Trends in the Economic Status of the Negro People" — *Science and Society*, vol. XVI, n.º 2, 1952, pg.115-150.

(3) Agradecemos ao Dr. Thomaz Pompeu Accioli Borges a gentileza de nos ter cedido para consulta as cópias fotográficas dos originais deste livro, mandadas fazer pela Fundação Getúlio Vargas, ainda antes do trabalho ser enviado à publicação.



ESTE LIVRO FOI COMPOSTO E IMPRESSO
NAS OFICINAS DA EMPRESA GRAFICA DA
"REVISTA DOS TRIBUNAIS" LTDA., A RUA
CONDE DE SARZEDAS, 38, SÃO PAULO,
PARA A COMPANHIA EDITORA NACIONAL
EM 1953.

